

MARCILENE NASCIMENTO DE FARIAS

**FEMINISMO E RELIGIÃO: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O
FEMINISMO NA REVISTA *SERVAS DO SENHOR* (1960-2000)**

DOURADOS – 2011

MARCILENE NASCIMENTO DE FARIAS

**FEMINISMO E RELIGIÃO: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O
FEMINISMO NA REVISTA *SERVAS DO SENHOR* (1960-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Losandro Antonio Tedeschi**.

DOURADOS – 2011

MARCILENE NASCIMENTO DE FARIAS

**FEMINISMO E RELIGIÃO: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O
FEMINISMO NA REVISTA *SERVAS DO SENHOR* (1960-2000)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Losandro Antonio Tedeschi (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Ana Paula Vosne Martins (Dr^a., UFPR) _____

3º Examinador:

Antonio Dari Ramos (Dr., UFGD) _____

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

301.412 Farias, Marcilene Nascimento de.
F224f Feminismo e Religião: as representações sobre o feminismo na revista *Servas do Senhor* (1960-2000) / Marcilene Nascimento de Farias. Dourados, MS: UFGD, 2011. 186 f.

Orientador: Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Feminismo. 2. Igreja Evangélica Luterana do Brasil –
3. Representações – Imprensa. I. Título

AGRADECIMENTOS

A finalização deste estudo só foi possível porque em várias ocasiões pude contar com a amizade e compreensão de diversas pessoas com as quais compartilhei cada momento de alegria e dificuldade no longo trajeto que ora se encerra.

Primeiramente, externo meus mais sinceros agradecimentos ao professor Losandro Antonio Tedeschi, pelo acompanhamento, paciência e profissionalismo com que conduziu a orientação desta dissertação. O seu exemplo como profissional que não mede esforços na busca pela qualidade da pesquisa histórica, seu dinamismo como orientador e sua capacidade de guiar os passos inseguros de uma pesquisadora iniciante, foram centrais para que eu conseguisse chegar até aqui. Com minha mais profunda admiração, muito obrigada por tudo!

Ao professor Eudes Fernando Leite, deixo meus agradecimentos pelo incentivo e confiança depositados em minha pessoa desde os tempos da graduação. Mesmo não sendo da instituição em que realizei minha graduação, o professor Eudes era uma figura sempre presente com exemplares gestos de amabilidade, solicitude e simpatia. Esses são gestos que jamais esquecerei!

Ao professor Diogo da Silva Roiz, sou grata pela orientação na graduação. Foi aí que tudo começou, a partir de um jovem professor que me fez descobrir o interesse pela pesquisa histórica e aceitou o desafio de orientar um trabalho que não estava diretamente ligado à sua área de pesquisa. Pelos seus conselhos, compreensão e amizade serei sempre agradecida.

Minha gratidão se entende também ao professor Paulo Roberto Cimó de Queiroz, coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD que, com muita alegria e destreza, me ajudou a circular pelos meandros do PPGH que, às vezes, entre tantas atribuições e formulários, parecia incompreensível.

Agradeço também aos professores Antonio Dari Ramos e Ana Paula Vosne Martins que como membros de minha banca de qualificação foram decisivos na melhoria de importantes aspectos deste estudo. Pela atenção dispensada na leitura do relatório de qualificação e pelos valiosos conselhos de ambos, meu muito obrigada!

Meu agradecimento mais que especial à Liga das Senhoras Luteranas do Brasil e ao Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Essas instituições foram minhas parceiras, abrindo os arquivos de maneira irrestrita para esta pesquisa, viabilizando minha

estada em Porto Alegre (RS) durante os dias necessários para recolher os materiais para a consecução desta dissertação. Sem qualquer forma de condicionamento, sem qualquer tipo de censura, ou tentativa de controle sobre a pesquisa que eu realizava, essas instituições deram um exemplo de maturidade e respeito à pesquisa histórica.

A contribuição de Marcos Scherwisnki, meu colega de graduação, também foi determinante para esta pesquisa, pois por meio de seu rico acervo de revistas da Igreja Luterana do Brasil pude realizar as primeiras pesquisas que resultaram nesta dissertação.

Ao Eduardo de Melo Salgueiro e Wilson da Silva Serejo, colegas de mestrado, meu muito obrigada pela companhia durante esses anos em que dividimos as mesmas dúvidas, inquietações e felicidades.

Ao meu amado André Dione Fonseca, colega de mestrado, colega de pesquisa e companheiro de vida, minha gratidão pelo entusiasmo, incentivo e pelas palavras certas ditas nos momentos certos naquelas horas de adversidade.

Minha família sempre foi um ponto de apoio, por isso agradeço a minha mãe, ao meu pai e aos meus irmãos pela disposição em me ajudar nessa difícil empreitada que foi o mestrado. Estive muito ausente e por vezes impedida de compartilhar de nossa vivência, mas nunca deixei de cultivar o amor e carinho a cada um de vocês. Direcionei meus agradecimentos também a mais nova integrante da família, a minha sobrinha Karol. Seu nascimento encheu-me de ânimo e seu lindo sorriso estampado em seu rosto de inocência fizeram meus dias melhores em meio à correria do mestrado.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa que foi essencial para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação procura contribuir com os estudos que se preocuparam com os impactos do feminismo no campo religioso, por meio da análise das representações sobre o feminismo presente na revista *Servas do Senhor*, impresso oficial da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB), no período compreendido entre os anos de 1960 e 2000. Mostrou-se o papel desempenhado por essa revista que, por meio da palavra escrita, transmitiu e reafirmou crenças e valores cristãos às mulheres luteranas, numa clara tentativa de afastá-las dos ideais feministas. Primeiro como *Boletim Informativo* e depois como revista *Servas do Senhor*, esse impresso da LSLB também exerceu papel significativo ao levar ao conhecimento de todos, as ações da Liga em favor da Igreja. Foram discutidos ainda aspectos importantes do feminismo de segunda onda no Brasil, bem como as críticas que o movimento recebeu de diversas esferas da sociedade, com ênfase, principalmente, naquelas de cunho religioso. Observou-se como esse contexto do feminismo pós-60 teve efeitos na Igreja Evangélica Luterana do Brasil que, em meio a uma realidade em que valores tradicionais eram contestados, viu-se impelida a debater o tema, a fim de reafirmar sua doutrina. Essa preocupação da Igreja com os ideias feministas fez com que se discutisse em várias ocasiões temas relacionados aos papéis apropriados a homens e mulheres que originaram uma série de documentos, tratando da participação das mulheres nas atividades da Igreja. Enquanto uma revista vinculada a uma instituição religiosa, cuja doutrina estabelecia quais papéis cabia aos homens e às mulheres, coube a *Servas do Senhor*, em um momento de inquietações feministas, criar representações em torno do movimento feminista para alertar seu público a respeito do “perigo” de tal movimento. Buscou-se referenciar a noção de representação a partir das concepções desenvolvidas por Roger Chartier, para quem as representações sociais são construídas e determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. As contribuições metodológicas de Michelle Perrot, Natalie Davis, Joan Scott, Pierre Bourdieu, entre outros, também foram fundamentais para se pensar problemáticas relacionadas à história das mulheres e também, para demonstrar que o impacto do feminismo na IELB, de alguma maneira, teve efeitos positivos para as mulheres luteranas, pois de certa forma suscitou muitos debates em torno de questões relacionadas às mulheres na Igreja, contribuindo, assim, para que esse assunto fosse amplamente discutido em várias ocasiões.

Palavras-Chave: Igreja Luterana; Feminismo; Representações;

ABSTRACT

This work searches to contribute to the studies that were concerned with the impact of feminism in the religious field, through the analysis of representations of feminism in the *Servas do Senhor* magazine, an official periodical of *Liga de Senhoras Luteranas do Brasil* (LSLB), during the period between 1960 and 2000. It was demonstrated the role of this magazine that, through the written word, transmitted and confirmed Christian beliefs and values to the Lutheran women, a clear attempt to take away them of feminist ideals. First as Newsletter and then as *Servas do Senhor* magazine, this periodical of LSLB also exercised significant role in bringing to the attention of all, the actions of the *Liga* for the Church. It was also discussed important aspects of second wave of feminism in Brazil, as well as criticism that movement received from various spheres of society, focusing mainly on those of a religious nature. Moreover, it was observed how that feminism post-60 affected the Evangelical Lutheran Church of Brazil that, in the midst of a reality in which traditional values were contested, it was compelled to the debate that question, to reaffirm its doctrine. This concern of the Church with feminist ideas provoked a lot of discussion on several occasions about questions related to appropriate roles for men and women, and these reunions have produced a series of documents dealing about women's participation in church activities. While a magazine connected to a religious institution, whose doctrine established roles which fit men and women, the *Servas do Senhor* had the task, in a moment of feminist concerns, to create representations about the feminist movement to alert their audience about the "danger" of such movement. This work used to refer to the notion of representation from the concepts developed by Roger Chartier, for whom social representations are constructed and the interests of certain groups that forge them. The methodological contributions of Michelle Perrot, Natalie Davis, Joan Scott, Pierre Bourdieu, among others, were also key to think about questions related to women's history and also to demonstrate that the impact of feminism in IELB, somehow, had positive effects on Lutheran's women, because somehow provoked much debate around themes related to women in the church, thus contributing to this subject was widely discussed on several occasions.

Keywords: Lutheran Church; Feminism; Representations;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa do primeiro número do Boletim Informativo da LSLB (1960).....	88
Figura 2 – Mudanças na capa do <i>Boletim Informativo</i> da LSLB em 1965.....	88
Figura 3 – Capa do primeiro número da revista <i>Servas do Senhor</i> (1966).....	100
Figura 4 – Carro doado pela LSLB à Igreja Luterana de Portugal.....	104
Figura 5 – Entrega do Turis-Car, doado pela LSLB à Igreja Luterana do Brasil.....	105
Figura 6 – Formandos auxiliados pela LSLB por meio de bolsas de estudo.....	106
Figura 7 – Projetos realizados pela LSLB.....	107
Figura 8 – Pedido de envio de artigos para a revista <i>Servas do Senhor</i>	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IELB – Igreja Evangélica Luterana do Brasil

LSLB – Liga das Senhoras Luteranas do Brasil

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

LCMS – Lutheran Church Missouri Synod (Igreja Luterana - Sínodo de Missouri)

LWML – Lutheran Women’s Missionary League (Liga Missionária de Senhoras Luteranas)

CTRE – Comissão de Teologia e Relações Eclesiais

DEP – Departamento de Educação Paroquial

DAS – Departamento de Assistência Social

CEDA – Centro Educacional para Deficientes Auditivos

CPC – Casa Publicadora Concórdia

IELP – Igreja Evangélica Luterana de Portugal

LLLB – Liga de Leigos Luteranos do Brasil

JELB – Juventude Evangélica Luterana do Brasil

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	08
Lista de abreviaturas e siglas	09
Introdução	11
I – FEMINISMO E RELIGIÃO: O MOVIMENTO FEMINISTA PÓS-60 E SEUS REFLEXOS NA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL.....	29
1.1) Feminismo de segunda onda no Brasil.....	29
1.2) A Igreja Evangélica Luterana (IELB) no Brasil	36
1.3) Discutindo o papel da mulher na Igreja.....	39
1.4) Liga de Senhoras Luteranas do Brasil: a atuação feminina na Igreja Evangélica Luterana no Brasil	63
II – DE BOLETIM INFORMATIVO À REVISTA <i>SERVAS DO SENHOR</i>: A CONSOLIDAÇÃO DA IMPRENSA FEMININA NA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL.....	75
2.1) Imprensa feminina no Brasil.....	75
2.2) O <i>Boletim Informativo</i> da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil.....	79
2.3) Revista <i>Servas do Senhor</i> : a revista da mulher luterana.....	92
III – REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMINISMO NA REVISTA <i>SERVAS DO SENHOR</i>.....	122
3.1) Considerações sobre a noção de representação.....	122
3.2) O feminismo nas páginas da revista <i>Servas do Senhor</i>	124
3.2.1) <i>A Mulher Hoje</i> : ideias masculinas sobre papéis femininos.....	144
3.3) Impactos do feminismo na IELB.....	158
Considerações Finais.....	168
Fontes e Referências.....	176

INTRODUÇÃO

As religiões e os estudos que tentaram compreendê-las sentiram ao longo dos últimos anos, significativamente, os impactos do feminismo, tanto como movimento, quanto pensamento.¹ Segundo Maria José Rosado-Nunes, as reivindicações das fiéis foram muito distintas e englobaram desde o acesso ao sacerdócio e ao pastorado, no campo cristão, até o uso do véu, ou sua recusa, entre as muçulmanas, por exemplo. Para a autora, a influência das ideias feministas na religião ocorreu da seguinte maneira:

O desenvolvimento de um discurso teológico elaborado por mulheres e distinto, em muitos aspectos, daqueles que escrevem os homens é marcado pela forte influência das ideias feministas. Revisões das interpretações existentes dos textos sagrados e a proposição de novas interpretações são uma constante entre as teólogas feministas. As doutrinas e a organização institucional têm sido alvo de sua crítica. Também os cultos realizados por grupos de mulheres têm se constituído como espaços de contestação e de criação imaginativa de novas formas de relacionar-se com suas crenças. Pode-se dizer que nenhuma área das religiões instituídas deixou de passar pelo crivo crítico do olhar feminista.²

Maria das Dores Campos explica que, no caso das Igrejas pentecostais, por exemplo, mesmo que a perspectiva tradicionalista das maiores e mais antigas denominações tenha reduzido em muito a influência do feminismo, de forma indireta, alguns elementos do imaginário político feminista foram incorporados na pauta cultural e política de várias estruturas eclesiais. A autora considera ainda que a crescente consagração de mulheres para o exercício do pastorado e o apoio a candidaturas femininas em disputas eleitorais evidenciam que a luta pela equidade entre os gêneros teve alguma ressonância no campo religioso.³

O feminismo pós-60 buscou entender a ligação da mulher com os fenômenos religiosos, a fim de construir uma crítica às injunções da Igreja à vida das mulheres. Buscando

¹ROSADO-NUNES, Maria José. *Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal*: entrevista com Ivone Gebara, p. 294.

²ROSADO-NUNES, Maria José. *Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal*: entrevista com Ivone Gebara, p. 294.

³MACHADO, Maria das Dores Campos. *Religião, mulheres e política institucional*, p. 48.

transformações radicais das relações de gênero em todos os domínios da vida social, tanto o público como o privado, o feminismo passou a combater um dos pilares da dominação masculina: a dependência da sexualidade com a reprodução. Tal rompimento trazia consigo, de acordo com Lucila Scavone, implicações legais e sociais: do ponto de vista legal, tornar acessível o uso de contraceptivos seguros e também a prática do aborto, e do ponto de vista social, tornar possível a livre escolha por parte da mulher pela maternidade, desligando-a, com isso, do histórico determinismo biológico que lhe imputava o papel de mãe.⁴

Desse modo, procuramos contribuir com os estudos que se preocuparam com os impactos do feminismo no campo religioso, por meio da análise das representações sobre o feminismo presente na revista *Servas do Senhor*, impresso oficial da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB), no período compreendido entre os anos de 1960 e 2000. Analisar o papel desempenhado pela revista que, por meio da palavra escrita, transmitiu e reafirmou crenças e valores cristãos às mulheres luteranas, numa clara tentativa de afastá-las dos ideais feministas.

A LSLB foi uma organização feminina criada na Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) em 1957, cujo principal objetivo era promover a união de todas as mulheres luteranas para auxiliar financeiramente a Igreja. Por meio de seus projetos missionários, contribuiu para os projetos de autonomia e crescimento da IELB. Assim, a LSLB converteu-se em um importante espaço feminino na Igreja, o qual nos mostra como as mulheres luteranas, mesmo estando “nas margens” dos centros de poder, em uma instituição patriarcal que pregava a submissão feminina à figura masculina, souberam se mostrar ativas e ganharam, com o passar do tempo, reconhecimento pelos projetos missionários que desenvolveram em prol da IELB.

Utilizamos o termo “nas margens” no mesmo sentido que foi desenvolvido por Natalie Zemon Davis, em seu livro *Nas Margens*, em que essa autora, analisa a trajetória de três mulheres que viveram “nas margens” da sociedade europeia do século XVII, mostrando como as três souberam tirar o máximo de proveito dessa situação. *Nas Margens*, reconstruiu a trajetória de Glikl bas Judah Leib, nascida em Hamburgo, judia e mulher de negócios bem-sucedida; Marie de l'Incarnation, nascida em Tours, tornou-se uma visionária mística, uniu-se às ursulinas e partiu em missão para o Canadá e; Maria Sibylla Merian, protestante e pintora,

⁴ SCAVONE, Lucila. *Religiões, Gênero e Feminismo*, p. 02.

nascida em Frankfurt que, após separar-se do marido, viajou para o Suriname, a fim de dedicar-se ao estudo de botânica e entomologia.⁵

Conforme Davis, essas três mulheres “*encontraram* coisas nas margens” e, por meio da ousadia, fizeram coisas e chegaram a resultados os quais nunca ninguém havia antes obtido. Embora tenham se dedicado a “amigas e parentas”, não fizeram da “promoção feminina” seu principal objetivo, mas suas histórias indicaram outras possibilidades de vida no século XVII, novas maneiras de “viver nas margens”. Natalie Davis explica esse “viver nas margens” nos seguintes termos:

“Margens” em que sentido? Para começar essas mulheres estavam longe dos centros de poder político, real, cívico e senatorial – Glikl como judia, Marie e Maria Sibylla como plebéias. (...) As mulheres também estavam consideravelmente longe dos centros formais de aprendizagem e de instituições voltadas para a definição cultural (...) Nos três casos, visões e artefatos culturais – a autobiografia com histórias, a expressão mística e os textos do Novo Mundo, os ciclos a partir de uma posição marginal. Contudo, essa posição não tinha a esterilidade ou o baixo nível de qualidade atribuídos à palavra *margem* na acepção da economia moderna que pensa em termos de lucros. Ao contrário era uma região limítrofe entre depósitos culturais que permitiam novos cultivos e híbridos surpreendentes. Cada qual a sua maneira, essas três mulheres apreciaram ou adotaram uma posição marginal, reconstituindo-a como um centro localmente definido.⁶

Ao retratar a trajetória de vida dessas três mulheres, Davis buscou os pontos em comum e as diferenças entre elas e a maneira como se distinguiram e se assemelharam aos homens de seu tempo. Nas palavras da autora: “Eu reuni uma judia, uma católica e uma protestante para tentar perceber a diferença que a religião faz em suas vidas, que portas ela abriu para vocês e que portas fechou, que palavras e atos lhes permitiu escolher”.⁷ Entretanto, Natalie Davis não se limitou a descrevê-las somente como “sofredoras resignadas”, mas procurou ver as vantagens que tiveram por se situarem nas margens.

A delimitação cronológica escolhida nesta dissertação revela momentos importantes da história do feminismo no Brasil. Primeiro a transição da década de 1960 para a década de 1970, que trouxe à tona a questão da mulher, também um período de ressurgimento do feminismo brasileiro, em meio a um momento político particular, marcado por um período de ditadura militar e de repressão. Os anos 80 foi um período em que o movimento feminista tomou novos rumos, conquistando espaços no plano institucional, por meio de Conselhos e Delegacias da Mulher. Ao lado dessas ações políticas, o movimento também discutiu questões

⁵ DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens*: três mulheres do século XVII.

⁶ DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens*: três mulheres do século XVII, p. 195-6.

⁷ DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens*: três mulheres do século XVII, p. 13.

importantes relacionadas à saúde e à violência contra a mulher. Já a década de 90 foi marcada pelos questionamentos em torno do fim do feminismo bem como pela profissionalização do movimento com o aparecimento de grande número de ONGs preocupadas com a questão das mulheres, nova fase pela qual passava o movimento naqueles anos. De igual modo, nesse período que delimitamos também ocorreram mudanças e continuidades importantes na IELB, no que tange à participação das mulheres na Igreja, fruto da incidência das ideias feministas na religião.

Este trabalho se beneficiou das aberturas teóricas ocorridas nas décadas finais do século XX, que se debruçaram sobre novas temáticas e grupos sociais até então negligenciados, como por exemplo, as mulheres. Aliado a isso está o alargamento das noções de fonte, que levou ao reconhecimento da imprensa como importante instrumento para a pesquisa histórica.

Nas palavras de Peter Burke, essa abertura a novos objetos e grupos até então negligenciados ocorreu em grande parte devido à contribuição do movimento dos *Annales*.⁸ Na França, a terceira geração dos *Annales* realizou deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamentos estatísticos, propunha novos objetos, novos problemas e novas abordagens. Os aportes analíticos, provenientes de outras ciências humanas ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar. A face mais evidente do processo de alargamento do campo historiográfico foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, questões até então ausentes do território da História.⁹

A história das mulheres, por meio da constatação de negação e de esquecimento, foi impulsionada a partir de 1970 devido à explosão do feminismo. Esteve articulada ao crescimento da antropologia e da história das mentalidades, incorporando as contribuições da história social e dos aportes das novas pesquisas sobre memória popular.¹⁰ Desse modo,

⁸BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989) a Revolução Francesa da historiografia*.

⁹LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 112.

¹⁰FARGE, A. et al. *A história das mulheres*. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia, p. 08.

incentivadas pela onda do movimento feminista, as mulheres atingem a posição de “objeto e sujeito da história”.¹¹ Daí a história das mulheres emerge como um campo de estudo, influenciada pelas renovações teórico-metodológicas da disciplina e, sobretudo, pelas campanhas feministas. Um importante avanço, se considerarmos a despreocupação da historiografia dominante, herdeira do iluminismo, com a participação diferenciada dos dois sexos, já que polarizada para um sujeito humano universal.¹²

Conforme Joana Maria Pedro, a antiga forma de escrever a história, chamada de “positivista”, ou às vezes “empirista”, dava destaque a personagens, em geral masculinos, que tinham de alguma forma participado dos governos ou de guerras. Era a chamada “história de governantes e de batalhas” e, nessa história, não havia lugar para as mulheres. Numa história de governantes e de batalhas, as mulheres só eram incluídas quando ocupavam, eventualmente, o trono ou então quando se tornavam a “face oculta” que governava o trono, ou a república.¹³

Segundo Michelle Perrot¹⁴, a Nova História, maneira como também ficou conhecida a terceira geração dos *Annales*, multiplicou os objetos de pesquisa e, apesar de ser criticada por “esmigalhar” a história, foi muito importante para a inovação no campo da historiografia, em um momento em que o clima intelectual mudava e a maneira de escrever a história acompanhava tais mudanças. A autora considera que esse momento foi muito favorável para a emergência do “objeto” mulher nas ciências humanas em geral e na história em particular. Para Perrot, diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – contribuíram para que a escrita de uma história das mulheres fosse possível.

O desenvolvimento da história das mulheres, aliado às inovações no campo da historiografia, deu lugar às pesquisas englobando inúmeros temas. As mulheres deixaram de ser analisadas apenas no exercício do trabalho, da política, no terreno da educação, ou dos direitos civis, novos temas foram introduzidos, como a família, a maternidade, os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo.¹⁵

De acordo com Joan Scott, as mulheres evoluíram do feminismo para a história das mulheres e daí para o gênero, ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise. Segundo Scott, a conexão entre história das mulheres e a política é ao mesmo tempo

¹¹SOIHET, Rachel. *História das mulheres*.

¹²SOIHET, Raquel. *História das Mulheres e Relações de Gênero*: algumas reflexões.

¹³PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate*: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica História, p. 83.

¹⁴PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*.

¹⁵SOIHET, Rachel. *História das mulheres*.

óbvia e complexa. Entretanto, Scott ressalta que a história das mulheres não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, voltado ao mesmo tempo para a posição variável das mulheres na história, para o movimento feminista e para a disciplina da história. Joan Scott considera o feminismo um movimento internacional, mas com características particulares, regionais e nacionais. O feminismo foi responsável por assumir e criar uma identidade coletiva de mulheres, com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e suas vidas.¹⁶

Por suas características e interesses, o feminismo foi interpretado de formas distintas, por grupos sociais distintos. No caso dos grupos religiosos, a posição quase sempre foi de crítica, de recusa em relação aos posicionamentos feministas, pois esse movimento destoava dos preceitos cristãos. Entretanto, as formas adotadas pelas diferentes denominações religiosas para lidarem com os efeitos do feminismo e as consequências que tiveram em cada uma dessas denominações foram muito particulares. Se algumas Igrejas foram mais “flexíveis” diante do contexto de florescimento das ideias feministas, outras mantiveram-se seguras na afirmação de suas doutrinas. Se algumas congregações permitiram que mulheres fossem elevadas à condição de pastoras, outras entenderam que essa função era de exclusividade dos homens e afastaram peremptoriamente a possibilidade de as mulheres alcançarem tal posto. Devido a essas diferenciações e singularidades é que optamos por analisar o impacto do feminismo na IELB por meio das representações presentes na revista *Servas do Senhor*. Por mais que a interpretação da IELB sobre o feminismo tenha sido semelhante à da maioria das Igrejas cristãs, nessa instituição, o feminismo trouxe consequências muito particulares, conforme veremos ao longo deste trabalho.

O feminismo, enquanto um movimento social visível, viveu algumas “ondas”, conforme apontou Joana Maria Pedro:

O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”.¹⁷

¹⁶SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. p. 67.

¹⁷PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica História*, p. 79.

Entretanto, conforme ressaltou Joana Maria Pedro, no início do movimento feminista de “segunda onda”, a palavra gênero não estava presente, usava-se a categoria “mulher”, usada em contraposição à palavra “homem”, considerada universal. Nesse contexto, o movimento feminista questionava o universal, ou seja, o masculino, pois as feministas diziam que não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. O “homem universal” não incluía as questões próprias da “mulher” como, por exemplo, o direito de “ter filhos quando quiser, se quiser”, a luta contra a violência doméstica, a reivindicação pela divisão de tarefas do lar. Em favor da “diferença” em relação ao “homem”, ser universal e masculino, que a categoria “mulher” era reivindicada.¹⁸

No entanto, o uso da categoria “mulher” sofria variadas interpretações, dependendo da forma como eram entendidas as relações. As mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença, pois a categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da do “homem”, não era suficiente para explicá-las.¹⁹

Nesse sentido, a categoria “mulheres” passou a ser utilizada em várias pesquisas, a partir da década de 80, a fim de destacar “as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado”.²⁰ No caso da historiografia brasileira, o trabalho *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, de Maria Odila Leite da Silva Dias, publicado em 1984, é considerado um dos precursores na utilização da categoria “mulheres”. O trabalho de Maria Odila contribuiu para o conhecimento dos papéis históricos de mulheres de classes oprimidas, livres, escravas e forras, no processo de urbanização da cidade de São Paulo, no período compreendido entre fins do século XVIII e as vésperas da abolição. Segundo Maria Odila, “Quotidiano e Poder” não se referiu apenas a papéis sociais normativos e prescritos, “mas a mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e conflitos, que compõem a organização das relações de produção, o sistema de dominação e de estruturação de poder”.²¹

Todavia, independentemente de usar a categoria “mulher” ou “mulheres”, o que se buscava era responder o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus. Assim, do

¹⁸PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*, p. 80.

¹⁹PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*, p. 82.

²⁰SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*, p. 287.

²¹DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, p. 13.

interior da categoria mulheres surgiu a categoria gênero, que passou a ser utilizada pelas historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres. Para Joana Maria Pedro, o uso da palavra gênero estava intimamente relacionado aos movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, ou seja, sua trajetória acompanhou a luta por direitos civis, direitos humanos, igualdade e respeito. Para a autora, a palavra gênero passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do próprio movimento, que buscava uma explicação para a subordinação das mulheres. A partir da segunda onda do movimento feminista que a categoria gênero foi criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres.²²

Na década de 80, Joan Wallach Scott publicou nos Estados Unidos o texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990, que propunha uma nova categoria de análise: o gênero. Segundo Scott, o gênero deveria ser empregado para pensar as relações sociais entre os sexos, uma vez que a informação a respeito das mulheres demandava necessariamente informação sobre os homens, ou seja, o estudo de um implicaria o estudo do outro. Ao rejeitar as explicações biológicas, o gênero se tornaria uma maneira de indicar as “construções sociais” entre homens e mulheres:

A criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens.²³

Joan Scott ainda argumentava que gênero significava o saber a respeito das diferenças sexuais, saber este utilizado a partir dos estudos desenvolvidos por Michel Foucault. Em suas palavras:

Uso saber, seguindo Michel Foucault, com o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres. Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder - de dominação e de subordinação - são construídas. O saber não está limitado apenas às idéias, também se faz presente nas instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, pois todos esses elementos constituem relações sociais.²⁴

²²PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*, p. 79.

²³ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria de análise histórica*, p. 14.

²⁴SCOTT, Joan W. *Prefácio a gender and politics of history*, p. 12

A exposição dos quatro elementos inter-relacionados envolvidos no gênero, concebidos por Scott, possibilita uma melhor compreensão sobre as relações de gênero: os símbolos culturais colocados à disposição das pessoas, os quais evocam representações múltiplas e contraditórias; os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, o que limita suas possibilidades metafóricas, a religião, a educação, a ciência, a política expressam esses conceitos por meio de oposições dualistas, categorizando o masculino e o feminino; as instituições e organizações sociais como a família, sistema político, sistema educacional e; as identidades subjetivas que se encontram relacionadas aos indivíduos, por meio da construção do sujeito.²⁵

Entretanto, além do uso das contribuições de Joan Scott, a historiografia incorporou novas propostas teóricas às discussões sobre gênero, com trabalhos de pesquisadores como o historiador Thomas Laqueur²⁶, a filósofa Judith Butler²⁷ e a historiadora Linda Nicholson²⁸, que colocaram em questão a diferença entre sexo e gênero, afastando-se das posturas essencialistas.²⁹

As relações de gênero sofrem variações de acordo com as culturas, a religião, classes sociais, raças e contextos históricos, que se relacionam e atuam nos domínios do cotidiano. Enquanto categoria de análise, o gênero fornece a ideia de que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Ao contrário do sexo, o gênero é considerado um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. O gênero também envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social.³⁰

Michelle Perrot considera que ao longo da história a questão do poder sempre esteve no centro das relações entre homens e mulheres. Constatação que também está no centro das discussões de Joan Scott, para quem por meio das relações de gênero, as relações de poder, de dominação e de subordinação são construídas.

Na perspectiva de Scott, o conceito de gênero é importante na medida em que permite que as relações sociais entre os sexos possam ser percebidas. Assim, o núcleo

²⁵SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Rearticulando gênero e classe social*, p. 198.

²⁶LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*.

²⁷BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*.

²⁸NICHOLSON, Linda. *Interpretando o Gênero*.

²⁹PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*.

³⁰SORJ, Bila. *O feminismo na encruzilhada da modernidade*, p. 16.

essencial da definição de gênero, para Scott, repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre dois sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.³¹ Scott ainda argumenta que utilizar a categoria gênero em análises sociais significa rejeitar explicitamente as justificativas biológicas para as desigualdades nas relações sociais entre os sexos, pois acredita que a desigualdade entre homens e mulheres é “socialmente construída”, por meio da atribuição a ambos de papéis diferentes e hierarquizados.³²

Nesse aspecto, são muito válidas as considerações de Pierre Bourdieu sobre a chamada “natureza feminina”, a qual o sociólogo entende como um processo de “socialização do biológico” e “biologização do social”. Para Bourdieu, “as divisões que constituem a ordem social, mais precisamente as relações sociais de dominação e de exploração estabelecida entre os gêneros, levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas, a partir da oposição entre o masculino e o feminino”.³³ Diante disso, a dominação masculina encontra excelentes condições para seu desenvolvimento.

As estruturas de dominação, segundo Bourdieu, resultam de um trabalho incessante e histórico de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos por meio de violência física e violência simbólica, como é o caso de instituições como a família, Igreja, Escola, Estado. Nesse processo, os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, vistas como naturais. Assim, a violência simbólica se institui pela adesão que “o dominado não pode deixar de conceder ao dominante quando ele não dispõe, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem essa relação ser vista como natural”.³⁴

No entanto, alguns autores observam nesse processo de dominação a presença de resistências, manipulações e variações por parte dos dominados. No caso da relação entre homens e mulheres apontam para as sutilezas presentes nas relações entre os sexos, destacando nessa relação as alianças e consentimentos por parte das mulheres. Entre esses autores está também o historiador Roger Chartier. Para Chartier é necessário perceber os mecanismos, que garantem o consentimento das mulheres às representações dominantes, e

³¹ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, p. 14.

³² SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, p. 13.

³³BOUDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, p. 41.

³⁴BOUDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, p. 46-47.

não simplesmente privilegiar a escrita de uma história da dominação dos homens sobre as mulheres e da resistência dessas à dominação. Nesse sentido, Chartier propõe uma aproximação entre os conceitos de dominação masculina e os aspectos simbólicos, que supõe a adesão dos dominados às categorias que dão base à sua dominação.³⁵

Igualmente importantes para se pensar a noção de resistência nas abordagens sobre mulheres são as considerações de Michelle Perrot. A autora chama atenção para o fato de que em uma sociedade globalmente dominada pelo poder masculino, as mulheres exerceram todo o poder possível, não foram apenas vítimas ou sujeitos passivos: “utilizando os espaços e as tarefas que lhes eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contrapoderes que podiam subverter os papéis aparentes”.³⁶

No caso da relação entre as mulheres e a religião, Perrot analisa que essa relação tem se desenvolvido de maneira paradoxal, haja vista que as religiões são, ao mesmo tempo, poder *sobre* e poder *das* mulheres. Segundo a autora, a religião exerce um “poder sobre as mulheres”, à medida que coloca a diferença entre os sexos como um de seus fundamentos, prática comum entre as grandes religiões monoteístas. Essas religiões fundamentam-se na hierarquia do masculino e do feminino, ou seja, obedecem a “ordem de uma Natureza criada por Deus”.³⁷ A religião enquanto um poder sobre as mulheres acentua-se ainda mais nos organizadores dessas religiões, pois “todas elas, estabelecem a dominação dos clérigos e subordinam as mulheres, geralmente excluídas do exercício do culto (na Igreja ou na sinagoga), ou mesmo de seu espaço”.³⁸

Todavia, a religião torna-se “poder das mulheres”, quando elas conseguem transformar a posição de submissão que a religião lhes reserva, na base de base de um contrapoder e de uma sociabilidade. As mulheres veem a piedade e a devoção como um dever, porém, em contrapartida também acreditam que tais ações causam compensação e prazer. Nessa perspectiva, a Igreja oferece um abrigo às “misérias das mulheres”, pregando, entretanto, sua submissão. “Os conventos eram lugares de abandono e de confinamento, mas também refúgios contra o poder masculino e familiar. Lugares de apropriação do saber e mesmo de criação”.³⁹

³⁵ CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (nota crítica), p. 41.

³⁶ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*, p. 273.

³⁷ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*, p. 83.

³⁸ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*, p. 84.

³⁹ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*, p. 84.

Perrot ainda destaca que a análise de Michel Foucault sobre o poder adéqua-se muito bem às pesquisas sobre as mulheres e às relações entre os sexos, por considerar os micropoderes, suas ramificações, a organização dos tempos e dos espaços, as estratégias minúsculas que percorrem o cotidiano, as formas de consentimentos e de resistência formais e informais.

O poder, de acordo com Michel Foucault, não se localiza em nenhum ponto específico da estrutura social, pois funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. O poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. Assim, o poder é algo que se exerce, que se efetua e funciona e que não está situado em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e que está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social. Assim, o poder não pode ser tomado como um fenômeno de dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros de uma classe sobre a outra.⁴⁰ Conforme Michel Foucault:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em condições de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (...) Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder.⁴¹

É importante ressaltar que as religiões cristãs sempre demonstraram muita resistência em dar visibilidade à atuação feminina nas atividades das Igrejas. Para tanto, utilizavam o argumento da “natural” submissão feminina, a fim de afastarem as mulheres das mais importantes esferas religiosas do poder. Porém, tidas como o grande público alvo das Igrejas, as mulheres, sobretudo, após a segunda metade do século XX, passaram a buscar reconhecimento pelo seu trabalho nas congregações. Veremos que, no caso das mulheres luteranas, a busca por maior reconhecimento pelo trabalho feminino na Igreja, não foi

⁴⁰FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*.

⁴¹FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, p. 183.

marcada por uma rivalização com os homens e tampouco por contestação da condição de submissão. Nos momentos em que se manifestaram sobre essa questão, quiseram destacar o desempenho das luteranas em auxiliar a Igreja por meio da LSLB, pois julgavam que, ressaltando as ações da Liga, isso se reverteria em mais benefícios para a Igreja.

A escolha de uma revista para a realização deste trabalho, se deu pelo reconhecimento que esse tipo de fonte alcançou nas últimas décadas nas pesquisas em História e também pelo fato de os impressos religiosos destinados às mulheres serem alvo de poucos estudos. Embora muitos trabalhos tenham buscado a imprensa feminina para discutir aspectos relacionados à história das mulheres, poucos são aqueles que selecionaram impressos de natureza religiosa para seus estudos, a exemplo da revista *Servas do Senhor* que, mesmo sendo publicada há cinquenta anos, não foi alvo de trabalhos acadêmicos.

Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fonte para o conhecimento de História do Brasil. Segundo Tania Regina de Luca, vários fatores explicam tal situação, que não era particularidade brasileira, entre eles o peso da tradição dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, a qual se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. O historiador não poderia ter qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo.

Nesse contexto, conforme Tania de Luca,⁴² os jornais eram considerados pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que continham registros fragmentários do presente, influenciados por interesses e compromissos. Nas décadas seguintes, palco de aberturas teóricas e metodológicas com os estudos em História Cultural, as publicações periódicas passaram a atrair a atenção de pesquisadores interessados no conhecimento e na avaliação intelectual de determinados períodos da História. Por suas características próprias, as publicações sequenciais podem proporcionar ao pesquisador possibilidade de vislumbrar quais seriam os temas de interesse em uma época, a maneira como foram abordados, quem eram seus autores, quem eram seus leitores.

Para Tania de Luca, a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa para os estudos de gênero, está relacionada ao fato de essa temática ser considerada uma das mais dinâmicas da historiografia contemporânea brasileira, “responsável por periódicos acadêmicos, centros

⁴²DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. p. 111.

de documentação e linhas de pesquisas em programas de pós-graduação”.⁴³ No entanto, faz-se necessário perceber o que a imprensa feminina representa para uma determinada sociedade, sem resumi-la a receitas culinárias ou contos de amor. “Suas funções não são transparentes, não visam apenas a conselhos práticos ou lazer. No espelho da imprensa feminina as imagens e as verdades são muitas”, alertou Dulcília Buitoni.⁴⁴

Conforme Ana Luiza Martins, a imprensa feminina pode ser considerada uma das fontes mais ricas da historiografia, por revelar dimensões insuspeitas do universo feminino, principalmente, quando enriquecidas pelos estudos de gênero, que têm norteado as análises nesse âmbito. Para a autora:

Textos produzidos por mulheres e a elas dirigidos resultam em documentos preciosos, que as surpreende como sujeitos de sua reprimida história, veiculando sentimentos secularmente ocultos e posturas recônditas, mas também desvelando condutas que se confrontavam com aquela tradicional e aceita da *Rainha do lar*.⁴⁵

Diferentemente dos leitores que surgiram com a República, a mulher leitora, desde o Império, foi uma presença assídua no contexto do impresso, mesmo que em número reduzido e pertencendo a camadas sociais mais elevadas, confirmando, assim, a leitura como prática feminina recorrente. No caso das mulheres, entre o consumo e a produção a mudança foi rápida, passaram de leitoras de folhetins e romances, para colaboradoras e produtoras de revistas femininas, demonstrando, que “o exercício das letras, em princípio condenado pela carga de iniciativa e questionamentos que comportava, foi tolerado e até consentido; mais ainda quando reiterava o tradicional papel feminino de mãe-esposa-rainha do lar”.⁴⁶

Entretanto, Ana Luiza salienta que o uso de revistas como fonte histórica revelou que “frases e imagens de periódicos pinçadas aqui e acolá, descosturadas do mergulho em seu tempo – vale dizer, no imaginário construído ao seu tempo – não iluminam suficientemente o passado”.⁴⁷ Nesse sentido, segundo a autora, a revista só tem pertinência como fonte histórica quando consideradas as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas e da natureza dos capitais.

Nessa mesma perspectiva, Tania Regina de Luca chama atenção para o fato de que as condições materiais e técnicas dos impressos são dotadas de historicidade, pertencentes a

⁴³DE LUCA, Tania Regina, *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 126.

⁴⁴BUITONI, D. S. *Imprensa feminina*, p. 05.

⁴⁵MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*, p. 371.

⁴⁶MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*, p. 372.

⁴⁷MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*, p. 21.

contextos socioculturais específicos que possibilitam a localização da fonte numa série, pois não se constitui em um objeto único e isolado. Desse modo, “o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes históricas”.⁴⁸

As autoras Heloísa Cruz e Maria Cunha Peixoto, advertem para os perigos de lidar apenas com fragmento de um veículo da imprensa, como um editorial, notícias esparsas ou cartas aos leitores, sem relacioná-lo com o projeto editorial do qual se articula, sem remetê-lo ao jornal ou à revista que o publicou numa determinada conjuntura. Segundo as autoras, os pesquisadores, ao utilizarem em seus trabalhos jornais e revistas, não podem esquecer que o objetivo de sua leitura e análise é indagar sobre a configuração do projeto editorial desses impressos, desvendando sua “historicidade” e “intencionalidade”. Para tanto, torna-se fundamental transformá-los em fonte.⁴⁹

Desse modo, Tania de Luca propôs uma história “dos”, “nos” e “por meio dos” periódicos, que considere o impresso selecionado ao mesmo tempo como “fonte” e “objeto” de pesquisa historiográfica, rigorosamente, inseridos na crítica competente e que leve em conta os aspectos materiais como periodicidade, impressão, papel, uso ou não de iconografia e de publicidade, assim como as técnicas de impressão e o lugar social de produção.⁵⁰

De Luca também adverte que à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos que nem sempre estão presentes nas páginas dos impressos.⁵¹ Nesse sentido, a autora recomenda que o historiador recorra a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico. É o que faremos neste trabalho, pois para elucidar quais eram as intenções do grupo responsável pela circulação da revista *Servas do Senhor* e também compreender o complexo trabalho de edição – que envolve desde a escolha das ilustrações e seleção de conteúdos até as mudanças tipográficas mais substanciais, como a capa, a disposição das colunas, o modelo do papel, entre outros aspectos – recorreremos a um importante conjunto de fontes.

Entre os impressos que consultamos estão os livros “Crônicas da Igreja: fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900-1974)”⁵², escrito por Carlos Warth, e

⁴⁸DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 139.

⁴⁹CRUZ, Heloísa. CUNHA, Peixoto Maria. *Na oficina do historiador*, p. 260.

⁵⁰LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 111-153.

⁵¹ LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 141.

⁵²WARTH. Carlos H. *Crônicas da Igreja: fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900-1974)*.

“Um Grão de Mostarda 2: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil”⁵³, escrito por Paulo Wille Buss, que consideramos importantes por conterem informações detalhadas sobre a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, no período compreendido entre 1900 e 2000, abrangendo dados estatísticos, principais decisões tomadas nas convenções nacionais, principais diretorias nacionais, além disso, também trazem ricas informações sobre a criação da LSLB, seus primeiros anos de atividades, os desafios iniciais que acompanharam as mulheres luteranas engajadas na formação de uma liga nacional, bem como o sucesso alcançado no decorrer dos anos por essa organização auxiliar dentro da IELB.

Além desses impressos institucionais, foram utilizados também documentos oficiais da IELB, coletados junto ao Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Arquivo da Liga de Servas Luteranas do Brasil e Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, localizados no Centro Administrativo da Igreja Evangélica Luterana na cidade de Porto Alegre – RS. Dentre os documentos coletados nos Arquivos da Igreja Luterana e utilizados nesta pesquisa estão: Atas das Convenções Nacionais da IELB (1904 a 1998); Atas dos Congressos Nacionais da LSLB (1957 a 1998); Atas das Reuniões Anuais da Diretoria da LSLB (1957 a 1999); artigos publicados em outros impressos oficiais da IELB como o Jornal *Mensageiro Luterano* e a revista *Igreja Luterana*; e correspondências enviadas e recebidas pelos editores da revista *Servas do Senhor*.

Metodologicamente, além dos estudos sobre gênero e história das mulheres, já citados, esta pesquisa baseia-se na noção de representação desenvolvida pelo historiador Roger Chartier que adquiriu nas últimas décadas grande importância nos estudos dos especialistas da história cultural e mais recentemente dos adeptos da história política. Conforme Chartier, por meio da história cultural é possível perceber como em determinadas circunstâncias uma “realidade social é construída e pensada, dada a ler”, para tanto, é necessário identificar as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real, produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. Dessa forma, esses esquemas intelectuais incorporados criam as figuras graças às quais o “presente pode adquirir sentido”, o “outro tornar-se inteligível” e o “espaço ser decifrado”.⁵⁴

Roger Chartier propõe um conceito de cultura enquanto prática, sugerindo para o seu estudo as categorias de representação e apropriação. Para Roger Chartier, as representações

⁵³BUSS, Paulo Wille. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Luterana do Brasil*.

⁵⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural*, p.17.

sociais são construídas e determinadas pelos interesses de grupos que as forjam, daí a importância em relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza, pois “através das lutas de representações, um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, seus valores e o seu domínio”.⁵⁵ As percepções do social não são neutras, produzem estratégias e práticas sociais, escolares ou políticas, buscando impor uma autoridade, legitimar um projeto ou até mesmo justificar para os indivíduos as suas escolhas e condutas; “Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”.⁵⁶

Por mais que este trabalho não esteja preocupado em analisar a recepção do impresso, buscamos observar a partir das considerações de Roger Chartier como o suporte procurava impor um sentido. Há a preocupação em destacar a comunidade de leitores a que a revista *Servas do Senhor* destinava-se, pois as representações sobre o feminismo presentes na revista estavam diretamente ligadas a um horizonte de recepção.

Ao considerarmos a revista *Servas do Senhor* como uma “prática cultural”, conforme Chartier avalia os materiais impressos,⁵⁷ conseguiremos visualizar as “representações” emanadas pelo “grupo” responsável pelo impresso, ou seja, as “percepções do social”, as tentativas de “legitimação”, “justificação” das “escolhas e “condutas” que buscam a consolidação de uma “identidade” da mulher luterana. Visualizamos por meio da revista como as mulheres luteranas receberam as transformações ocorridas no mundo a partir da década de 1960 que promoveram mudanças no modelo de família, na organização da Igreja e puseram-nas frente aos posicionamentos defendidos pelos movimentos feministas.

A representação não é um campo passivo apenas de registro ou expressão sem significados existentes. Essa produção não é pacífica, pois se travam nos próprios grupos batalhas de criação e de imposição de significados particulares, atravessadas por relações de poder que, na maioria das vezes, é imposta pelo discursos masculino clerical.

Para alcançarmos os objetivos aqui propostos, esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro: *Feminismo e religião: o movimento feminista pós-60 e seus reflexos na Igreja Evangélica Luterana do Brasil*, serão discutidos alguns aspectos do feminismo de segunda onda no Brasil, bem como as críticas que o movimento recebeu de diversas esferas

⁵⁵CHARTIER, Roger. *A História Cultural*, p.17.

⁵⁶CHARTIER, Roger. *A História Cultural*, p.17.

⁵⁷CHARTIER, Roger. *Do livro à leitura*, p. 78.

da sociedade, com ênfase, principalmente, naquelas de cunho religioso. Nesse sentido, veremos como o contexto do feminismo pós-60, atingiu a Igreja Luterana que, em meio a uma realidade em que valores tradicionais eram contestados, viu-se impelida a discutir o tema, a fim de que seu público feminino pudesse ser “poupado” das influências do feminismo. A ameaça feminista fez com que se discutissem em várias ocasiões temas relacionados aos papéis apropriados a homens e mulheres na Igreja. Tais discussões resultaram em uma série de documentos, tratando da participação das mulheres nas atividades da Igreja, os quais serão nossos objetos de análise no primeiro capítulo.

No segundo capítulo: *De Boletim Informativo à revista Servas do Senhor: a consolidação da imprensa feminina na Igreja Evangélica Luterana do Brasil*, discutimos a criação desse importante veículo de comunicação para a LSLB, observando o momento de transição do Boletim Informativo para revista *Servas do Senhor*. Observamos também como o Boletim e depois a revista serviram como um meio de levar ao conhecimento de todas as ações da Liga em favor da Igreja.

No terceiro capítulo: *Representações sobre o feminismo na revista Servas do Senhor* analisaremos as representações emanadas da revista *Servas do Senhor* sobre o feminismo. Enquanto uma revista vinculada a uma instituição religiosa, cuja doutrina estabelecia quais papéis deveriam ser ocupados por homens e mulheres, coube a *Servas do Senhor*, em um momento de inquietações feministas, criar representações em torno do movimento feminista para alertar seu público a respeito do perigo de tal movimento. Desse modo, veremos que o impacto do feminismo na IELB, de alguma maneira teve efeitos positivos para as mulheres luteranas, pois de certa forma suscitou muitos debates em torno de questões relacionadas às mulheres na Igreja, contribuindo, assim, para que esse assunto fosse amplamente discutido em vários momentos.

CAPÍTULO I

FEMINISMO E RELIGIÃO: O MOVIMENTO FEMINISTA PÓS-60 E SEUS REFLEXOS NA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL

1.1 – Feminismo de segunda onda no Brasil

A década de 60 foi palco de intensa mobilização na luta contra o colonialismo, contra a discriminação racial, pelos direitos das minorias e pelas reivindicações estudantis. Também foi um momento de ampliação do campo político, o que resultou no alargamento da compreensão das contradições sociais para além do econômico, revelando a existência de outras formas de exercício do poder. Por meio de reivindicações, vários movimentos sociais trouxeram o individual para o campo do político, a fim de torná-lo coletivo, demonstrando que as relações sociais também eram perpassadas por relações de sexo e raça, instâncias que haviam se concretizado numa distribuição desigual do poder. Assim, em meio a esse momento histórico de contestação e luta, que o feminismo ressurgiu como um movimento de massas. Diversas organizações passaram a atuar como núcleos congregadores de grande número de mulheres, que desenvolviam atividades permanentes como grupos de trabalho, pesquisas, debates, cursos, publicações e participavam de campanhas que levavam milhares de mulheres às ruas por suas reivindicações específicas.⁵⁸

O feminismo pós-60, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos políticos, trabalhistas e civis, também se debruçou sobre as raízes culturais dessas desigualdades. Questionou a mística de um “eterno feminino”, ou seja, a crença na inferioridade “natural” das mulheres, a partir de fatores biológicos, assim como a certeza de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprirem papéis opostos na sociedade: ao homem, o mundo externo; à mulher, por sua função procriadora, o mundo interno. Uma diferenciação de papéis que, segundo Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, “na verdade mascara uma hierarquia, que delega ao

⁵⁸ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 58.

homem a posição de mando”.⁵⁹ Para as autoras, essa diferenciação de papéis faz parte de uma cultura predominantemente machista e encontra-se muito arraigada na política, no sistema jurídico, na religião, na vida intelectual e artística:

O movimento feminista atual refuta a ideologia que legitima a diferenciação de papéis, reivindicando a igualdade em todos os níveis, seja no mundo externo, seja no âmbito doméstico, revela que esta ideologia encobre na realidade uma relação de poder entre os sexos, e que a diferenciação de papéis baseia-se mais em critérios sociais do que biológicos. Como afirma Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”. O “masculino” e o “feminino” são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. A menina assim, aprende a ser doce, obediente, passiva, altruísta, dependente; enquanto o menino aprende a ser agressivo, competitivo, ativo, independente.⁶⁰

Com a afirmação “o sexo é político”, perpassado também por relações de poder, o feminismo rompeu com os modelos políticos tradicionais, que atribuíam uma neutralidade ao espaço individual e que definiam como política unicamente a esfera pública, “objetiva”. Desse modo, o discurso feminista apontava para o caráter subjetivo da opressão e para os aspectos emocionais da consciência, revelando os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública. Nas palavras de Alves e Pitanguy:

Conscientizando-se do fato de que as relações interpessoais contêm também um componente de poder e de hierarquia (homens versus mulheres, pais versus filhos, brancos versus negros, patrões versus operários, hetero versus homossexuais, etc.), o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo.⁶¹

Como bem ressaltou Céli Regina Jardim Pinto⁶², o feminismo no Brasil, “não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras”, mas um movimento que desde suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular. Na Europa e nos Estados Unidos tinham-se cenários de grande efervescência política, de revolução de costumes, de radical renovação cultural, enquanto no Brasil o clima era de ditadura militar. Entretanto, mesmo nesse contexto, aqui no Brasil, ao longo da década de 70, surgiu e se desenvolveu o movimento feminista.⁶³

⁵⁹ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 55.

⁶⁰ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 57.

⁶¹ ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*, p. 8-10.

⁶² PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 11.

⁶³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 43.

Nesse ponto, as considerações de Joana Maria Pedro são também muito pertinentes para pensar as particularidades do feminismo brasileiro. De acordo com essa autora:

Lutar no Brasil pela ‘liberação das mulheres’, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias, as propostas. Certamente foi esse cenário o principal responsável pela data ‘fundadora’ de 1975. Aquelas que, anteriormente, estavam discutindo e formando uma nova feminilidade, não reconheceram como feministas as atuações de vários dos grupos que assim se denominavam, tornando a própria denominação ‘feminista’ alvo de intensas disputas. A luta contra a ditadura e a busca por ‘conscientização’ das camadas populares tornaram o movimento feminista e de mulheres uma maneira menos arriscada de realizar esse projeto.⁶⁴

No Brasil, o surgimento e o desenvolvimento do movimento feminista pós-68, ocorreram em meio à realidade da ditadura militar, o que concorreu para que esse movimento assumisse características peculiares. De acordo com Céli Pinto, o governo Médici inaugurou a partir de 1969, um regime de terror, radicalizando a política da repressão e, o espaço da política ficou reduzido a uma farsa, a censura extrapolou a questão política e chegou com muita força a questões ditas morais e de costumes. Promoveu-se um patriotismo ufanista, traduzido na frase “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Aos opositores do regime restaram a clandestinidade, o exílio, a luta armada ou simplesmente o silêncio.⁶⁵

Conforme Pinto, a maioria das militantes feministas dos primórdios do feminismo no Brasil esteve envolvida ou foi simpatizante da luta contra a ditadura no país, algumas foram presas, perseguidas e exiladas pelo regime. Para a autora, o feminismo brasileiro da década de 70, foi um movimento que lutou por autonomia em um espaço marcado pelo político e defendeu a especificidade da condição da mulher de dominada, numa sociedade em que a condição de dominado era comum a grande parcela da população, em que diferentes mulheres enfrentavam uma gama de problemas diferenciados.⁶⁶

Ao longo da década de 70, ocorreram dois eventos considerados muito importantes para a história do feminismo no Brasil: o primeiro foi o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros, que já atuava no movimento feminista, tendo sido a responsável pela criação do Conselho Nacional de Mulheres, em 1949.

⁶⁴PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*, p. 269.

⁶⁵PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 42.

⁶⁶PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 46.

O segundo foram as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, de caráter quase privado, o que seria uma marca do novo feminismo no Brasil.⁶⁷

Esses grupos surgiram a partir da iniciativa de grupos de mães e donas-de-casa que, organizadas em clubes de mães, associações ou sociedades de amigos de bairro, iniciaram um movimento por meio de abaixo-assinados e questionários aplicados junto aos moradores de seus bairros, a fim de levantar seus principais problemas e buscar soluções conjuntas. Manifestavam-se, principalmente, por meio de cartas públicas, em que falavam do custo de vida, dos baixos salários e das creches. Esses movimentos de mulheres surgiram em diversas regiões, num processo sempre crescente, em que a luta por seus direitos dava lugar prioritariamente às reivindicações da comunidade. Esse foi o caso das mães da zona sul de São Paulo, que começaram a se reunir em 1973 e dessas reuniões nasceu a luta por escolas para seus filhos. Assim, essas mulheres iniciaram contato com feministas que passaram a frequentar os bairros, vinculadas a grupos de esquerda ou ao trabalho de paróquias. Entretanto, conforme observou Maria Amélia Teles, houve uma barreira inicial entre as feministas e o movimento de mulheres:

Dirigentes políticos ou religiosos do bairro cerceavam as feministas para impedi-las de falar sobre sexualidade, violência sexual e doméstica, aborto e, enfim, tudo que envolve mais de perto a condição feminina, a pretexto de que tais questões só “dividem o movimento operário”, enfraquecendo a luta conjunta pelas transformações sociais. Na realidade só se permitia o debate limitado ao trabalho doméstico, à educação das crianças, à discriminação no trabalho e, no mais, a questões gerais (...) Mas a feminista e mulher da periferia conseguiram romper essa barreira e, muitas vezes, terminaram suas reuniões falando dos tais assuntos eram “sexistas”. Era comum na época dizer que esses assuntos eram sexistas porque dividiam os homens e as mulheres, desviando-os da luta política.⁶⁸

Desse modo, o desenvolvimento do movimento de mulheres entre as classes médias e populares constituiu um aspecto fundamental da realidade brasileira. Um fenômeno que foi anterior à década de 1970 e que continuou existindo de forma paralela a todo o desenvolvimento do feminismo. De acordo com Céli Pinto, se não pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se considerar sua especificidade:

Foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia (...) Esses movimentos não podem ser considerados feministas em sua

⁶⁷PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 46.

⁶⁸TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*, p. 77.

formação ou mesmo em seus propósitos, na medida em que as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança dos papéis a elas atribuídos pela sociedade. Entretanto, ao longo das três últimas décadas do século XX, essa distância, que era quase uma resistência, tendeu a diminuir.⁶⁹

Joana Maria Pedro aponta, como uma das “narrativas fundadoras” do feminismo de Segunda Onda no Brasil, o fato de a Organização das Nações Unidas (ONU) ter definido 1975 como o Ano Internacional da Mulher, bem como o ano de início da Década da Mulher, ocasionando, assim, no Brasil, o ressurgimento do movimento feminista organizado. No Brasil, o apoio da ONU foi de fundamental importância para o lançamento de diversos eventos que privilegiaram questões relacionadas à mulher. O evento considerado como marco do ressurgimento do feminismo no Brasil, ocorreu em julho de 1975, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, sob o título: “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, sendo o responsável por desencadear o surgimento de outros espaços do movimento feminista em outros lugares do país. A participação, nesse evento da ABI, passou a representar para as mulheres certa legitimidade e identificação com os ideais feministas.

Rapidamente as ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país, houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.⁷⁰ O feminismo promoveu uma crítica radical, teórica e prática, ao modelo de feminilidade e de família em voga. A família nuclear sofreu profundas mudanças, à medida que as mulheres entravam no mercado de trabalho e cobravam seus direitos à cidadania, denunciando as múltiplas formas da dominação patriarcal.⁷¹

Segundo Alves e Pitanguy, os anos de 1930 e 1940 representavam um período em que formalmente as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas: podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares, participar do mercado de trabalho. O sistema social e político, tanto o capitalista quanto o socialista, absorvera, de alguma forma essas conquistas, que implicavam reconhecimento de sua cidadania.

Nestas décadas ocorre um refluxo na organização das mulheres. Nos países em que ocorre a ascensão do nazi-fascismo este refluxo pode ser também compreendido pelo forte esquema repressivo que abafava quaisquer outras formas de contestação social. Este período é marcado pela preparação e pela eclosão de uma nova guerra

⁶⁹PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 45-6.

⁷⁰SARTI, Cynthia A. *O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória*, p. 42.

⁷¹RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil*, p. 31.

mundial. Assim, a afirmação da igualdade entre os sexos vai confluir com as necessidades econômicas daquele momento em que se torna necessário liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de batalha. Tal processo se dá, em particular, nos países diretamente envolvidos no conflito, em especial os EUA e a Inglaterra. É com o fim da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, que a ideologia que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada, no sentido de retirar a mulher do mercado de trabalho para que ceda seu lugar aos homens. As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação enfatizam a imagem da “rainha do lar”, exacerbando-se a mistificação do papel da dona-de-casa, esposa e mãe. Novamente o trabalho externo da mulher é desvalorizado, tido como suplementar ao do homem.⁷²

Foi nesse momento que Simone de Beauvoir, no final da década de 40, escreveu o livro *O Segundo Sexo*, em que denunciava as raízes culturais da desigualdade sexual, contribuindo com uma análise profunda na qual trata de questões relativas à biologia, à psicanálise, ao materialismo histórico, aos mitos, à história, à educação, para o desvendamento dessa questão. Nesse sentido, a análise de Simone de Beauvoir constituiu-se um marco, na medida em que lançou os fundamentos da reflexão feminista pós-60.⁷³

Com o feminismo pós-60, dito de segunda onda, as políticas do corpo assumiram caráter significativo, por meio de reivindicações em favor dos direitos de reprodução. As mulheres passaram a buscar o controle do próprio corpo e da sexualidade, discutindo temas como o aborto, prazer e contracepção, insurgindo-se contra a violência sexual, não mais admitindo que essa fosse uma questão restrita ao privado cabendo a sua extensão ao público.

As mulheres também denunciaram a rígida demarcação dos papéis de gênero que as sobrecarregavam como a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos, que não permitiam sua plena realização como sujeitos históricos. Assim, atribuíram uma dimensão política ao privado⁷⁴, dando ênfase ao caráter estrutural da dominação e às modalidades de poder que também se expressam na vida cotidiana, nos diversos aspectos das relações sociais e pessoais e que significavam a inferiorização das mulheres.⁷⁵

A imprensa desempenhou importante papel nessa luta, ora abrindo espaço para as reivindicações femininas, ora reificando os papéis e limites relativos à atuação das mulheres na sociedade. No entanto, segundo Rachel Soihet, a imprensa também criou discursos que visavam reconstruir cotidianamente os mitos da inferioridade e domesticidade femininas, constituindo-se em importantes armas contrárias à luta de emancipação feminina. Para a

⁷² ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 50.

⁷³ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 52.

⁷⁴ VARIKAS, Eleni. “*O pessoal é político*”: desventuras de uma promessa subversiva.

⁷⁵ SOIHET, Raquel. *Mulheres investindo contra o feminismo: resguardo privilégios ou manifestação da violência simbólica?* p. 192.

autora, essas representações equivocadas sobre o feminismo passavam a falsa impressão de “como se através deste se pretendesse uma guerra dos sexos e não garantir a igualdade de direitos entre os mesmos com vista ao respeito mútuo e melhor convivência.”⁷⁶

Conforme Margareth Rago⁷⁷, os grupos feministas e os jornais feministas pós-60 promoveram um movimento de recusa radical dos padrões sexuais e do modelo da feminilidade que o feminismo de primeira onda havia ajudado a fundar. Nesse segundo momento, as feministas questionaram o conceito de mulher, enquanto sombra do homem, destinada apenas a auxiliar do crescimento masculino, no público e no privado.

Como demonstrou Lucila Scavone, o feminismo abriu caminhos para que, em todos os campos do social, as questões de gênero fossem difundidas. Em suas palavras: “o campo religioso, em seu aspecto institucional, tradicionalmente antifeminista, não ficou imune aos efeitos sociais e culturais das ideias feministas contemporâneas”.⁷⁸

Para Maria José Rosado Nunes, socióloga brasileira, cujos estudos sobre as mulheres católicas foram pioneiros, as religiões estão entre os campos que mais sofreram os impactos do feminismo, tanto pelas mudanças provocadas nas práticas religiosas das mulheres quanto pela influência sobre o desenvolvimento de um novo discurso: o da Teologia Feminista. Para Rosado-Nunes, na tentativa de desconstruir o determinismo biológico, o pensamento feminista encontrou na religião um de seus principais adversários:

As religiões têm, explícita ou implicitamente, em seu bojo teológico, em sua prática institucional e histórica, uma específica visão antropológica que estabelece e delimita os papéis masculinos e femininos. O fundamento dessa visão encontra-se em uma ordem não-humana, não-histórica, e, portanto, imutável e indiscutível, por tomar a forma de dogmas. Expressões das sociedades nas quais nasceram, as religiões espelham sua ordem de valores, que reproduzem em seu discurso, sob o manto da revelação divina. O lugar das mulheres no discurso e na prática religiosa não foi, e frequentemente ainda não é, dos mais felizes.⁷⁹

Não há dúvida de que, direta ou indiretamente, o contexto de crescentes reivindicações de grupos feministas tenha influenciado a abertura de discussões sobre a situação da mulher na IELB, como bem demonstram os pareceres publicados pela cúpula da Igreja que veremos mais adiante. No caso da Igreja Luterana, foi justamente a imagem do feminismo enquanto uma “guerra dos sexos” que essa Igreja procurou veicular em seus

⁷⁶SOIHET, Rachel. *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*, p. 601.

⁷⁷RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil*, p. 33.

⁷⁸SCAVONE, Lucila. *Religiões, Gênero e Feminismo*, p. 07.

⁷⁹ROSADO-NUNES, Maria José. *Gênero e religião*, p. 364.

impressos, uma vez que o feminismo representava uma afronta aos valores cristãos e deveria ser bem discutido e explicado, para que não restasse nenhuma dúvida sobre o assunto, principalmente, entre as mulheres. Por meio da revista *Servas do Senhor*, por exemplo, lançaram duras críticas às feministas, apontando que o feminismo só levava às famílias à “desintegração e anarquia”, e que as feministas não passavam de “mulheres materialistas e egoístas”. Segundo Lemos, a “religião enquanto elemento situado no seio das representações e interagindo dialeticamente com elas, pode fornecer a simbologia necessária para que os valores adquiram eficácia social e a adesão efetiva desejadas”.⁸⁰

Porém, essa discussão do impacto do feminismo na Igreja não ficou restrita apenas aos seus principais periódicos. O assunto foi discutido em outras instâncias da Igreja e originou diversos documentos que versavam sobre as atitudes corretas que a IELB deveria tomar naquele contexto de renascimento das ideias feministas. Assim, veremos nos próximos tópicos que, por ser uma instituição de tradição cristã, a Igreja Luterana incorporou em seus discursos e posicionamentos o “ideal feminino” instituído pelo cristianismo.

1.2 - A Igreja Evangélica Luterana (IELB) no Brasil

De acordo com o historiador René Gertz,⁸¹ o primeiro grupo mais expressivo de protestantes a entrar no Brasil e a estabelecer-se definitivamente foi o dos luteranos, que, a partir de 1819, vieram como imigrantes alemães. O luteranismo dividiu-se em duas Igrejas: a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Ainda segundo Gertz, na história das confissões protestantes no Brasil, a historiografia costuma distinguir três tipos de protestantismo: protestantismo de imigração, protestantismo de missão e protestantismo pentecostal. O autor observa que, embora a ala do luteranismo que atualmente constitui a IELB tenha sua origem na atuação de missionários norte-americanos, que desde o início do século XX sempre enfatizaram que sua atuação nunca visou especificamente à população de origem alemã, chegando, inclusive, a ter comunidades

⁸⁰ LEMOS, Carolina Teles. *Maternidade e devoções marianas: uma âncora na manutenção das desigualdade de gênero*, p. 93.

⁸¹ GERTZ, René E. *Os luteranos no Brasil*, p. 09. Para maiores informações ver: GERTZ, René. O luteranismo no Rio Grande do Sul; GERTZ, René. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul.

constituídas exclusivamente por afro-brasileiros, a verdade é que o luteranismo, como um todo, continua a caracterizar-se por membros de sobrenome alemão.⁸²

A IELB foi criada a partir das atividades, do sínodo teuto-estadunidense, o “Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados”, fundado em 1847, que alguns anos depois passou a chamar-se Igreja Luterana - Sínodo de Missouri (Lutheran Church Missouri Synod). A criação da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil) é fruto direto da imigração da Alemanha para o Brasil, tendo sido fundada pela união do “Sínodo Riograndense” (criado em 1886) a outros três sínodos luterano-alemães, já existentes na região sul, um processo que conferiu a esse grupo um caráter muito plural:

uma vez que existiam entre eles luteranos e calvinistas e que entre seus pastores encontravam-se tanto aqueles que tinham recebido um tipo de formação teológica mais moderna e liberal nas universidades, quanto os que haviam sido educados em academias de missão em um viés mais evangelístico.⁸³

Em 1900, o Sínodo de Missouri passou a enviar missionários a fim de auxiliar espiritualmente os imigrantes alemães luteranos, residentes no sul do Brasil. Dessa atividade surgiu, em 1904, o 15º Distrito do Sínodo de Missouri, que se tornou, em 1920, “Sínodo Evangélico Luterano do Brasil” e, em 1954, “Igreja Evangélica Luterana do Brasil”.⁸⁴ Vejamos:

Favorável ao início do trabalho do SM [Sínodo de Missouri] aqui era a conjuntura internacional. Da virada do século até a Primeira Guerra Mundial, ocorreu um considerável aumento da influência dos EUA sobre a América Latina. Houve uma enorme expansão do comércio e dos investimentos dos EUA aqui, que se transformou no maior credor das repúblicas latino-americanas. Desde começos do século XX, intensificaram-se também as invasões e ocupações militares norte-americanas na América Central e no Caribe. Entre 1898 e 1900, deu-se a Guerra Hispano-Americana, em consequência da qual Porto Rico foi anexado e Cuba, ocupada. Tal interesse pela América Latina refletiu-se também em diversas denominações e associações missionárias sediadas nos EUA, que intensificaram suas atividades aqui.

De acordo com Arnaldo Érico, ao longo de sua história, a IELB manteve sempre fortes ligações com o Sínodo de Missouri, a quem chamavam de “Igreja mãe”. Do Sínodo de Missouri a IELB herdou um sistema de crenças denominado “confessionalismo luterano ortodoxo”, ou seja, a religião na qual um firme zelo pelas crenças grupais oficialmente aceitas

⁸²GERTZ, René E. *Os luteranos no Brasil*, p. 13.

⁸³HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. *Imagens de Lutero no luteranismo brasileiro: políticas e identidades na Igreja Evangélica Luterana do Brasil entre a I Guerra Mundial e o Pós-Ditadura Militar*, p. 127.

⁸⁴REHFELDT, Mário L. *Um grão de mostarda I: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*; HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. *Imagens de Lutero no luteranismo brasileiro: políticas e identidades na Igreja Evangélica Luterana do Brasil entre a I Guerra Mundial e o Pós-Ditadura Militar*.

converge sobre as Confissões Luteranas de 1580, compreendidas como a única, clara e correta interpretação da Bíblia. Esse é um modo de praticar o luteranismo confessional em moldes ortodoxos.⁸⁵ Segundo o autor, ”o coração do sistema religioso do confessionalismo da IELB é a crença de que o ser humano é salvo somente pela fé por meio de Jesus e não por qualquer tipo de boas obras”.⁸⁶ Essas crenças são garantidas pelo entendimento da Bíblia como “revelação direta de Deus”, a qual foi exposta corretamente apenas nas Confissões Luteranas.

A IELB era oficialmente um Distrito da LCMS, porém, a distância dos Estados Unidos dificultava seu funcionamento. Dessa forma, a Igreja era orientada a assumir cada vez mais responsabilidade na área de finanças com o objetivo de alcançar seu autossustento. Nos últimos anos da década de 50, a IELB passou a adotar medidas concretas rumo à sua autossuficiência financeira, mobilizando todos os seus membros nesse período, visando atingir o objetivo de ser uma “Igreja autogovernada, auto-sustentada e autopropagada”.⁸⁷

A independência administrativa da IELB ocorreu em 1980 com a assinatura de um documento, estabelecendo uma parceria entre a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri (LCMS), firmando oficialmente a independência administrativa da IELB. Essa assinatura ocorreu em janeiro de 1980, durante a 47ª Convenção Nacional da IELB. “A partir dessa data, a IELB deixava de ser um distrito da LCMS para se tornar uma Igreja-irmã ou parceira da mesma”.⁸⁸ A conquista da independência financeira foi celebrada com um culto no dia 24 de junho de 2000, em Porto Alegre.⁸⁹

As organizações de mulheres nas Igrejas luteranas tiveram início por volta de 1837, quando em uma conferência em Nova York, do Sínodo Germânico da Igreja Luterana, as mulheres foram incentivadas a se organizarem para ajudar na formação de missionários. Como resultado, formou-se a Associação Feminina do Sínodo de Hartwick para a Educação de Missionários Estrangeiros. A partir de 1928, foi proposta a ideia de que os grupos de mulheres já existentes nas Igrejas locais se organizassem visando unir esforços para apoiar trabalhos missionários.⁹⁰

⁸⁵HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. *Imagens de Lutero no luteranismo brasileiro: políticas e identidades na Igreja Evangélica Luterana do Brasil entre a I Guerra Mundial e o Pós-Ditadura Militar*, p. 128.

⁸⁶HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. *Imagens de Lutero no luteranismo brasileiro: políticas e identidades na Igreja Evangélica Luterana do Brasil entre a I Guerra Mundial e o Pós-Ditadura Militar*, p. 128.

⁸⁷BUSS, Paulo W. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1950-2000)*, p. 50.

⁸⁸BUSS, Paulo W. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1950-2000)*, p. 236

⁸⁹BUSS, Paulo W. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1950-2000)*, p. 314.

⁹⁰FALLER, Leonério. *Mulheres Missionárias*. *Vox Concordiana Suplemento Teológico*, São Paulo – SP, ano 12, n° 2, 1997, p. 53. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

Em julho de 1942, foi organizada, no Sínodo de Missouri, a Liga Missionária de Senhoras Luteranas (Lutheran Women's Missionary League - LWML) com o objetivo de “promover missões nacionais e estrangeiras, conscientizando, orando, ofertando, ajudando a formar profissionais e missionários para os campos de missão, enviando missionários e muitas missionárias”.⁹¹ Alguns anos após a fundação dessa Liga Missionária nos Estados Unidos, foi fundada no Brasil, como uma entidade auxiliar da IELB, a Liga de Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB), cujos objetivos eram semelhantes aos da Liga norte-americana. Por meio de seus trabalhos e ofertas, a LSLB auxiliou a Igreja, por exemplo, na construção de capelas em missões no Brasil, na doação de folhetos evangelísticos e material didático para escolas bíblicas missionárias, custeando a formação de diaconisas e pastores nos seminários da denominação.⁹² Desde os anos 1970 e 1980, foram cada vez mais as comunidades onde as mulheres luteranas obtiveram o direito de votar e serem votadas em assembleias, de votar em convenções e tomar parte no conselho diretor da Igreja. Assim, as mulheres na IELB, por intermédio de suas ações, chamaram a atenção para seu papel imprescindível, assumindo novos cargos e responsabilidades, cobrando, quando necessário, o devido reconhecimento pelo conjunto da Igreja.⁹³ Trataremos mais detalhadamente sobre a criação e o desenvolvimento da LSLB mais adiante. A seguir, analisaremos os discursos masculinos criados pela IELB, a fim de exercer um controle sobre as atividades desenvolvidas pelas mulheres nessa instituição religiosa.

1.3 – Discutindo o papel da mulher na Igreja

O Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil detém em seu rico acervo um documento de grande valor para análise do lugar atribuído à mulher na hierarquia da IELB. Trata-se do estudo realizado pelo professor da Faculdade de Teologia do Seminário Concórdia de Porto Alegre, Donaldo Schüller, em 1971. O título do estudo punha às claras a intenção central do profundo exame bíblico realizado por esse professor: “a função da mulher na Igreja”.

⁹¹FALLER, Leonério. Mulheres Missionárias. Vox Concordiana Suplemento Teológico, São Paulo – SP, ano 12, n° 2, 1997, p. 54. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

⁹²FALLER, Leonério. Mulheres Missionárias. Vox Concordiana Suplemento Teológico, São Paulo – SP, ano 12, n° 2, 1997, p. 66. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

⁹³RIETH, Ricardo Willy. Raízes históricas e identidade da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IEL B), p. 219.

O texto de Donaldo Schüler foi norteador das ações da Igreja nos temas que envolviam questões femininas (principalmente em tempos de exacerbada atividade dos movimentos feministas), por isso, foi publicado numa das mais importantes revistas de estudos teológicos da IELB, a *Igreja Luterana*⁹⁴, periódico que gozava de grande prestígio entre os pastores luteranos. O estudo de Schüler trazia respostas, ou pelo menos as respostas que a liderança da IELB queria ouvir, sobre indagações que cada vez mais tomavam corpo no seio da Igreja: qual é a contribuição da mulher na Igreja e até onde pode ir essa contribuição? O momento requeria respostas rápidas e pontuais, pois não eram poucos os movimentos que contestavam o lugar destinado às mulheres nas mais diferentes esferas da sociedade, inclusive na religião. Daí o porquê da ressonância do texto de Schüler no meio luterano. As atas da 43ª Convenção Nacional da IELB, realizada em 1972, confirmam o prestígio do estudo de Schüler, pois nessa ocasião, esse estudo foi apresentado a todos os pastores presentes na maior instância de deliberação da IELB no Brasil.⁹⁵

Assim, inserido nesse contexto de ressurgimento e desenvolvimento do movimento feminista na década de 70, o estudo de Schüler trazia duas preocupações principais: em primeiro lugar mostrar que a IELB não era um “organismo masculino”, em que às mulheres eram dadas apenas as funções subalternas. Em segundo lugar, demonstrar que os homens não estavam perdendo espaço para as mulheres: “não deve parecer, na época em que a mulher desperta para uma área maior de suas competências, que o homem receie perder algumas de suas prerrogativas que o passado lhe concedeu”⁹⁶. Percebemos, a partir dessa afirmação, uma clara tentativa de o autor indicar o quanto a ordem divina era imutável e que o movimento feminista não iria conseguir atingi-la, pois os papéis desempenhados por homens e mulheres encontravam-se definidos desde o momento da criação.

A IELB não ficou indiferente frente a mudanças sociais tão importantes, e o texto de Schüler traduz bem as alternativas buscadas pela Igreja a fim de lidar com essa nova situação, ou seja, o momento de profundas mudanças pelas quais passavam as mulheres, e a maneira como tais mudanças se refletiam nas relações da mulher com a Igreja. Em um tom de alerta, Schüler analisava que a Igreja deveria criar estratégias para lidar com tais mudanças, pois o

⁹⁴WARTH, Carlos H. *Crônicas da Igreja: fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900-1974)*, p. 224.

⁹⁵Ata da 43ª Convenção Nacional da IELB - 24 a 31 de janeiro de 1972. Livro de Atas de Convenções Nacionais da IELB de 1968 a 1976. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre – RS.

⁹⁶SCHÜLER, Donaldo. *A função da mulher na Igreja. Igreja Luterana*. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p. 24. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

campo de atuação da mulher havia se alargado para além das “simples atividades domésticas”.

Donaldo Schüler dizia-se consciente dos riscos a que se expunha a Igreja, por estar inserida em um período em que se buscava uma “sociedade menos desigual”, por isso, acreditava ser de suma importância examinar a função da mulher na Igreja, numa época, que segundo ele, “a ajudadora do homem passava a substituí-lo em muitas funções que no passado estavam reservadas a ele exclusivamente”⁹⁷. Esse posicionamento de Schüler remete-nos à fala da historiadora Raquel Soihet⁹⁸, para quem a reação masculina às reivindicações femininas de participação em espaços e no desempenho de papéis considerados privativos dos homens existe há muito tempo, manifestando-se, principalmente, na religião, nas leis e nos costumes.

Em sua análise, Schüler foi enfático ao declarar que o Novo Testamento estabelecia a harmônica cooperação entre os sexos, e não seriam os movimentos emancipacionistas que iriam ultrapassar essa relação estabelecida pela Bíblia. Em suas palavras:

Manifestações extremistas declaram que a mulher só pode realizar-se integralmente como mulher, livre da tutela do homem. Conseqüentemente o movimento que se propõe libertá-la a condena a doentias frustrações. Observe-se que a Igreja cristã encontrou já nas suas origens uma fórmula sadia e realista para a relação homem-mulher, sem privações frustrações ou pressões. Mas esta solução não é uma de tantas utopias? Não, porque o evangelho tem o poder de transformar o homem. O desajuste homem-mulher, como todos os demais, é resultante do diabólico poder de desorganizar o organizado inerente ao pecado. Mas na sociedade onde o evangelho é uma força operante, a mulher reassume pacificamente a posição de companheira de que a maldade humana a privou.⁹⁹

Dessa forma, ao se referir à posição de liderança do homem na sociedade conjugal, Schüler enfatizava que tal liderança em nada contradizia os princípios de igualdade entre marido e esposa presentes na Bíblia, haja vista que até mesmo na igualdade havia necessidade de autoridade. Assim, ao aceitar essa submissão, a mulher estaria cumprindo com o papel condizente à sua natureza feminina: “a mulher aceita o domínio do homem não porque este a

⁹⁷SCHÜLER, Donaldo. A função da mulher na Igreja. *Igreja Luterana*. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p. 25. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

⁹⁸SOIHET, Raquel. *Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?* p. 192.

⁹⁹SCHÜLER, Donaldo. A função da mulher na Igreja. *Igreja Luterana*. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p. 28. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

force à obediência, mas, como nova criatura, aceita livremente o lugar que Deus lhe destinou”¹⁰⁰.

Com relação a essa autoridade exercida pelo homem sobre a mulher tão visível nas religiões cristãs, Tedeschi lembra que tal ideia relaciona-se à ordem da Criação, pois esta coloca a subordinação da mulher e a hierarquia masculino/feminino como essencial para duas pessoas que precisam conviver juntos. Segundo o autor, a existência de uma ordem natural é utilizada a fim de justificar tal hierarquia.¹⁰¹

A partir das considerações contidas na Bíblia sobre o fato de o homem ser o “cabeça da mulher”, Schüler fazia o seguinte questionamento: “o que significa cabeça?” Procurando mostrar que, neste caso, cabeça significava proeminência, governo, amparo e proteção e não submissão ou escravidão, Schüler dizia o seguinte:

Em alguns aspectos, o marido é cabeça da esposa como Cristo é cabeça da Igreja. Mas ela espera do marido, orientação, proteção e auxílio. Não é normal que a mulher assuma a liderança do lar, é de sua natureza apoiar-se no marido (...) A posição em que Deus coloca o marido o investe de uma séria responsabilidade. O marido deve proteção, amparo à sua esposa, mesmo com alto sacrifício pessoal. Como cabeça ele está a ela subordinado pelo serviço que lhe deve. Este serviço responsável, dirigido pelo amor, impede que a tradição masculina se converta em autoritarismo arbitrário.¹⁰²

Outro assunto abordado no texto de Schüler foi o ministério feminino. Desse modo, o autor questionava: podem as mulheres exercer o ministério pastoral? Perguntas como essas, segundo Schüler, haviam se tornado frequentes, ganhando grandes proporções na Igreja, resultado da iniciativa de algumas Igrejas luteranas da Europa e dos Estados Unidos de aceitarem mulheres em seus púlpitos na condição de pastora. Todavia, restava aos membros da IELB, a dúvida se tal prática era bíblica ou não. A fim de sanar tais dúvidas, Schüler se ancorou em passagens bíblicas, visando fundamentar e mostrar qual era, à luz da Bíblia, o posicionamento consonante à palavra de Deus.

Em sua argumentação, Schüler utilizou inicialmente a passagem de 1 Tm 2, 8-15, atendo-se principalmente ao versículo 11: “A mulher aprende em silêncio com toda a submissão” e ao versículo 12: “E não permito que a mulher ensine, nem que exerça autoridade sobre o marido; esteja, porém, em silêncio”. A partir desses dois relatos bíblicos, o

¹⁰⁰SCHÜLER, Donald. A função da mulher na Igreja. Igreja Luterana. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p. 29. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁰¹TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*, p. 71.

¹⁰²SCHÜLER, Donald. A função da mulher na Igreja. Igreja Luterana. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p. 29. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

autor perguntava: o que significa “em silêncio”? “Significa que a mulher não pode cantar, não deve proferir orações em voz alta? Se isto significa em silêncio, teremos que alterar a nossa ordem de culto. Em silêncio significa que a mulher não deve falar, não deve fazer perguntas, não deve emitir opiniões?”¹⁰³.

Assim, valendo-se da hermenêutica bíblica, o autor retorna ao texto original e observa que o substantivo grego traduzido por silêncio é *hesykhia*. Dessa forma, mostra que o termo *hesykhia* não significava silêncio, mas sim tranquilo e, uma vez informado o verdadeiro sentido do substantivo *hesykhia*, o autor propôs nova tradução para 1 Tm 2,11: “A mulher aprenda tranqüilamente (ordeiramente), com toda a submissão”.¹⁰⁴

E sobre a afirmação presente em 1 Tm 2,12, “e não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade sobre o marido”, Schüller acreditava que a mulher poderia ensinar crianças, moços e adultos, desde que não fosse no momento do culto, porque conforme sua interpretação bíblica, a mulher deveria ter uma participação ativa, mas discreta na Igreja. E, caso fosse permitido à mulher liderar os serviços religiosos contínua e sistematicamente, o princípio da participação discreta estaria prejudicado.

Contudo, esta, segundo o autor, seria uma razão implícita, porém havia também uma razão explícita utilizada para limitar a participação da mulher na Igreja, a culpa de Eva no pecado original, estendida agora a todas as outras mulheres: “por que primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi iludido, mas a mulher sendo enganada, caiu em transgressão.”¹⁰⁵ Essa razão explícita, porém, desdobrava-se em duas outras razões:

1 – Adão foi formado primeiro. Com isto Deus manifestou que a liderança cabe ao varão. Se no lar, a chefia deve ser masculina, pelos motivos vistos em Efésios, não há razão por que no culto deva ser diferente. O homem não só é cabeça no lar como também no culto (1 Co 11,2). 2 – A segunda razão se baseia na primeira. Satanás foi o primeiro a perverter a ordem divina. Atribui à mulher uma responsabilidade para a qual ela não estava emotiva nem psicologicamente preparada. Não ataca “a cabeça”, porque se o fizesse acataria a ordem divina. E seu objetivo é subverter a ordem. A transgressão de Eva sugere que a mulher, como líder está mais exposta ao engano. Em virtude disso, Paulo julga inconveniente colocá-la em função de responsabilidade docente em caráter definitivo. Não o faz por ter as mulheres em pouca estima, mas para protegê-las do perigo a que estão expostas. A preocupação

¹⁰³SCHÜLER, Donaldo. A função da mulher na Igreja. Igreja Luterana. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p. 32. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁰⁴SCHÜLER, Donaldo. A função da mulher na Igreja. Igreja Luterana. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p. 34. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁰⁵SCHÜLER, Donaldo. A função da mulher na Igreja. Igreja Luterana. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p. 35. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

do apóstolo volta-se nesta passagem também incisivamente à congregação. A congregação deve estar sob uma direção sólida, tanto quanto a Igreja e o lar.¹⁰⁶

A fim de melhor compreendermos o posicionamento de Schüler na passagem acima é conveniente nos atermos por um momento na utilização da figura da mulher como descendente de Eva. Conforme nos mostra Tedeschi, a segunda história da criação e a história da queda, serviram de base para dois dos principais argumentos de misoginia, e que podemos ver claramente na passagem anterior, quando se salienta que a mulher, além de ter sido criada depois do homem, também foi a responsável pela queda. Desse modo, a segunda história da criação, em que o feminino é gerado a partir do masculino, atribuiu às mulheres um caráter derivativo, imperfeito e uma tendência natural para o pecado. A ordem da criação, primeiro Adão e depois Eva, é central nos argumentos teológicos que legitimam uma construção social na qual a mulher aparece sempre depois do homem e em função de suas necessidades. Nesse caso, o versículo que atribui às mulheres a função de “auxiliar” do marido “tornou-se na Teologia Cristã, a prova necessária para a manutenção da hierarquia sexual nas famílias e nas instituições eclesiásticas.¹⁰⁷

Schüler apresentou algumas regras que deveriam reger o modo de as mulheres comportarem-se, esperando assim contribuir para uma intensa participação de homens e mulheres na Igreja: devem ser discretas nos trajés e na participação dos trabalhos religiosos; não lhes é permitido exercer o ministério docente, o que não elimina a possibilidade e o dever, como discípulos de Cristo, de ensinarem em outras circunstâncias; no culto não podem profetizar, dentro da ordem estabelecida. Além disso, o autor ainda lembrava que as mulheres não deveriam exercer “manifestações de caráter privado, perturbadoras”, em outras palavras, repreendia-se um ato que Schüler considerava muito comum às mulheres nos cultos: as conversas paralelas.¹⁰⁸

Dessa maneira, por meio das considerações de Schüler, observamos que a Igreja utilizava-se da ordem da criação a fim de manter as mulheres afastadas das mais importantes esferas de poder dentro da Igreja, pois estando mais propensas ao pecado, as mulheres deveriam ser protegidas. No entanto, sabemos que tais atitudes serviram para dar às religiões

¹⁰⁶SCHÜLER, Donald. A função da mulher na Igreja. Igreja Luterana. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p. 36. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁰⁷TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*, p. 68-70.

¹⁰⁸SCHÜLER, Donald. A função da mulher na Igreja. Igreja Luterana. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p.40. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

um caráter misógino, androcêntrico e patriarcal, responsável por reforçar as desigualdades de gênero, apontando a submissão feminina ao homem como natural e imutável.

Segundo Losandro Tedeschi, as concepções do cristianismo sobre as mulheres, no início de seu processo de construção, defendiam a subordinação feminina ao homem como a vocação do ser mulher. O discurso da primeira cristandade fixou lugares e funções às mulheres, reforçou seu papel doméstico, afirmando o espaço do lar como o local de manifestação de sua função dentro da moral religiosa. Para o autor, Santo Agostinho iniciou essa doutrina, que se converteu em dogma cristão. A partir do pensamento de Santo Agostinho sobre o pecado de Eva, “a Igreja e o clero passaram a descrever Eva como a causa da luxúria e o exemplo de personificação de tudo o que não podia ser controlado, reforçando o argumento do primeiro ato do pecado feminino”.¹⁰⁹

Conforme Carolina Teles Lemos, a concepção tomística da mulher continuou aprimorando os discursos sobre a submissão feminina. Para a autora, Tomás de Aquino idealizou o ascetismo, sobre a virgindade feminina, como um modo de superação de sua natureza pecaminosa, nesse contexto, houve o crescimento do culto à Maria, com sua glorificação da virgindade. Na concepção tomística, as mulheres deveriam ser purificadas de uma sexualidade corruptora, assim, as mulheres comuns que se tornavam mães, e perdiam a virgindade, não podiam ser identificadas com essa imagem idealizada de Maria. Maria era sobrenatural, ela não teve de lutar contra a tentação da carne. O afastamento das mulheres dos desejos carnis era uma forte arma contra o pecado de Eva e, ao mesmo tempo, a glorificação da maternidade de Maria. Segundo Lemos, para Tomás de Aquino, a existência da mulher era problemática porque ela era um “macho bastardo”, porque estava “subjugada” ao homem e porque ela era o “ensejo do pecado”.¹¹⁰

Assim, vemos o importante papel desempenhado pela religião no que tange a uma inferiorização do feminino, definindo o lugar que se acredita reservado à mulher na sociedade e na Igreja. Pois, como lembra Raquel Soihet, as considerações desenvolvidas em torno dos poderes femininos “não podem dar lugar a enganos, em termos de uma perspectiva conciliadora, de justaposição de culturas, ao mesmo tempo plurais e complementares, esquecendo-se da violência e da desigualdade que marcam a relação entre os sexos”.¹¹¹

¹⁰⁹ TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*, p. 82.

¹¹⁰ LEMOS, Carolina Teles. *Maternidade e devoções marianas: uma âncora na manutenção das desigualdades de gênero*, p. 98-99.

¹¹¹ SOIHET, Raquel. *História das Mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões*, p. 06.

No entanto, os apontamentos de Donald Schüler sobre a função da mulher na Igreja, não foram os únicos. A questão perdurou no tempo e voltou a ocupar as páginas periodistas da IELB em 1989, portanto, depois de dezoito anos da publicação do estudo de Schüler na revista *Igreja Luterana*. Trata-se do texto de Erni Walter Seibert, pastor e professor da Escola Superior de Teologia do Instituto Concórdia de São Paulo, publicado no suplemento teológico da revista *Vox Concordiana*, suplemento organizado e editado pelos professores dessa Escola Superior de Teologia. O texto de Erni Seibert, diferentemente do texto de Schüler, deslocava a discussão do lugar da mulher na Igreja, do âmbito estritamente bíblico e passava a discutir também os costumes da própria Igreja, ou seja, como a IELB, a partir de certas passagens bíblicas, tentava cercear a participação das mulheres na Igreja.

Em seu estudo, Seibert observava que as discussões em torno do papel da mulher nas Igrejas cristãs tornavam-se cada vez mais frequentes e, diante de tantos questionamentos, apareciam muitas dúvidas sobre qual seria a verdadeira relação entre a mulher e a Igreja, sobre o fato de a mulher poder ou não ser ordenada pastora, se poderia votar nas assembleias de uma congregação, assumir cargos eletivos, ensinar a palavra de Deus a um homem, dirigir um estudo bíblico, e assim por diante.¹¹²

Seibert considerava o assunto muito polêmico, por se tratar de algo indefinido dentro do cristianismo. Diante disso, advertiu que em estudo não tinha pretensão de levantar todas as questões em torno do assunto mas, a partir do exame da doutrina do “sacerdócio universal” de todos os crentes e do ministério eclesiástico, tentar responder algumas indagações sobre o papel da mulher na Igreja.

Partindo da premissa do sacerdócio universal em que “pela fé em Cristo todos os cristãos são sacerdotes reais diante de Deus”, o autor indagava sobre o porquê da distinção de responsabilidades ou restrições de atividades entre homens e mulheres, pois, em sua opinião, o sacerdócio universal e todas as suas responsabilidades havia sido confiado a todos, sem nenhuma distinção ao sexo do cristão.¹¹³ Mesmo que a doutrina fosse clara, Erni Seibert percebia que sua aplicabilidade emperrava nas melindrosas esferas masculinas da Igreja. Para o autor, entre o reconhecimento do sacerdócio universal dos crentes, como algo confiado por Deus também às mulheres, e o efetivo exercício desse sacerdócio por parte delas havia uma grande distância.

¹¹²SEIBERT, Erni Walter. O papel da mulher na Igreja. *Vox Concordiana Suplemento Teológico*, São Paulo – SP, ano 5, n°, 1989, p. 40. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹¹³SEIBERT, Erni Walter. O papel da mulher na Igreja. *Vox Concordiana Suplemento Teológico*, São Paulo – SP, ano 5, n°, 1989, p. 40. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

Se a mulher enfrentava problemas para participar do sacerdócio universal dos crentes, tal problema acentuava-se quando se tratava do ministério eclesiástico, sendo justamente nesse ponto que a Igreja precisava definir posições. Assim, Seibert apontava que as opiniões em torno da ordenação feminina eram muito divergentes e que em alguns casos “as interpretações em torno do assunto seguia por vezes mais o desejo do intérprete [da bíblia] do que a vontade revelada de Deus”.¹¹⁴

Aqueles que acreditavam não haver impeditivo para a ordenação de mulheres procuravam mostrar em suas justificativas que o Novo Testamento apresentava homens e mulheres trabalhando lado a lado no ministério e nenhuma diferença de qualificação era evidente. Sobre as palavras do apóstolo Paulo para que as mulheres permanecessem em silêncio na Igreja, diziam que derivavam de convenções sociais da época, não podendo ser utilizadas como freio para os usos dos dons das mulheres nas Igrejas.¹¹⁵ Em contrapartida, aqueles que eram contra a ordenação de mulheres argumentavam que Jesus havia escolhido doze homens, e caso fosse seu desejo que o ministério incluísse mulheres, ele teria feito com que sua vontade fosse conhecida.¹¹⁶ Frente a esses posicionamentos, podemos perceber que as temerárias considerações de Erni Seibert calavam fundo na tradição luterana e punham em xeque, ainda que veladamente, todo o esforço hermenêutico e exegético do pastor Donaldo Schüler.

Vê-se, portanto, que a posição da IELB, com relação à ordenação de mulheres, era coordenada por aqueles que, segundo Seibert, interpretavam os textos bíblicos com o intuito de minimizar a participação das mulheres na Igreja. Discursos como esses são considerados “âncoras na manutenção das desigualdades de gênero”, mas também permite-nos pensar, como, pelas relações de gênero, as relações de poder, de dominação e de subordinação são construídas.¹¹⁷ Porém, conforme veremos ao longo deste capítulo, “a incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações, por parte dos dominados”.¹¹⁸

¹¹⁴SEIBERT, Erni Walter. O papel da mulher na Igreja. *Vox Concordiana Suplemento Teológico*, São Paulo – SP, ano 5, n.º, 1989, p. 42. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹¹⁵SEIBERT, Erni Walter. O papel da mulher na Igreja. *Vox Concordiana Suplemento Teológico*, São Paulo – SP, ano 5, n.º, 1989, p.44. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹¹⁶SEIBERT, Erni Walter. O papel da mulher na Igreja. *Vox Concordiana Suplemento Teológico*, São Paulo – SP, ano 5, n.º, 1989, p. 44. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹¹⁷SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*.

¹¹⁸SOIHET, Raquel. *Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?* p. 198.

Assim sendo, o estudo de Erni Seibert, mesmo que nascido no seio de uma instituição religiosa, destoava do que comumente se lia nos periódicos e se ouvia nas congregações. Ao contrário, procurava mostrar que muitas das dificuldades, em relação à participação da mulher nas atividades da Igreja pertinentes ao ministério eclesiástico, eram explicadas pelas dificuldades em se compreender o relacionamento entre ministério eclesiástico e o sacerdócio universal dos crentes.

Aí se assentava, de acordo com Erni, a dificuldade da Igreja Luterana em reconhecer a ordenação feminina, pois nessa Igreja só havia um ministério: o masculino. Como falar numa estrutura com essas características em ministério pastoral feminino ou em mulheres exercendo funções que são comuns aos pastores?¹¹⁹ Desse modo, percebemos que os espaços ocupados por homens e mulheres na Igreja eram bem delimitados: às mulheres o privado, já aos homens o público.

Conforme observa Perrot, a organização do público e do privado passa por relações de poder. Segundo a autora, a voz das mulheres é um modo de expressão e de regulação das sociedades tradicionais em que predomina a oralidade. O incessante murmúrio das mulheres acompanha a vida cotidiana, exerce múltiplas funções: de transmissão e de controle, de troca e de boato, mas pertence à vertente privada das coisas, da ordem, do coletivo e do informal. O que é recusado às mulheres é a palavra pública. Sobre ela pesa uma dupla proibição, cidadã e religiosa. Nesse sentido, restaurar a ordem é impor silêncio às mulheres:

Pitágoras e São Paulo dizem quase a mesma coisa: ‘que as mulheres se calem nas assembleias’ (Epístolas aos Coríntios). Elas podiam profetizar, não pregar, ser mediadoras de Deus, não seu ministro. (...) Mas se trata sempre de uma palavra não convidada, jorrada das fraturas e das margens. Pois o poder mesmo herético, teme a palavra das mulheres”.¹²⁰

Segundo Sandra Duarte de Souza, a visível atuação das mulheres nas mais diversas expressões religiosas sugere um forte vínculo entre elas. Para essa autora, “a ativa presença leiga feminina tem garantido a longevidade dos grupos que freqüentam, apesar de normalmente ocuparem posições de menor prestígio”.¹²¹ Entretanto, mesmo somando a maioria no meio evangélico, são as mulheres que possuem menos acesso às posições de poder

¹¹⁹SEIBERT, Erni Walter. O papel da mulher na Igreja. *Vox Concordiana Suplemento Teológico*, São Paulo – SP, ano 5, n.º, 1989, p. 46. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹²⁰PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*, p. 464.

¹²¹SOUZA, Sandra Duarte. *Religião e secularização: o gênero dos discursos e das práticas protestantes*, p. 41.

institucional, sendo que uma parcela considerável de Igrejas, por exemplo, não permite que seu público feminino assuma a função de pastora.

Nesse sentido, Eliane Moura da Silva analisa que, na religião, os papéis de gênero são sacralizados e baseiam-se na ideia de que homens e mulheres foram divinamente criados como tipos de pessoas com funções diferentes, mas complementares. Nesse caso, aos homens caberia o mandado divino de exercer autoridade sobre mulheres e crianças. Deus comanda os homens da mesma maneira que o poder masculino comanda as mulheres e as crianças¹²².

Verificamos, portanto, que esses diferentes papéis atribuídos aos homens e às mulheres, sustentam-se pelos discursos¹²³ que buscam reforçar o lugar reservado à mulher na Igreja, na família e na sociedade. Conforme observa Sandra de Souza, a mulher “é socializada pela religião para a submissão, a obediência, a dependência, o cuidado com o outro, enquanto o homem é socializado para dominar, ser obedecido e ser independente”.¹²⁴ Nesse processo, enquanto o homem é considerado um ser autônomo e com poder, mulher é considerada um ser dependente e sem poder.

Eni Orlandi considera o discurso religioso, autoritário que não estabelece uma relação de interlocutores, pois há apenas um determinado interlocutor que comanda essa relação. É um discurso que tende a não-reversibilidade da capacidade dialógica que não pode ser contestado. Nas palavras da autora:

A interpretação própria da palavra de Deus é, pois, regulada. Os sentidos não podem ser quaisquer sentidos: o discurso religioso tende fortemente para a monossemia. No cristianismo, enquanto religião institucional, a interpretação própria é a da Igreja, o texto próprio é a Bíblia, que é a revelação da palavra de Deus, o lugar próprio para a palavra é determinado segundo as diferentes cerimônias.¹²⁵

¹²²SILVA, Eliane Moura da. *Fundamentalismo evangélico e questões de gênero*, p. 19.

¹²³Compartilhamos do conceito explicitado por Michel Foucault, para quem “a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (...) O discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (...) Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, p. 39)

¹²⁴SOUZA, Sandra Duarte. *Corpo de mulher e violência simbólica*, p. 25.

¹²⁵ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*, p. 246.

Para Sandra de Souza, as mulheres são as mais afetadas pelo discurso normatizador religioso, uma vez que esse atua para domesticar os corpos femininos.¹²⁶ O discurso, que coloca a mulher como carne e pecado, facilitou ao cristianismo a incorporação de crenças e práticas relativas ao olhar sobre o corpo e a reprodução. Tais práticas acabaram por contribuir com a construção de “verdades” sobre o corpo feminino.¹²⁷

Michelle Perrot admite a existência de uma dominação masculina, e, portanto, de uma subordinação, de uma sujeição feminina, na história da relação entre os sexos. No entanto, a autora adverte que tal dominação não se traduz em ausência de poder das mulheres, mas sugere uma reflexão sobre a natureza e a articulação destes poderes enquanto formas de resistências, compensações ou consentimentos.¹²⁸

Assim, verificamos que o discurso da IELB, a partir de argumentos bíblicos, colocava a mulher como auxiliadora e companheira do homem, e que não poderia exercer domínio sobre o marido, mas ser em tudo submissa sendo governada por ele, pois o marido era o “cabeça da mulher”. Esse discurso ainda afastava as mulheres do acesso ao pastorado, pois para a Igreja a vocação principal da mulher era a maternidade. É o que mostra o texto do professor Erni Walter, no qual percebemos que o ponto crítico da discussão repousa na ordenação feminina ao pastorado, pois a IELB só reconhece o pastorado masculino. Desse modo, por meio desses discursos, a IELB estabelecia as representações sociais em torno do papel que as mulheres deveriam desempenhar no espaço privado e público. Conforme Roger Chartier, “a fusão entre as informações e valores faz com que as representações sociais se constituam numa força unificadora que suscita a adesão dos indivíduos a um sistema de valores, de práticas discursivas, intervindo nos processos de interiorização e, muitas vezes, levando-os a uma ação comum”.¹²⁹

No caso específico da IELB, havia outro elemento que suscitava acalorados debates; a participação das mulheres nos pleitos eleitorais das assembleias da IELB, ou seja, se elas podiam participar, votar ou ser votadas. Essa era uma questão muito controversa, pois em algumas congregações não havia restrição alguma quanto ao voto feminino, ao passo que outras permitiam apenas a participação sem o direito ao voto. Havia casos ainda em que as mulheres podiam participar e votar, mas não podiam ser votadas. Sobre essa questão, Seibert

¹²⁶SOUZA, Sandra Duarte de. *Religião e secularização: o gênero dos discursos e das práticas das mulheres protestantes*, p. 43.

¹²⁷TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*, p. 84.

¹²⁸DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Histórias das mulheres no Ocidente*, p. 17

¹²⁹CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, p. 66.

dizia: “nos parece que se tivermos a compreensão acima de ministério e suas funções não haverá impedimento em permitir que as mulheres participem, votem e sejam votadas”.¹³⁰ No entanto, observava Seibert, a questão do voto feminino na Igreja, demandava bom senso e respeito para com aqueles que acreditavam que o voto deveria ser limitado ao público masculino das congregações, pois não havia nenhuma menção na Bíblia sobre o assunto, bem como o modo com que a Igreja deveria agir diante da situação.

Ao analisarmos importantes documentos da IELB referente ao assunto, constatamos que a polêmica em torno do voto feminino já vinha ocorrendo bem antes da publicação do artigo de Erni Walter Seibert, em 1989. No início da década de 80, foi possível encontrar referências sobre o voto feminino nas atas das Convenções Nacionais da IELB. Como apontamos anteriormente, o momento histórico era de intensa contestação dos lugares tradicionalmente ocupados por homens e mulheres e o movimento feminista “questionava as raízes das desigualdades políticas, trabalhistas civis, como um modo de lutar contra essas desigualdades”¹³¹ procurando “superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo”.¹³² Em meio a essa realidade, não demorou para que as Igrejas também fossem pressionadas a mudar a postura que vinham mantendo com relação às mulheres, até então. E no caso da IELB, isso não foi diferente.

Uma moção buscando esclarecimentos sobre o voto feminino nas congregações foi encaminhada à 47ª Convenção Nacional da IELB em 1980. A fim de esclarecer seus membros sobre o assunto, a IELB sugeriu que a Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) da Igreja, elaborasse uma série de estudos sobre o assunto, no intuito de buscar a melhor solução possível para o tema em questão.

Convém destacarmos que a Comissão de Teologia e Relações Eclesiais era eleita pelo Conselho Diretor da Igreja e tinha como finalidade “zelar e defender a pureza doutrinária” e a “unidade confessional” da IELB. A CTRE era composta por seis membros: dois professores de Teologia, dois pastores filiados e ativos na IELB e com, no mínimo, cinco anos em atividade ministerial e dois membros leigos de congregações votantes da IELB. Entre as atribuições da CTRE estavam: opinar sobre todos os assuntos relacionados à cooperação administrativa ou comunhão de púlpito e altar com outras corporações religiosas; opinar sobre documentos teológicos das Igrejas irmãs; emitir pareceres com referência à doutrina e praxe

¹³⁰SEIBERT, Erni Walter. O papel da mulher na Igreja. *Vox Concordiana Suplemento Teológico*, São Paulo – SP, ano 5, nº, 1989, p. 47. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹³¹AUAD, Daniela. *Feminismo: que história é essa*, p. 86.

¹³²ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 8.

da IELB, tornando-os públicos; assessorar o Presidente da IELB em pronunciamentos perante os órgãos oficiais do governo civil e imprensa sobre assuntos éticos e morais, no campo político, econômico e social; favorecer, com suas manifestações, um equilíbrio sadio entre a liberdade de reflexão teológica e a unidade doutrinária dentro da IELB.¹³³

Assim, por decisão tomada durante a 47ª Convenção, o conteúdo daquela moção foi encaminhado à CTRE para estudo mais detalhado. Conforme consta na ata da Convenção: “a comissão de estudo das moções de número 3 relatou o parecer sobre a moção 3/01 – voto feminino. Resolvido: que se deixe o assunto em suspenso até que a Comissão de Teologia e Relações Eclesiais conclua o seu parecer definitivo sobre o assunto”.¹³⁴

Assim, no ano seguinte, em 1981, a Comissão de Teologia, após ter estudado o assunto, lançou seu parecer sobre o voto e a participação da mulher na Igreja. O parecer esclarecia que o voto e a participação da mulher na Igreja era um assunto que há muito vinha preocupando os membros da IELB, não só no Brasil como também na Igreja Luterana - Sínodo de Missouri (LCMS), dos Estados Unidos. Para a IELB, discutir a participação da mulher na Igreja envolvia, necessariamente, discutir questões muito complicadas, tais como: qual é a missão da mulher? Quais ofícios religiosos a mulher pode participar e dirigir na Igreja? Qual a diferença entre sacerdócio universal de todos os crentes e o ministério pastoral? Pode a mulher integrar, com direito a voto, a diretoria da congregação, os departamentos e o Conselho Diretor da IELB? Que diz a Escritura sobre estes assuntos?¹³⁵

A fim de minimizar tais indagações, o parecer da CTRE mostrava que aos poucos a Igreja passava a aceitar o voto feminino, para tanto lembrava que durante a 42ª Convenção Nacional da IELB realizada em 1970, fora aprovada a filiação de uma congregação que dava à mulher o direito de voto na Assembleia dos Membros Votantes da Congregação. Outra iniciativa da Igreja nessa direção foi tomada na 46ª Convenção Nacional da IELB realizada em 1978, momento em que foi eleita uma senhora como integrante do Departamento de Educação Paroquial (DEP), e também na Convenção Nacional de 1980, que aceitou uma jovem para integrar o Departamento de Assistência Social (DAS), e como previa o regimento da IELB, elas participavam do Conselho Diretor da IELB com direito a voto.¹³⁶

¹³³BUSS, Paulo W. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1950-2000)*.

¹³⁴Ata da 47ª Convenção Nacional. 2ª sessão, 24/01/1980. Livro de Atas das Convenções Nacionais de 1976 a 1984. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Porto Alegre, RS.

¹³⁵Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) sobre o voto e a participação da mulher na Igreja. 1981. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS, p. 01.

¹³⁶Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) sobre o voto e a participação da mulher na Igreja. 1981. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS, p. 01.

Também foi lembrado que nos Estados Unidos a 48ª Convenção Nacional da Igreja Luterana - Sínodo de Missouri (LCMS), realizada em Denver no ano de 1969, estabeleceu que a Escritura não proíbia a mulher do exercício do voto em assembleias da Igreja, e que portanto, elas poderiam votar e ocupar cargos em diretorias. Porém, essa resolução de Denver foi muito discutida na 53ª Convenção da LCMS realizada em 1979, várias moções, algumas reafirmando, outras rejeitando a resolução de Denver, levaram o assunto para um reestudo, porém, mesmo diante de muitos protestos, permaneceu a resolução de Denver.

Novamente a ordem da criação seria utilizada pela IELB a fim de justificar a limitada participação das mulheres na Igreja e o fato de não poderem exercer o ministério pastoral. De acordo com o parecer da CTRE, a mulher havia sido criada para ser “auxiliadora e companheira do homem”, e que conforme a ordem da criação, não poderia exercer domínio sobre o homem ou autoridade sobre o marido (1 Tm 2.12), mas ser em tudo submissa, sendo governada pelo seu marido. Após demarcar claramente a superioridade do homem, o parecer declinava o tom de repressão ao afirmar que a intenção não era atribuir ao homem uma posição de tirano e dominador e muito menos conferir à mulher o papel de subserviente e escrava. Ao contrário disso, o objetivo era evidenciar que entre marido e mulher deveria existir uma relação de mútua cooperação.¹³⁷

Como era de costume, o parecer recorria às Sagradas Escrituras para buscar elementos que justificassem a posição da mulher na Igreja. Até mesmo o comportamento das mulheres nos átrios das congregações foi mencionado. Assim, a mulher deveria conservar-se calada nas Igrejas (1 Co 14.34), aprender em silêncio, com toda submissão (1 Tm 2.11; Cl 3.18), e buscar todo o conhecimento da palavra de Deus “interrogando em casa, a seu marido”, porque “para a mulher é vergonhoso falar na Igreja” (1 Co 14.35). Apontava também que à “mulher não era permitido ensinar” (1 Tm 2.12) publicamente na Igreja, pois “não lhe é permitido falar” (1 Co 14.34).¹³⁸

Como a IELB entendia que a vocação principal da mulher era a maternidade, o parecer preocupava-se também em ressaltar essa função primaz da mulher. Sendo assim, as mulheres luteranas deveriam preservar sua missão de mãe e esposa com toda submissão, recolhendo-se ao privado, pois ocupar o espaço público era privilégio e função dos homens e não de mães cujo tempo deveria ser integralmente dedicado às lides domésticas e aos filhos.

¹³⁷Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) sobre o voto e a participação da mulher na Igreja. 1981. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS, p. 03.

¹³⁸Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) sobre o voto e a participação da mulher na Igreja. 1981. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS, p. 03.

Segundo Tedeschi, as características construídas pela moral cristã, em torno do feminino, como o cuidado do lar, da família e do bom desempenho da maternidade, além de negar à mulher outras possibilidades, servem para enclausurá-la no espaço doméstico. O discurso dos primeiros apóstolos já trazia a prática da maternidade e da domesticidade como algo coerente com a natureza feminina, pois, garantir a reprodução da espécie era de alguma maneira, perpetuar o público cristão.¹³⁹

De acordo com Elizabeth Badinter, ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Para Badinter, não há nenhuma conduta universal e necessária da mãe, mas sim uma extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Desse modo, “o amor materno pode existir ou não existir, ser e desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, dependendo da mãe, de sua história e da História”.¹⁴⁰ A autora analisa que o amor materno não é inerente às mulheres, mas apenas “adicional”.

Na mesma direção de Badinter, as considerações de Carolina Lemos, sobre a interrelação existente entre as concepções de maternidade humana e de maternidade sagrada, são muito válidas para se pensar a relação da mulher com a maternidade. Para Lemos, a convicção de que o amor materno é inato dá-se basicamente por duas razões: a primeira relaciona-se à imposição feita pela cultura, responsável pelo desenvolvimento do amor materno que conhecemos atualmente e a segunda deve-se à necessidade de se idealizar a relação mãe-filho.¹⁴¹ Desse modo, tais representações sociais vão se perpetuando e transmitindo a ideia de que o amor materno é algo inato, instintivo, parte da natureza da mulher.

Segundo Lemos, tal representação é reforçada no campo religioso mais especificamente nas crenças e práticas que ocorrem no espaço da tradição católica, em que a presença de Maria é uma constante que se manifesta de várias maneiras, muitas vezes naturalizadas no senso comum. Nessa perspectiva, o ideal religioso de Maria e sua relação com o paradigma da maternidade corroboram para a manutenção das desigualdades de gênero, pois de acordo com a autora, com uma concepção de sagrado que tem como base a “exploração dos aspectos da proteção, de serviço e de cuidado atribuídos tanto à Maria quanto

¹³⁹ TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*, p. 81.

¹⁴⁰ BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*, p. 367.

¹⁴¹ LEMOS, Carolina Teles. *Maternidade e devoções marianas: uma âncora na manutenção das desigualdades de gênero*, p. 83.

à mãe humana, a compreensão da maternidade se constitui em uma âncora na manutenção das desigualdades de gênero em foco de resistência às transformações na família”.¹⁴²

Lucila Scavone, ao analisar as transformações pelas quais os padrões de maternidade passou nos últimos trinta anos, acredita que tais mudanças devem ser pensadas em conexão com importantes processos sociais, como a urbanização, a industrialização e com a globalização econômica, a qual contribuiu para acelerar a difusão de novos padrões de comportamento e consumo. Segundo Scavone, o consumo crescente das novas tecnologias reprodutivas (contraceptivas e conceptivas), ofereceu às mulheres, da década de sessenta em diante, a possibilidade de escolher com maior segurança a realização da maternidade.¹⁴³ Todavia, apesar dessas mudanças, a autora observa que a maternidade ainda continua firmada como um elemento muito forte da cultura e da identidade femininas pela sua ligação com o corpo e com a natureza.¹⁴⁴

Entendemos, portanto, que a IELB utilizava-se também da maternidade enquanto um elemento da natureza e identidade feminina, a fim de afastá-las do ministério pastoral, conforme observamos no parecer da CTRE de 1981: “Fica evidente que não é permitido à mulher – embora encontre múltiplas oportunidades para servir a Deus no lar, na congregação e na sociedade, como mãe e esposa, como serva e testemunha do Senhor – exercer o ministério pastoral na Igreja cristã por ser esta uma responsabilidade que o Criador entregou ao homem”.¹⁴⁵ O parecer enfatizava ainda, que todos os textos bíblicos, ao falarem da atividade sacerdotal do Antigo Testamento e do exercício do ministério pastoral no Novo Testamento, sempre se dirigiam ao homem, com evidência suficiente para afastar as mulheres do exercício do ministério pastoral.

No entanto, o parecer da CTRE, assim como o texto de Schüler, também constatou que a Bíblia limitava o ministério pastoral às mulheres e silenciava sobre a participação das mulheres em cargos administrativos com direito a voto. Segundo a CTRE, se a Bíblia não recomendava, também não proibia a participação da mulher em questões de ordem administrativa da Igreja, embora fosse notório que as decisões sempre estivessem nas mãos dos homens. Nesse caso, a Igreja tinha liberdade para decidir quais cargos administrativos,

¹⁴²LEMOS, Carolina Teles. *Maternidade e devoções marianas: uma âncora na manutenção das desigualdades de gênero*, p. 84.

¹⁴³SCAVONE, L. *Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero*, p. 48.

¹⁴⁴SCAVONE, L. *Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero*, p. 56.

¹⁴⁵Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) sobre o voto e a participação da mulher na Igreja, 1981. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS, p. 04.

com direito a voto, a mulher poderia ocupar, mas sempre lembrando que pela ordem da criação a mulher não poderia exercer domínio sobre o homem ou autoridade sobre o marido.¹⁴⁶

Assim, sobre a questão de a mulher ocupar cargos administrativos e exercer o poder de voto, a escritura recomendava prudência. Segundo o parecer da CTRE, a ordem da criação deveria prevalecer sobre as ordens variáveis, e a mulher ocupando cargos e, sobretudo, com direito a voto poderia de alguma maneira estar infringindo a ordem da criação e a responsabilidade que Deus conferiu ao homem em assuntos de ordem doutrinária e teológica. Nesse caso, era prudente e aconselhável que os cargos administrativos e o direito ao voto da mulher na Igreja apenas fossem admitidos como exceções, em casos de urgência, emergência, necessidade, e não como evidência, regra ou princípio. Dessa forma, por meio de um parecer dúbio, vê-se que a decisão contida no parecer da CTRE, aconselhando a participação e o voto da mulher na Igreja apenas em situações de extrema necessidade e urgência, foi uma forma que a Igreja encontrou para silenciar a celeuma que o tema causava, continuando, contudo a negar às mulheres tais conquistas.

Mas essa conclusão irresoluta fez o voto feminino voltar a ser discutido na 49ª Convenção Nacional de 1984. Conforme consta na ata desse encontro, novamente pressionada, a Igreja se posicionou e enfim concedeu à mulher o direito ao voto, embora com algumas ressalvas. O parecer das moções “a mulher e seus direitos” e “o voto feminino” que foram encaminhadas à 49ª Convenção Nacional, após amplo debate, foi aprovado nos seguintes termos:

A comissão propõe a aceitação das moções. As mesmas propõem que a IELB nesta 49ª Convenção Nacional tome posição definida, clara e bíblica no que diz respeito à participação da mulher nas resoluções das congregações, paróquias, distritos e administração da IELB; que se dê a ela o direito de opinar, resolver e decidir, também pelo voto nas assembleias onde se resolvem os destinos administrativos das congregações; que se instrua com toda clareza o significado do sacerdócio real e ministerial; e que a 49ª Convenção Nacional, decida qual é a correta postura que suas congregações devem adotar sobre o voto feminino. Faz-se uma recomendação toda especial que se use sempre da máxima prudência quando se tratar da inovação do voto feminino, especialmente em congregações com tradição firmada no direito de voto apenas dos homens. Deixa-se também bem claro que nenhuma congregação deve ser pressionada a instituir o voto feminino em seu meio, sendo que ela é soberana e livre nesta questão como em todas as outras questões administrativas.¹⁴⁷

¹⁴⁶Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) sobre o voto e a participação da mulher na Igreja. 1981. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS, p. 05.

¹⁴⁷Ata da Convenção Nacional de 1984. Livro de Atas das Convenções Nacionais de 1976 a 1984. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

Todavia, o fato de a IELB recomendar que cada congregação tivesse liberdade para decidir sobre a participação das mulheres em cargos administrativos com direito a voto gerava muitas dúvidas por parte dos membros da Igreja, conforme foi demonstrado em 1990, quando a CTRE recebeu uma carta/consulta da Comunidade Evangélica Luterana “Cristo”, de Porto Alegre, solicitando quais eram os cargos da Diretoria da Comunidade que poderiam ou não ser ocupados por mulheres, o que evidencia que essa questão não estava devidamente esclarecida aos membros, pois uma posição efetiva por parte da Igreja ainda não havia sido tomada.¹⁴⁸

Dada a necessidade por maiores esclarecimentos, a CTRE emitiu um novo parecer sobre a participação da mulher em cargos de Diretoria.¹⁴⁹ De acordo com a Comissão, não havia na Bíblia a definição da forma de governo eclesiástico, sendo assim, as formas de governo e administração de uma Igreja se encontravam dentro da liberdade cristã. Assim, o documento assegurava: “deve ficar claro que a congregação cristã tem a absoluta liberdade de eleger ou de não eleger mulheres para todos os cargos da diretoria, de acordo com o que determinar a Assembleia dos Membros votantes.”¹⁵⁰

No entanto, parecia que os luteranos não conseguiam entender o que a IELB queria realmente transmitir quando dizia que “a congregação cristã tinha a absoluta liberdade de eleger ou de não eleger mulheres”. Nesse sentido, a divergência sobre a participação das mulheres e seus direitos na Igreja dava sinais de que estava longe de ser resolvida, pois uma nova moção, solicitando à IELB maiores explicações sobre “a mulher e seu direito ou não de voto e seu direito ou não de ocupar cargos na diretoria das congregações” foi enviada à 53ª Convenção Nacional, em 1992. De acordo com essa moção a IELB, ao emitir pareceres sobre o assunto, entrava em contradição, pois algumas vezes não autorizava o voto e a participação de mulheres em cargos de diretoria e, em outros momentos, declarava que cada congregação tinha absoluta liberdade de eleger ou não mulheres para cargos de diretoria. Dizia a moção:

Considerando: 1) Que a Bíblia estabelece a posição e função da mulher em relação ao homem no lar e na congregação, pela ordem da criação (Gn 2.18-24) e pelo princípio de autoridade estabelecida no Novo Testamento (1 Co 11.3-11; 14.33-35; 1 Tm 2.11-12), o que impede a mulher de votar na assembléia da congregação, e a impede de ocupar cargos na diretoria, bem como ocupar o santo ministério; 2) Que a

¹⁴⁸Carta da Comunidade Evangélica Luterana “Cristo” de Porto Alegre à Comissão de Teologia e Relações Eclesiais. Arquivo Geral da Igreja Evangélica do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁴⁹Parecer sobre a participação da mulher em cargos de Diretoria de uma congregação. 1990. Comissão de Teologia e Relações Eclesiais. Arquivo Geral da Igreja Evangélica do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁵⁰Parecer sobre a participação da mulher em cargos de Diretoria de uma congregação. 1990. Comissão de Teologia e Relações Eclesiais. Arquivo Geral da Igreja Evangélica do Brasil, Porto Alegre, RS.

Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) da IELB em seu documento de 27.04.1982 recomenda que a mulher não vote, exceto como exceção, não ocupe cargo na diretoria da congregação e solicita estudo mais aprofundado sobre o assunto; 3) que num segundo documento de 13.06.1991, a CTRE recomenda em virtude do exposto, deve ficar claro que a congregação cristã tem a absoluta liberdade de eleger, ou de não eleger mulheres para todos os cargos da diretoria, “contradizendo, assim, o primeiro documento.”¹⁵¹

A moção propunha à CTRE que promovesse um amplo debate, traduzindo a decisão tomada pela Igreja Luterana Sínodo de Missouri (LCMS) durante sua 48ª Convenção Nacional, realizada em Denver, no ano de 1969. Conforme já dissemos, durante a Convenção em Denver, a LCMS aprovou o voto e a participação feminina em cargos de diretoria. Essa mesma moção propunha também que, após esses estudos, fossem elaboradas teses sucintas, a fim de que não restasse nenhuma dúvida quanto ao posicionamento da Igreja sobre o assunto. Durante a 53ª Convenção Nacional, de 1992, foi decidido aprovar a moção, todavia com uma observação: “embora os integrantes da Comissão não concordem com o primeiro ‘considerando’ da moção, somos pela aprovação do que a mesma propõe, a fim de que haja clareza e consenso na IELB a esse respeito”.¹⁵² A IELB dizia não concordar com o primeiro item da moção, pois este pregava que a Bíblia restringia o direito de voto na Igreja aos homens somente. Porém, como vimos até aqui, a IELB sempre deixou muito claro que não encontrava evidências na Bíblia que proibisse ou permitisse o voto feminino e, por isso, deixava sob responsabilidade das próprias congregações a decisão de permitir ou não o voto feminino. Atitude que causava muita controvérsia dentro da Igreja.

Atendendo à sugestão presente na moção de 1992, o parecer da LCMS foi traduzido nesse mesmo ano pelo pastor Paulo Kerte Jung. Esse documento, que desempenharia importante papel na decisão final da IELB sobre essa questão, foi elaborado pela Comissão de Teologia da Igreja Luterana - Sínodo de Missouri (LCMS), sob o título “*a mulher na Igreja: princípios bíblicos e praxe da Igreja*”, em setembro de 1985, atendendo a um pedido da LCMS para que se fizesse um estudo sobre o papel da mulher na Igreja, a fim de que ele pudesse ajudar os seus membros na formação de opiniões sobre este importante tema. O estudo dividia-se em três partes: na primeira, era feito um exame do testemunho bíblico sobre o envolvimento de mulheres na cultura e no culto israelita, no ministério de Jesus e na vida da

¹⁵¹Decisão da 53ª Convenção Nacional da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, sobre a mulher e seu direito ou não de voto na congregação e seu direito ou não de ocupar cargos na diretoria da congregação. 7º sessão, 02/05/1992. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁵²Decisão da 53ª Convenção Nacional da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, sobre a mulher e seu direito ou não de voto na congregação e seu direito ou não de ocupar cargos na diretoria da congregação. 7º sessão, 02/05/1992. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

Igreja apostólica; na segunda, fazia-se um exame dos princípios fundamentais que a Bíblia apresentava sobre as mulheres na Igreja; e na terceira, um debate sobre as aplicações desses princípios na vida prática.¹⁵³

Segundo a LCMS, um estudo como esse era urgente, pois o século XX havia provocado uma verdadeira revolução nos papéis do homem e da mulher, em virtude das rápidas transformações sociais e culturais. Tais transformações traziam resultados positivos, mas também provocavam confusão e incerteza. Nesse processo, de alguma maneira a Igreja era afetada. Assim, o documento se referia ao impacto do feminismo na Igreja:

Na onda dos movimentos feministas, da campanha em favor da emenda igualdade de direitos, e do desenvolvimento sociológico e político, muitas denominações cristãs foram envolvidas em questões relativas ao papel da mulher na vida da Igreja. Devem as Igrejas admitir mulheres no ofício pastoral? Devem ser reescritos os estatutos da Igreja para que a mulher possa servir como diaconisa ou pastora? Existe qualquer cargo na Igreja do qual a mulher deve ser excluída? Estas e outras questões idênticas vêm merecendo destaque na agenda teológica de muitas Igrejas. A LCMS não ficou imune a essas mudanças. Relatórios de Convenções no passado desta Igreja, questionamentos dirigidos à CTCR, e debates em diferentes níveis, revelam a necessidade de estudos profundos nessa matéria. Em resposta a um pedido específico da LCMS para que se fizesse um estudo sobre “o papel da mulher na Igreja”, a CTCR desta Igreja preparou este documento na esperança de que ele possa ajudar os seus membros na formação de opiniões sobre este importante tema.¹⁵⁴

A LCMS, assim como a IELB, considerava a questão do voto feminino extremamente delicada, uma vez que nada era comentado na Bíblia a respeito. Entretanto, a LCMS reforçava a ideia de que nada havia na Bíblia que proibisse às mulheres o exercício do direito ao voto em assembleias dos membros votantes, bem como ocupar cargos em diretoria com direito a voto. Conforme constava no parecer da LCMS, as afirmações bíblicas que exigiam o silêncio por parte das mulheres na Igreja, e que as proibiam de ensinar e exercer autoridade sobre os homens, antes de significar impeditivos à participação da mulher na Igreja com direito a voto, tinha por objetivo reforçar, apenas, que as mulheres não deveriam deter o ofício pastoral”.¹⁵⁵ Apontava ainda que estudos posteriores sobre o assunto não forneceram provas suficientes que levassem a alterações nessas conclusões:

¹⁵³A mulher na Igreja. Relatório da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais da Lutheran Church Missouri Synod (LCMS). Traduzido pelo pastor Paulo Kerte Jung, São Paulo, SP, 1992.

¹⁵⁴A mulher na Igreja. Relatório da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais da Lutheran Church Missouri Synod (LCMS). Traduzido pelo pastor Paulo Kerte Jung, São Paulo, SP, 1992.

¹⁵⁵A mulher na Igreja. Relatório da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais da Lutheran Church Missouri Synod (LCMS). Traduzido pelo pastor Paulo Kerte Jung, São Paulo, SP, 1992.

A questão do voto é considerada pela Igreja um assunto muito delicado, uma vez que a questão do voto feminino não é comentada na Bíblia. No entanto, o texto usado pela Igreja para fundamentar suas considerações sobre o assunto foram os versículos que tratavam da subordinação das mulheres, do silêncio das mulheres na Igreja, e do exercício de autoridade pelas mulheres. A proibição de 1 Tm 2. 11 e 12, do exercício de autoridade por parte das mulheres, não é um conceito independente de ensinar. De acordo com estes textos a mulher está proibida de ensinar no culto público. Definir autoridade simplesmente como poder de tomar decisões, é estranho à exegese bíblica desta passagem. Não existe fundamento bíblico expresso para negar o voto às mulheres em assuntos que facilitam o trabalho do sacerdócio de todos os crentes na congregação.¹⁵⁶

Com relação às questões relacionadas ao serviço das mulheres na Igreja, a LCMS reconhecia que era necessário verificar se a palavra de Deus permitia ou proibia. Nos textos de Paulo, ficava claro que algumas questões eram permitidas enquanto que para outras havia restrições. No entanto, essas questões práticas sobre o serviço das mulheres na Igreja deveriam ser resolvidas com base nas ordens claras das Escrituras:

Devemos perguntar se uma atividade se harmoniza com o propósito das Escrituras, ou se é impedida pelo tecnicismo de uma definição humana. Até onde definições culturais de autoridade ou de submissão, por exemplo, influenciam a nossa compreensão das passagens bíblicas? Ou vice-versa. Uma ação pode ser mal entendida e percebida como uma pedra de tropeço para outros. Os princípios fundamentais das Escrituras examinados neste estudo, no entanto, não somente demonstram que o serviço das mulheres no ofício pastoral carece de fundamentação bíblica, mas também mostram que ele é expressamente proibido pelas Escrituras. Em primeiro lugar, a ocupação do ofício pastoral por mulheres viola a estrutura da liderança fundamentada na ordem da criação. Em segundo lugar, mulheres não devem ser pastoras e nem exercer as funções exclusivas e essenciais do ofício pastoral. Como vimos há na Igreja aqueles que foram incumbidos do ofício do ministério público, e que são representantes daquele que é o cabeça da Igreja. Há algumas funções específicas que não devem ser desempenhadas pelos leigos, mas que devem ser exercidas pelo pastor. Entre essas relacionam-se as seguintes: pregar nos cultos da congregação; liderar os serviços públicos formais do culto; a administração pública dos sacramentos e; a administração pública do Ofício das Chaves. Visto que a liderança é exercida sobre a congregação exclusivamente através dessas funções do ofício do ministério público, a atividade das mulheres neste ofício específico é impossibilitada. Assim, como a esposa não pode ser a “cabeça” no lar, assim, a mulher não deve ser a “cabeça” da Igreja. O artigo XIV da Confissão de Augsburg, declara: da ordem eclesiástica se ensina que sem chamado regular ninguém deve publicar ou ensinar ou administrar os sacramentos da Igreja. Tal chamado é negado à mulher por mandamento do Senhor.¹⁵⁷

Dessa forma, em 1993, após amplo estudo e considerando o posicionamento da LCMS, a IELB outra vez emitiu um parecer sobre a participação da mulher na Igreja, que se

¹⁵⁶A mulher na Igreja. Relatório da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais da Lutheran Church Missouri Synod (LCMS). Traduzido pelo pastor Paulo Kerte Jung, São Paulo, SP, 1992.

¹⁵⁷A mulher na Igreja. Relatório da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais da Lutheran Church Missouri Synod (LCMS). Traduzido pelo pastor Paulo Kerte Jung, São Paulo, SP, 1992.

dizia definitivo. Nesse parecer, a CTRE voltava a frisar que os textos bíblicos ao se reportarem às assembleias ou eleições, nada diziam sobre quem votava ou como eram tomadas essas decisões. A IELB entendia que os relatos bíblicos não proibiam as mulheres de votarem nas assembleias congregacionais ou de ocuparem cargos na administração da Igreja. O parecer ainda enfatizava: “questões sobre as quais a Bíblia não se pronuncia, ou não se pronuncia com clareza, são chamadas teologicamente de questões abertas. Questões abertas precisam permanecer abertas”.¹⁵⁸ Nenhuma doutrina poderia ser estabelecida pela Igreja sem estar baseada numa “passagem clara das Escrituras”. Portanto, cada congregação, no uso de sua liberdade cristã, poderia decidir responsabilmente sobre o voto das mulheres e a possibilidade de elas ocuparem ou não cargos na diretoria da congregação.¹⁵⁹

Notamos, assim, que a decisão da IELB não foi tão objetiva quanto a decisão da LCMS, nos Estados Unidos. Enquanto esta última decidiu por liberar a participação das mulheres em cargos de diretoria com direito a voto, a IELB manteve seu discurso de que os membros tinham total liberdade de escolha na aceitação ou não de mulheres ocuparem tais cargos. Em 1969, quando a LCMS, decidiu pela liberação do voto feminino, a participação ativa das mulheres nessa Igreja já era uma realidade, pois a Liga Missionária de Senhoras Luteranas (*Lutheran Women's Missionary League - LWML*), havia sido fundada há bastante tempo e prestava uma importante ajuda financeira à LCMS com os projetos que desenvolvia, sendo esse, um critério que certamente foi levado em conta no momento de a LCMS tomar sua decisão.

Assim, cabe-nos indagar: no Brasil, o que impulsionava o constante debate em torno das atividades das mulheres na IELB? Sem dúvida nenhuma, tais debates não surgiam a partir da iniciativa de pastores que, sensibilizados pelas manifestações em diversas esferas da sociedade em prol da equidade entre homens e mulheres, eles consideravam importante rever a posição das mulheres na Igreja. A documentação até aqui consultada mostra-nos que os movimentos feministas, muito longe de promover entre os homens luteranos um clima de sensibilização em relação ao lugar reservado às mulheres na Igreja, fez despertar nas fileiras masculinas da Igreja um sentimento que era comumente atribuído ao “sexo frágil”: o medo.

A Igreja Luterana entendia que o movimento feminista havia desencadeado uma reviravolta nos papéis tradicionalmente atribuídos aos homens e às mulheres, e que as

¹⁵⁸A mulher na Igreja. Relatório da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais da Lutheran Church Missouri Synod (LCMS). Traduzido pelo pastor Paulo Kerte Jung, São Paulo, SP, 1992.

¹⁵⁹Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, sobre a mulher na Igreja. 1993. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

constantes discussões em torno do lugar das mulheres na Igreja eram reflexos disso. A grande preocupação era não deixar que esses reclames feministas pudessem de algum modo atingir a Liga de Senhoras Luteranas, LSLB. Desse modo, a Igreja construía uma imagem das feministas totalmente distorcida, como sendo o oposto daquilo que as mulheres cristãs luteranas deveriam ser: abnegadas, passivas, tementes a Deus, boas mães e excelentes esposas, além de cristãs dedicadas.

As discussões em torno da participação das mulheres nas atividades da Igreja, também tinham a intenção de reforçar que as funções desempenhadas pelo público feminino da IELB cumpriam com aquilo que a Bíblia determinava. Se não havia mulheres pregando nos púlpitos luteranos, era porque essa era uma vontade divinamente estabelecida, e que não cabia à Igreja alterar. Porém, ressaltava-se que as mulheres não podiam ser ordenadas pastoras, pois o ato de falar em público cabia unicamente aos homens, enquanto as atividades desenvolvidas pelas luteranas eram consideradas de extrema importância pela hierarquia masculina da Igreja. Assim, a IELB buscava distanciar as mulheres luteranas de possíveis influências do movimento feminista, ressaltando que se as feministas tinham motivos para contestar a realidade de “desigualdade” que viviam em relação aos homens, o mesmo não ocorria com as luteranas. Isso porque, tanto na Igreja quanto no lar, os papéis desempenhados por homens e mulheres se complementavam.

Analisamos até o momento as discussões suscitadas na IELB em torno dos papéis adequados à natureza feminina, ou seja, se poderiam ou não as mulheres luteranas exercer funções para as quais somente os homens estavam autorizados. Vimos que tais debates eram reflexos do contexto social de desenvolvimento do movimento feminista de segunda onda, que passou a contestar as desigualdades entre homens e mulheres, atingindo as mais diversificadas esferas sociais, inclusive a religião. Certamente, de alguma forma, a IELB sentiu-se pressionada diante de ideias tão contraditórias às suas doutrinas e sabia que teria duas tarefas: discutir o assunto e manter as mulheres luteranas afastadas da ameaça feminista. Desse modo, no próximo tópico mostraremos como era a organização das mulheres luteranas para trabalharem em prol da Igreja e como desempenharam, a partir dos anos 60, o tão debatido “papel da mulher na Igreja”. Veremos, portanto, que a criação da Liga das Senhoras Luteranas representou uma grande conquista, pois fez com que o trabalho feminino ganhasse cada vez mais reconhecimento dentro da Igreja, embora essa participação feminina tenha se desenvolvido “às margens”¹⁶⁰ do centro de poder da hierarquia masculina da IELB. Conforme

¹⁶⁰ DAVIS, N. Z. *Nas Margens* - três mulheres do século XVII.

veremos ao longo deste trabalho, as luteranas não eram feministas e tampouco concordavam com a agenda do movimento feminista, adaptavam-se ao modelo de feminilidade proposto pela Igreja, todavia, conseguiram aos poucos fazer com que o trabalho feminino na IELB ganhasse reconhecimento. Nesse aspecto, a organização dessas mulheres em torno da Liga foi primordial.

1.4 – Liga de Senhoras Luteranas do Brasil: a atuação feminina na Igreja Evangélica Luterana no Brasil

Para entendermos mais detalhadamente os motivos que levaram a IELB a permitir a formação de uma Liga de Senhoras Luteranas, vamos nos remeter rapidamente ao momento vivenciado por essa Igreja na década de 50, momento de fundação da LSLB. Nessa década, o Brasil passou por mudanças importantes em todos os setores da sociedade e o crescimento econômico do país foi significativo, acompanhado pela prioridade dada à industrialização.

Com o investimento de empresas estrangeiras, a nova economia brasileira tornou-se mais independente em relação às crises do setor agroexportador. Conforme ressalta Mary Del Priori, a curto prazo, o modelo industrial de Juscelino Kubitschek teve resultados satisfatórios. A economia atingiu taxas de crescimento de 7%, 8% e até 10% ao ano, permitindo que o ambicioso plano de metas, conhecido como 50 anos em 5, alcançasse um “estrondoso sucesso”. As rodovias foram multiplicadas, o número de hidrelétricas cresceu além do previsto, o mesmo ocorreu com a indústria pesada. Na área de produção de alimentos, o presidente procurou ampliar a fronteira agrícola em direção a Goiás e Mato Grosso. Coroando essa política ambiciosa, a capital federal foi transferida e, assim, “no cerrado central surgiu Brasília”.¹⁶¹

Essas mudanças que aconteciam no país de alguma maneira atingiam a IELB. Após meio século de atividades no Brasil, essa Igreja queria ser brasileira, falar português, evangelizar brasileiros e ser uma Igreja independente do exterior. Diante dessas novas perspectivas, a IELB tinha a intenção de desenvolver novos planos e projetos. As transformações no país abriam novas possibilidades de expansão por todo o território nacional. Entretanto, havia necessidade de mais obreiros e investimento financeiro. A “Igreja-mãe”, como era chamada a Igreja Luterana Sínodo de Missouri (LCMS), apoiava e

¹⁶¹DEL PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da história do Brasil*, p. 343.

incentivava os planos da Igreja brasileira, com investimentos financeiros, para que esta última atingisse a tão almejada independência financeira e administrativa.¹⁶²

A criação da LSLB deu-se em um momento em que a Igreja buscava sua independência financeira e administrativa, e para uma tarefa de tal monta, a contribuição de todos seus membros era de fundamental importância. Entre esses membros, estavam as mulheres, que viram nessa busca pela independência o momento propício para que todas as “sociedades de senhoras” existentes na IELB, se organizassem para que finalmente pudessem ter um espaço próprio dentro da Igreja. Mostrando, por meio do exemplo da Liga Missionária de Senhoras Luteranas (LWML) dos Estados Unidos, o quanto uma organização análoga a essa poderia ajudar financeiramente a Igreja brasileira, conseguiram, mesmo que entre olhares suspeitos, aprovação para a criação da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB), em janeiro de 1957.

A primeira Liga de Mulheres da Igreja Luterana, conforme vimos, foi organizada na chamada “Igreja-mãe” nos Estados Unidos, a Lutheran Women’s Missionary League (LWML), ao que se tem nota, essa foi de grande importância tanto para as obras de missão como para o serviço social da comunidade. Na Igreja Luterana do Brasil, também aos poucos, foram sendo fundadas sociedades de senhoras. A primeira sociedade de senhoras foi organizada em Porto Alegre no ano de 1909, sob a presidência da senhora Maria Tetzlaff, que era cozinheira e dona-de-casa. Essa primeira sociedade de senhoras trabalhava em prol dos estudantes do Seminário Concórdia, conforme sugere o seguinte relato: “Sabemos que bom número de senhoras serviram lavando e consertando a roupa dos estudantes e aos domingos os convidando para o almoço em suas casas. Dessa maneira ajudaram o Seminário na formação de obreiros para a Igreja.”¹⁶³

Foi a partir da formação dessas sociedades que as mulheres luteranas passaram a buscar a formação de uma Liga Nacional que congregasse essas sociedades já existentes em torno de um objetivo comum: auxiliar financeiramente a IELB e ao mesmo tempo promover a união das mulheres luteranas. Otilie Mueller, a principal idealizadora da LSLB, em entrevista ao então *Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil* em 1966, relatou que eram bem numerosas as sociedades de senhoras existentes na IELB antes da criação da LSLB, essas sociedades, segundo a entrevistada, eram muito ativas, porém trabalhavam no interesse

¹⁶² BUSS, Paulo W. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB)*, p. 20.

¹⁶³ WARTH, Carlos H. *Crônicas da Igreja: fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900-1974)*, p. 208.

de suas próprias comunidades. Para Otilie Mueller, essas comunidades, caso se unissem e formassem uma Liga Nacional, poderiam colaborar de forma mais direta no trabalho da Igreja:

pensava eu que as senhoras do Brasil poderiam estender a esfera de suas atividades além dos limites de suas respectivas congregações; lembrada do trabalho da Liga Missionária de Senhoras da Igreja-mãe, julgava eu que o Senhor também teria prazer num desenvolvimento maior do trabalho executado pelas irmãs no Brasil”.¹⁶⁴

Otilie Mueller conhecia bem o que se passava na Igreja Luterana dos Estados Unidos. Norte-americana que era, veio para o Brasil, acompanhando seu esposo, o pastor George Jhon Mueller, em 1936. O início das atividades do pastor Mueller no Brasil foi como professor no Seminário Concórdia, em Porto Alegre, ministrando aulas apenas em alemão, pois não sabia falar português. Após onze anos de atividades missionárias no Brasil, George e Otilie Mueller voltaram aos Estados Unidos para um período de férias. Enquanto esteve nos Estados Unidos, Otilie participou do importante trabalho desenvolvido pela Liga Missionária de Senhoras Luteranas (LWML), fato que aguçou mais ainda seu interesse em organizar uma Liga Nacional de Senhoras Luteranas no Brasil.¹⁶⁵

De volta a Porto Alegre em 1949, Otilie Mueller resolveu seguir o exemplo das senhoras luteranas norte-americanas, mobilizando as mulheres luteranas brasileiras em torno da formação de uma Liga Nacional. Otilie Mueller, aproveitando a realização, em Porto Alegre, de uma Convenção Pastoral, em julho de 1956, convidou as esposas de pastores e professores que estariam presentes, além de outras lideranças femininas de Porto Alegre, para uma reunião, ocasião em que apresentaria a ideia de formar uma Liga Nacional.¹⁶⁶ Em entrevista recente ao *Jornal Mensageiro Luterano*, em dezembro de 2009, Otilie ao rememorar o contexto de criação da Liga assim o descreveu:

estávamos no Brasil, e pensei em começar uma ‘Sociedade’ em português. Convidei as senhoras das Comunidades S. Paulo, Cristo e Concórdia, todas de Porto Alegre, para uma reunião. Uma senhora da S. Paulo fez as sacolinhas de pano para recolher as ofertas, para ajudar a missão, estas que são usadas até hoje¹⁶⁷

¹⁶⁴Entrevista com Otilie Mueller. *Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil*. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, 1966, p. 6.

¹⁶⁵Entrevista com Otilie Mueller. *Jornal Mensageiro Luterano*. Editora Concórdia, dezembro de 2009, n° 12, ano 93, p. 24.

¹⁶⁶Entrevista com Otilie Mueller. *Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil*. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, 1966, p. 6.

¹⁶⁷Entrevista com Otilie Mueller. *Jornal Mensageiro Luterano*. Editora Concórdia, dezembro de 2009, n° 12, ano 93, p. 24.

Assim, atendendo prontamente ao convite da senhora Mueller, 93 mulheres pertencentes a várias sociedades de senhoras de Porto Alegre e uma representante do Estado de Santa Catarina, reuniram-se nas dependências da congregação “São Paulo”, de Porto Alegre, às 15 horas do dia 4 de julho de 1956, com o intuito de fundar uma liga feminina na IELB. A reunião foi dirigida por Otilie Mueller, que aproveitou o momento e mencionou o trabalho realizado pela Liga de Senhoras da Igreja Luterana Sínodo de Missouri, já em atividade nos Estados Unidos havia 25 anos.¹⁶⁸

Como a participação na reunião foi majoritariamente de mulheres de Porto Alegre, a Liga de Senhoras fundada nessa ocasião fora considerada provisória, o que levou à convocação oficial de todas as sociedades de senhoras do Brasil para o 1º Congresso Nacional da LSLB, em Porto Alegre, no dia 16 de janeiro de 1957, quando de fato seria oficialmente criada a liga de senhoras luteranas.¹⁶⁹ Muitos detalhes sobre esse encontro estão descritos num documento que podemos considerar como a certidão de nascimento da Liga: a ata do 1º Congresso Nacional de 1957, que se encontra salvaguardada no arquivo histórico da LSLB. Pelo que lemos nesse documento, o conclave realizou-se no Salão da Juventude do Seminário Concórdia, de Porto Alegre, com a participação de 23 sociedades de senhoras, com uma presença total de 103 mulheres, vindas principalmente do Rio Grande do sul, mas também de Santa Catarina, São Paulo e Paraná.¹⁷⁰

O encontro teve início às 9 horas da manhã do dia 16 de janeiro, com uma devoção em língua portuguesa, baseada nas palavras da Bíblia “Brilhe nossa luz no serviço do Senhor”, devoção que foi apresentada pelo respeitado pastor Donald Schüler. Logo em seguida, Otilie Mueller saudou os presentes e todos cantaram o hino “Servi ao Senhor com alegria”, que trazia consigo a frase que se tornaria o lema da LSLB. Na ocasião, Otilie Mueller explicou que a Liga trabalharia em prol da Igreja e propiciaria o conhecimento mútuo

¹⁶⁸BUSS, Paulo W. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1950-2000)*, p. 61.

¹⁶⁹Ata do 1º Congresso Geral da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1957. Livro N° 1 de Atas de Congressos Nacionais (1º ao 8º Congresso Nacional). Caixa de atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁷⁰Ata do 1º Congresso Geral da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1957. Livro N° 1 de Atas de Congressos Nacionais (1º ao 8º Congresso Nacional). Caixa de atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

das senhoras luteranas, além de ser um espaço de troca de experiências e de trabalho das diversas sociedades de senhoras.¹⁷¹

Durante o Congresso, discutiu-se e aprovou-se o projeto dos estatutos que deveriam reger a Liga e também foi realizada uma eleição para definir a primeira diretoria geral da LSLB¹⁷² Em contrapartida, foram eleitos três pastores que desempenhariam a função de conselheiros da Liga, demonstrando, assim, a vigilância masculina da IELB, nas atividades da LSLB.¹⁷³

Alguns dias após a realização do 1º Congresso Nacional da LSLB, teve início a 34ª Convenção Nacional da IELB. Aproveitando a oportunidade, a LSLB encaminhou à 34ª Convenção uma moção propondo o reconhecimento oficial da LSLB como uma organização auxiliar da Igreja:

Moção nº 1 Liga Missionária de Senhoras Luteranas do Brasil: prezados irmãos na fé, para aproveitar o grande potencial que representam seus membros femininos adultos, a Igreja-mãe permitiu faz anos, a organização duma Liga Missionária de Senhoras Luteranas. Esta Liga tem proporcionado valiosa educação missionária a seus membros e ajuntando vultuosas somas em dinheiro para a construção de capelas, casas de descanso, hospitais e para outros objetivos úteis à Igreja. Sugerimos à DD. Convenção permita que também no seio de nossa querida Igreja Luterana do Brasil seja concedida a função duma “Liga de Senhoras Luteranas” cujo potencial poderá ser aproveitado para o bem da causa de Cristo. Para a orientação da Comissão que examinará esta sugestão, juntamos uma cópia dos estatutos que poderão reger a projetada entidade. Deverá funcionar segundo os moldes da juventude Luterana. Queira o chefe da Igreja guiar as deliberações da Convenção de tal maneira que redundem em sua glorificação.

Porto Alegre, 13 de setembro de 1956 (ass.) Otília J. Mueller, Maria L. Rehfeldt, ver. Jorge Muller, L. Kunstmann.¹⁷⁴

Conforme consta na Ata da 34ª Convenção Nacional, o parecer da IELB foi favorável à fundação da LSLB:

o reverendo E. Hoerlle apresentou o parecer da comissão encarregada com o estudo da moção nº 1, referente à fundação de uma Liga de Senhoras Luteranas do Brasil.

¹⁷¹ Ata do 1º Congresso Geral da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1957. Livro Nº 1 de Atas de Congressos Nacionais (1º ao 8º Congresso Nacional). Caixa de atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁷² Ata do 1º Congresso Geral da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1957. Livro Nº 1 de Atas de Congressos Nacionais (1º ao 8º Congresso Nacional). Caixa de atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁷³ Ata do 1º Congresso Geral da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1957. Livro Nº 1 de Atas de Congressos Nacionais (1º ao 8º Congresso Nacional). Caixa de atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁷⁴ Moção encaminhada a 34ª Convenção Nacional da IELB, de 20 a 27 de janeiro de 1957. Documento mimeografado sem referência. Instituto Histórico da IELB. Porto Alegre, RS, 1956.

De acôrdo com o parecer favorável a Convenção aprovou a organização desta entidade e bem assim a escôlha dos três conselheiros pastorais: rev. Ernesto Heine, rev Elberto Schelp e rev George J. Müller.¹⁷⁵

Muito mais do que um parecer favorável, a permissão dada pela liderança masculina à criação de uma liga de mulheres, significava o reconhecimento por parte da IELB, do quanto o trabalho dessas mulheres poderia ser importante para a Igreja. Um argumento, aliás, muito bem explorado pela LSLB que, em seu estatuto de 1960, afirmava:

1) Nome: o nome da entidade será “Liga das Senhoras Luteranas do Brasil” ; 2) Fins da entidade: a) Despertar e conservar maior espírito missionário entre as senhoras de nossa Igreja (Educação Missionária, inspiração missionária e serviço missionário); b) o de ajuntar fundos para determinados projetos missionários, especialmente para aqueles que não foram contemplados adequadamente no orçamento da Igreja; c) o de ajuntar fundos para fins beneficentes.¹⁷⁶

Munidas desses objetivos, as mulheres luteranas não pouparam esforços para cumpri-los integralmente, exercendo a função de verdadeiras ajudadoras, sem qualquer pretensão de destoar dos cânones que as impediam de ocupar certos espaços na hierarquia da Igreja.

As conquistas das mulheres na IELB, remete-nos a um debate muito vivo em torno do conceito bourdieniano de “dominação masculina”, nesse caso, uma dominação que busca se perpetuar em uma instituição religiosa. Com relação à divisão entre os sexos, Bourdieu observa que tal divisão parece estar inscrita na “ordem das coisas”, pois ela está presente ao mesmo tempo, em um estado objetivado nas coisas e em todo o mundo social, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.¹⁷⁷ Sendo assim, a ordem masculina funciona como uma “máquina simbólica” pronta a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça. Segundo o autor, “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes”.¹⁷⁸ As divisões que constituem a ordem social, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração estabelecida entre os gêneros, levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas, a partir da oposição entre o

¹⁷⁵Ata da 34ª Convenção Nacional Igreja Evangélica Luterana do Brasil de 1957. 2ª sessão 21 de janeiro de 1957. Livro nº 3 de Atas de Convenções 1954 a 1960. Instituto Histórico da IELB, Porto Alegre, RS.

¹⁷⁶Estatutos da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB). Livro de presenças dos Congressos e Estatutos da LSLB de 1960. Caixa de Atas dos Congressos Nacionais da LSLB (1º ao 22º Congresso Nacional). Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁷⁷BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, p. 17.

¹⁷⁸BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, p. 18.

masculino e o feminino.¹⁷⁹ Diante disso, a dominação masculina encontra condições plenas para se desenvolver.

Desse modo, a dominação masculina enquanto uma construção simbólica incorpora não somente o assentimento ao dominante, mas também a naturalização, isto é, o consentimento dessa dominação, por parte dos dominantes e dominados, exercendo sobre os corpos um poder que em nenhum momento traz o signo da coação física.¹⁸⁰

O historiador Roger Chartier, em texto originalmente publicado na revista *Annales* em 1993, retomou a polêmica questão da “dominação masculina” – tão cara ao seu colega sociólogo Pierre Bourdieu. No artigo, que tinha por intenção realizar uma “leitura crítica” da recém-lançada obra *Histoire des Femmes en Occident*,¹⁸¹ Chartier observava que a construção da identidade feminina ocorria pela interiorização de normas enunciadas pelos discursos masculinos. Nas palavras de Chartier:

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajudaria a compreender como a relação de dominação, que é histórica, cultural e linguisticamente construída, aparecia sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível e universal.¹⁸²

Todavia, a incorporação da dominação não deveria excluir, de acordo com Chartier, afastamentos e manipulações, por parte dos dominados. Segundo Chartier, quando as mulheres se conformam com os cânones corporais, ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens, não estão simplesmente se curvando a uma submissão alienante, mas também estão construindo recursos a fim de que possam enfrentar a relação de dominação. Desse modo,

Reconhecer os mecanismos, os limites e, sobretudo os usos do consentimento é uma boa estratégia para corrigir o privilégio amplamente concedido pela história das mulheres às “vítimas ou rebeldes”, “ativas ou atrizes do seu destino”, em detrimento “das mulheres passivas”, vistas como consentidoras de suas situações. (...) Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, tampouco significam discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência.¹⁸³

¹⁷⁹BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, p. 41.

¹⁸⁰TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*, p.33.

¹⁸¹Publicação em língua portuguesa: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*.

¹⁸²CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (nota crítica), p. 42.

¹⁸³CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (nota crítica), p. 42.

Raquel Soihet considera a noção de resistência fundamental nas abordagens sobre as mulheres. Segundo essa autora, historiadoras como Michelle Perrot, Natalie Davis, Arlette Farge, Maria Odila Leite da Silva Dias, e inclusive ela própria, têm se baseado nesse referencial na obtenção de pistas que possibilitem a reconstrução da experiência concreta das mulheres em sociedade que no, processo relacional complexo e contraditório com os homens, têm desempenhado um papel ativo na criação de sua própria história.¹⁸⁴

É o que se vê na atuação das mulheres luteranas na LSLB, um significativo espaço de atuação das mulheres dentro da IELB, um espaço onde se aceitava e, em determinados momentos, se contestava a condição de “dominação”, conforme veremos no terceiro capítulo. Concordamos com Michelle Perrot, quando diz que a religião é ao mesmo tempo “poder sobre e poder das mulheres”, pois se a religião contribui para reproduzir a dominação masculina e a submissão feminina, dentro dessa lógica, as mulheres acabam por criar mecanismos “que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação”¹⁸⁵.

Na década de 60, a LSLB estabeleceu como seus principais objetivos: desenvolver o espírito missionário entre as senhoras da Igreja e arrecadar ofertas para que a IELB pudesse sustentar financeiramente seus empreendimentos missionários. As ofertas da LSLB eram arrecadadas, principalmente, por meio do “plano nacional das sacolinhas”. A escolha do nome para a campanha de arrecadação foi motivada pelo fato de ser a sacola um acessório presente na vida doméstica da mulher, por isso, instruía-se que todas as senhoras luteranas mantivessem na cozinha de suas casas uma sacolinha onde seria depositado parte do dinheiro resultante de pequenas compras diárias. As ofertas arrecadadas pelas “sacolinhas” eram destinadas à LSLB, para a manutenção de trabalhos missionários da Igreja em todo território nacional e também no exterior. Esse sistema de arrecadação de ofertas permitia à LSLB a realização de variados serviços missionários como a formação de novos pastores, auxílio para a construção de capelas nos campos de missão, compra de automóveis, material missionário, material para a escola dominical, bolsas de estudo, assistência às missões, assistência a entidades sociais, à família e à mulher e a publicação de impressos.

No Congresso Nacional da LSLB de 1962, ficou decidido que a Liga adotaria como projeto permanente enviar material para escolas dominicais em pontos de missão. Nesse congresso, foi proposto também que 25% do dinheiro arrecadado fosse empregado na impressão de folhetos de cunho missionário. Na década de 60, a IELB mantinha uma missão

¹⁸⁴ SOIHET, Raquel. *História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões*, p. 07.

¹⁸⁵ SOIHET, Raquel. *Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo*, p. 198.

em Portugal, no entanto, sérios problemas financeiros abalavam o projeto missionário. Nesse sentido, a LSLB em 1968 estabeleceu como meta arrecadar dez mil cruzeiros para que pudesse ser comprado um carro para o missionário daquele país.¹⁸⁶ No Brasil, as senhoras decidiram ajudar financeiramente a Igreja Luterana em Mato Grosso e decorar o interior da capela de Brasília.

Outro grande projeto da LSLB foi a publicação, no final da década de 50, do *Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil*, a fim de possibilitar melhor comunicação entre os diversos distritos que compunham a Liga e, esse boletim, em 1966 apareceu sob a forma de revista, passando a se chamar *Servas do Senhor*.¹⁸⁷

Nos anos 70, a LSLB continuou desenvolvendo projetos e alcançando grande prestígio no corpo da Igreja, mormente por seu importante apoio financeiro, fruto do plano nacional das “sacolinhas”. No início dessa década, a LSLB conseguiu cumprir com a meta estabelecida no Congresso Nacional de 1968, de arrecadar dez mil cruzeiros para a compra de um carro para o pastor da Igreja Luterana de Portugal. Conforme consta na Ata do Congresso Nacional da LSLB de 1971, “os dez mil cruzeiros destinados a Portugal foi utilizado para comprar um carro, sendo o restante do dinheiro destinado à manutenção do mesmo”.¹⁸⁸

O envolvimento da IELB com a ação social também se fez sentir nesse período. O trabalho da Igreja com deficientes auditivos recebeu grande impulso com a fundação oficial, pela IELB, no dia 15 de outubro de 1970, de um Centro Educacional para Deficientes Auditivos (CEDA) (BUSS, 2006, p. 178). Desse modo, de 1971 a 1973, a LSLB adotou como um de seus projetos principais auxiliar financeiramente esse Centro Educacional para Deficientes Auditivos, a fim de que a escola pudesse adquirir material escolar de que tanto necessitava.¹⁸⁹ Em reconhecimento pelo auxílio financeiro recebido, a escola enviou nota de agradecimento à revista *Servas do Senhor*: “A nossa escola agradece muito às Senhoras Luteranas pela doação de Cr\$ 2.000,00 a nós enviada. Com este dinheiro nós conseguimos

¹⁸⁶Ata do 5º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1968. Livro Nº 1 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (1º ao 8º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁸⁷Ata de reuniões mensais da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil do ano de 1966. Livro nº 1 de Atas de Reuniões da LSLB. Caixa de Atas de Reuniões da LSLB de 1957 à 2003. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁸⁸Ata do 6º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1971. Livro Nº 1 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (1º ao 8º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁸⁹Ata do 6º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1971. Livro Nº 1 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (1º ao 8º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

comprar mesas para o jardim de infância, quadros-negros e também dividir as salas de aulas com paredes de madeira, que se fazia tão necessário para nosso trabalho”.¹⁹⁰

Outro projeto adotado pela LSLB foi auxiliar a expansão missionária da IELB para a região Norte do país. Para tanto, em 1971, a Liga destinou US\$ 1.200 para a compra de um trailer para o pastor responsável pelos trabalhos de missão na rodovia Belém-Brasília. A notícia da compra, tão festejada pelas senhoras luteranas, foi veiculada em poucas palavras na revista *Servas do Senhor* com a mesma sutileza que lhes era comum: “De parte da LSLB compramos um Turis-Car para facilitar o trabalho do nosso missionário. Ele terá que ir de cidade em cidade para começar este trabalho missionário. Com um Turis-Car terá o seu lar junto consigo e não precisará procurar casa para alugar ou alugar um alojamento num hotel”.¹⁹¹

No Congresso Nacional de 1973, a LSLB decidiu adotar como novo projeto a construção de capelas. O departamento de missão da IELB e a diretoria da LSLB escolheram juntos o local de construção da primeira.¹⁹² De 1975 a 1980, a LSLB continuou auxiliando na construção de “locais de culto”, foram mais de dez capelas construídas em cinco anos. Além do auxílio para construção de capelas, a Liga também realizou uma campanha especial para a decoração do Centro Administrativo da IELB, em São Leopoldo e publicou um livro que há muito era aguardado por todas as mulheres luteranas, o *Manual das Servas*, que trazia ideias e propostas para atuação da mulher na família, na Igreja e na sociedade.¹⁹³

Na década de 80, o grande objetivo da LSLB continuava sendo o de auxiliar a Igreja com ofertas do sistema de sacolinhas. Entre os projetos desenvolvidos pela Liga incluíam auxílio para a construção de locais de culto, doação de material missionário para a IELB e auxílio a entidades assistenciais.¹⁹⁴ Em 1982, quando a LSLB comemorou 25 anos de fundação, estabeleceu que as ofertas arrecadadas por meio das sacolinhas seriam aplicadas na construção de 25 Centros Integrados de Missão da IELB, ou seja, locais em que seriam

¹⁹⁰ *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1971. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, p. 06.

¹⁹¹ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1971. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, p. 10.

¹⁹² Ata do 7º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1973. Livro Nº 1 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (1º ao 8º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁹³ Ata do 10º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1979. Livro Nº 2 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (9º ao 15º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

¹⁹⁴ Ata do 11º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1981. Livro Nº 2 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (9º ao 15º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS

realizados cultos, reuniões, funcionariam escolas dominicais e atividades de atendimento social. Em 1983, a Liga decidiu que o dinheiro arrecadado com a oferta das sacolinhas também seria destinado para o pagamento de bolsas de estudo aos estudantes carentes matriculados nas instituições de ensino da Igreja.¹⁹⁵

Na década de 90, a IELB passava por sérias dificuldades financeiras e diante dessa situação decidiu lançar, em 1993, um “Manifesto à Igreja”, a fim de mostrar a “toda a Igreja uma radiografia da sua situação, aguardando dela uma reação imediata e concreta” (BUSS, 2006, p. 294). O manifesto provocou resultados positivos, pois em 1994, 60% das congregações da Igreja haviam declarado sua intenção de participar mais no desenvolvimento do trabalho da Igreja. Diante desse quadro, a LSLB não ficou indiferente e continuou a aplicar os recursos provenientes das “sacolinhas” em projetos da Igreja, como bolsas de estudo para estudantes de teologia dos seminários da IELB, doação de material de escola dominical para os campos missionários da Igreja e auxílio para a construção de capelas nos campos de missão.¹⁹⁶

Como podemos perceber, não foram poucas as atividades da LSLB em prol da Igreja. Mas o benefício não era somente para a IELB, nesse conjunto de ações, as próprias mulheres envolvidas em sua consecução também eram beneficiadas, pois desfrutavam cada vez mais de prestígio junto àqueles que enxergavam com muitas reticências a ascensão das mulheres na Igreja.

Sandra de Souza analisa que os discursos e ritos religiosos contemporâneos, em particular os cristãos, se rearranjaram diante das novas exigências da modernidade, no que diz respeito aos aspectos de gênero. Mas, embora tenha havido algumas mudanças significativas, os discursos cristãos ainda permanecem impregnados por uma herança misógina. A religião continua a desempenhar o papel de produtora de significados, porém, já não possui o monopólio do sentido, pois a multiplicidade de sistemas de sentido permite às mulheres maior margem de negociação. Nas palavras da autora:

A negação de sistemas fixos de sentido, a concorrência das instituições produtoras de sentido, a concorrência das instituições produtoras de sentido e a vagabundagem semântica dos sujeitos, abre possibilidades para a hermenêutica permanente e, portanto, para a mudança. Num contexto de identidades múltiplas e de negociação permanente com diversos sistemas simbólicos, são possíveis construções simbólicas

¹⁹⁵Ata do 12º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1983. Livro N° 2 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (9º ao 15º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS

¹⁹⁶Ata do 19º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1998. Livro de Ata do 19º Congresso Nacional da LSLB. Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS

mais participativas, menos totalitárias. Se múltiplas são as instituições produtoras de sentido, múltiplas também são as possibilidades combinatórias de sentidos e produtoras de novos sentidos. Mas isso não é simples, pois, se estamos numa nebulosa de heterodoxias em que os monopólios de significado se desfazem, também estamos em um contexto em que as ortodoxias reagem, às vezes sutilmente, outras, nem tanto.¹⁹⁷

Ao mesmo tempo em que algumas instituições religiosas tentam preservar a subordinação natural das mulheres, essas contrariam as doutrinas e protagonizam uma certa infidelidade para com as prerrogativas religiosas. Isso acontece, segundo Sandra de Souza, no campo da sexualidade, em que o poder regulador da religião confronta-se com o exercício de uma sexualidade menos submissa à moral sexual religiosa. De igual modo, o aumento das denúncias de violência doméstica e do número de divórcios solicitados por mulheres indica mudanças no ambiente doméstico e também contribuí para modificar, parcialmente, o discurso religioso em torno da indissolubilidade do casamento.¹⁹⁸

Cumpramos ressaltar que o êxito da LSLB em quase meio século de atividade é devido em grande medida à capacidade das mulheres luteranas em manter um veículo que permitiu a integração das diferentes comunidades espalhadas por todo o território brasileiro, criando, com isso, uma atmosfera de unicidade em torno das causas defendidas pela Liga de norte a sul do Brasil e que ao mesmo tempo servia como um meio de levar ao conhecimento de todas as ações da Liga em favor da Igreja. Referimo-nos, evidentemente, ao *Boletim Informativo* da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil, embrião da revista *Servas do Senhor*. Entretanto, veremos que se a revista *Servas do Senhor* desempenhava o papel de “mensageira” das ações empreendidas pela LSLB junto às mulheres luteranas, ela também foi utilizada pela IELB como um importante instrumento na luta contra o movimento feminista. Foi por meio da *Servas do Senhor* que a Igreja se lançou em uma intensa campanha contra os avanços do feminismo no Brasil. Assim, antes de analisarmos as representações sobre o feminismo veiculadas na *Servas do Senhor*, vamos nos deter um pouco mais sobre a história desse periódico, cuja circulação representava uma grande conquista para as luteranas.

¹⁹⁷SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A casa, as mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar*, p. 72

¹⁹⁸SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A casa, as mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar*. P, 73.

CAPÍTULO II

DE BOLETIM INFORMATIVO À REVISTA *SERVAS DO SENHOR*: A CONSOLIDAÇÃO DA IMPRENSA FEMININA NA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL

2.1 – Imprensa feminina no Brasil

A presença feminina na imprensa brasileira remonta à primeira metade do século XIX. Nascidas com o intuito de divulgar literatura e moda, as revista femininas eram concebidas como objetos de lazer. Mostrando-se essencialmente normativas, definiam o papel social e determinavam os padrões de comportamento desejáveis para a mulher da época. De acordo com Ilka Cohen, “nesse discurso – da imprensa em geral e da feminina em particular – a tônica recaía sobre as formas de conduta da mulher no lar e no mundo. Nesse sentido, ultrapassavam o papel de vitrine dos costumes da época, constituindo-se em veículo privilegiado de imposição de um modelo social”.¹⁹⁹

O jornal carioca *Espelho Diamantino* foi o primeiro periódico feminino brasileiro e seu lançamento data de 1827. Em suas páginas, discutiam-se, principalmente, política, literatura, belas-artes e modas. Era um periódico “dedicado às senhoras brasileiras”.²⁰⁰ Outros jornais engrossam as estatísticas de periódicos femininos lançados no século XIX, dentre os quais destacam-se *Espelho das Brasileiras*, lançado em 1831 e *Correio das Modas*, lançado em 1839. De acordo com Ana Luiza Martins, esses jornais são referências iniciais de uma segmentação periódica voltada para o público feminino, tradicionalmente desconsiderado. Nas palavras da autora: “agentes de sua própria história, coube-lhes produzir significativos títulos daquela imprensa periódica, dando visibilidade para o universo feminino enquanto se colocavam num mercado predominantemente masculino”.²⁰¹

A segunda metade do século XIX marcou o surgimento d’O *Jornal das Senhoras*, no Rio de Janeiro, um dos primeiros jornais de propósitos femininos, que contava também com

¹⁹⁹COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e segmentação dos impressos*, p. 117.

²⁰⁰BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*, p. 37.

²⁰¹MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*, p.67.

mulheres na redação. Voltava-se, principalmente, para a publicação de produções literárias sob anonimato. Em 1862, foi lançada a revista *Belo Sexo* no Rio de Janeiro, sob o comando de mulheres com instrução secundária que já não se escondiam sob o anonimato, assinando suas crônicas literárias.²⁰²

Conforme Ana Luiza Martins, não obstante essas iniciativas isoladas de alguma forma traziam mensagens inovadoras, nesse período, a tônica da produção concentrou-se em publicações com títulos alegóricos e sugestivos, que ressaltavam a “fragilidade da mulher”: *A Camélia, A Violeta, O Lírio, A Crisálida, A Borboleta, O Beija-Flor, A Esmeralda, A Grinalda, O Leque, O Espelho, Primavera, Jornal das Moças, Eco das Damas*. Esses impressos, segundo a autora, “nasciam de clubes recreativos e/ou literários, associações que se queriam fazer representar, reforçando o papel dependente da mulher naquela sociedade em transição, questionadora de valores”.²⁰³

O advento e o transcorrer da Primeira República proporcionaram a diversificação da imprensa e inovações tecnológicas permitiram o uso de ilustração variada como charge, caricatura, fotografia, além de aumentar as tiragens, melhorar a qualidade de impressão, reduzir o custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa.²⁰⁴ O campo gráfico sofreu transformações intensas e impactantes na passagem do século XIX para o século XX, avanços técnicos que permitiram a publicação das revistas ilustradas, segmento que experimentou grande sucesso com a produção de revistas destinadas às mulheres.

Nas primeiras décadas do século XX, as revistas femininas viveram um momento áureo em um contexto marcado pelos investimentos na educação, pela profissionalização da mulher e pela ressonância dos movimentos sufragistas e feministas internacionais. Ana Luiza assim descreveu a relação mulheres/revistas femininas nos anos iniciais da República:

Escolarizada, atenta às modas e figurinos de seu tempo, a leitora feminina encontrou nas revistas a alternativa de aquisição do impresso, não apenas como leitora, mas sobretudo, como consumidora de produtos de toda ordem, anunciados estrategicamente pela imprensa comprometida com o lucro. Mais do que isso, a mulher da jovem República redesenhava sua imagem a partir daquele ‘espelho da moda’, isto é, as sedutoras revistas da época. Assim, fosse pelo viés da produção escrita feminina ou aquele da divulgação dos figurinos da moda, ou ainda aquele outro perpetrado pela propaganda, paulatinamente principiavam a desestabilizar-se as fronteiras simbólicas entre os sexos, desfazendo-se papéis ancestralmente construídos na secular sociedade patriarcal brasileira.²⁰⁵

²⁰² MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*, p.68.

²⁰³ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revistas*, p. 373.

²⁰⁴ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes de. *Imprensa a serviço do progresso*. p. 83

²⁰⁵ MARTINS, Ana Luiza. *Da fantasia à história: revirando páginas revisteiras*, p. 67.

A primeira grande revista voltada para o público feminino no Brasil, surgiu em junho de 1914, e circulou até 1936, fundada por Virgiliana Salles com o nome de *Revista Feminina*²⁰⁶, publicação considerada como o exemplo mais perfeito da vinculação entre imprensa, indústria nascente e publicidade, pois teve sua existência marcada por uma bem montada sustentação comercial.²⁰⁷ Na *Revista Feminina*, que chegou a alcançar a marca de 30 mil exemplares impresso, “mais do que o público, a base comercial era a ‘Empresa Feminina’, que vendia produtos de beleza, romances etc”.²⁰⁸

A imprensa feminina brasileira permaneceu sem grandes mudanças até a década de 1940, período em que revistas como *O Cruzeiro*, *A Cigarra* e *Carioca* desfrutavam de grande popularidade. A revista *O Cruzeiro*²⁰⁹ tinha um jornalismo ilustrado, muitas fotos, um estilo movimentado e ágil, acompanhando os acontecimentos da semana. *A Cigarra*²¹⁰ contava com maior espaço destinado a textos, com uma literatura menos colada à realidade, com seções femininas em um espaço considerável. Em a *Carioca*²¹¹, predominavam o cinema e o rádio, além de notícias sobre artistas, uma primeira experiência do que futuramente seria identificado com “revistas de fofocas”. A partir dos anos 50, a vinculação consumo/imprensa feminina estabeleceu-se com uma intensidade progressiva, em decorrência do crescimento das indústrias relacionadas à mulher e a casa, ao fortalecimento do mercado interno e à relativa ampliação da classe média. Esse foi o momento de surgimento da grande imprensa feminina no Brasil, com revistas como *Claudia* e *Capricho*, ambas da editora Abril.²¹²

Considera-se imprensa feminina aquela “dirigida e pensada para mulheres”, ou seja, a imprensa que tem como alvo o público feminino. Segundo Buitoni, a imprensa feminina é capaz de congrega uma grande variedade de temas, com uma abrangência tal que em suas páginas é possível encontrar poesias, receitas de bolo, reportagens, figurinos, consultório sentimental, artigos de psicologia, entrevistas, testes, horóscopos, contos, fofocas,

²⁰⁶ MASCARO, Sônia de A. *A Revista Feminina: imagem de mulher*, 1982.

²⁰⁷ BUITONI, Dulcília. *Imprensa feminina*, p. 43

²⁰⁸ COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e segmentação dos impressos*, p. 117.

²⁰⁹ MEYRER, Marlise Regina. *Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista O Cruzeiro (1955-1957)*; SERPA, Leoni Terezinha Vieira. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)*; PEREGRINO, Nadja. *O Cruzeiro: a revolução da fotorreportagem*; COSTA, Maria Paula. *Da Mulher para a Mulher: uma análise historiográfica do correio dos leitores da revista O Cruzeiro (1950-1963)*.

²¹⁰ MATOS, Hivana Mara Zaina. *A revista A Cigarra. São Paulo - 1914-1934*.

²¹¹ BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*.

²¹² BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*, p. 47-49.

maquiagem, plantas de arquitetura, moldes, saúde, educação infantil, entre outros tantos assuntos. Nas palavras de Buitoni, “perguntas, respostas, comida, emoção, sexo, fantasia, utilidades domésticas: a imprensa feminina é continente para tudo que se relacione com mulher e/ou família”.²¹³

Assim como a imprensa em geral, a imprensa feminina também é fruto de um contexto histórico que criou razões para o seu surgimento. Quando as mulheres precisaram de um canal de expressão literária, lá estava ela e novamente no momento em que as mulheres começaram a reclamar seus direitos, ela também esteve presente. A imprensa feminista, por exemplo, “discutiu a posição das mulheres na sociedade e defendeu seus direitos: estava em foco o comportamento público, ou melhor, as interferências do público no privado”.²¹⁴

No entanto, Carla Bassanezi lembra que as revistas femininas veiculam o que é considerado próprio do mundo feminino pelos seus contemporâneos. Seu conteúdo é marcado pela história, nunca surgem com ideias revolucionárias, não abrem caminhos, mas também não podem ficar muito distantes das transformações de seu tempo, pois correm o risco de perder seu público leitor.²¹⁵

Assim, a revista tornou-se, com o passar dos anos, o veículo por excelência da imprensa feminina, seja no aspecto da apresentação gráfica, seja nas correspondentes maneiras de estruturar seu conteúdo. Um aspecto observado por Buitoni, no que diz respeito à imprensa feminina, foi que os veículos femininos em sua maioria não tinham a intenção de modificar o mundo, ou seja, “trabalham em cima do repertório de seu público, e são ajudadas pelo estereótipo e pela publicidade. Muitos são dirigidos à maioria silenciosa que se interessa mais pelas rugas do rosto do que pelas injustiças sociais”.²¹⁶

Essa não foi a única crítica de Buitoni à imprensa feminina. Para a autora, essa imprensa não mostra a negra, a índia, a japonesa, não mostra a mulher pobre nem a velha, mostra tão somente a mulher branca, classe média e jovem. O consumismo e a estética da utilidade acarretam, dessa forma, sérias restrições à imprensa feminina.²¹⁷

²¹³ BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*, p. 47-49.

²¹⁴ BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*, p. 47-49.

²¹⁵ PINSKY, Carla Bassanezi. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964)*, p. 15.

²¹⁶ BUITONI, Dulcília, *Imprensa Feminina*, p. 78

²¹⁷ BUITONI, Dulcília, *Imprensa Feminina*, p. 78

Gênero amplamente difundido no Brasil após meio século de vigoroso sucesso, as revistas femininas passaram a fazer parte do dia-a-dia das mulheres brasileiras, seja por parte daquelas que dispunham de recursos para arcar com os custos de uma assinatura ou mesmo aquelas que eventualmente adquiriam números avulsos ou ainda as liam em lugares públicos como salões de beleza, consultórios médicos, repartições públicas, beneficiadas pelo corrente costume que tornou comum a disponibilização, entre outras, de revistas femininas nas antessalas de atendimento.

O que podemos notar é que a imprensa feminina traz à luz o “mundo feminino”, até então escondido sob o manto do privado, dos afazeres domésticos, construindo uma visibilidade das mulheres por meio dos impressos. Esse é o caso das tradicionais revistas femininas de cunho religioso, publicadas, sobretudo, nas Igrejas protestantes e pentecostais, sobre as quais recai um profundo silêncio da historiografia, pois se nos últimos anos houve um *boom* no número de teses e dissertações voltados à imprensa feminina, quase nada foi escrito sobre as mulheres filiadas a instituições religiosas de tradição reformada que produziam suas revistas, carregadas de suas concepções, de seus reclames, em outras palavras, de suas representações sobre os mais diferentes aspectos do mundo que as cercavam.

Nesse rol, enquadram-se as mulheres da IELB que desde a metade do século XX se movimentaram em prol da constituição de um impresso que atendesse a recém-formada Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, conforme veremos no seguinte item.

2.2 – O *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil

Durante os anos, 50 a LSLB consolidou-se como órgão central das mulheres luteranas do Brasil e representava diversas comunidades de senhoras de diferentes regiões do país. Com a rápida adesão, tornou-se urgente a criação de um canal que permitisse o diálogo entre as comunidades e a LSLB para que também divulgasse, entre as mulheres, os eventos e os trabalhos realizados pela Liga. Por ser uma modalidade muito utilizada para a divulgação de diferentes segmentos sociais no Brasil dos anos sessenta, a solução encontrada foi o lançamento de um modesto impresso que circularia trimestralmente por todo o Brasil, a fim de informar as mulheres luteranas sobre as atividades realizadas pela LSLB em favor da Igreja.

Na reunião da diretoria da LSLB, em 18 de março de 1960, foi lido o esboço daquele que seria o primeiro *Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil*. A ata da reunião de 1960 mostra que todos os tópicos que iriam compor o boletim foram lidos e

debatidos atentamente por todos os que se faziam presentes, reflexo da preocupação da Liga em oferecer um material de qualidade às suas leitoras.²¹⁸

De acordo com Heloísa Cruz e Maria Cunha Peixoto, desde o século XIX, agindo como força ativa na constituição dos processos de hegemonia social, os jornais e revistas atuam na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos. Segundo, as autoras, a imprensa é “linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”.²¹⁹

Tania Regina de Luca também tem chamado a atenção dos pesquisadores que se utilizam de impressos como jornais e revistas para a pesquisa em História, sobre a importância de se estudar de antemão as “técnicas de impressão” e o “lugar social” em que o periódico selecionado foi produzido. Para Tania de Luca, as “diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de circulação”. Para a autora, o historiador tem de estar atento à:

Forma como os impressos chegaram às mãos do leitor, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou) não com o mercado, a publicidade o público que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que essa não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas.²²⁰

Os primeiros números do *Boletim Informativo* apresentavam-se de forma muito modesta frente à capacidade técnica de que se dispunha nesse período.²²¹ Entre números

²¹⁸ Ata da Reunião da Liga de Senhoras Luteranas de 1960. Atas das Reuniões da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB), livro nº 1, caixa de Atas de Reuniões do início da LSLB até 2003. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre – RS.

²¹⁹ CRUZ, Heloísa; PEIXOTO, Maria Cunha. *Na oficina do historiador*, p. 259.

²²⁰ DE LUCA, Tania Regina. *História do, nos e por meio dos periódicos*, p. 138-139.

²²¹ Conforme Mário Camargo, a partir de 1960, ocorreu uma importante renovação do parque gráfico nacional. Para esse autor, a partir dos trabalhos do Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Artes Gráficas, GEIPAG, criado em 1966, lançou um vigoroso sopro de vida sobre o setor gráfico. Por meio da importação de equipamentos, o parque gráfico do país modernizou-se, parcialmente, no nível da mais atualizada tecnologia mundial. O Conselho de Desenvolvimento Industrial, CDI, liberou muitos projetos de expansão para o setor, em especial para a compra de máquinas na área editorial. Na década de 70, o país mergulhava na moderna industrialização, graças à velocidade de produção dos novos equipamentos. A produção de impressos no

mimeografados e impressos, sua periodicidade era trimestral, com um número de páginas que variava de quatro a oito nos cinco primeiros anos de circulação. Sua distribuição ocorria por meio de assinaturas. Quanto à estruturação gráfica do conteúdo, não apresentava seções fixas e os artigos não eram assinados, sendo todos de cunho informativo. Com um número de páginas, oscilando entre quatro e oito dificilmente era reservado espaço para ilustrações, e quando elas apareciam eram em tamanhos pequenos e em preto e branco. Todavia, mesmo com sua qualidade gráfica incipiente, o boletim tinha boa aceitação e circulação entre mulheres luteranas.

Como forma de integrar as mulheres de todo o país no projeto de criação do órgão informativo da LSLB, a diretoria da Liga publicou uma pequena nota no primeiro número do *Boletim* onde solicitava que todas as leitoras enviassem sugestões para a substituição do nome provisório dado ao impresso: *Boletim Informativo*. Para entusiasmar as leitoras a participarem da consulta aberta pela diretoria, a própria nota trouxe uma primeira sugestão colhida informalmente por uma das organizadoras do boletim. A proposição não era de uma mulher, pois fora encaminhada por um pastor da IELB residente na região norte do país que julgou ser o nome “O Exército da Cruz” o mais apropriado para o novo impresso.²²² Cabe destacar a solicitude do pastor em contribuir com a diretoria da LSLB, como uma prova de que os homens luteranos acompanhavam a consecução do projeto empreendido pela organização de mulheres da IELB.

Todavia, os nomes sugeridos, dentre eles o que fora indicado pelo pastor que, em nada destacava o caráter de órgão informativo por não mencionar sequer a LSLB, não agradaram a liderança da Liga, por isso, acabou prevalecendo o nome provisório, *Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil*, que trazia no título a indicação do órgão responsável por sua publicação, elemento primordial para aceitação e inserção da Liga junto ao público feminino da IELB.

Heloísa Cruz e Maria Cunha Peixoto observam que os títulos e subtítulos atuam como “manchetes”, primeiros enunciados por meio dos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais. No caso das publicações de maior circulação, como é o caso da grande imprensa, os títulos indicam uma pretensão

Brasil, finalmente, atingiu o status de “indústria”, em oposição ao de “arte”. Entre 1968 e 1970, chegaram ao Brasil várias *Photon*, *Fairchild* e *Linoform*, todas da mesma tecnologia, para os jornais que começavam a implantar o novo sistema *off-set*. CAMARGO, Mário. *Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de história*, p. 121-129.

²²² *Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil*, ano 1, 1º trimestre de 1960.

quanto a sua autoridade e representatividade e também uma pretensão de abrangência. Assim, as autoras mostram que o *Jornal do Brasil*, assumiu esse título, pois quando lançado, situava-se na capital federal, e, portanto, “anunciava uma pretensão editorial de, constituir-se como porta voz da sociedade civil e articulador de questões nacionais, atingir uma repercussão em todo o país. Diferentemente, o Diário de São Paulo, já de início, assume falar para e na defesa dos paulistas”²²³.

Assim, no caso do impresso da LSLB, não foi diferente. Criado para ser o porta voz das mulheres luteranas e divulgar a participação das mulheres na Igreja, pelas ações da Liga, o seu nome não poderia deixar de destacar o órgão responsável por sua publicação: a *Liga de Senhoras Luteranas do Brasil*. Em seu primeiro número, o *Boletim Informativo* deixou claro que o principal objetivo da LSLB era a integração de todas as mulheres da IELB, a fim de que pudessem atuar em conjunto na Igreja, e que se voltaria principalmente para a divulgação dos resultados dessa atuação. Assim, nele discutiram-se os projetos adotados pela LSLB, com o intuito de sensibilizar as mulheres que acompanhavam o crescimento da Liga, mas ainda não haviam se filiado oficialmente. Buscava-se enaltecer os projetos da LSLB como forma de entusiasmar as mulheres que ainda não podiam compartilhar com a Liga os louros dos projetos de grande impacto na organização da Igreja. Assim, esclarecia o boletim:

Projetos. Verdade, é que, às vezes esta palavra põe medo aos ouvintes. (...) Não queremos nós, todas as sociedades de senhoras luteranas sustentar um projeto maior? Certamente! A nossa Igreja está cada vez mais alargando as estacas. Poder-se-ia fazer tanto no seio da Igreja, mas o que deve ser feito primeiro? Aonde o amparo é mais necessário. Na obra missionária os pastores necessitam muito de panfletos, de diversos panfletos. E no que diz respeito ao ponto de missão a ser contemplado, a Diretoria da Liga em conjunto com o Departamento de Missão da Igreja deverá escolher o lugar que mais necessita de apoio financeiro.²²⁴

Analisando os números do *Boletim Informativo*, percebe-se que pedidos de envio de artigos e de outros tipos de colaborações eram frequentes, pois em muitos casos a publicação atrasava por não ter um número suficiente de matérias. Em seus primeiros anos de existência, a elaboração do boletim ficou restrita a um pequeno grupo de pessoas que, em sua maioria, eram as mesmas que compunham a diretoria da LSLB. Reuniões mensais eram realizadas para discutir matérias, ideias e sugestões que seriam publicadas. Nessas reuniões também ficavam estabelecidos os responsáveis por elaborar cada matéria, já que o boletim não contava com colaboradores fixos. Depois que todo o material a ser publicado encontrava-se finalizado,

²²³ CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria Cunha. *Na oficina do historiador*, p. 261.

²²⁴ *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, ano 1, 1º trimestre de 1960.

era enviado a um revisor doutrinário e a um revisor ortográfico, geralmente os pastores conselheiros da Liga, para que eventuais falhas fossem corrigidas e, finalmente, o boletim pudesse chegar às mãos de suas assinantes.

Assim, nos anos iniciais de circulação era comum que as redatoras enviassem cartas, solicitando aos membros da Liga e da IELB que, se possível, escrevessem artigos para serem publicados. Vejamos alguns exemplos desses pedidos de colaborações:

Ilmo. Sr. Rev. Martinho Lutero Hasse. Auxiliando na elaboração dos nossos boletins informativos da LSLB, foi-me solicitado que redigisse a presente, pedindo a sua colaboração. Seria uma nota para nossa coluna, explicando cores, dístico, etc. da nossa flâmula e distintivo. Também reservamos o Cantinho do Conselheiro do nosso 3º Boletim se aproveitando o tema do Dia do Papai. Seria possível? Agradecendo desde já pela sua inegável cooperação, aqui ficam os cordiais cumprimentos e votos de Bênçãos Divinas em seu trabalho e no lar.²²⁵

Amiga Edith, precisaríamos de alguém que nos escrevesse um artigo para o nosso primeiro Boletim de 1966, sobre o tema: “A sociedade de senhoras modelo” ou “como se deve organizar uma sociedade de senhoras” ou ainda “uma sociedade de senhoras padrão”.(...) Achamos que seria a pessoa mais indicada e é este motivo que me leva a redigir-te a presente. Aceitas? Teremos reunião lá pelo dia 20 de janeiro em minha casa e ficaria muito grata se até essa data se poderia contar com o presente artigo, após esta data gostaríamos de mandar o material para o prelo. Agradecendo pela acolhida a presente aqui ficam as cordiais saudações em nome do grupo de redatoras.²²⁶

A LSLB considerava que as colaborações não deveriam ficar restritas somente aos membros da diretoria, para tanto, utilizavam o próprio impresso para solicitar às leitoras envio de matérias e sugestões para publicação. Essa característica dava ao *Boletim Informativo* da LSLB, um caráter peculiar, pois diferentemente de outros impressos que contavam com colunistas fixos, em que os leitores apenas opinavam com sugestões e críticas em espaços próprios, nas seções de “cartas do leitor”, por exemplo, esse impresso contava com um mínimo de colaboradores fixos, pois a grande maioria de seus artigos publicados eram colaborações de leitores. Isso revela a tentativa da LSLB em dar voz aos leitores, ainda que essa voz fosse mediada pela censura do revisor doutrinário e também ortográfico, que davam o último parecer sobre a relevância e a confiabilidade dos artigos.

²²⁵Carta enviada ao rev. Martinho Lutero Hasse, 12 de julho de 1965. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondências enviadas pela LSLB (1965 a 1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Porto Alegre, RS.

²²⁶Carta enviada a Edith Karg. Porto Alegre 4 de dezembro de 1965. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondências enviadas pela LSLB (1965 a 1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Porto Alegre, RS.

No intuito de reverter o quadro de escassez de contribuição por parte das leitoras, o boletim trazia pequenas notas, cuja intenção era lembrar ao seu público leitor que ele era um projeto de todas as mulheres luteranas e não somente de uma pequena diretoria. O número do 3º trimestre de 1961, trouxe uma nota em que solicitava: “mande para os futuros boletins cousas interessantes que sirvam de idéias para as outras. Pedimos que mandem condensados assuntos. Aceitamos críticas construtivas. Ajude-nos a fazer nosso boletim cada vez mais interessante”.²²⁷

Essa não foi a única nota a solicitar das leitoras envio de artigos para publicação. Outra bem mais extensa alertava para o problema que muita preocupação causava às redatoras do boletim. Tratava-se de uma questão preocupante, porque em alguns casos, por falta de matérias, o boletim atrasava gerando muitos transtornos e reclamações. Desse modo, o *Boletim Informativo* do 3º trimestre de 1962, assim se reportou aos entraves causados pela falta de matérias:

Sai hoje o 11º número, ano III do *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, com atraso, como vimos, provocado pelo já exposto, mas principalmente pela falta de matéria. Com verdadeira satisfação assinalamos o fato, oportunidade esta em que vimos agradecer a toda a colaboração recebida, mas ao mesmo tempo, concitando uma maior colaboração no sentido das senhoras membros das sociedades de Senhoras, prestigiarem o Boletim, apresentando excertos de livros, revistas, bem como a apresentação de notícias que possam interessar a redação deste Boletim e serem aproveitados. Torna-se necessário dizer, dado o fato deste Boletim ser essencialmente de caráter religioso, necessário será que todo e qualquer assunto apresentado, seja passado no crivo, no exame, no qual se verificará da autenticidade e pureza dos dados e notícias. De qualquer forma, fica aqui o pedido, sejam feitos trabalhos que possam ser aproveitados neste Boletim.²²⁸

Mesmo diante dessas dificuldades, a periodicidade do boletim sempre foi respeitada. Quando não havia matéria suficiente para ser publicada, as redatoras optavam por publicá-lo, mesmo com um número reduzido de páginas. Daí o motivo da oscilação do número das páginas nos primeiros anos de existência desse impresso que, em algumas edições, não passava de quatro, mas em outras chegava a oito páginas.

Muito importante para a LSLB eram as contribuições financeiras vindas de suas filiadas, pois era por meio de tais recursos que a Liga desenvolvia seus projetos. No entanto, para sustentar projetos maiores era preciso aumentar as ofertas, principalmente aquelas oriundas do “sistema das sacolinhas”. Como a Liga havia sido criada há pouco tempo, em alguns momentos, ela passava por sérias dificuldades financeiras de modo que, quanto mais

²²⁷ *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Ano 1, 3º trimestre de 1961.

²²⁸ *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 2º trimestre de 1962.

ofertas, mais projetos poderiam ser adotados e, conseqüentemente, aumentava-se o prestígio da Liga ante a IELB. Nesse sentido, o *Boletim Informativo* também era útil na mobilização das mulheres para maior engajamento nas campanhas de arrecadação de recursos:

Prezadas irmãs, tomamos resoluções no congresso geral e adotamos projetos, mas o êxito de nossas deliberações depende das bênçãos de Deus. Roguemos, pois a ele que faça prosperar nossos planos. Dependemos é claro, também da ação de cada sociedade, pois é visto que a Diretoria Geral, sozinha não pode fazer tudo. Cada senhora faça uso de seus dons e trabalhe para o reino de Cristo no Brasil.²²⁹

A estratégia utilizada pela LSLB, para conseguir a adesão de mais sociedades de senhoras ao “sistema das sacolinhas”, foi salientar o sucesso que esse sistema vinha alcançando nas sociedades onde já era adotada. Contribuir para o crescimento da Igreja era um dos principais alvos e, para tanto, quanto maior fosse a adesão às ofertas, mais próxima a Liga estaria de sua meta. O trecho a seguir, retirado do *Boletim Informativo* do 3º trimestre de 1962, ilustra bem a mobilização da LSLB em conseguir que mais mulheres se filiassem e, ao mesmo tempo, retrata o descontentamento com aquelas que não reconheciam o valor dos projetos:

Estimadas irmãs; muitas de nós têm trabalhado longos anos nas Sociedades de Senhoras, talvez dedicando horas e horas a este trabalho e sempre o fizeram com sincero amor e carinho. Mas existem muitas senhoras que não reconheceram o grande valor deste trabalho. A obra a ser realizada é tão grande que todos precisam unir os seus esforços nós temos pela frente importantíssimos projetos que devem ser realizados com todo o nosso apoio. A LSLB vai enviar 50 hinários para a missão em Portugal. Temos também os projetos para a impressão de folhetos para serem usados no trabalho de missão, como também a distribuição de material para as nossas Escolas Dominicais. Outro projeto, que também merece a nossa atenção, é a compra de uma vaca para a família pastoral da Gleba Arinos no Estado de Mato Grosso. Portanto, vamos sustentar esses projetos que a Liga tem pela frente.²³⁰

Por ser um importante sistema de captação de recursos, a Liga julgava de grande interesse esclarecer a finalidade do dinheiro arrecadado com as “sacolinhas”, como por exemplo, os projetos beneficiados e quantos por cento do total das ofertas deveriam ser remetidos à Liga nacional. O boletim, mais uma vez, mostrava-se como um importante veículo de informação, pois, em suas páginas, eram frequentemente publicadas prestações de contas referentes ao dinheiro arrecado por meio das “sacolinhas”, como na edição do 2º trimestre de 1963:

²²⁹ *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, ano 1, 1º trimestre de 1960.

²³⁰ *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 3º trimestre de 1963.

Sobre as sacolas queremos mais uma vez esclarecer sua finalidade. O produto arrecadado nas sacolas deverá ser unicamente para fins missionários, funcionando da seguinte maneira: da quantia total das sacolas, 70% vai para a Liga Geral e 30% para o Distrito. Também senhoras da comunidade que não façam parte ativa da Sociedade de Senhoras ou Liga Missionária, por uma razão especial, poderão colaborar com a sua parte por meio das sacolinhas.²³¹

No ano de 1965, o *Boletim Informativo* passou por significativas mudanças gráficas, pois deixou o formato de panfleto para receber as primeiras características que o aproximava de uma revista. Os textos do boletim ganharam um novo suporte que possibilitava novas leituras, pois se abria espaço para inserção de “protocolos de leituras”²³², como imagens, fontes em diversos tamanhos e diferentes tonalidades, fotografias, além da possibilidade de verticalização dos textos em colunas. Essas mudanças foram anunciadas em alguns veículos de informação da Igreja, como por exemplo, o jornal *Mensageiro Luterano*, conforme nos mostra a carta enviada pelas redatoras à redação desse jornal, uma iniciativa da Liga em divulgar seu órgão informativo ao maior número de leitores possível:

Pela presente em nome da redação do Boletim Informativo da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil, gostaríamos de solicitar se há possibilidade de constar no Mensageiro Luterano, uma nota sobre o nosso Boletim, a fim de divulgar a leitura do mesmo no seio de nossas Sociedades de Senhoras. São quatro números ao ano, o preço da assinatura é de Cr 400.²³³

Na capa era possível constatar as mudanças pelas quais havia passado o *Boletim Informativo*. Do 1º trimestre de 1960 até o 4º trimestre de 1964, a capa, que tinha as dimensões de 16,5 x 22 cm, obedeceu ao seguinte formato: na parte superior, em um espaço de 16,5 x 6 cm, constava no canto esquerdo o distintivo da LSLB, uma Bíblia com as iniciais da Liga (LSLB) sobreposta à imagem de uma cruz no tamanho de 4x4 cm; ao lado, em letras grandes e em caixa alta, constava o nome da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil; abaixo, em letras bem menores, apareciam as informações sobre o ano da publicação, trimestre

²³¹ *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 2º trimestre de 1963.

²³² Sobre os protocolos de leitura, Roger Chartier afirma: “todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura. Que seja explicitamente afirmada pelo escritor ou produzida mecanicamente pela maquinaria do texto, inscrita na letra da obra como também nos dispositivos de sua impressão, o protocolo de leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça o seu leitor ideal. Deste último, autores e editores têm sempre uma clara representação: são as competências que supõem nele que guiam seu trabalho de escrita e de edição; são os pensamentos e as condutas que desejam nele que fundam seus esforços e efeitos de persuasão”. CHARTIER, Roger. Introdução In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*, p. 20.

²³³ Carta enviada a redação do Jornal Mensageiro Luterano. Porto Alegre, 23 de agosto de 1965. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondências enviadas pela LSLB (1965 a 1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Porto Alegre, RS.

correspondente e o número. No restante da capa, em um espaço de 16,5 x 16 cm, era publicado um artigo de fundo referente a cada número (Figura 1).

Nas raras vezes em que as capas traziam ilustrações eram pequenos desenhos alusivos ao artigo de capa. Nem as capas e tampouco as ilustrações eram coloridas, prevalecia em ambas o preto e branco. A organização interna do conteúdo não obedecia a uma separação por colunas, pois não havia colunas fixas e verticalização das matérias. Quando os artigos recorriam a ilustrações, elas vinham em tamanhos menores como forma de otimizar o espaço no interior do impresso.

A partir do 1º trimestre de 1965, o boletim ganhou nova roupagem (Figura 2). O tamanho passou a ser de 16 x 23 cm, a capa trouxe no canto esquerdo, em tamanho 3,5 x 3,5cm o novo distintivo da Liga, formado por uma cruz à direita que simbolizava a fé, uma chama à esquerda sobre o braço extenso da cruz representando o amor e, no centro, na vertical, a sigla LSLB²³⁴. Ao lado do símbolo constava o nome “Liga de Senhoras Luteranas do Brasil”, abaixo do nome da Liga, em negrito e em fonte maior, aparecia “*Boletim Informativo*”, seguido das informações sobre ano, trimestre e número. Assim, as mudanças mais significativas na capa ocorreram no espaço onde constavam as informações sobre a publicação, que ganharam um destaque ao serem colocadas em negrito e em caixa alta. Pelas Figuras 1 e 2, notamos como aconteceram tais mudanças: enquanto na Figura 1 temos uma capa sem muitos destaques de cor, na Figura 2, percebemos que o nome da LSLB e do *Boletim Informativo* apareceram em negrito, destacando-se das letras utilizadas no artigo da capa. O distintivo que, na Figura 1 aparece sem preenchimento, na Figura 2 ganha destaque na cor preta.

Conforme nos mostra Roger Chartier, “a passagem de um texto de uma forma editorial à outra pode transformar, separadamente ou ao mesmo tempo, a base social e cultural do público, os usos do texto e suas interpretações possíveis”.²³⁵ Chartier também destaca que a análise das diferenciações socioculturais e o estudo morfológico dos dispositivos materiais dos impressos, não se excluem, mas ao contrário, encontram-se necessariamente ligados. Nas palavras do autor:

Por um lado, é em função das competências e das expectativas supostas do público visado que são organizadas as formas dadas aos textos. Mas, por outro lado, os dispositivos através dos quais um texto é proposto (...) têm uma dinâmica própria:

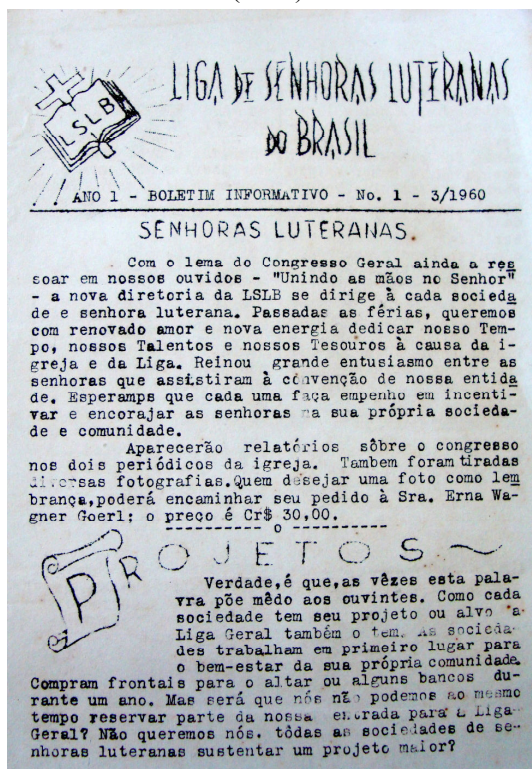
²³⁴Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. *Manual do departamento feminino*, p. 10.

²³⁵CHARTIER, ROGER. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, p. 251.

conforme o que são, podem ou não criar um público novo e autorizar apropriações inéditas.²³⁶

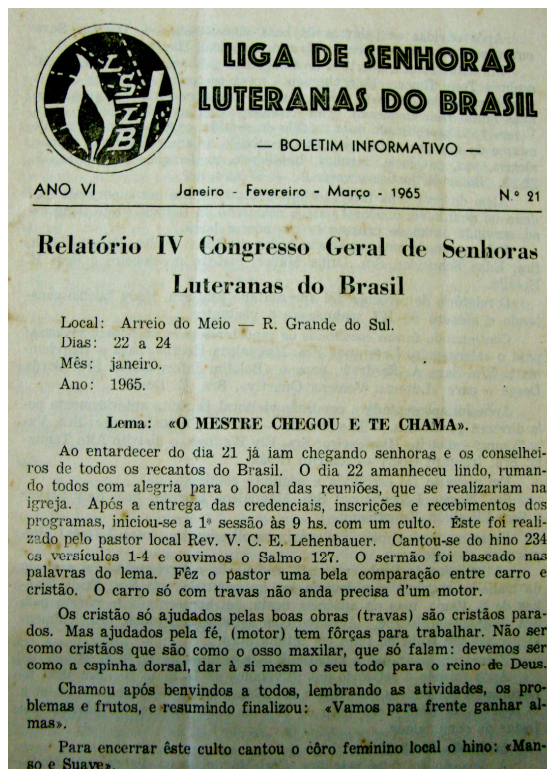
Desse modo, as mudanças no *Boletim Informativo* estavam diretamente relacionadas ao desejo da LSLB em tornar o órgão de informação cada vez mais atraente, para que atingisse um número maior de leitores. Além disso, novos recursos gráficos, como os que permitiam destaques na tonalidade da cor preta, davam maior visibilidade às matérias consideradas importantes, às frases ou mesmo às palavras que eram centrais na constituição do sentido que deveria ser atribuído a cada notícia ou mensagem.

Figura 1: Capa do primeiro número do *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil (1960)



Fonte: *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, ano 1, 1º trimestre de 1960.

Figura 2: Mudanças na capa do *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil em 1965



Fonte: *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, ano 1, 1º trimestre de 1965.

Entretanto, não foi a capa a única a sofrer mudanças, o interior também ganhou nova formatação. Houve a criação de novas colunas, o número de páginas aumentou para oito e

²³⁶ CHARTIER, ROGER. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, p. 251-252.

foram numeradas, as matérias passaram a ser separadas por colunas, os artigos a ser assinados, as ilustrações ganharam mais espaço e houve a inserção das primeiras fotografias. Além disso, na tentativa das redatoras de melhor organizar o conteúdo publicado, quatro colunas estratégicas tornaram-se fixas: *Conversando com a Diretoria*, *Suplemento em Alemão*, *Distritos Informam* e *Cantinho do Conselheiro*.

A coluna *Conversando com a Diretoria* fornecia, em detalhes, às leitoras as atividades desenvolvidas pela LSLB de uma maneira muito especial, pois não era simplesmente a veiculação de notícias sobre as ações da Liga. Tratava-se da palavra da própria presidente, falando diretamente com as leitoras espalhadas por todo o Brasil, uma forma de aproximação da alta hierarquia da LSLB com muitas mulheres que, apesar de serem filiadas à Liga, sequer conheciam quem a presidia.

Em uma Igreja fortemente marcada pela influência da migração alemã²³⁷, na coluna *Suplemento em Alemão* eram publicados artigos para atender as mulheres luteranas alemãs que moravam no Brasil, mas não dominavam a língua portuguesa. A coluna *Cantinho do Conselheiro* era o espaço reservado a homens designados para serem conselheiros da Liga que, na maioria das vezes, eram os responsáveis por escrever os artigos de fundo para o boletim. A presença de um homem com o papel de conselheiro revela a vigilância masculina no impresso, mas a manutenção de uma coluna assinada por um homem era também útil para as editoras como forma de demonstrar que a publicação não se alinhava a quaisquer ideais emancipacionistas que punham em lados opostos homens e mulheres. A coluna *Distritos Informam*, era utilizada para divulgação das atividades das mulheres luteranas nos diversos Distritos²³⁸ da LSLB por todo o Brasil, maneira encontrada para entusiasmar as mulheres que, após a execução de projetos, viam seus nomes e seus distritos estampados nas páginas do boletim e ainda para chamar a atenção daqueles distritos que, por inoperância, não logravam as páginas do *Boletim Informativo*.

Essas mudanças representavam um grande passo para a área editorial da Liga, por isso, mesmo que modestas, foram muito festejadas pelas redatoras que em vários momentos procuravam salientá-las, mostrando que o boletim havia mudado com o objetivo de

²³⁷GERTZ, René E. *O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul*.

²³⁸A estrutura da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil dividia-se da seguinte forma: A LSLB era constituída por mulheres envolvidas em trabalhos dentro das congregações, que se organizavam em departamentos. Esses departamentos formavam distritos, que organizados em regiões, elegiam suas presidentes regionais, as quais auxiliavam a Diretoria Nacional na coordenação dos trabalhos em nível distrital, regional e nacional. (*Servas do Senhor*, 3º trimestre de 1996. Casa Publicadora Concórdia, p. 09).

proporcionar às assinantes uma leitura agradável e um conteúdo variado. Os trechos a seguir nos mostram como essas mudanças foram apresentadas às leitoras:

Gostaríamos de sugerir a todas as Sociedades e Ligas de Senhoras, que elejam duas senhoras que sejam as agentes do Boletim. (...) Deverão entrar em contato com todas as sociedades de senhoras da comunidade apresentar e procurar difundir o *Boletim* entre elas, mostrando-lhe a necessidade de estarem bem informadas sobre as atividades da LSLB.²³⁹

Criamos em nosso *Boletim* diversas novas secções. Entre estas encontramos a Secção sobre notícias dos diversos Congressos distritais. Esperamos colaboração.²⁴⁰

Também é interessante ressaltar que, durante o ano de 1965, a Casa Publicadora Concórdia, editora oficial da IELB, assumiu a publicação do *Boletim Informativo*, conforme nos indica a ata de reuniões mensais da LSLB do ano de 1965: “O próximo *Boletim Informativo* deverá ser impresso na Casa Publicadora Concórdia, que apresentou o preço de Cr\$40.000 para 500 números”.²⁴¹

A inclusão do boletim no rol de publicações da Editora Concórdia ocorreu devido a um programa dessa editora que tinha por objetivo uniformizar graficamente todos os impressos que levavam em suas capas o nome da IELB. É digno de nota o fato de as oficinas gráficas brasileiras estarem, nesse período, passando por um amplo processo de reformulação²⁴² e que a editora da IELB beneficiou-se com os incentivos governamentais para expandir seu parque gráfico e aumentar sua inserção nas diversas organizações da Igreja que produziam de forma autônoma seus próprios impressos. Dispondo de possibilidade técnica, a editora se propôs a dar subsídios a um conjunto de jornais e revistas que já circulavam pelas congregações, mas que não conseguiam atingir tiragens satisfatórias.²⁴³

Além disso, convém destacar que, na década de 60, as Igrejas protestantes sentiram-se impelidas a reforçarem suas mensagens perante seus fiéis, pois a sociedade passava por profundas mudanças decorrentes, principalmente, da Revolução Cultural de 68 e do rápido

²³⁹ *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 4º trimestre de 1965.

²⁴⁰ *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 2º trimestre de 1965.

²⁴¹ Ata de reuniões mensais da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil do ano de 1965. Livro nº 1 de Atas de Reuniões da LSLB. Caixa de Atas de Reuniões da LSLB de 1957 à 2003. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

²⁴² CAMARGO, Mário. *Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de história*.

²⁴³ BUSS, Paulo W. *Um grão de Mostarda 2: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1950-2000)*, p. 122.

crescimento de outras vertentes religiosas, como os grupos pentecostais.²⁴⁴ Nesse contexto, havia a necessidade de reforçar a mensagem protestante, portanto, era preciso que os suportes pelos quais essas mensagens eram veiculadas também fossem melhorados.

Aproveitando esse momento de investimento por parte da IELB na área de impressos, a LSLB conseguiu, que a Casa Publicadora Concórdia assumisse a publicação do Boletim Informativo. Esse, sem dúvida, foi um passo muito importante dado pela Liga, que significou não apenas uma nova formatação gráfica para o Boletim Informativo, mas o início de uma nova fase para esse impresso. O ano de 1965 marcou um momento de transição, em que lentamente o *Boletim Informativo da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil*, deixava de ser apenas um “pequeno boletim” para, em 1966, transformar-se na revista *Servas do Senhor*.

O *Boletim Informativo* atraiu, ao longo dos seus cinco primeiros anos de circulação, muitos olhares masculinos, seja por parte dos homens que supervisionavam as atividades editoriais ou escreviam na coluna masculina da revista que tinha o sugestivo nome *Cantinho do Conselheiro*, ou mesmo daqueles que liam a *Servas do Senhor* e assiduamente remetiam cartas à redação da revista. A forte inserção do público masculino da Igreja representava um novo “horizonte de recepção”²⁴⁵, pois inicialmente a publicação oficial da LSLB, organizada para ser um veículo de comunicação entre as filiadas, alcançava também os maridos, os jovens e mesmo a alta cúpula masculina da Igreja.

Segundo Roger Chartier, “é em função das competências e das expectativas supostas do público visado que são organizadas as formas dadas aos textos”,²⁴⁶ daí a importância atribuída por esse autor à “comunidade de leitores” que os impressos visam atingir.²⁴⁷ Essa dilatação na comunidade de leitores teve reflexos profundos na transição do boletim para a revista *Servas do Senhor*, pois as editoras, sabendo que a revista despertava a curiosidade dos homens luteranos, repensaram as práticas editoriais em duas frentes principais: 1) ciosas de que um maior número de leitoras representava também um maior número de leitores, as

²⁴⁴MENDONÇA, A. G. *Protestantes, Pentecostais e Ecumênicos*, p, 90

²⁴⁵Conforme Chartier, os textos impressos nos mais diferentes suportes sempre visam “instaurar uma ordem” de acordo com os interesses que estão em jogo, ou seja, há sempre uma preocupação em controlar os sentidos que devem ser atribuídos aos textos. O controle da “ordem” depende se dois agentes envolvidos na produção dos impressos: o autor e o editor. Ao exercerem suas funções, ambos têm em mente o público para o qual se destinarão seus textos, ao que Chartier denomina de “horizonte de recepção”. Qualquer alteração nesse “horizonte” resulta em mudanças na escrita e na escolha dos temas, assim como na edição dos textos, ou seja, a escolha das letras, imagens, paragrafação, etc. CHARTIER, Roger. *A ordem do livro*, p.08. CHARTIER, Roger. Do livro à leitura, p. 96-97.

²⁴⁶CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, p. 251-2.

²⁴⁷CHARTIER, Roger. *A história cultural*, p. 123.

editoras trabalharam para tornar a revista cada vez mais atraente por meio da inserção de ilustrações e contínuas melhorias gráficas, além da criação de colunas semelhantes às que existiam nas revistas femininas de circulação nacional 2) cientes de que a revista chegava às mãos de homens, aumentaram a vigilância sobre as colaborações recebidas de todo o Brasil, passaram a publicar matérias que de alguma forma cobravam o posicionamento a ser seguido pelas esposas cristãs, inclusive dicas para as mulheres agradarem aos maridos, buscando legitimar as ações e a importância da Liga para a Igreja por meio da constante publicação de matérias alusivas à atuação da LSLB, com grande ênfase no impacto positivo dessas ações em favor da IELB. É o que veremos no seguinte item.

2.3 – Revista *Servas do Senhor*: a revista da mulher luterana

A moda se modifica a todos os instantes. Também tive que mudar a minha apresentação. Chego agora ao teu lar com nova aparência e nova roupa. É que já me tornei adulta, cresci. Até mudaram o meu nome. Já não sou mais o pequeno “*Boletim Informativo*” da LSLB. Sou uma revista e chamam-me “SERVAS DO SENHOR”. Gostei do nome que me deram. Ele expressa a minha nobre missão. Quero, com a graça de Deus, contribuir para que haja cada vez melhores e mais dedicadas servas no labor da causa de Jesus. Igualmente estão fazendo uma campanha para me colocarem nas mãos de todas as senhoras luteranas do Brasil. Agora, como revista que sou, gostaria que a irmã colaborasse nesta campanha, difundindo-me, presenteando-me a uma amiga, que ainda não me conhece. Prometo mesmo com essa nova roupa, continuar informando e edificando espiritualmente a todas as amigas leitoras. Que Deus abençoe a minha sublime missão. Agradeço a valiosa colaboração que me prestas, hospedando-me em teu lar.²⁴⁸

Por meio da citação acima, percebemos que, para apresentar às leitoras o primeiro número da revista *Servas do Senhor*, as redatoras optaram pela utilização de uma figura de linguagem: a personificação ou prosopopeia. Assim, em primeira pessoa, a própria revista falava diretamente à leitora, chamando-a de irmã, convocando-a para contribuir em sua difusão, tudo isso, com a grande vantagem do nome revista que, por ser na língua portuguesa uma palavra do gênero feminino dava ao diálogo da *Servas do Senhor* com as suas leitoras tinturas de uma conversa entre amigas.

No entanto, cabe-nos perguntar o que significou a passagem do Boletim Informativo para a revista *Servas do Senhor*? Quais as características que faziam da *Servas do Senhor* uma revista? E mais ainda, uma revista voltada para o público feminino? A fim de respondermos

²⁴⁸ *Servas do Senhor*. Ano 3, nº 26, 2º trimestre de 1966. Casa Publicadora Concórdia S.A. Porto Alegre, RS.

tais indagações, primeiramente, é conveniente analisarmos o que é uma revista, quais suas características, e o que a distingue de outros impressos, como os jornais, por exemplo.

A passagem de *Boletim Informativo* para revista *Servas do Senhor* indica uma mudança no suporte em que os textos chegam às mãos das leitoras e dos leitores, alteração que segundo Chartier é muito significativa: “É necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor.”²⁴⁹

Para Ana Luiza Martins, o avanço técnico registrado na Europa, a partir do último quartel do século XIX, foi amplamente utilizado pelos editores de periódicos, a fim de transformá-los em objetos atraentes acessíveis até mesmo àqueles que não sabiam ler, mas que recebiam as mensagens por meio dos desenhos grafados de maneira visualmente inteligível. No caso do Brasil, a revista ilustrada passou a ser preferencial da população leitora. Assim, a partir do século XIX, a revista não só se tornou moda como também ditou moda.²⁵⁰ A revista era favorecida pelo mérito de condensar, numa só publicação, diferentes informações. Intermediando o jornal e o livro, as revistas “prestaram-se a ampliar o público leitor, aproximando o consumidor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação. E mais o seu custo baixo, configuração leve, de poucas folhas, leitura entremeada de imagens, distingui-a do livro, objeto sacralizado, de aquisição dispendiosa e ao alcance de poucos”.²⁵¹

Entretanto, frente à relatividade do impresso revista, sujeito a tantas variáveis temporais, ideológicas e mercadológicas, a definição de revista só é possível desde que formulada no contexto de sua emergência e florescimento, por se tratar de um produto de conjunturas específicas e de estágios culturais determinados, analisa Ana Luiza. Tais singularidades levaram a autora ao seguinte questionamento: o que era uma revista no Brasil?

Um objeto de difícil definição. Defini-la como gênero de impresso esbarra nas fronteiras quase conjugadas às do jornal, periódico que lhe deu origem e do qual, no passado, se aproximava tanto na forma – folhas soltas e *in folio* – como, por vezes, na disposição do conteúdo, isto é, seções semelhantes. Por outro lado, um elemento que os diferencia é a existência da capa na revista, acabamento que não ocorre no jornal. Por outro lado, suas variações no tempo, presididas por circunstâncias de produção (técnica) e recepção (público), conferiram-lhe traços temporais específicos, mutáveis diante das transformações da sociedade à qual serviu. Nesta

²⁴⁹CHARTIER, Roger. *A história cultural*, p. 127.

²⁵⁰MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*, p. 42.

²⁵¹MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*, p. 40.

trajetória, o surgimento, a partir de 1758, dos *hebdomadários*, publicações de periodicidade semanal precisa, de cunho informativo técnico e político, e, por volta de 1776, do magazine, a revista ilustrada por excelência, representativa de uma demanda de caráter ligeiro e de teor fortemente publicitário, confirmam as variações de periodicidade e de propósitos que o gênero conheceu.²⁵²

De igual modo, Tania de Luca observou que a definição do impresso revista foi lenta, podendo ser acompanhada a partir dos sentidos atribuídos a termos como jornal, revista, magazine, hebdomadário, em dicionários e compêndios de diferentes épocas. Para a autora, as definições que reservam o termo *jornal* para publicação diária, em folhas separadas e *revista* para publicações de periodicidade mais longa, com capa e com maior diversidade temática, não esgotam essa questão, pois sempre se pode citar os jornais semanais e sua tentativa de tudo abarcar, ou as revistas extremamente especializadas. Nesse sentido, De Luca afirma que:

As classificações abstratas e generalizantes, por muito útil que sejam, não prescindem da caracterização específica construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, das funções auto-atribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere. Em outras palavras, as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outros, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento da circulação.²⁵³

De acordo Ana Luiza Martins, a gênese da palavra revista no Brasil, situa-se no final do século XIX, quando deixou de ter o significado usual de “passar a tropa em revista”, para assumir o *status* de publicação.²⁵⁴ A distinção entre jornal e revista, segundo Ana Luiza Martins, também fica a cargo da existência da capa na revista, elemento que o jornal não possui, e da formulação do programa de revista, divulgado no artigo de fundo, que esclarece o propósito e as características da publicação. Quanto aos objetivos do gênero revista, sofreram variações com o passar do tempo, condicionados que estavam às circunstâncias históricas de gestação e circulação, próprios da existência desse impresso e de seu tempo cultural revelador da variedade de seus propósitos. Desse modo, o emprego ambíguo da nomenclatura, oscilando entre revista e jornal, relativizou a definição de revista, mutável no curso de seu processo histórico. Conforme nos mostra Ana Luiza Martins:

A formulação do que vinha a ser uma revista, na concepção de seus próprios mentores, proprietários, editores, redatores, colaboradores, reforçava as dúvidas de entendimento. Interessados em qualificar a sua publicação, assumia-se uma projeção

²⁵² MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*, p. 43

²⁵³ LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 131-132.

²⁵⁴ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*, p. 43-45.

idealizada da revista, conferindo-lhe superioridade frente ao jornal. Por vezes, um jornaleco era anunciado pelo seu fundador como revista, valorizando o empreendimento. Se isso ocorria na fase de incipiência original de nosso periodismo, no Brasil do último quartel do século XIX, a emergência de uma imprensa mais competitiva e a divisão de competências entre o jornalista e o literato conferiram à revista um texto mais elaborado, outro cuidado gráfico, eventualmente melhor fatura.²⁵⁵

Ana Luiza Martins explica que a tradicional busca de uma definição para o termo *revista* em compêndios foi suplantado pelo contato com os editoriais das próprias revistas, que ampliavam seu entendimento. Mais adiante, surgiram outras concepções, voltadas às percepções dos que foram contemporâneos às publicações, isto é, a forma como o impresso era denominado pelos editores e pelo público leitor. Assim, a definição dos dicionários, o entendimento apresentado pelos editoriais e a sua representação pelos contemporâneos permitem melhor apropriação do significado do gênero periódico revista, situando-o dimensionando seu papel no quadro do impresso.

Dulcília Buitoni também considera insuficiente a diferenciação entre jornais e revistas apenas pelo fato de os jornais não apresentarem capa dura e serem impressos em papel mais barato, enquanto que as revistas possuem formatos mais trabalhados com capa dura, miolo em papel de melhor qualidade além da maior riqueza de ilustrações. Conforme Buitoni, não existe só essa diferença material: geralmente, o conteúdo é tratado de forma diversa. A autora ainda analisa que no passado o termo revista relacionava-se mais com o conteúdo do que com o formato, pois, na prática era difícil distingui-la dos jornais pelo aspecto visual, já que ambos eram muito semelhantes graficamente:

Considerava-se revista uma publicação que mesmo tendo aparência de jornal, apresentasse maior variedade de conteúdo, principalmente ficção, poesia, relatos de viagens e outras matérias de entretenimento. Nos jornais, predominavam os textos de opinião, com discussão de ideias, polêmicas, cartas de colaboradores; no fim do século XIX, começaram a aumentar as notícias. (...) Com o progresso da indústria gráfica, as revistas começaram a aprimorar o aspecto visual. Vieram as gravuras, as ilustrações, e finalmente a fotografia.²⁵⁶

Buitoni considera que a revista é composta por ilustração, cor, jogo, prazer, linguagem mais pessoal, variedade, considerada uma janela, uma vitrine, geralmente colorida, compondo um mundo diferente do que aparece no jornal. De acordo com a autora, “acima de tudo, a leitura de uma revista parece mais gostosa que a de um jornal, seja pelo conteúdo ou

²⁵⁵MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*, p. 69.

²⁵⁶ BUITONI, Dulcília. *Imprensa feminina*, p. 17.

até pela forma como é lida. Não se lêem revistas somente para informação; muitas vezes, o ato de folheá-las já é um prazer”.²⁵⁷

O impresso da LSLB, ao passar de *Boletim Informativo* para revista *Servas do Senhor*, enquadrou-se em muitas das características comuns às revistas, passou a contar com capa colorida, com maior diversidade temática, com editoriais, com ilustrações e fotografias, com artigo de fundo, com informações sobre a publicação, indicação de tiragem e preço das assinaturas.

Além disso, mesmo sendo uma revista feminina de cunho religioso, cujo enfoque se distanciava daquele presente nas grandes revistas femininas brasileiras da época, como, por exemplo, *Claudia*, *Capricho*, *O Cruzeiro*, *Realidade*, quatro das principais editorias dessas revistas femininas – moda, beleza, casa e culinária – estiveram, ainda que em menor grau, nas páginas da revista *Servas do Senhor*. Ao reservar espaço em suas páginas para discutir moda, beleza, casa e culinária, a revista demonstrava que, embora sua preocupação estivesse voltada para o aspecto religioso, para a divulgação do trabalho das mulheres na Igreja, ela também entendia que deveria discutir em suas páginas assuntos que faziam parte do dia-a-dia das leitoras, enquanto mães, donas-de-casa, esposas e mulheres, reforçando, assim, os papéis de gênero.

Esse foi o caso do artigo *Cantinho Prático* publicado no número do 2º trimestre de 1974, escrito por Frida Thomé, que trazia conselhos sobre a importância dos cuidados com a saúde, a “aparência pessoal”, sem se deixar levar pela rotina no lar, a principal responsável por fazer as mulheres esquecerem-se de si mesmas, tornando-se “velhas e ranzinzas”. Nesses termos, Frida Thomé destacou:

De nós mães depende a saúde e o bem-estar do marido e dos filhos; a arrumação da casa, roupas e muitas coisas mais. Com todas essas ocupações, o que sucede? A mãe se esquece de si mesma. Ela se deixa absorver completamente como mãe que é. Isto está certo enquanto não chegar ao exagero. Prezada leitora! Cuidar de nossa saúde e aparência pessoal, não é pecado nem vaidade. Não deixe envolver pela rotina, faça de vez em quando alguma coisa diferente, aquela lida diária, anos após anos deixam a mulher velha e ranzinza.²⁵⁸

Era necessário que a esposa não deixasse o marido vê-la suja, despenteada ou desleixada e, ao sentar-se à mesa com os seus familiares, ela deveria agradá-los sempre. Frida Thomé mencionou ainda outros pontos que desagradavam os maridos: “Esposa sempre com rolos no cabelo, mulher que vai dormir cheia de cremes de beleza, que vive de chambre

²⁵⁷ BUITONI, Dulcília. *Imprensa feminina*, p. 18

²⁵⁸ *Servas do Senhor*, 2º trimestre de 1974. Casa Publicadora Concórdia, p. 17

quando em casa. Ele não gosta de ser assaltado com queixas e lamúrias quando volta ao lar cansado do trabalho diário. Crianças brigando e discutindo deixam-no nervoso e indisposto”.²⁵⁹ Em contrapartida, deu ênfase às ações que poderiam ser úteis na dinamização do relacionamento cotidiano:

Uma mesa farta e variada, com um mínimo de despesa, esposa sempre jovem e disposta. Esposa que ande bem vestida, sem exageros nem gastos demasiados. Gosta daquela que mostre interesse pelo trabalho do marido e o ajude em tudo, o acompanhe sempre onde ele quer ir. Ele gosta daquela que seja sempre e em qualquer ocasião a esposa ideal com a qual sempre sonhou.²⁶⁰

Para Frida Thomé, também era essencial que as mulheres praticassem diariamente um pouco de ginástica, pois segundo ela os exercícios físicos promoviam o enrijecimento dos músculos, evitava excesso de gordura, além de promover uma higiene mental. Preocupada com o sedentarismo de suas irmãs luteranas, Frida, confirmando a influência de outras revistas na organização da *Servas do Senhor*, indicou uma revista de auxílio para quantas se mostrassem interessadas em dar seus primeiros passos em busca de uma melhor forma física: “muitas revistas e médicos aconselham as senhoras fazerem ginástica. Recomendo a revista *Ginástica Canadense*. Seguindo o método nela exposto em poucas semanas você se sentirá outra, mais animada para enfrentar as lides diárias”.²⁶¹

Conforme Dulcília Buitoni, a presença de receitas culinárias nas revistas femininas vieram pra simplificar a vida das donas-de-casa. No caso da revista *Servas do Senhor* não foi diferente, as receitas apareciam, principalmente nas datas comemorativas como Natal, momento carregado de simbologia para a tradição cristã em que os dotes culinários das donas-de-casa eram desafiados. No 4º trimestre de 1970, véspera das festividades natalinas, a revista dedicou duas páginas para publicação de receitas que poderiam ser preparadas para as festas de final de ano.²⁶² Como já dissemos, a *Servas do Senhor* também precisava oferecer conteúdos práticos, encontrados em outras revistas femininas.

Era preciso que a revista conquistasse suas leitoras, uma vez que o exagero no número de mensagens religiosas poderia pô-la em desvantagem em um mercado editorial tão concorrido como o das revistas femininas. Esse era o caso da revista *Claudia* que, sensível em detectar e satisfazer expectativas de novas faixas de leitores, inaugurou um novo estilo de

²⁵⁹ *Servas do Senhor*. 2º trim. de 1974. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS p.17

²⁶⁰ *Servas do Senhor*. 2º trim. de 1974. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p.17.

²⁶¹ *Servas do Senhor*. 2º trim. de 1974. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p.17.

²⁶² *Servas Do Senhor*, 4º trimestre de 1970. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS.

editar moda, beleza, culinária e decoração. A *Cozinha Experimental* de *Claudia*, ao testar cada prato antes de a receita ser publicada, estabelecia novas relações de credibilidade e utilidade, destacando-se como uma revista que procurava adequar-se às exigências do mercado.²⁶³ Assim, eram com revistas do porte de *Claudia* que a *Servas do Senhor* tinha que estabelecer concorrência, para tanto, passou também a discutir em suas páginas as editoriais presentes nas grandes revistas femininas de consumo.

Conforme nos lembra Michel Foucault, em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, organizada e redistribuída por determinados procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada materialidade.²⁶⁴

Para uma revista religiosa ir da cozinha para o quarto não era uma tarefa simples, pois esse era um caminho obstaculizado por inúmeros tabus. À colaboradora Nilia Ani Schlesner coube a difícil tarefa de trilhá-lo no ano de 1994, quando seu texto trouxe à baila a questão da realização sexual da mulher. A autora, mesmo sem negar a obrigação da mulher em fazer a felicidade de seu cônjuge, ressaltou que a mulher também deveria permitir a felicidade a si mesma, principalmente quando o assunto fosse “o ato conjugal”. Nilia apontou para o fato de que a maioria das mulheres não se realizava sexualmente, afirmando claramente: “somos sexualmente insatisfeitas e conseqüentemente infelizes; já que o sexo é tão somente, mais um complemento físico, como: beber, comer, respirar.”²⁶⁵

Entre as principais causas apontadas por Nilia Schlesner para a “infelicidade sexual” das mulheres estavam:

- O fato de sermos mães, donas-de-casa respeitáveis nos inibe a praticar o sexo, a não nos entregarmos plenamente.
- Temos medo de nos deixar amar, pois isto implica em assumir o nosso ser mais íntimo, mais secreto, e precisamos sempre ter os pés no chão e não deixar fluir as fantasias e o romantismo.
- Temos vergonha porque a maioria de nós já não é mais tão jovem e a decadência do corpo é visível e a atração física se resume a frustração evidente
- Nós estamos condicionadas ao papel de simples donas-de-casa e não temos imaginação e criatividade de conduzir o ato sexual como deve ser. Pois toda e qualquer iniciativa deve sempre partir dos homens, e ficamos relevadas ao servilismo masculino.²⁶⁶

²⁶³JACOB, Helena Maria Afonso. *Comer com os olhos*. Estudos das Imagens da Cozinha Brasileira a partir da Revista *Claudia Cozinha*.

²⁶⁴FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*, p. 8.

²⁶⁵*Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1994. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p.18.

²⁶⁶*Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1994. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS p.10

Como já observamos, o texto de Nília Schlesner é extremamente relevante na história da revista em estudo, pois a autora foi a primeira a relacionar a ideia de infelicidade sexual das mulheres aos problemas do dia-a-dia, tais como, trabalho em excesso, turbulências no lar, problemas financeiros, aparência física.

Ao longo dos anos 50 e 60, a censura interna das editoras e a censura governamental ocasionaram poucos avanços nas discussões sobre a questão sexual nas revistas femininas. Não era permitida a publicação de desenhos e fotos. Somente após a liberação dessas restrições foi que as revistas para homens como a *Playboy* foram aos poucos rompendo barreiras. Segundo Buitoni, “a década de 70 foi marcada pela presença do sexo na imprensa brasileira, já então associado ao consumo”.²⁶⁷ Falar de sexo abertamente foi o grande ponto de vendas de revistas como *Nova* ou *Carícia*, tratando o assunto de maneira profunda ou não, todas as páginas dessas revistas “transpiravam” sexo. Em um momento em que a questão sexual era pouco discutida, as revistas femininas representavam o único acesso que as mulheres tinham sobre vida sexual. Todavia, na *Servas do Senhor*, enquanto uma revista que circulava em um meio religioso, questões sobre sexo demoraram a aparecer, pois foi somente no ano de 1994 que o assunto foi tratado pela colaboradora Nília Schlesner.

Desse modo, analisados os aspectos que enquadravam a *Servas do Senhor* na categoria de revista, passamos então às principais mudanças gráficas ocorridas com a passagem desse impresso para revista, iniciando pela capa que manteve as mesmas dimensões 16 x 23 cm. Segundo Cruz e Peixoto, a análise do projeto gráfico do impresso é importante na medida em que permite examinar a organização e distribuição de conteúdos nas diversas partes e seções no interior do periódico como, por exemplo, a localização e extensão que ocupam, as funções editoriais a elas atribuídas e por elas desempenhadas, seus modos de articulação e expressão. Assim, de acordo com as autoras, as capas e primeiras páginas “funcionam como vitrine da publicação que, por meio de ‘chamadas’ de matérias, fotos, manchetes e slogans, indicam ênfase em determinados temas e questões”.

A despeito do tamanho, a capa apresentou grandes modificações, primeiramente com a inserção da cor verde que alterava as tradicionais capas impressas em preto e branco. O distintivo da LSLB manteve-se na capa, porém, da posição que ocupava no canto esquerdo superior, passou para o canto esquerdo inferior. A nova cor foi reservada para destacar um desenho inédito de uma cruz de 12 x 15 cm, que tinha em seu interior escrito na vertical *Servas do* e na horizontal *Senhor*. O verde também destacava a identificação da revista e o

²⁶⁷ BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*, p. 67.

órgão responsável por sua publicação. Outra novidade foi a publicação do hino oficial da LSLB, intitulado *Servas do Senhor*, cuja letra e música foram feitas pelo pastor Matinho Lutero Hasse, vencedor do concurso nacional promovido pela LSLB para a escolha do seu hino oficial da Liga. A publicação do hino era oportuna no momento em que chegava às leitoras o primeiro número da revista denominada *Servas do Senhor*, pois a letra do hino ajudava a elucidar os motivos que levaram à escolha do nome para o novo impresso da LSLB (Figura 3).

Figura 3: Capa do primeiro número da revista *Servas do Senhor* (1966).



Fonte: *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1966.
 Casa Publicadora Concórdia. Porto Alegre, RS.

Outra mudança relevante foi com relação à contracapa que passou a trazer informações aos leitores sobre alguns dados da revista. Assim, nas primeiras linhas da contracapa lia-se “Revista *Servas do Senhor*, órgão da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil, editado sob responsabilidade da Diretoria da Liga”. Além dessa informação, a contracapa trazia a relação de todas as redatoras com seus respectivos endereços e o valor correspondente à assinatura anual da revista. Nesse espaço, eram encontrados os dados da Casa Publicadora Concórdia, como telefone e endereço; um comentário das capas; uma relação de tópicos que seriam futuramente discutidos na revista; os projetos adotados pela LSLB; a relação de todos

os membros da Diretoria da LSLB, com seus respectivos cargos e endereços para correspondência e o sumário.

A distribuição interna das matérias não obedecia a uma regularidade, embora houvesse algumas colunas fixas, a ordem em que apareciam na revista variava a cada nova publicação. O número de páginas sofreu um significativo aumento, de oito passou para dezesseis e novas colunas foram acrescentadas àquelas já existentes no período do *Boletim Informativo*. Entre elas, estavam *Tópicos*, onde eram publicadas pequenas notícias de interesse geral e o *Editorial* que antecedia o núcleo da revista. O *Suplemento em Alemão*, passou a ser publicado sob o título *Der Deutsche Teil*, cuja tradução era “A parte alemã”. A coluna *Conversando com a Diretoria* também mudou de nome, passando a ser publicada como *Página da Presidente* acompanhada de uma foto 3 x 4 cm da presidente da Liga, com a intenção de divulgar para quem não a conhecia.

O primeiro número da revista foi planejado para ser publicado no 1º trimestre de 1966, conforme decisão tomada pelas redatoras da revista em janeiro desse mesmo ano. No entanto, a Casa Publicadora Concórdia (CPC) não se atentou para esse detalhe e acabou publicando aquele que seria o primeiro número da revista *Servas do Senhor*, ainda como *Boletim Informativo*, e o impresso só apareceu como revista no 2º trimestre de 1966. Esse fato gerou descontentamento entre as redatoras da revista, pois todas haviam planejado com grande afincamento essas mudanças, e aguardavam com muita expectativa a transformação do *Boletim* na revista *Servas do Senhor*. Tamanho foi o descontentamento das redatoras, que uma delas, Marion Steyer, diante do descaso da editora, cogitou deixar a redação da revista. Ao relatar o ocorrido à Conselheira²⁶⁸ da *Servas do Senhor*, Erna Dorre, Maryon assim destacou:

Estimada amiga em Cristo. Quando recebi o nosso Boletim estive bastante decepcionada. Tínhamos resolvido tanta coisa em nossa reunião em janeiro. Seria uma revista, teria capa, levaria atrás o mapa assinalando os 8 distritos, ainda aquela cruz se projetando sobre as senhoras em reunião e vejo agora que ela saiu ainda mais simples do que todas as anteriores. Que pena. Estive fora em férias e levaram o material para a CPC, lá acharam melhor simplificar e depois ninguém foi ter lá para verificar se estava tudo em ordem. Peço desculpas pelo sucedido, mas doravante isto não poderá acontecer mais, estive na iminência de pedir minha demissão como secretária correspondente. A senhora sabe, às vezes, existem pessoas que querem trabalhar na nossa Igreja, mais se lhes põem tantos obstáculos que se é obrigado a desistir.²⁶⁹

²⁶⁸ Quando o impresso da LSLB deixou de ser Boletim Informativo e passou a se chamar revista *Servas do Senhor*, uma das novidades foi a criação do cargo de Conselheira da revista, cuja função era coordenar a revista.

²⁶⁹ Carta enviada à conselheira da LSLB Erna Dorre, Porto Alegre, 14 de março de 1966. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondências enviadas pela LSLB (1965 a 1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Porto Alegre, RS.

As observações de Maryon Steyer mostram o quanto as mudanças no impresso eram aguardadas e deixa evidente que o *Boletim Informativo* já não era mais considerado pelas editoras adequado às expectativas dos leitores e leitoras. Percebe-se que o interesse das editoras não era promover grandes alterações no conteúdo dos textos publicados no boletim, apesar da inclusão de novas colunas, mas as mudanças gráficas que a revista possibilitava. Conforme indica Roger Chartier, o que é contemporâneo do leitor em relação à edição antiga de um texto, muitas vezes, não é o trabalho de escrita, mas o de edição. Daí a importância atribuída aos dispositivos tipográficos que, segundo Chartier, em muitos casos, são mais importantes que os próprios “sinais” textuais. Para esse autor, os dispositivos gráficos comportam a atualização dos textos, pois: “permitem um comércio perpétuo entre textos imóveis e leitores que mudam, traduzindo no impresso as mutações de horizonte de expectativa do público e propondo novas significações além daquelas que o autor pretendia impor a seus primeiros leitores”²⁷⁰.

Em 1967, a revista novamente passou por mudanças, o que expressava o desejo da LSLB em tornar o seu impresso mais atrativo, com qualidade gráfica, fornecendo conteúdo interessante ao público leitor, pois mesmo ao deixar de ser *Boletim Informativo*, a Liga considerava que a tiragem da revista era baixa se comparada ao seu número de filiadas. A grande novidade ficou por conta da capa, pois até então as capas da *Servas do Senhor*, não eram ilustradas e nem coloridas, traziam somente textos, hinos ou passagens bíblicas. Porém, a partir de 1967, passaram a ser ilustradas e coloridas, por meio de desenhos, gravuras, ou fotografias.

Ao promoverem mudanças nas capas, as editoras curvavam-se aos reclames das leitoras que constantemente cobravam novidades na formatação da página que era a carta de apresentação da revista. Conforme podemos constatar, ao analisar as correspondências enviadas à redação da revista, o fato de a capa não ser ilustrada e nem colorida causava certo descontentamento nas leitoras como Magdalena Hoerlle, que escreveu para a revista em setembro de 1966, sugerindo que o número do 4º trimestre daquele ano, correspondente ao período de Natal, a revista se empenhasse para que a capa fosse colorida, com ilustrações alusivas ao período:

Acho que a nossa revista está ficando cada vez mais interessante e fazemos votos para que no futuro possamos ampliá-la cada vez mais, talvez também fazer uma

²⁷⁰CHARTIER, Roger. *Do livro à leitura*, p. 99-100.

capa colorida como vem ocorrendo com o Mensageiro Luterano. Seria tão bom se para o número de Natal pudéssemos ter uma capa bem viva, talvez com velas e galhos de pinheiros. Sei que vocês todas estão se empenhando fundo nesta tarefa e às vezes se sentem um tanto desanimadas. Mas, continuam na luta e em breve vereis frutos e resultados positivos.²⁷¹

A revista procurou atender à leitora dentro daquilo que estava ao seu alcance e publicou, na capa do 4º trimestre de 1966, uma pequena ilustração que retratava o nascimento de Jesus. A partir da observação dessa leitora, em 1967, a revista passou a estampar em suas capas ilustrações maiores, assim, como fotos de encontros nacionais da LSLB e de projetos missionários auxiliados pela Liga.

Mas as capas, além de tornar a revista mais atrativa, tinham uma função muito mais importante: dar destaque aos projetos empreendidos pela LSLB. Sobre a função das imagens na capa dos impressos, Roger Chartier assim destacou: “colocada no começo, a ilustração induz a leitura, fornecendo uma chave que diz através de que figura o texto deve ser entendido, seja porque a imagem leva a compreender o todo do texto pela ilustração de uma de suas partes, seja porque propõe uma analogia que guiará a decifração”.²⁷²

Esse foi o caso da capa do número do 1º trimestre de 1969 que trouxe estampada a foto de um veículo comprado pela Liga para doação a um missionário português. A capa estampava a foto do pastor da Igreja Evangélica Luterana de Portugal (IELP) Paulo Jung, com o carro doado pela LSLB (Figura 4). De acordo com o pastor Paulo Jung, em carta enviada à LSLB, essa foto havia sido tirada, especialmente, para ser publicada na revista *Servas do Senhor*: “tem esta por finalidade enviar algumas notícias e fotografias a serem publicadas na revista *Servas do Senhor*. Quero comunicar que fotografias dos mesmos assuntos estão sendo enviadas para outras revistas da Igreja, porém, estas foram especialmente tiradas e enviadas para a revista *Servas do Senhor*”.²⁷³

A matéria alusiva à capa, no interior da revista, ganhou destaque ocupando uma das primeiras páginas do impresso. A matéria intitulada, “Notícias de Portugal”, foi apresentada em uma página inteira e trouxe como principais destaques uma nota de agradecimento da

²⁷¹ Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Magdalena Hoerlle. Brasília, 23 de setembro de 1966. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondências enviadas pela LSLB (1965 a 1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Porto Alegre, RS

²⁷² CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, p. 276-277.

²⁷³ Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* pelo pastor Paulo Jung, Lisboa, 5 de novembro de 1968. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência recebidas da LSLB (1965-1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Igreja Luterana de Portugal à LSLB. A nota de agradecimento que veio em negrito, dentro de um quadro, dizia:

A Igreja Evangélica Luterana Portuguesa, comovida e ao mesmo tempo reconhecida, apresenta à Liga de Senhoras Luteranas do Brasil os mais sinceros votos de agradecimentos pelo útil e ao mesmo tempo, belo carro que ofertou para a missão. Sabemos dos sacrifícios e dos esforços da Liga no sentido de atingirem o alvo proposto. E é precisamente isto, que mais valoriza a oferta. Pedimos a Deus que abençoe o trabalho da LSLB em todos os seus setores. Também pedimos a bênção divina para o nosso trabalho, especialmente no que diz respeito ao novo instrumento, o carro.²⁷⁴

Figura 4: Carro doado pela LSLB à Igreja Luterana de Portugal.

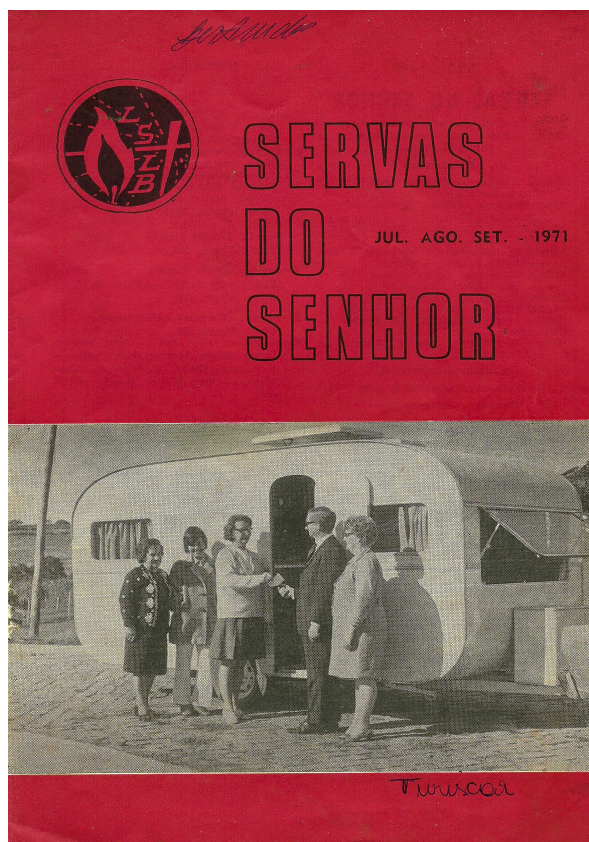


Fonte: *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1969. Casa Publicadora Concórdia. Porto Alegre, RS.

²⁷⁴ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1969. Casa Publicadora Concórdia. Porto Alegre, p. 6.

Outro projeto desenvolvido pela LSLB que ganhou destaque como matéria de capa foi a compra de um trailer doado pela LSLB ao pastor Ivo Wille, responsável pelos trabalhos missionários da IELB, ao longo da rodovia Transamazônica, no trajeto Belém-Brasília. A capa do 3º trimestre de 1971 trouxe sobre um fundo vermelho, em primeiro plano, uma tarja na qual se via a foto, em preto e branco, da diretoria da LSLB no ato da entrega de um cheque ao presidente da IELB, para o pagamento do Turis-Car. A matéria referente ao *Turis-Car* foi publicada no meio da revista, logo após a *Página da Presidente*, utilizando não apenas uma, mas duas páginas, com recursos gráficos que davam especial destaque à notícia da doação (Figura 5).

Figura 5: Entrega do Turis-Car, doado pela LSLB à Igreja Luterana do Brasil.

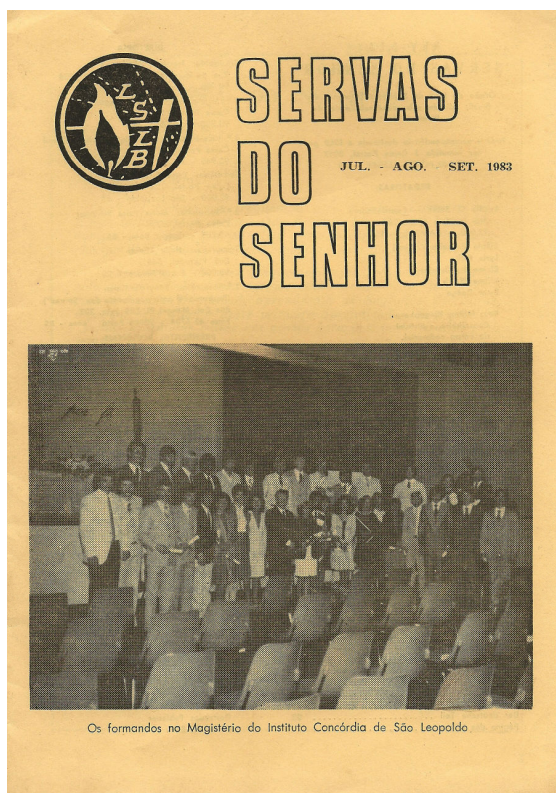


Fonte: *Servas do Senhor*. 3 trimestre de 1971. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS.

No 3º trimestre de 1983, a revista trouxe na capa a foto dos formandos do magistério do Instituto Concórdia de São Leopoldo/RS e, entre eles, dez moças, que haviam concluído seus estudos graças ao auxílio financeiro da LSLB, por meio de bolsas de estudo (Figura 6).

Assim, dizia a explicação da foto da capa: “no dia 5 de agosto passado formou-se a primeira turma de professores do I Grau. Foram 34 formandos. Mas o destaque e a grande novidade foi que entre os formandos havia 10 moças. Foi a primeira vez na história da IELB”.²⁷⁵

Figura 6: Formandos auxiliados pela LSLB por meio de bolsas de estudo.



Fonte: *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1983. Casa Publicadora Concórdia. Porto Alegre, RS

A LSLB demonstrava muita preocupação em mostrar os resultados dos seus projetos, tanto que em vários de seus números, a *Servas do Senhor* publicou a relação de projetos que haviam sido desenvolvidos com o auxílio da Liga. Novamente voltamos a salientar que essa preocupação decorria do duplo horizonte de recepção que a revista possuía. Em primeiro lugar, a Liga, ao publicar essas matérias onde fazia um retrospecto de todos os projetos já auxiliados, estava mostrando às suas filiadas, leitoras da revista, como era aplicado o dinheiro das “sacolinhas”, como uma espécie de prestação de contas. Em segundo lugar, como a revista não era lida somente por mulheres, a Liga pretendia que esses resultados chegassem ao conhecimento também dos homens.

²⁷⁵*Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1983. Concórdia Editora. Porto Alegre, RS, p. 06.

No ano de 1995, momento de comemoração de dois aniversários, os 35 anos da revista *Servas do Senhor* e os 38 anos da LSLB, outra vez, a relação de projetos auxiliados pela Liga voltou a aparecer como matéria de capa da revista. A capa era do 1º trimestre de 1995 e trazia na parte superior um indicativo dos 35 anos da revista e na parte inferior lembrava os 38 anos da LSLB, mostrando, com isso que, ao longo dos anos de existência da Liga, a revista se manteve firme, assumindo a importante tarefa de divulgar em suas páginas as muitas conquistas alcançadas pela LSLB (Figura 7).

Figura 7: Projetos realizados pela LSLB



Fonte: *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1995. Concórdia Editora. Porto Alegre, RS

No centro da capa estava o mapa do Brasil e em cada Estado havia a representação através de símbolos, dos principais projetos desenvolvidos pela LSLB. A cruz representava os pontos de distribuição de material missionário e em quase todos os Estados tinha a cruz, pois distribuir material missionário era um dos projetos permanentes da LSLB; os desenhos das Igrejas representavam as capelas construídas com o auxílio da Liga, em destaque, o mapa

trazia uma capela maior no Estado de Mato Grosso do Sul, tratava-se da capela em Aquidauana que, no momento da publicação da capa, ainda estava em processo de construção; o projeto do *Turis-Car*, que auxiliou as atividades missionárias da IELB na região norte do país, ao longo da rodovia Belém-Brasília, foi destacado, por um desenho de um trailer situado no Estado do Pará; uma vaca comprada pela LSLB, em 1964, e doada à família de um pastor que morava no Estado de Mato Grosso, também foi lembrada.

A matéria alusiva à capa, que foi publicada logo após o editorial, na página número quatro, trazia dentro de um quadro fotos de várias capas da revista *Servas do Senhor*, mostrando os momentos pelos quais a revista havia passado, e no título ressaltava “Revista *Servas*: 35 anos marcando presença através da palavra!”. Dizia a matéria: “Na capa desta edição de aniversário procuramos mostrar o Brasil de parabéns. Salientamos pontos de distribuição de material missionário; as tantas capelas construídas; o *Turis-car* e a vaquinha, os alunos contemplados com as bolsas de estudos”.²⁷⁶ Assim, a matéria salientava que não era possível separar a LSLB e a revista *Servas do Senhor*, pois uma era o retrato da outra.

A relação entre imagem/texto encontra-se intimamente ligada dentro da revista, com mais atração ainda se for feminina. De acordo com Dulcília Buitoni, a imagem vira texto, com séries de fotos construindo verdadeiras “frases visuais” e, em contrapartida, o texto vira imagem quando recorre a figuras de estilo que nos fazem visualizar a pessoa ou a cena, ou sugerem emoções e sentimentos. Segundo a autora, “o texto imagético, a imagem textual: um casamento que deu muito certo nas revistas, principalmente femininas”.²⁷⁷ No caso da revista *Servas do Senhor*, a relação imagem/texto também se fez sentir, em relação às capas analisadas, as imagens foram muito bem selecionadas, com o intuito de mostrar às leitoras, por meio de “frases visuais”, alguns resultados do trabalho desenvolvido pela LSLB.

A partir de 1986, a distribuição das matérias, que até então não obedecia a um padrão fixo, passou por uma estruturação, ficando ordenada da seguinte forma: *Página da Presidente*; *Editorial*; *Notícias Diversas*; *Estudo (Comissão de Crescimento Espiritual da LSLB)*; *Distritos Informam*; *Der Deutsche Teil (Página Alemã)*.²⁷⁸ As capas passaram a ser

²⁷⁶ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1995. Concórdia Editora. Porto Alegre, RS, p. 4.

²⁷⁷ BUITONI, Dulcília. *Imprensa feminina*, p. 19.

²⁷⁸ Convém ressaltar que no decorrer dos anos novas colunas foram aparecendo e ficando ora antes ora depois das colunas fixas, porém permaneciam um curto período e logo deixavam de ser publicadas dando espaço para outras colunas. De 1977 à 1986 a revista passou a dedicar um espaço às jovens luteranas, através da *Página das Jovens*, coluna cujo objetivo era oportunizar uma aproximação maior entre mães e filhas, haja vista, que a experiência das mães aliada à “maneira nova” de as “jovens verem as coisas”, poderia render excelentes discussões sobre assuntos como namoro, estudo, profissão, religião, família. A coluna *Mulher Hoje*, escrita pelo professor e pastor Lauro Patzer, surgiu 1985 e permaneceu até 1993. Por meio de pequenas crônicas

inteiramente dedicadas à publicação de fotos e ilustrações e, no interior da revista as matérias ganharam logotipos, o número de páginas subiu de 20 para 24. A tiragem da revista, que no início dos anos 80, era de 5500 exemplares, chegou a 8.000 exemplares em 1985, porém, devido aos momentos de instabilidade econômica no país, encerrou a década de 80 com a tiragem de 7.000 exemplares. Esse foi o padrão adotado pela revista até o final dos anos 90.

A mudança gráfica mais significativa na revista ao longo da década de noventa restringiu-se novamente às capas que, a partir de 1995, passaram a ser coloridas e impressas em material diferente daquele utilizado no interior da revista (Figura 7). Uma coluna denominada *Saúde* foi criada a fim de contribuir com dicas úteis para a prevenção e tratamento de doenças, sobretudo aquelas que eram mais recorrentes entre as mulheres ou mesmo restritas a esse grupo. Acompanhando tais mudanças, em 1994, alteram-se as tiragens da revista, que passaram de 6.300, para 8.300 exemplares em 1995, número que no final de 1999 chegou a 10.000 exemplares.

Outro aspecto importante a ser analisado são as propagandas veiculadas na revista *Servas do Senhor*, pois por meio delas pode-se ter conhecimento sobre a relação desse impresso com o mercado publicitário bem como com as fontes de captação de recurso. Os espaços dedicados à publicidade na revista eram ocupados com anúncios de lançamentos de literatura cristã publicados pela Casa Publicadora Concórdia (CPC), livros produzidos pela LSLB e anúncios de empresas que prestavam serviços à Igreja.

A publicidade foi uma maneira encontrada pela LSLB de levantar recursos para cobrir as despesas com a revista, principalmente, em um momento em que a revista *Servas do Senhor* dava seus primeiros passos e contava com pouco dinheiro em caixa. Assim, no ano de 1966, ficou estabelecido que a revista iria publicar anúncios de empresas que prestavam serviços à Igreja.²⁷⁹ Todavia, a publicação sistemática desses anúncios só ocorreu até o ano de 1970 e, a partir desse período a publicidade perdeu espaço na revista. Apenas os lançamentos de livros produzidos pela LSLB continuaram sendo publicados. São poucos os indícios que permitem conjecturar sobre o porquê do desaparecimento das publicidades a partir da década

procurava refletir sobre os conflitos, os problemas, as dúvidas e os sentimentos, ou seja, as consequências de ser mulher em um século em que elas passaram a ter seu espaço garantido no meio social. Entretanto, suas crônicas retiravam dessas reflexões em torno do universo feminino importantes lições para um grupo de mulheres, em especial, aquelas a quem a coluna tinha como alvo principal: as mulheres cristãs luteranas. De 1984 a 1987, foi lançada na revista a coluna *Quando mulheres se olham ao espelho*, que buscava pelo exemplo de mulheres da Bíblia, com suas virtudes e fraquezas, fazer com que as mulheres luteranas pudessem refletir sobre suas próprias ações.

²⁷⁹ Ata de reuniões mensais da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil do ano de 1966. Livro nº 1 de Atas de Reuniões da LSLB. Caixa de Atas de Reuniões da LSLB de 1957 à 2003. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

de 1970. A diminuição das propagandas não foi assunto na revista nem mesmo nas atas da LSLB, tão pouco nas correspondências trocadas entre as editoras. Indiretamente, podemos supor que esse corte no número de propagandas está ligado a maior independência financeira da Liga a partir da década em questão.

Por ser a *Servas do Senhor* uma revista voltada para o público feminino, os produtos anunciados em suas páginas na década de 70 foram em maioria, aqueles ligados ao cotidiano das donas-de-casa. Assim, entre os produtos anunciados estavam: para aquelas mulheres que gostavam de tricotar e bordar a empresa “J. Lidio Wawrick & Cia Ltda”, oferecia grande variedade de lãs para tricô e linhas para trabalhos manuais; ou então, para a tosse, gripe ou resfriado das crianças recomendava-se o “Aligrip Xarope”, um produto com a qualidade “Inkas”; para os “pequenos leitores”, recomendava-se às mães que comprassem a “Série Concórdia”, uma coleção de livros religiosos escritos especialmente para crianças, com as páginas todas coloridas, que contavam as histórias e os dramas da Bíblia.

Segundo Ana Luiza Martins, dos vários suportes que se prestaram à propaganda e à publicidade, a revista é considerada um dos mais efetivos, por concentrar a força da propaganda e a evolução da dinâmica da publicidade, expressando-as em suas representações mais acabadas. De acordo com a autora, “para a publicidade em particular, tornou-se de tal forma o veículo ideal que, em sua essência, quase se confundia com ela, uma vez que ambas, revista e publicidade, direcionavam-se para o mesmo propósito, qual seja: dar-se conhecer, divulgar-se ‘produzir-se para vender-se’”.²⁸⁰ Assim, em razão da publicidade, muitos periódicos revelaram-se economicamente viáveis somente por sua proposta de divulgação de produtos, ou seja, pelo seu caráter publicitário. Nesse sentido, a revista, transformava-se na “embalagem certa do produto publicidade”.

Ao que indica Ilka Cohen, nas primeiras décadas do século XX, as publicações eram destinadas à defesa de interesses específicos e nesse momento, muitos órgãos constituíram-se sob a forma de diários, semanários, mensários com o propósito explícito de dar voz a categorias sociais, como foi o caso da imprensa operária, responsável pela intensa divulgação do anarquismo no início do século XX. Todavia, Ilka Cohen ressalta que esse idealismo muitas vezes sucumbia diante das exigências do mercado, e as pequenas folhas e as revistas sem estrutura econômica segura, quase sempre desapareciam. Isso revela como a questão do

²⁸⁰ MARTINS, Ana Luiza. *Da fantasia à história: revirando páginas revisteiras*, p. 74-75.

financiamento era importante, uma vez que a publicidade e o sistema de vendas garantiam o empreendimento.²⁸¹

A presença da propaganda em jornais e revistas abria novas perspectivas tanto para a imprensa quanto para a indústria, no caso da imprensa como suporte econômico e para a indústria como veículo de ampliação do número de consumidores. A partir do padrão das revistas europeias, os editores utilizavam os recursos então disponíveis para dar formato às revistas de variedades que traziam cores, belos figurinos, charges e temas amenos. Nas palavras de Cohen, “a imprensa periódica destacou-se como campo privilegiado na lógica da configuração da sociedade capitalista, ao oferecer um produto atrativo que veiculava ao mercado leitor as infinitas possibilidades de consumo no mundo moderno”.²⁸²

Até meados dos anos 80, havia um número reduzido de ilustrações na revista *Servas do Senhor* e o material iconográfico encontrado constituía-se basicamente de poucas fotos, desenhos e gravuras. Essa escassez de ilustrações suscitou o comentário de um dos revisores doutrinários da revista, em 1974, o senhor Walter Kunstmann que, ao ser questionado sobre o que deveria melhorar na revista, fez a seguinte observação: “se tivesse mais espaço, para de vez em quando colocar alguma pequena ilustração de acordo com os artigos publicados”.²⁸³

Ao que tudo indica, a observação de Walter Kunstmann, foi incorporada à revista, pois a partir da segunda metade da década de 80, o número de ilustrações aumentou. Aumentou principalmente a publicação de fotografias que, geralmente, ilustrava as matérias referentes aos projetos missionários desenvolvidos pelos diversos Departamentos da LSLB, espalhados pelo Brasil. Assim, a partir desse período, era comum que os artigos enviados à redação da revista para possível publicação viessem acompanhados de fotos:

Dona Elaine Stahlhoefer estou enviando estas fotos para noticiar na revista *Servas*, uma maneira que as senhoras do Departamento Feminino de São Pedro, de Três de Maio, estão fazendo para ajudar necessitados.²⁸⁴

Em nome do departamento feminino São Mateus estou lhe enviando alguns dados para serem publicados na revista, relativos aos 25 anos de existência desse

²⁸¹ COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e segmentação dos impressos*, p. 105.

²⁸² COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e segmentação dos impressos*, p. 106-107.

²⁸³ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1972. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, p. 04.

²⁸⁴ Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Edite Canabarro, Três de Maio, 18/07/1996. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS

Departamento. O material é amplo e deve ser selecionado. Junto também vai uma foto.²⁸⁵

Tania de Luca considera que o advento da ilustração foi essencial para o impulso e a diversificação do impresso periódico, principalmente no Brasil, onde o público leitor, que incluía um pequeno contingente feminino, aos poucos se ampliava. Dessa forma, os recursos de ilustração foi um marco na trajetória do gênero revista, diversificando-se ao longo do tempo através de iluminuras, xilogravuras, litogravuras, águas-fortes.²⁸⁶

Todas as mudanças gráficas e demais intervenções editoriais até aqui apresentadas foram implementadas com vistas a aumentar cada vez mais a tiragem da revista, pois a diminuição das assinaturas era problema, que além de pôr em risco o trabalho de divulgação dos projetos da LSLB, também representava um sério perigo à saúde financeira da revista. O aumento das assinaturas sempre foi uma preocupação por parte das redatoras da *Servas do Senhor*, tanto que a fim de ultrapassar as mil assinaturas que a revista possuía na década de 60, foi lançada, em 1966, a campanha “Dê uma assinatura de presente”.

Com o lançamento dessa campanha, a revista passou a trazer pequenos lembretes onde se lia: “Não esqueça: dê uma assinatura de presente”²⁸⁷ ou “Neste Natal não se esqueça: dê uma assinatura da revista *Servas do Senhor* a uma amiga, ela se lembrará de você o ano todo”.²⁸⁸ No entanto, destacamos que, mesmo após o término do período da campanha “assinatura presente”, os lembretes continuaram a ser publicados até o fim dos anos 90. A campanha, ao que indicam os números, surtiu efeito, pois se em 1966 a revista contava com apenas 1000 assinaturas, esse número foi elevado para 1400 assinaturas no início da década de 1970.

Porém, um grave problema enfrentado pela revista era o atraso na renovação das assinaturas. Frequentemente, eram publicados avisos lembrando às assinantes da importância de renovar as assinaturas na data estabelecida, pois a revista necessitava desse dinheiro para continuar sendo publicada. Um aviso anunciado no 3º trimestre de 1969 atentava para esse problema da seguinte forma: “a fim de não interromper as assinaturas encomendadas, solicitamos a todos colocarem em dia sua situação com a tesouraria. Aqueles que não

²⁸⁵ Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Romualo Wrase, Nova Santa Rosa, 23/09/1993. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

²⁸⁶ LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 135.

²⁸⁷ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1967. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, p. 10.

²⁸⁸ *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1970. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, p. 08.

atenderem o presente apelo terão que correr o risco de não mais receber a revista”.²⁸⁹ Nesse mesmo número, a presidente da LSLB, usando do prestígio de seu cargo, reforçou em sua coluna o comunicado sobre a renovação das assinaturas:

Talvez já é do conhecimento geral, mas vamos comentar o assunto aqui. A nossa revista é autônoma e não deve dar prejuízos à Liga. As assinaturas devem cobrir as despesas da edição. É por isso que, de quando em vez, há aumento no preço da assinatura. Lembramos por isso às assinantes que ainda estão em débito com a tesouraria, que saldem os mesmos, pois do contrário seremos constrangidas, contra a nossa vontade, a cortar as assinaturas. Acredito que nem uma verdadeira serva do Senhor vai permitir que isso aconteça. Queremos crescer e não retroceder.²⁹⁰

Mais importante que a renovação das assinaturas era conquistar as luteranas que não assinavam a revista. Assim, no 3º trimestre de 1983, foi publicado um artigo de autoria de Betty Hafner, atentando para esse problema. Em letras grandes e em negrito, a fim de chamar a atenção das leitoras, o título do artigo destacava: *40. 000 x 6.400: Vamos modificar esses números?* O tom de indignação de Betty Hafner era visível já nas primeiras linhas do artigo, pois segundo ela esses dados eram desanimadores, vejamos o porquê nas palavras da própria Betty:

ao analisar os mesmos números senti, então, um soco na boca do estômago. Isso mesmo! São 40.000 senhoras luteranas da LSLB e só 6.400 são assinantes da revista *Servas do Senhor*. Existem, então, no Brasil 33.600 senhoras que se dizem luteranas, são até integrantes de um departamento feminino e são inteiramente frias, insensíveis. Não dão valor ao trabalho de editar uma revista. Não dão valor às muitíssimas horas gastas por um grupo de senhoras abnegadas, que edita, compõe e publica uma revista destinada exclusivamente a essas mesmas senhoras, insensíveis. Não dão valor à MENSAGEM da revista.²⁹¹

Notamos que em sua última frase Betty Hafner destacou a palavra *mensagem*, com o objetivo de persuadir as mulheres que não assinavam a revista para o fato de que elas não estavam valorizando o importante veículo de informação da LSLB, e tampouco os esforços e as ações do público feminino da Igreja. Betty Hafner sugeria que uma maneira de corrigir o problema era que todas as luteranas fossem assinantes da revista, “eu disse todas, não apenas aumentar o número de 10 para 15, ou até dobrar de 20 para 40; não, eu disse que o nosso

²⁸⁹ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1969. Casa Publicadora Concórdia. Porto Alegre, RS, p. 09.

²⁹⁰ *Servas do Senhor*, 3º trimestre de 1969. Casa Publicadora Concórdia. Porto Alegre, RS, p. 09.

²⁹¹ *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1983, Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p. 09.

objetivo é que todas as senhoras sejam assinantes”.²⁹² No entanto, como seria possível atingir tantas assinaturas? Betty recomendava ações “simples” como oferecer a revista de lembrança em datas comemorativas:

No dia das Mães, no Dia da Mestra, no Natal, no aniversário da amiga, da vizinha, da cunhada; na troca de presentes entre “amiga oculta”. Poderia, talvez promover um chá, cuja renda se destinaria à doação da assinatura da revista para as senhoras realmente carentes da comunidade. Outro exemplo: uma senhora não assina a revista porque é analfabeta. Deveria tentar nesse caso, um compromisso com a filha dessa para que a mesma se comprometa a além de presentear a mãe com uma revista, ler para ela todo o seu conteúdo.²⁹³

A equipe redatorial da revista considerava que a *Servas do Senhor* deveria ser construída por todas as mulheres luteranas, assim, embora a revista tivesse suas colaboradoras fixas, acreditava ser de fundamental importância a contribuição das leitoras com o envio de textos e notícias à redação. Essa era uma peculiaridade que apontamos no *Boletim Informativo*, e que permaneceu quando de sua transformação em revista. Desse modo, tal qual ocorria nas páginas do *Boletim*, era comum a publicação de avisos, solicitando às leitoras conteúdos para serem publicados na *Servas do Senhor*.

Além da constante publicação de comunicados, a busca por contribuições era tema de diversos artigos, como o da redatora Lorena Tomé que foi publicado no 4º trimestre de 1968, com o título *Lápis, papel e boa vontade*, que sintetizava muito bem a mensagem central do texto: mostrar às leitoras que não precisava ser uma grande escritora para remeter contribuições à *Servas do Senhor*, isto é, bastava apenas, boa vontade e ter sempre ao alcance das mãos lápis e papel, para que assim, quando surgisse uma ideia ou algo interessante rapidamente essa ideia fosse passada para o papel. Com grande entusiasmo, Lorena convidava todas para enviarem notícias para a revista: “Alô, amigas! Vamos escrever? Precisamos de notícias, de novidades, de assuntos variados. Sei que a maioria de nossas leitoras hão de dizer: não sei escrever, não tenho ‘veia’ de escritora, não dou ‘p’ra isso’ etc, etc.”.

Segundo Lorena, muitas mulheres diziam que, por serem apenas simples donas-de-casa, não tinham novidades para contar, que suas vidas eram marcadas por uma rotina, sem grandes acontecimentos. Para Lorena, isso era compreensível, mas não poderia ser utilizado como justificativa para não colaborar com a revista:

²⁹² *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1983. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p. 09.

²⁹³ *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1983. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p. 09.

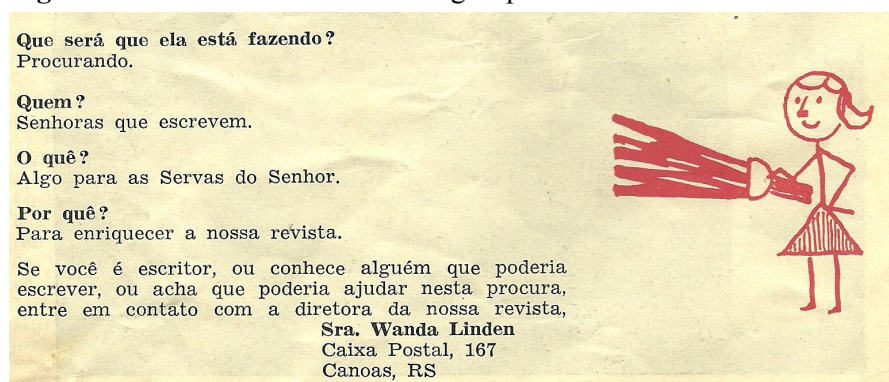
Compreendemos tudo isso, querida amiga, mas não desanime, precisamos de sua colaboração, sem a qual nossa revista não irá para frente. Não exigimos páginas literárias. Nossa revistinha é bem modesta; ela é lida por nossas irmãs, que compreendem nossas limitações e desculpam nossos erros e principalmente gostam de novidades.²⁹⁴

Para facilitar o trabalho de escrita, Lorena indicou alguns passos que, se seguidos, ajudariam na hora de escrever:

Em primeiro lugar, devemos saber o quê queremos escrever, isto é, sobre nossa família (casa, filhos, etc) que queremos contar alguma coisa, ou então, quem sabe sobre as atividades em nossa sociedade de senhoras, alguma festa que realizamos, algum programa especial, enfim, há tanta coisa para contar, e tudo isso nos interessa saber. E assim, escolheremos o título, isto é, o nome que daremos ao nosso trabalho. As seguir juntamos nossas idéias, pondo-as mais ou menos em ordem. Lembrem-se que estão contando algo, assim como se estivessem contando algo a alguém, e desta forma o trabalho sairá bem. Não será preciso encher páginas e páginas de um caderno, mas umas duas ou três páginas já serão o suficiente. A tôdas desde já nossos sinceros agradecimentos pela colaboração que nos enviarem.²⁹⁵

Outro pedido de colaboração veio de uma ilustração publicada no número do 1º trimestre de 1971. De forma bem-humorada, utilizando a imagem de uma mulher com uma lanterna à procura de colaboradoras, a revista novamente encontrava um modo de solicitar artigos para publicação.

Figura 8: Pedido de envio de artigos para a revista *Servas do Senhor*



Fonte: *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1971. Concórdia Editora. Porto Alegre, RS, p. 6.

A revista mostrou-se bem mais enfática no 3º trimestre de 1980, quando publicou uma nota em cujo título lia-se em destaque a palavra “apelo”. A nota revelava o desejo das

²⁹⁴ *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1968. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, p. 10.

²⁹⁵ *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1968. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, p. 10.

redatoras em chamar a atenção das leitoras de algum modo para que enviassem material à revista, já que os constantes comunicados pareciam não surtir efeito e as colaborações continuavam poucas. Assim, dizia o “apelo”: “solicitamos a todas senhoras que nos enviem artigos, contos, poesias, etc., para serem publicados, constando sempre seu autor, procedência ou se é de autor desconhecido”.²⁹⁶

Em 1991, a coordenadora da revista, Elaine Stahlhoefer, enviou uma circular a todas as presidentes regionais da LSLB, solicitando que propagassem a revista junto às mulheres dos Departamentos Femininos da região que representavam. Elaine destacou que as presidentes regionais deveriam esclarecer, por meio de circular ou pessoalmente em congressos e visitas, quais eram as necessidades da revista e como efetuar contatos com a redação. Com isso, Elaine esperava dinamizar a divulgação e organização da revista, de modo que cada vez mais mulheres colaborassem com artigos e notícias de seus departamentos, afinal a revista *Servas do Senhor* era o principal meio que as mulheres luteranas dispunham para difundir os seus trabalhos. Ao mesmo tempo em que demonstrava total abertura para publicação dos materiais enviados pelas leitoras, Elaine também solicitava às colaboradoras que permitissem mudanças e adequações nos textos enviados, já que muitas leitoras que remetiam materiais mostravam-se profundamente irritadas quando percebiam que seus textos haviam sofrido alterações:

A revista *Servas do Senhor* é de todas nós, mulheres luteranas. Portanto, é muito importante que TODAS colaborem enviando notícias e artigos. É importante que as colaboradoras dê liberdade à redação da revista para que seu artigo possa ser alterado ou reduzido se necessário, dando por escrito, ao pé do artigo, esta autorização. Nossa revista é de preço acessível, até pode se dizer barato. Seu conteúdo permanece atual, podendo seus artigos serem relidos e aproveitados nos anos subseqüentes. (...) Mantenha-se informada LENDO a revista. COLABORE com artigos, versos, orações, mensagens.²⁹⁷

O afã das editoras em cada vez mais aumentar o número de textos enviados pelas leitoras não alterava a rigidez da seleção e correção dos materiais. Havia um caminho que tradicionalmente deveria ser percorrido por todo texto antes de ser publicado, conforme mostra o relato inédito da coordenadora da revista Elaine Stahlhoefer em carta enviada a uma leitora: “Eu arrecado os artigos e notícias, muitos vêm escritos a mão e preciso

²⁹⁶ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1980. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, p. 06.

²⁹⁷ Circular enviada pela coordenadora da revista *Servas do Senhor* às Presidentes Regionais da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, 14 de Março de 1991. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

datilografá-los. Notícias muito extensas, devem ser reduzidas. Erros de português têm que ser corrigidos, etc. Aí envio este material ao Conselho Espiritual do corpo redatorial, rev. Milton Klagenberg, que faz a avaliação do conteúdo religioso”.²⁹⁸

Devido ao crivo a que eram submetidas as colaborações, a leitora Norma Pöter, em carta enviada à redação da revista em 1987, solicitava às editoras que em caso de recusa dos textos, fossem explicados às autoras os motivos que impediram a publicação, para que elas pudessem aprimorar seus escritos e novamente remetê-los à revista. Norma Pöter, que era da cidade de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso, afirmou que a falta de devolutivas às colaborações suscitavam dúvidas entre as colaboradoras e citou como exemplo o seu próprio departamento, onde muitas mulheres afirmavam que não escreviam para a revista porque grande parte de seus textos não eram publicados, diferentemente das colaborações enviadas por aquelas que faziam parte do “grupinho”. Assim, escreveu Norma em sua carta: “quando incentivei as senhoras a escreverem, me disseram que não mais o fariam, pois os artigos não eram publicados. Houve até quem dissesse que é porque as mais distantes, não fazemos parte do ‘grupinho’. Seria bom um esclarecimento.”²⁹⁹

Certamente o “grupinho” a que se referiam as colaboradoras de Barra do Garças eram as mulheres da região sul, principalmente, da capital gaúcha. Por ter a LSLB sua sede situada na cidade de Porto Alegre e por ter sido criada por iniciativa de mulheres da região sul, a revista contava com muitas colaboradoras dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Isso causava nas mulheres das demais regiões do Brasil um sentimento de exclusão e os rumores sobre os descontentamentos acabavam chegando ao núcleo da LSLB que, pressionado, apressava-se em reforçar que a Liga fora criada com o objetivo de congregar todas as mulheres luteranas dos quatro cantos do Brasil e não apenas as da região sul. A defesa das dirigentes da LSLB, no entanto, não se sustentava no plano prático, já que ao se consultar a revista, confirma-se que a insatisfação das mulheres da região norte não era infundada, pois a maior parte dos artigos publicados era de autoras da região sul do país, principalmente, do Rio Grande do Sul.

Em 1987, no número correspondente ao 4º trimestre, a revista comunicou às suas leitoras que passaria por algumas adequações e mudanças. A notícia veio em destaque das

²⁹⁸Carta enviada pela coordenadora da revista *Servas do Senhor* à leitora Neusa, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1994. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

²⁹⁹Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Norma Pöter, Barra do Garças, MT, 14 de outubro de 1987. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

demais, em um quadro de cor cinza com um título em negrito e caixa alta anunciando *Servas do Senhor em 1988*. Entre as mudanças previstas para o referido ano estavam:

- Aumentar o número de páginas da revista para 28;
- atingir 9000 assinantes;
- criar novos títulos na revista com logotipo;
- estabelecer oportunidades para maior contato entre a Diretoria da LSLB e as leitoras;
- abrir espaço para as leitoras opinarem;
- solicitar a colaboração de bons artigos entre as senhoras;
- estabelecer para 30 de maio de 1988 a data limite para o pagamento da assinatura da revista que será de Cz\$ 180,00 para 1988.³⁰⁰

No entanto, no contexto da crise financeira que atingiu o Brasil na década de 80³⁰¹, a LSLB sentiu os efeitos da inflação em seu orçamento, tanto que por falta de recursos financeiros precisou unir dois números no ano de 1988. A revista não conseguiu, por exemplo, atingir o total de assinantes previstos, já que encerrou o ano de 1988 com uma tiragem de 8000 exemplares. O número de páginas também não alcançou o que propunha o projeto, a revista continuou com um total de 24 páginas e tampouco houve a criação de um espaço destinado às leitoras na revista.

O final da década de 80 ainda reservou outras surpresas às redatoras da *Servas do Senhor*. A revista, além de não conseguir atingir as 9.000 assinaturas previstas para 1988, sofreu uma drástica redução no total de assinantes nesse momento de grave crise financeira, passando da tiragem de 8.000 para 7.000 exemplares em 1989. A situação era paradoxal, pois a revista aumentava o preço para custear suas despesas, mas as leitoras justificavam que, diante da situação financeira desfavorável e dos constantes aumentos do preço das assinaturas, muitas não tinham como continuar recebendo a *Servas do Senhor*. Ao analisar os pedidos de renovação de assinaturas que chegavam à redação da revista em 1989, percebemos a visível redução nas assinaturas e as justificativas para tal:

Cara coordenadora da revista *Servas*. A revista com o aumento do preço da assinatura, o número de assinantes que era de 20, reduziu-se a 7 assinaturas para o ano de 1989. É lamentável tal fato, mas é a atual situação.³⁰²

³⁰⁰ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1987. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p. 21.

³⁰¹ SALLUM, Basílio Junior; KUGELMAS, Eduardo. *O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80*.

³⁰² Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Erna Denzin, Leme, SP, 27 de janeiro de 1989. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Estou muito feliz por ser agente de literatura de meu departamento, mas sinto muito em dizer que o número de assinaturas da revista *Servas do Senhor* diminuiu, que era de 20 assinaturas, elas dizem que a situação financeira está muito difícil. Mas isso é verdade. Penso que fiz o que estava ao meu alcance, muitas senhoras que tinham assinatura se mudaram para outros lugares. Vamos continuar animadas, nada de desânimo!³⁰³

Mas a diretoria da revista não desistiu do objetivo de alcançar novas assinaturas. Alguns anos depois, no 12º Congresso Nacional da LSLB, realizado em Treze Tílias/SC, em 1994, a LSLB lançou um desafio: atingir 10.000 assinantes. A tiragem da revista em 1994, era de 7.600 exemplares e a meta de chegar a 10.000 deveria ser atingida, preferencialmente, até o ano de 1999. Para tanto, a revista publicou um lembrete no número do 4º trimestre de 1996:

Lembramos que no Congresso Nacional em Treze Tílias, SC, foi lançado o desafio de chegarmos a 10.000 assinaturas. Estamos com 7600 atualmente. Com entusiasmo, fé e luta, podemos abraçar o desafio e, de mãos dadas alcançar o objetivo. Será que até o Congresso Nacional em Brasília poderemos dar a notícia de que nossa meta de 10.000 assinaturas foi atingida? Olhando bem, se cada agente aumentar só 4 assinaturas, chegaremos lá.³⁰⁴

A leitora Neusa Camargo respondeu prontamente a essa matéria e, com palavras de incentivo, demonstrou-se confiante de que a revista conseguiria atingir em tão pouco tempo a quantia de 10.000 assinaturas. Vejamos um trecho da carta publicada no número do 2º trimestre de 1997:

Quando li na Revista *Servas* sobre o desafio de chegar a 10.000 assinaturas até o Congresso de 1998, achei muito difícil! Continuando a leitura, soube que cada agente teria que conseguir apenas quatro assinaturas novas, daí achei muito fácil! Saí a campo e consegui, com a ajuda de uma amiga, não apenas quatro, mas dez novas assinantes. Agora sou agente de 40. Tenho certeza que chegaremos nas 10.000 e você, tem certezas?³⁰⁵

A resposta da leitora Neusa Camargo além de mostrar o engajamento das luteranas na campanha pelo aumento das assinaturas, por ser uma carta que foi publicada na revista, também revela outra peculiaridade desse impresso: a participação das leitoras. Sabemos que muitas participavam enviando matérias para serem publicadas, mas em relação às críticas e sugestões, quais eram os canais encontrados pelas leitoras para expressarem seus descontentamentos ou mesmo elogiar a revista?

³⁰³ Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Maria Helena Machado, Nova Venâncio, ES, 28/01/89. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

³⁰⁴ *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1996. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p. 20.

³⁰⁵ *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1997. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p. 16.

Ao se analisar os números da *Servas do Senhor*, percebemos uma ausência de colunas dedicadas exclusivamente às críticas e sugestões das leitoras. Todavia, em alguns números eram publicadas aleatoriamente entre as matérias e artigos da revista algumas cartas de leitoras. A falta de um espaço específico, do tipo “seção do leitor” ou “cartas do leitor”, demonstra que as editoras da *Servas do Senhor* não estavam dispostas a assumir o compromisso de publicar as cartas que chegavam à redação. Quando a correspondência interessava, ela era publicada, mas ninguém poderia reclamar por não ver a sua carta publicada, pois desde sua criação a *Servas do Senhor* não cultivou a tradição tão comum às revistas de reservar espaço para reclamações e elogios dos leitores. Mesmo constando no já citado projeto de reformulação de 1988, a proposta de criação de um espaço para os leitores não foi efetivada, ainda que os custos envolvidos na inserção de uma coluna com este propósito, não tivesse grande impacto financeiro.

As raras cartas publicadas, como a da leitora Tania Rocha Karnopp, mostram claramente que só eram veiculadas na *Servas do Senhor* as correspondências que de alguma forma elogiavam a revista e a equipe redatorial:

Quero parabenizar a equipe redatorial da revista *Servas do Senhor*, bem como todas as pessoas que enviam seus comunicados à revista pela seriedade e pelo jeitinho humorístico de relatar os acontecimentos e as atividades desenvolvidas em seus departamentos por todo o país, tornando a revista cada vez melhor e mais interessante. Sempre que recebo esta revista me entusiasmo com a leitura e só me contento quando chego na última página. Parabéns à Equipe e à revista *Servas do Senhor*.³⁰⁶

Outro momento em que as cartas de leitoras foram publicadas na revista foi na edição comemorativa dos 35 anos da LSLB. Logo no início da revista, a sexta página foi dedicada à publicação dessas cartas e, curiosamente, entre as cartas selecionadas estava a de Ralf Wunderlick, segundo ele próprio um leitor assíduo, o que mostra que a revista também era lida por homens:

Como assíduo e antigo leitor dessa conceituada e querida revista cristã, venho através desta cumprimentar todo o corpo redatorial de “*Servas do Senhor*” pelo seu empenho e dedicação na elaboração dos artigos nela publicados, belíssimos pelo seu conteúdo. Considero também de muito valor as suas orientações para as mais diversas situações com que nos defrontamos no dia-a-dia; e também, de inestimável valor são artigos publicados em língua alemã.(...) Pode de certa forma até parecer estranho à própria Revista e a seus leitores e leitoras que um homem lhes esteja escrevendo “nesses termos”, todavia minha missiva tem por objetivo levar estímulo a toda a sua equipe para que continuem a nos brindar com sua Revista que instrui, diverte, orienta, traz conforto. A assinante da Revista é minha esposa Elsa Wunderlick, mas sou eu quem a lê primeiro. As nossas considerações são extensivas

³⁰⁶*Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1996. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p. 19.

também à Liga de Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB) pelos seus excelentes serviços prestados à comunidade evangélica luterana. (...) Se tivéssemos de dar nota dentro de uma escala de 0 a 10, daríamos 10 com distinção. Se aceitarem colaborações, estarei a seu dispor, porque nossa Revista jamais poderá morrer!³⁰⁷

Porém, o pouco número de cartas publicadas na revista não significava que a redação da revista não as recebesse, prova disso são as muitas cartas de leitores que encontramos no arquivo histórico da LSLB, que em sua maioria eram cartas que mesclavam elogios e críticas e não foram publicadas. Esse foi o caso, por exemplo, de uma carta enviada à redação da revista por mais um leitor, o pastor Itamar Schlender que, após ler uma matéria no número correspondente ao 4º trimestre de 1993, se sentiu incomodado com algumas colocações e resolveu comentar o assunto:

Prezadas irmãs em Cristo. Tenho recebido os exemplares da revista *Servas do Senhor*. E para auxiliá-las nessa tarefa da edição da revista, tenho duas colocações a fazer: 1ª - Na revista de outubro-dez/93, ano artigo 'Criança', a autora faz algumas colocações que não encontram fundamentação na Palavra de Deus. São elas: 'E o espírito, a alma que é o cerne do ser humano, a parte mais profunda, mais importante (grifo meu). A alma da criança é o cerne do ser humano, não morre, fica para sempre'. Sei que a intenção da autora foi a de chamar atenção das leitoras para a necessidade de se cuidar desta dimensão do ser humano. Todavia é importante colocar, que segundo a Bíblia, não existe isso de alma ser mais importante que o corpo ou vice-versa. Sugiro que os artigos sejam previamente submetidos a uma revisão teológica. Assim, se evitaria 'pequenas heresias'.
2º - Que tal trocar o 'tu' pelo 'você'. O tu é muito sulista e soa estranho para as pessoas das demais regiões do Brasil. Estimadas irmãs não interpretem minhas colocações como críticas destrutivas. Longe de mim desmerecer este trabalho tão importante que vem realizando.³⁰⁸

Em linhas gerais, são essas as principais características do impresso oficial da LSLB que começou a circular na década de 1960 como *Boletim Informativo* e foi transformado no ano de 1966 na revista *Servas do Senhor*. No seguinte capítulo, trataremos das representações emanadas da revista *Servas do Senhor* sobre o feminismo. Essa revista, em consonância com os ideais propagados pela liderança masculina da IELB, constantemente acusavam os movimentos feministas por promoverem a discórdia entre homens e mulheres, por pregarem a emancipação feminina, por negarem a sagrada submissão das esposas aos seus esposos, o abandono da família em detrimento da vida profissional, entre outros temas. Assim, veremos quais foram os argumentos utilizados pela revista a fim de combater aquele que era considerado um de seus grandes inimigos: o feminismo.

³⁰⁷*Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1995. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS, p. 06.

³⁰⁸Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Itamar Schlender, fevereiro de 1994. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre.

CAPÍTULO III

REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMINISMO NA REVISTA *SERVAS DO SENHOR*

3.1 – Considerações sobre a noção de representação

A noção de representação adquiriu, nas últimas décadas, grande importância no discurso dos especialistas da história cultural e mais recentemente dos adeptos da história política. Segundo Helenice Rodrigues da Silva, a relevância atribuída à noção de representação deve-se às transformações ocorridas no interior da história enquanto disciplina ao longo da década de 80. Esses deslocamentos, ocorridos na prática e no discurso histórico, provocaram mudanças de paradigma intelectual, o que resultou no abandono dos grandes sistemas totalizantes e explicativos (marxismo e estruturalismo), logo da crítica dos postulados das próprias ciências sociais. Novas correntes de pensamento (subjativismo, fenomenologismo) influenciaram diretamente a produção histórica francesa, dominada atualmente pela história cultural e política. Assim, diante dessas renovações metodológicas no interior da pesquisa histórica, a história das representações passou a ser considerada a nova orientação da história cultural, que “propõe introduzir novas escalas de análise, capazes de integrar ao social e histórico os atores individuais”.³⁰⁹

Foi nesse cenário de emergência de novas ideias e problematizações, que alguns historiadores construíram novos conceitos, contribuindo para o desenvolvimento, no campo teórico e metodológico de sua área. É o caso do historiador Roger Chartier, um dos maiores representantes da Nova História Cultural, que contribuiu decisivamente com as noções complementares de “práticas” e “representações” para os estudos culturais.

Para Chartier, é possível perceber pela história cultural, como em determinadas circunstâncias uma realidade social é construída e pensada. Para tanto, é necessário identificar as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real, produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. Dessa forma, esses esquemas intelectuais

³⁰⁹SILVA, Helenice Rodrigues da. *A história como “representação do passado: a nova abordagem da historiografia francesa”*, p. 81.

incorporados, criam figuras pelas quais é possível o presente adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.³¹⁰

Conforme colocado por Roger Chartier, a noção de representação, mais do que o conceito de mentalidade, permite articular três modalidades da relação com o mundo social:

Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.³¹¹

Roger Chartier afirma ainda que as representações sociais são construídas e determinadas pelos interesses de grupos que as forjam, daí a importância em relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza, pois “através das lutas de representações, um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, seus valores e o seu domínio”.³¹²

Essas considerações são muito importantes para este estudo, uma vez que diante de um movimento que pregava a “desnaturalização do ser mulher” por meio de sua independência econômica, liberdade de decisão com respeito ao próprio corpo, à maternidade, à sexualidade, a IELB não ficou indiferente e, rapidamente, passou a utilizar os veículos de informação da Igreja para expressar sua opinião sobre o movimento feminista e, principalmente, justificar as escolhas e condutas das mulheres luteranas em face das ameaças do movimento feminista. A *Servas do Senhor*, por ser uma revista voltada ao público feminino, foi uma importante aliada da Igreja nessa questão, pois por meio dela, conforme veremos, foram afirmados e demarcados quais papéis homens e mulheres deveriam desempenhar, tanto no espaço público quanto no privado.

O movimento feminista tornou-se importante na medida em que passou a questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo marcadamente hierárquico, autoritário, masculino, branco e excludente.³¹³ Foi responsável por denunciar o esquecimento, o silêncio e a sombra em que permaneceram por muito tempo as mulheres. Um

³¹⁰CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 16.

³¹¹CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 23

³¹²CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 17.

³¹³RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil*, p. 12.

movimento peculiar, múltiplo e com pretensões diversas, um movimento que “conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade”.³¹⁴ Alvo de muitas críticas, foi interpretado sob diversos prismas e por grupos distintos. Para a direita, tratava-se de um movimento imoral e perigoso e para a esquerda não passava de um “reformismo burguês”, chegando a ser considerado até um movimento “anti-feminino”. Nesse contexto, grupos religiosos também se posicionaram contra o feminismo, principalmente, pela força do imaginário judaico-cristão na manutenção da desigualdade entre os gêneros³¹⁵, a exemplo da IELB que concentrou um esforço muito grande na luta contra os ideais feministas a partir de meados da década de 60.

3.2 – O feminismo nas páginas da revista *Servas do Senhor*

Conforme apontou Lucila Scavone, o feminismo transformou de maneira radical as relações de gênero em todos os domínios da vida social, tanto o público como o privado. As mulheres começaram a ocupar cada vez mais o espaço público por meio da inserção no trabalho assalariado e na educação formal, ao mesmo tempo, as contradições do espaço privado vinham à tona e a necessidade de politizá-las também. Logo,

Ao politizar as relações pessoais, o feminismo combatia um dos pilares da dominação masculina: a dependência da sexualidade com a reprodução, com todos seus desdobramentos familiares, sociais e políticos. Romper com esta subordinação implicava não só do ponto de vista legal tornar acessível o uso de contraceptivos seguros e a prática do aborto; mas também, do ponto de vista social tornar possível a escolha da maternidade, em última instância, desligá-la do determinismo biológico. Por conseqüência, o papel social da maternidade na família não poderia mais ser considerado como natural, com isto ficava abalado outro pilar da dominação masculina, a divisão sexual do trabalho na esfera privada.³¹⁶

Para Fabíola Rodhen, a relação entre feminismo e religião quase sempre foi marcada pelo distanciamento. A autora observa, que no feminismo norte-americano, houve o rompimento com a “religião patriarcal”, considerada o principal suporte ideológico da dominação masculina. No Brasil, relatos de “feministas históricas”, da década de 1970, apontaram como inconcebível a convivência entre feminismo e religião. No entanto, foi justamente nesse momento inicial de desenvolvimento do feminismo que surgiram alguns movimentos populares responsáveis pela articulação entre o pertencimento religioso e a consciência de uma identidade feminina. Esse foi o caso das Comunidades Eclesiais de Base

³¹⁴SARTI Cynthia A. *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*, p. 39.

³¹⁵SOUZA, Sandra Duarte (Org.) *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*.

³¹⁶SCAVONE, Lucila. *Religiões, Gênero e Feminismo*, p. 02.

(CEBs) que, no âmbito da Igreja Católica, conforme Rodhen, na década de 1960, significou a “expressão mais marcante” da perspectiva de renovação da Igreja e da Teologia. Nas palavras dessa autora,

Trata-se de uma experiência de Igreja centrada na "opção preferencial pelos pobres", que passa a contar com a participação ativa das mulheres, já integrantes majoritárias das paróquias, embora sem ocupar postos de decisão. Mais tarde, especialmente na década de 1980, essa experiência vai dar origem a um conjunto de reflexões, inclusive por parte de mulheres teólogas, que participavam das CEBs como agentes de pastoral. É esse processo de mobilização das mulheres nas comunidades e a incorporação da Teologia da Libertação que vai propiciar a entrada efetiva da mulher como sujeito e objeto na reflexão teológica institucionalizada, uma área tradicionalmente masculina.³¹⁷

No caso da aproximação das mulheres protestantes com o movimento feminista, Rohden analisou que a produção teológica das protestantes fundamentou-se, principalmente, na luta pelo ministério ordenado e pelo exercício pastoral. Tal aproximação ocorreu com maior intensidade e também com menos conflitos, se comparado às católicas. Isso aconteceu, segundo a autora, em virtude de vários fatores, como a relação histórica do protestantismo com os movimentos liberais e também pelo próprio pastorado:

O fato das teólogas protestantes terem a possibilidade de dirigir uma comunidade, em termos "administrativos", ou mais ainda em termos "espirituais", as coloca em uma situação muito diferente das teólogas católicas. Não que elas estejam livres de preconceitos e desigualdades de gênero, mas é inegável que o fato de terem acesso ao "sagrado", de estarem do outro lado, não mais do lado dos leigos é fundamental. Várias reflexões de teólogas brasileiras e estrangeiras insistem que um fator preponderante nas desigualdades, principalmente em termos de poder de decisão na Igreja, é a história da negação do acesso da mulher ao "sagrado" em toda a tradição cristã oficial. Portanto, a ordenação é um salto qualitativo sem precedentes.³¹⁸

Para Fabíola Rodhen, a ordenação de mulheres foi sem dúvida nenhuma um grande avanço no que tange ao acesso das mulheres ao “sagrado”. Entretanto, se em algumas instituições religiosas o impacto das ideias feministas foi capaz de gerar consequências concretas para o acesso das mulheres a lugares estratégicos na hierarquia do “sagrado”, como é o caso do pastorado, em outras, esse impacto ocorreu de forma diversa. Esse foi o caso da IELB que, mesmo estando inserida no contexto de ressurgimento e desenvolvimento do feminismo, mostrou-se resistente a qualquer mudança abrupta nos elementos teológicos e institucionais em favor de uma maior participação das mulheres na Igreja.

³¹⁷ ROHDEN, F. *Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente*, p. 56.

³¹⁸ ROHDEN, F. *Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente*, p. 66.

A IELB mostrou-se inflexível em sua tradição de não permitir o acesso feminino ao pastorado, isso porque, de acordo com a sua doutrina, a mulher foi criada para ser “auxiliadora e companheira do homem”, e conforme a Ordem da criação, não poderia exercer “domínio sobre o marido” (1 Tm 2.12), mas “ser em tudo submissa ao esposo”, sendo governada por aquele que biblicamente era considerado “cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da Igreja” (Ef 5.22-24; 1 Tm 2.11,12). Nessa posição, era inconcebível que a mulher ocupasse os púlpitos para ensinar ou pregar publicamente, pois a sua vocação principal era a maternidade e o lar.³¹⁹

Essa ideia de poder do marido sobre a esposa, tão clara no documento acima citado³²⁰, é recorrente na tradição protestante, conforme indica Michelle Perrot. Segundo essa autora, tal posicionamento explica-se, em parte, pelo fato de que Calvino e Lutero tinham uma concepção muito patriarcal da família e, de certa maneira, reforçaram os poderes do marido e pai sobre as mulheres pelo pastorado: “a mulher de pastor, modelo das mulheres reformadas, é o tipo da mulher *ajudante* de seu marido no exercício de seu ministério”.³²¹

Sandra de Souza afirma que o conjunto das representações sociais, que se constituíram ao longo da história em torno da subordinação e da inferioridade das mulheres, marcou a sua autopercepção e a percepção dos outros sobre elas. Essas representações sociais provocam nas mulheres a permissão resignada da violência, e o discurso religioso, por sua vez, tem participado desse processo por meio da produção e reprodução dessas representações. Ao produzir e reproduzir lugares diferenciados de poder, de acordo com o sexo biológico, essas representações de gênero contribuem para a legitimação da desigualdade de gênero.³²² Desse modo, Souza acredita, que as representações socioculturais de homens e mulheres, responsáveis por evocar a desigualdade social baseada na diferença sexual, foram fortemente sacramentadas pela religião:

A própria representação da divindade cristã como masculina é um indicador do lugar privilegiado de poder do homem em nossa sociedade. No exercício do poder

³¹⁹Remetemo-nos aqui ao Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais, de 1981, já citado no primeiro capítulo: Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) sobre o voto e a participação da mulher na Igreja. 1981. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

³²⁰Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) sobre o voto e a participação da mulher na Igreja. 1981. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS

³²¹PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*, p. 86.

³²²SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A casa, as mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar*, p. 59.

eclesiástico isso se materializa, pois mesmo o contingente feminino nas religiões ser significativamente superior ao masculino, há mais homens do que mulheres nos postos mais altos. No caso do cristianismo, a Igreja Católica Apostólica Romana e várias Igrejas evangélicas não aceitam, em hipótese alguma, a ordenação de mulheres como sacerdotisas ou pastoras. Curiosamente, o trabalho feminino nas Igrejas cristãs é o mais explorado de todos.³²³

No caso da revista *Servas do Senhor*, o modelo de família apresentado evidenciava que o lar deveria estar sempre calcado em princípios e hierarquia, distante de conflitos e desagregações, reproduzindo, assim, o discurso patriarcal da Igreja. Por razões que vimos acima, ocupando o ponto mais alto da hierarquia familiar estava o marido, aquele que detinha o poder de tomar as principais decisões por cuidar de todos os outros membros da família. Abaixo dele estaria a mulher, cuja principal função era a de ser mãe e esposa, tendo na Bíblia seu principal ponto de referência. A esposa deveria ser companheira, prestando auxílio ao marido numa relação de mútua dependência, enquadrando, assim, os padrões de seu lar aos milenares padrões bíblicos.

Era justamente em defesa desse modelo de família que a revista *Servas do Senhor* tecia duras críticas às feministas, pois em vários artigos, o feminismo era apresentado como um movimento de mulheres dispostas a desencadear uma “guerra entre os sexos”. O feminismo defendeu ideias muito contrárias aos preceitos cristãos, daí esse conjunto de representações presentes na revista, a fim de alertar às leitoras o perigo que seus ideais emancipacionistas representava. Rachel Soihet lembra que as feministas eram contrárias à permanência de padrões patriarcais na organização da família, bem como dos estereótipos criados em torno das mulheres, como por exemplo, a maternidade compulsória, ou seja, a tradicional concepção da “mulher-mãe”. Nesse sentido, enfatizavam a questão da mulher sexualizada, ressaltando a questão do aborto e da contracepção, também se mobilizaram em torno do combate à violência contra mulheres espancadas e ameaçadas de morte.³²⁴

Entretanto, por abordarem assuntos tão polêmicos, as feministas foram alvos de variadas críticas, de acirradas manifestações de oposição à participação feminina em espaços tidos como naturalmente masculinos. Um dos meios utilizados para lançar críticas às feministas foi a imprensa que, ao mesmo tempo, foi importante aliada³²⁵ e terrível inimiga, conforme observou Soihet:

³²³SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A casa, as mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar*, p. 60.

³²⁴SOIHET, Rachel. *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*, p. 595.

³²⁵De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles, os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, juntos fortaleceram as reivindicações feministas e ajudaram as mulheres a tomar consciência de sua condição. Cada um, ao se

Contra essas mulheres, as temidas “feministas”, lançavam seus dardos inúmeros articulistas de *O Pasquim*. Antigos estereótipos são restaurados, entre outros, a feiúra, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a incoseqüência, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens. Não poucas matérias registram tais ‘qualidades’ das feministas, o que aproxima os libertários desse jornal do momento da contracultura dos misóginos de outras épocas. Na verdade, lançar o descrédito sobre aquelas que ousavam ameaçar a ordem tradicional dos gêneros era o objetivo de sempre.³²⁶

As feministas eram alvos de grosseiras caricaturas em crônicas e charges, que tinham como objetivo passar a mensagem do terror e do grotesco que representaria a participação de mulheres em esferas consideradas exclusivamente masculinas. A emancipação feminina, por exemplo, traria a desordem familiar, uma vez que as mulheres passariam todo o dia no escritório ou em assembleias, e os maridos ficariam responsáveis pelo cuidado dos filhos, atividade para a qual não apresentavam quaisquer habilidades, resultando na péssima qualidade da alimentação, no não-cumprimento de horários e no caos doméstico. Desse modo, por meio da imprensa, eram repetidos os velhos estereótipos acerca da importância de serem respeitados os diferentes atributos dos homens e das mulheres, argumentos encontrados na religião, atualizado e sofisticado pelos filósofos iluministas e utilizados pela ciência.³²⁷

Nesse sentido, encontramos na *Servas do Senhor* a partir de meados da década de 60, artigos ressaltando as qualidades de dona-de-casa, esposa e mãe, pois para a revista era justamente com essas “qualidades” femininas que o movimento feminista queria acabar. Em defesa da manutenção das principais atribuições da mulher no primeiro trimestre de 1967, foi publicado um artigo na *Servas do Senhor*, cujo título *Sou uma dona-de-casa feliz*, pretendia ser uma resposta direta às manifestações feministas que defendiam a atuação profissional da mulher fora de casa como um elemento muito importante para sua emancipação. Assim, a revista mostrava que homem e mulher podiam sim ser felizes, ocupando as funções estabelecidas para cada gênero. Vejamos:

colocar a serviço das mulheres das camadas populares, trouxeram para o debate, ainda incipiente, a necessidade da transformação econômica e social, para que as condições de vida e trabalho de ambos os sexos se tornassem adequadas. Já o jornal *Mulherio* foi uma iniciativa extremamente oportuna, pois era a única publicação nacional que podia responder a algumas indagações sobre as atualidades do feminismo na época. (TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*, p, 91-93)

³²⁶SOIHET, Rachel. *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*, p. 595.

³²⁷SOIHET, Rachel. *Formas de violência, relações de gênero e feminismo*, p. 14.

Sou uma dona-de-casa, mãe de quatro filhos e avó de cinco netos. Sou uma mulher de meia-idade e, para ser sincera, um pouco gorducha e só um pouquinho atraente, não tenho diplomas universitários, não sou neurótica, não sou frustrada e não tomo tranquilizantes! Muitas vezes, quando termino de ler um artigo desses que explicam o que é que está errado na vida da média das donas-de-casa, fico deveras enfasiada e surpresa com o fato de que eu sempre tive bom senso para sair das minhas encrencas (...) Eu sinto que tenho o dever de ser feliz, uma obrigação para comigo mesma, tanto como para com aqueles que me cercam (...) Mas a vida não me tem sido fácil. Tenho suportado diversas doenças sérias, inclusive um câncer e dois ataques do coração. Já tive em meus braços a noite inteira, não uma só, mas muitas, uma filhinha doente, na expectativa de que cada suspiro fosse o último. Passei horas andando numa sala dum lado para outro enquanto meu marido estava sob o bisturi do cirurgião (...) Muitas vezes me pareceu que eu estava gastando anos apenas lavando e passando roupa. Mas o meu varal de roupas era uma inspiração. É, eu não tenho diploma universitário. E daí? Certa vez disseram-me que a maior universidade do mundo não estava encerrada em quatro paredes, mas era formada por uma mente investigadora. Eu não vou deixar nenhuma obra prima de arte, mas deixarei filhos e netos.³²⁸

Percebemos que a revista reuniu em apenas uma mulher todas aquelas qualidades e funções inerentes à figura feminina: a dona-de-casa zelosa, a mãe dedicada e a esposa companheira. Essa mulher não possuía diploma universitário, mas possuía uma família para administrar, tarefa para a qual estaria naturalmente apta. Além disso, o texto também ressalta que ela tinha a obrigação de ser feliz, vivendo nesse ambiente doméstico, por ela mesma e, principalmente, pelos filhos e maridos; em meio às suas preocupações e realizações, essa mulher deveria se completar enquanto mãe e esposa, lição que as leitoras da revista não poderiam se esquecer nunca.

A fim de reforçar suas representações em torno da maternidade e domesticidade feminina, a revista utilizou o exemplo do lar de Martinho Lutero e sua esposa Catarina de Bora, mostrando às leitoras um modelo de família ideal e, principalmente, de mulher cristã ideal, ciente de suas funções. Nesse sentido, ao longo das décadas de 70 e 80, foi publicada uma série de artigos cujo foco principal era mostrar o exemplo de mulher cristã que havia sido Catarina de Bora que, por meio de sua docilidade, paciência, submissão, dedicação exclusiva às tarefas domésticas, era a grande responsável pelo cotidiano de seus familiares. No quarto trimestre de 1974, o artigo *O lar de Martinho e Catarina* destacava a perfeita sintonia doméstica e religiosa presente nesse lar. Assim afirmava o artigo:

O lar de Lutero denunciava em tudo uma sã atmosfera religiosa. Catarina soube ser uma excelente companheira e esposa para o marido. Embora Lutero não fosse caprichoso no trajar, talvez porque o desaprendera nos longos anos de vida monástica, a esposa, em amor e carinho resolver este problema. (...) Ela era disposta para o trabalho. Cuidava dos negócios do lar, visto que o marido muitas vezes estava

³²⁸ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1967. Casa Publicadora Concórdia. Porto Alegre, p. 13.

ausente em virtude do enorme trabalho que a causa de Deus lhe tinha reservado. Catarina ainda cultivava o jardim, criava os filhos e cuidava dos hóspedes (...) Deus abençoou o matrimônio de Lutero e Catarina com seis filhos. Muitas horas felizes tiveram na companhia dos filhos. Consideravam-nos como bênçãos de Deus. Por isso mesmo eram criados em amor ladeado por ordem e disciplina.³²⁹

Se o lar de Lutero era um exemplo a ser seguido por todos os casais cristãos luteranos, isso se dava em muito pelas qualidades de Catarina, qualidades que foram destaque na revista em vários momentos. A revista era bem enfática ao passar sua mensagem e, em alguns momentos, demonstrava claramente o que queria que suas leitoras aprendessem com o exemplo de Catarina, uma esposa que sempre esteve ao lado de Lutero, submissa aceitando sua condição de mulher. Vejamos então as representações criadas em torno de Catarina pela revista:

Diz-se que por trás de cada homem celebre bem sucedido na vida, tem sempre uma mulher, uma esposa de valor. Na vida de Lutero isto também é verdade. Uma mulher, uma esposa, de valor, sim, maravilhosa até em muitos aspectos, de sorte que pode nos servir de exemplo, é-o Catarina.³³⁰

O Dr. Martinho quando escreve a um amigo assim fala dela: “Kätti, assim, a chamava na intimidade, em família, é-me esposa piedosa, fiel, honesta, querida, honrada e prezada. Sim, diz, ele, não a trocava nem por todo o reino da França”. Ela de fato apoiava o marido nas muitas dificuldades que surgiram, em sua vida de Reformador. Sempre era amável e obediente. Ela era exatamente como Deus quer que nós mulheres sejamos, isto é, esposas amorosas e submissas aos nossos maridos (...) certamente, para nós esposas e mães cristãs, tudo isto serve de exemplo. Não nos chamamos de “luteranas”, de “*Servas do Senhor*”? Eis, pois que devemos aperfeiçoar-nos cada dia mais, para realmente sermos dignas de portar este nome e título, que Catarina com tanta distinção usava. Tentemos imitar o espírito cristão de Catarina, e assim, melhorar a nossa vida cristã no lar, na comunidade.³³¹

Lutero e Catarina foram um casal temente a Deus. Juntos compartilhavam alegrias e tristezas, suportando um as fraquezas do outro. Sua vida em comum foi exemplar. Não apenas o trabalho doméstico, num lar onde muitas vezes havia mais de uma dezena de pessoas, mas também boa parte da administração financeira ficou a cargo de Catarina. Conseguia parte do sustento do lar administrando e cultivando pequenas propriedades agrícolas. Sua vida não foi fácil. Nas muitas enfermidades de Lutero ela foi sua enfermeira paciente e caridosa. Lutero e Catarina tiveram seis filhos dos quais quatro chegaram à idade adulta e a vida digna que estes levaram foi resultado da excelente educação cristã que receberam neste lar exemplar.³³²

Catarina foi discípula muito atenta de Lutero, aprendendo tudo e, principalmente, ajudando o marido, com carinho e amor, a superar as inúmeras dificuldades que enfrentava. Foi sempre o apoio, o ombro amigo que Martinho Lutero muitas vezes buscou (...) Foi boa companheira, pois soube observar as atitudes e contestar o

³²⁹*Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1974. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 4-5.

³³⁰*Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1979. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, p. 11.

³³¹*Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1979. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, p. 12.

³³²*Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1975. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 10.

marido quando para reação quando estava triste. Ela foi ajudadora e companheira. Catarina não foi fisicamente forte, mas sua fé era gigantesca e foi essa fé que fez dela um exemplo de esposa e mãe, companheira e amiga.³³³

Ao criar essas representações do lar ideal e da família perfeita, a revista ia aos poucos, mostrando às suas leitoras como homens e mulheres não poderiam declinar de seus papéis, pois ambos se complementariam em suas funções. Assim, a revista buscava criar argumentos para contra-atacar o feminismo já que ele era responsável pela discórdia nos lares e por desviar as mulheres de suas funções.

Para Sandra Souza, as religiões ao longo da história não contribuíram grandemente para a superação da noção de subordinação feminina, já que em muito reforçaram as representações domesticadoras em torno da mulher, estabelecendo como características femininas a virtude, a fragilidade, a submissão, o cuidado com os filhos, maridos e atividades domésticas. A autora analisa que a religião, enquanto uma instituição produtora e reprodutora de sentido, insere-se numa “complexa cumplicidade orgânica”, dando “sentido ao gênero” e “generificando os sentidos”:

Na organização social de gênero, homens e mulheres são alocados em lugares hierarquicamente diferenciados. A religião é uma das responsáveis pela produção e reprodução. A religião é uma das responsáveis pela produção e reprodução dessa hierarquia dos sexos, sacralizando papéis socioculturalmente construídos. A religião no campo da construção simbólica tem cumprido a função social de constituição do feminino e do masculino, e é uma das grandes responsáveis pela inferiorização e secundarização das mulheres em nossa sociedade. A partir de um discurso misógino, a religião não apenas produz ou reproduz a violência de gênero, mas a sacraliza. O discurso religioso, para o/a fiel tem status de coisa sagrada. Sua plausibilidade repousa exatamente nisso. Dessa forma, o discurso religioso perde sua condição de coisa construída e é entendido como verdade sagrada.³³⁴

No início da década de setenta, momento em que o movimento feminista apresentava avanços significativos no país, a revista publicou o artigo *A posição da mulher na Igreja* no qual buscava prevenir seu público feminino, antes que os arroubos feministas alimentassem quaisquer tipos de questionamentos sobre quais deveriam ser as obrigações das mulheres nas congregações. Assim dizia o artigo:

Ouve-se falar de vez em quando em FEMINISMO, entendendo-se por esta palavra a tentativa das mulheres para se igualarem aos homens em direitos e deveres dentro da sociedade contemporânea. Na verdade, são praticamente inexistentes as sociedades

³³³ *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1999. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 15.

³³⁴ SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A casa, as mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar*, p. 53.

onde as mulheres não possuem os mesmos direitos dos homens. (...) Não deveria a mulher procurar os mesmos direitos dentro da Igreja? O direito de falar, votar, presidir? Neste artigo não vamos falar da mulher como tal, isolada e desvinculada do seu meio e da sua função. Vamos falar sempre da mulher dentro da sua principal função social e biológica, da mulher como esposa e como mãe.³³⁵

Sem meios-tons o artigo afirmava que as mulheres não poderiam ocupar funções públicas na Igreja, pois essa função era reservada aos seus maridos. A divisão de tarefas ficava bem clara: aos homens os púlpitos, às mulheres o lar. Daí a crítica ao feminismo que corroborava para mudar essa ordem e dar às mulheres também a oportunidade de serem ouvidas em público.

Há muitas maneiras de trabalhar na Igreja e pela Igreja sem ensinar, votar e pregar publicamente. A mulher, como esposa e mãe tem muitos púlpitos onde pode pregar e deve pregar, principalmente no bérço das crianças, na mesa das refeições e nas devoções domésticas. Oxalá que ela nunca falte NESTES púlpitos.³³⁶

Outra grande preocupação da Igreja era com a ameaça do feminismo aos lares cristãos, já que muitas ideias contidas na agenda das feministas punham de ponta cabeça, ao valorizar a atuação profissional da mulher, a estrutura familiar centrada no pai como mantenedor do lar e voz central nas decisões da casa. Uma família cuja voz do homem não servisse como elemento de desempate nas decisões, em que a mulher exercesse o mando e o controle financeiro do lar era, à luz dos ensinamentos bíblicos, uma família degradada:

Sabemos todas que a célula fundamental da sociedade humana é a FAMÍLIA. Uma nação vai bem se as famílias forem bem. Lares desfeitos, nação infeliz. Foi exatamente este núcleo de toda sociedade que a Bíblia tentou defender contra a anarquia e a desagregação, dando à família – o menor grupo social – toda proteção possível. O grupo conjugal precisa de princípios e hierarquia. As relações entre marido e esposa devem basear-se sobre o respeito e o amor mútuos (...) A sociedade conjugal é uma sociedade como qualquer outra. Mas como qualquer sociedade ela precisa de alguém que a represente, que profira o voto de qualidade (desempate), que dê a última palavra. Este alguém é o marido porque a êle estão afetas as funções de sustentação econômica desta sociedade familiar.³³⁷

Se as representações presentes na revista em torno da família tinham por objetivo legitimar e reconhecer a ordem natural e imutável dos papéis masculinos e femininos, havia um elemento em especial na agenda do feminismo que era inaceitável porque ia diametralmente contra os princípios religiosos de defesa da vida e da sã formação da família

³³⁵ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1971. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, p. 06. (Grifo do autor)

³³⁶ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1971. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, p. 06. (Grifo do autor)

³³⁷ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1971. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, p. 06. (grifo do autor).

cristã. Esse elemento outro não era senão o aborto, o maior inimigo das mulheres cristãs, visto que, além da reprovação bíblica pelo ato de interrupção do ciclo natural de uma vida, atingia diretamente aquela que era a principal função da mulher: a maternidade.

Ao longo da década de 1980, os movimentos feministas no país tornavam-se uma força política e social consolidada, em que as relações de gênero assumiram o primeiro plano. Nesse contexto, questões relacionadas ao aborto, bem como a outros temas, passaram a ser discutidas amplamente em decorrência da mobilização das feministas e da própria modernização da sociedade brasileira. Desse modo, questões antes pouco abordadas, como as relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à violência, foram trazidas à esfera pública, reconhecendo-se sua dimensão política. Partiu-se para a afirmação do universo cultural feminino, e temas considerados tabus foram trazidos à tona.

A reivindicação em prol de medidas legislativas pela liberação do aborto já era realidade entre as feministas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos desde o início dos anos 1970. A discussão ganhava espaço na medida em que muitas correntes do feminismo observavam que a expropriação do corpo significava a expropriação do seu eu e, assim, desvincular a sexualidade feminina da dominação masculina passou a ser uma questão urgente, para permitir que as mulheres se sentissem “donas de seu próprio corpo” e que a maternidade fosse uma opção sua no caso de uma gravidez indesejada.³³⁸

Nesse sentido, a crítica feminista considerava a experiência da maternidade essencial para explicar a dominação de um sexo sobre o outro. Com base nessa perspectiva, as feministas acreditavam que o lugar das mulheres na reprodução biológica, envolvendo a gestação, o parto, a amamentação e consequentes cuidados com as crianças, determinava a ausência das mulheres no espaço público, restando a elas apenas o espaço privado e a dominação masculina.

No entanto, Lucila Scavone analisa que, embora a crítica feminista tenha partido da constatação da diferença biológica entre os sexos enquanto “defeito”, ela acabou mostrando que a dominação de um sexo sobre o outro só poderia ser explicada social e não biologicamente. Desse modo, utilizando o conceito de gênero, a reflexão feminista muito contribuiu para a compreensão do fenômeno social da maternidade dentro ou fora da família, ultrapassando, assim, as interpretações sociológicas que, a partir das décadas de 1960 e 1970, buscavam a origem das diferenças sociais, entre os sexos na linha bio-determinista.³³⁹

³³⁸SOIHET, Rachel. *Preconceitos nas charges de O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo, p. 46-7.

³³⁹SCAVONE, Lucila. *A maternidade e o feminismo*: diálogo com as ciências sociais, p.141.

Conforme Scavone, com a introdução do conceito de gênero nas ciências sociais alcançou-se uma compreensão relacional da maternidade, respondendo pela construção social das diferenças entre os sexos:

Não podemos compreender a maternidade sem abordar a paternidade, a mãe sem o pai, no sentido biológico e social do termo. A perspectiva de gênero nos possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas. Ela pôde ser abordada tanto como símbolo de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo. Além disso, ela pôde ser compreendida como constituinte de um tipo de organização institucional familiar, cujo núcleo central articulador é a família. E, mais ainda, foi possível compreendê-la como um símbolo construído histórico, cultural e politicamente resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro. Esta abordagem contribuiu para a compreensão da maternidade no contexto cada vez mais complexo das sociedades contemporâneas.

Nessa mesma perspectiva, Alves e Pitanguy analisam que, ao apoiar-se no fator biológico, a cultura supervalorizou a função de reprodução que, em virtude disso, passou a ser confundida com a própria essência do “ser mulher”³⁴⁰. As autoras consideram que nesse aspecto o movimento feminista foi importante, pois denunciou a manipulação do corpo da mulher e a violência física e simbólica a que esse era submetido, além de proporcionar o direito à informação e acesso a métodos contraceptivos seguros. As autoras ressaltam, entretanto, que a proposta do movimento feminista não era a utilização do aborto como método contraceptivo, mas como último recurso ao qual as mulheres deveriam ter seu direito assegurado, para garantir que a maternidade fosse o resultado de uma opção consciente e não de uma fatalidade biológica.³⁴¹ Tais posturas faziam do movimento feminista um movimento que lutava contra uma série de imagens, ideias e crenças que perpetuavam e legitimavam a hierarquização dos papéis sexuais, responsáveis por determinar uma posição social inferior à mulher e que eram transmitidos pela família, escola, meios de comunicação, religião, literatura, entre outros.

Por isso, se o discurso da revista pregava que a família deveria ser preservada por ser considerada a célula fundamental da sociedade, foi na questão do aborto que as luteranas mais discordaram dos pressupostos defendidos pelo movimento feminista e deram grande destaque ao tema nas páginas da *Servas do Senhor* como em artigo publicado no 4º trimestre de 1974:

³⁴⁰ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 59.

³⁴¹ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 61.

Apavoradas ficamos quando lemos que o aborto não deverá ser mais acatado como crime pela lei civil na Alemanha. O que é, pois o aborto provocado? Nada mais do que homicídio e crime! Se agora pudéssemos dialogar, certamente ouviríamos muita objeção que tentaria pintar o fato de cores mais suaves. Por Ex: – Mas se o médico acha que eu deveria tirar a criança, pois será um perigo para mim deixá-la nascer? Ou: Mas o médico disse que eu não deveria mais ter filhos, pois o sangue do meu esposo não combina com o meu! Ou se nós procurarmos analisar o drama de uma moça solteira que por medo, ou vergonha dos comentários ou dos familiares, acha que seu filho não pode nascer. Ou numa família numerosa e talvez pobre e os pais não sentem coragem para criar mais um filho (...) Devemos ajudar estas criaturas, estendendo-lhes a mão amiga e alertando-as ao sublime dever de mãe. Seja isso uma tarefa para a nossa LSLB: alertar contra a prática do aborto, para que um dia, nós e muitas outras que seguiram o nosso exemplo possam dizer ao Senhor: Aqui estou e todos os filhos que me quiseste dar!³⁴²

Pelo exposto no artigo acima percebemos que as luteranas condenavam o aborto veementemente e colocavam-se como guardiãs do “nobre dever de mãe”, a fim de evitar que as mulheres aderissem a tal prática que consideravam um crime contra a vida. Num plano geral, na concepção da revista, não caberia às mulheres a decisão de interromper uma gravidez, pois havia uma predisposição natural feminina à maternidade, a qual deveria ser respeitada, por ser sagrada, por ser uma “vontade de Deus”.

Entretanto, os apelos não pararam e, na década de 80, momento em que o feminismo avançava fortemente, a revista convocava novamente suas leitoras para uma reflexão em torno do aborto. As representações criadas em torno desse tema pela revista, caracterizavam o aborto como um crime cometido por mulheres que se orgulhavam de “matar inocentes” em prol de uma suposta liberdade com relação ao próprio corpo:

Prezada leitora! Vamos parar aqui por um momento para pensar sobre a situação em nosso país. É verdade que no Brasil ainda há muitas crianças e casais com maior número de filhos. Porém, quem nos dias atuais ainda se alegra com uma família numerosa (...) Qual é a tua posição, prezada leitora, em relação ao movimento em nosso país, que pretende legalizar o aborto? Não ficamos apavoradas, quando na televisão se apresentam mulheres que com a maior naturalidade, até com certo orgulho confessam já ter praticado mais de um aborto, ou um médico diz, que o fez por compaixão? Como mulheres e mães cristãs queremos em todos os tempos e em todos os lugares testemunhar com convicção, que também o aborto está incluído no mandamento: NÃO MATARÁS!³⁴³

Pautada no ideal de que as mulheres deveriam ser, primeiramente, mãe e esposa, a revista condenou toda discussão em torno da legalização do aborto no Brasil, julgando que toda a defesa pela liberdade da prática abortiva tinha como pano de fundo tacanhas ideias de liberdade propaladas pelo movimento feminista. Foi no intuito de exporem uma posição

³⁴²*Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1974. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 16.

³⁴³*Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1981. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, p. 21.

categorica sobre o aborto que, em janeiro de 1984, líderes de doze (12) Departamentos Femininos filiados ao Distrito Portoalegrense, enviaram à revista uma carta de repúdio à legalização da prática do aborto no Brasil. A carta, dirigida ao senhor Pedro Montenegro Barbosa, presidente do movimento “Defesa da Vida” fazia o seguinte alerta:

Este movimento a favor da legalização foi desencadeado por mulheres, não tementes a Deus, que arrolam para si o direito de falar e agir em nome das mulheres brasileiras, das quais, milhares de cristãs luteranas fazem parte e por não estarem de acordo, não podem silenciar. Como podem as mulheres algum dia subsistir diante de Deus, quando todas as crianças, às quais foi negado o direito de nascer, acusarem os culpados? Pode uma mãe, pelo resto da sua vida se sentir despreocupadamente alegre, se ela matou o seu próprio filho? Pode Deus abençoar um país que decreta uma lei que permite tirar a vida a pequenos seres indefesos?³⁴⁴

Com esse documento-manifesto, as luteranas, como mulheres e mães cristãs, procuraram mostrar seu sentimento de indignação e repúdio com a legalização de algo que consideravam um ataque aos princípios cristãos, uma vez que entendiam que o aborto ia diretamente contra o mandamento sagrado “não matarás”, claramente esposado na Bíblia.

Ainda foi sugerido, na carta publicada, que as mulheres cristãs luteranas não ficassem indiferentes a um assunto tão polêmico como o aborto, e que outras luteranas repetissem o ato daquelas integrantes da IELB de Porto Alegre, remetendo cartas de rejeição ao aborto como forma de demonstrar que as mulheres que lutavam pela legalização do aborto no Brasil não passavam de um pequeno grupo de feministas enraivecidas e que equivocadamente se colocavam como porta-vozes das mulheres supostamente oprimidas por um sistema no qual não havia liberdade da mulher nem mesmo no controle sobre seu próprio corpo.

No primeiro trimestre de 1981, a revista publicou o artigo *A mulher cristã na década de 80*, cuja finalidade era esclarecer quais posturas as mulheres cristãs deveriam ter em relação ao feminismo em um contexto em que ele se desenvolvia vertiginosamente. Assim esclarecia o artigo:

A mulher da década de 80, antes de esperar mais inovações, de reivindicar mais direitos, e participar de movimentos feministas que só levam a família à anarquia e à desintegração, deveria parar para pensar um pouco mais no verdadeiro sentido de mulher cristã. Espero que a mulher da década de 80 faça fluir sua feminilidade até agora sufocada pelo orgulho e pelo sentimento de competição com o homem, que recupere sua meiguice, sua sensibilidade, que seja mais cristã e, sobretudo mãe, mais consciente e educadora, porque ninguém se educa sozinho (...) A sociedade atual é o retrato vivo de mães egoístas, ambiciosas, materialistas, estritamente feministas, que

³⁴⁴ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1984, Concórdia Editora, Porto Alegre, p.18

esquecendo-se de sua sublime missão de esposa e mãe tornam-se cada dia mais masculinizadas, correndo atrás de status, dinheiro, etc. por natureza a mulher é fisiologicamente e psicologicamente diferente do homem.³⁴⁵

Para as mulheres luteranas, a desobediência, as tentativas das feministas de liberar o aborto em detrimento da vida e as desavenças no lar contribuía para a decadência das mulheres. Nesse sentido, caberia às luteranas, frente à “nova moralidade” (que trazia consigo ideias contraditórias, desestruturadoras, chavões e *slogans* que o mundo recepcionava como verdades naturais e decisivas), assumirem o papel de mães orientadoras e estimuladoras, bem como, o de mulheres capazes, corajosas e trabalhadoras no lar, na Igreja e na sociedade.

Acreditavam que o feminismo, enquanto uma tentativa das mulheres de se igualem aos homens em direitos e deveres era algo desnecessário, considerando-se que por natureza as mulheres eram diferentes dos homens e que o fato de serem frágeis, companheiras, compreensivas, não poderia condená-las a viver à “sombra do homem”, uma vez que esses valores, longe de serem fatores desagregadores eram, na verdade, qualidades que serviam como elemento conciliador:

Ela é frágil sem ser fraca, é companheira sem ser escrava, não quer dizer que ela tenha que viver à sombra do homem, deve ter personalidade, saber o que quer, ter compreensão, ser ponto de apoio do homem para ser realmente amada e valorizada por ele, para juntos participarem das grandes decisões mundiais tendo por base os ensinamentos bíblicos. Até hoje a mulher só lutou por seus direitos de igualdade com os homens, porém, não sei de nenhuma que lutou pelos mesmos deveres dos homens. A mulher cristã não só nessa década, mas com em todas que haverão de vir deve mudar, e mudar para melhor, ser menos agressiva e mais afetiva, menos feminista e mais feminina, menos autoritária, ser realmente mulher para que possa com o amor transformar o mundo e o coração do homem, esse maravilhoso ser que nos completa.³⁴⁶

Esse artigo foi muito emblemático, pois havia a intenção de ressaltar as qualidades femininas, assim, era importante que as mulheres fossem meigas, afetivas, femininas e acima de tudo companheira de seus maridos, o indivíduo que as completava. Ao mesmo tempo em que a mulheres cristãs deveriam agir de acordo com as suas características femininas, também deveriam se mostrar como mulheres que tinham personalidade que, ao obedecerem a seus maridos, estariam apenas cumprindo os mandamentos bíblicos.

A não aceitação da figura do chefe de família era constantemente discutida, pois segundo a revista, vivia-se em um momento em que o casamento já não era respeitado como deveria:

³⁴⁵*Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1981. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, p. 10.

³⁴⁶*Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1981. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, p. 10.

Numa época em que o casamento está desgastado, quando a sociedade já não valoriza esta união que Deus instituiu, nos preocupamos com as consequências. Já não existe aquele amor de antigamente, ou talvez, as mulheres não queiram submeter-se às exigências dos maridos.³⁴⁷

No 2º trimestre de 1984, a *Servas do Senhor* recorreu à figura de Eva para alertar às suas leitoras sobre o perigo do movimento feminista. A revista lembrou que Eva havia sido uma mulher que tudo queria, mas que tudo perdeu, fazendo alusão às feministas que, segundo o artigo, queriam ser iguais aos homens, indo assim, de encontro aos preceitos cristãos. Enfatizavam-se, por meio do relato da Bíblia sobre a criação e a queda do pecado, muitas semelhanças com a situação em que vivia a sociedade naquele momento. Eva tinha duas incumbências principais: ser uma ajudadora de Adão e mãe. Porém, uma transgressão aos limites estabelecidos fez com que Eva sofresse as consequências e fosse a responsável pela expulsão dela e de seu marido do paraíso celestial. Com esse exemplo, a revista queria que suas leitoras enxergassem o feminismo como um movimento transgressor da vontade divina, da ordem naturalmente estabelecida e temessem pelas consequências das transgressões dos limites divinos:

A incumbência específica, feminina, de Eva é relatada nas breves palavras: ela deve ser uma ajudadora ao marido. Certamente com a palavra ajudadora, Deus não dizia uma doméstica, uma escrava mas, sim, uma parceira, pois do homem ela fora tirada com o propósito de ser sua companheira. Este companheirismo deu à mulher o dom da adaptação que até hoje é reconhecido como dom específico da mulher. O segundo e mais importante compromisso de Eva estava expressado no seu próprio nome. Eva quer dizer doadora de vida. Com a maternidade Eva se faz, se torna participante da obra criadora de Deus (...) em companhia de seu esposo. Eva estava em comunhão direta com Deus, uma vida que com palavras não se pode descrever. Qual, porém, foi o motivo que mudou esta vida no Paraíso? Foi a transgressão de Eva do limite que Deus havia traçado; o passo pelo olhar, desejar, cobiçar e termina no roubar. Rebelião contra o limite que Deus traçou. Embora para nós, mulheres, muita coisa tenha mudado, até melhorado, o caminho da tentação e da transgressão do mandamento de Deus não tem época; continua até hoje o nosso maior problema.³⁴⁸

Concordamos com Adriana de Souza³⁴⁹, quando diz que a Igreja é um dos pilares sobre o qual se assenta a relação hierarquizada entre os sexos. Segundo a autora, pelas representações, linguagens e palavra autorizada, a religião reforça as desigualdades de gênero,

³⁴⁷ *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1990. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 07.

³⁴⁸ *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1984, Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 16

³⁴⁹ SOUZA, Adriana de. *A dominação masculina*: apontamentos a partir de Pierre Bourdieu.

alimentando a ideia da inferioridade feminina com seus discursos, que trazem consigo modelos paradigmáticos de mulheres, como é o caso das figuras de Maria e Eva. Com esses modelos paradigmáticos, a religião procura transmitir a representação da mulher como sempre disposta a servir, a perdoar, a ser submissa, a completar-se na maternidade, assim, como Maria, serva submissa que aceitou o seu destino, e agora serve de paradigma para todas as mulheres, explica a autora. Desse modo, a revista *Servas do Senhor*, a partir de modelos do feminino, “historicamente construídos e culturalmente sedimentados”, procurou reforçar por meio de representações em torno da mulher cristã idealizada, o lugar que acreditava estar reservado às mulheres (o privado), demonstrando que elas introjetavam essas ideias misóginas, chegando inclusive a reproduzi-las em seu principal canal de comunicação: a revista *Servas do Senhor*.

Para analisarmos a questão dos modelos de feminino construídos pela religião, as considerações do sociólogo Pierre Bourdieu são de grande valia. Para Bourdieu, a história das mulheres deve estar atenta, sobremaneira, ao estudo das instituições que contribuem para a propagação e tentativa de perpetuação da submissão das mulheres. Se entre essas instituições aparecem o Estado e a Escola, a Igreja ou as Igrejas, não poderia(m) ficar de fora.³⁵⁰ Bourdieu é claro em seu posicionamento: a pesquisa histórica, antes de se limitar a descrever transformações da condição das mulheres no decurso dos tempos, deve se empenhar para estabelecer para cada período o estado do sistema de agentes e das instituições como “Família”, “Igreja”, “Estado”, “Escola” que, com “pesos e medidas diversas” em diferentes momentos, contribuíram para “arrancar” da História as relações de dominação masculina.³⁵¹

A Igreja, sem dúvida, tem lugar de destaque, pois sempre foi marcada por um “antifeminismo” profundo de um clero pronto a condenar os “erros femininos” à decência, reproduzindo, do alto de sua “sabedoria”, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, por meio de uma “moral familiarista, dominada por valores patriarcais e pelo dogma da natural inferioridade das mulheres”.³⁵² Desse modo, as religiões, enquanto produtoras de sentido, acabam criando representações “inquestionáveis” para a vida das mulheres, em que as obrigações domésticas, o cuidado com os filhos, a dedicação ao marido, são consideradas virtudes estritamente femininas.

³⁵⁰BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, p. 101.

³⁵¹BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, p. 101.

³⁵²BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, p. 101-103.

Um artigo publicado no 2º trimestre de 1985 demonstra as muitas responsabilidades domésticas que pesavam sobre os ombros das mulheres cristãs. Para além do esmero com as lides diárias, obediência ao marido, o texto chamava atenção das mães sobre o seu dever em evitar que seus filhos se tornassem homossexuais, uma “imoralidade”, vale ressaltar, que recebia irrestrito apoio do movimento feminista. Logo no início, o artigo enfatizava: “Como se não bastassem tantas imoralidades (como por ex: legalização do aborto, amor livre, sexo explícito, etc), surgiu há algum tempo o famigerado grupo gay ou movimento dos homossexuais”.³⁵³

No discurso da revista, o homossexualismo representava uma grande ameaça às famílias cristãs e era considerado algo “vergonhoso e indecente”. A disseminação do movimento gay no Brasil causava um sentimento de indignação e inquietação nas luteranas, pois havia o receio de que nem mesmo os lares cristãos estavam livres desse “infortúnio”.

Por isso, diante dessa “ameaça homossexual”, era responsabilidade das mães como “sacerdotisas do lar” não ficarem indiferentes diante do movimento, devendo observar as companhias de seus filhos, tanto dos meninos, quanto das meninas, orientá-los e encaminhá-los ao caminho certo e exemplar, de acordo com os preceitos bíblicos. Às crianças, deveria ser explicado que, apesar de a mulher ser fruto de uma costela do homem, havia enormes diferenças entre ambos. Ao explicar as diferenças entre homem e mulher, os pais não estariam sendo machistas, apenas orientando os filhos na disciplina cristã: “sabemos que um infortúnio desses poderá até acontecer em nossa família, mas no que depender de nós, como sacerdotisas do lar, devemos orientá-los para um crescimento sadio, harmonioso e exemplar”.³⁵⁴

Alertavam também para a necessidade de se controlar tantas imoralidades no país como a legalização do chamado “amor livre” e do “sexo explícito”. Criticavam duramente aqueles que defendiam ser o homossexualismo algo normal e compreensível e consideravam os homossexuais como “infelizes criaturas”, com um “reduzido ou nenhum conhecimento bíblico”.³⁵⁵

De acordo com Alves e Pitanguy, concomitante ao ressurgimento do movimento feminista também surgiram outros movimentos de liberação, esse foi o caso, por exemplo, dos homossexuais. Foi um momento em que saíram do isolamento e romperam o silêncio, os movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas e homossexuais. Organizaram-se em

³⁵³ *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1985, Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 19.

³⁵⁴ *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p.19

³⁵⁵ *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p.19.

torno de suas especificidades e na busca da superação das desigualdades sociais, mantendo a sua autonomia e suas forças próprias de organização.³⁵⁶

De igual modo, Margareth Rago, também aponta que o processo de industrialização e modernização aceleradas do período do regime militar na década de 70, suscitou mudanças nos vínculos tradicionais estabelecidos entre indivíduos e grupos, abalando crenças e comportamentos estruturados havia muitas décadas. E nesse processo, os homossexuais masculinos e femininos organizaram-se, ao lado de outras "minorias" sociais, como por exemplo, as mulheres, e se manifestaram em movimentos políticos que reivindicavam o direito à diferença e questionavam radicalmente os padrões dominantes da masculinidade e da feminilidade.³⁵⁷ Isso explica o porquê de a revista preconizar que o homossexualismo fosse uma consequência direta do feminismo, já que ambos buscavam a superação de formas de organização tradicionais.

Além do apoio direto do feminismo ao “movimento gay”, havia consequências indiretas do ideário feminista que poderiam resultar em grave distorção na personalidade das crianças, tal como o afastamento da figura da mãe na educação dos filhos devido à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Os efeitos desse novo modelo de família, pelo qual lutavam as feministas, desviavam as mulheres de suas principais funções o que, numa visão educacional cristã, era verdadeiramente desastroso:

Grande maioria da falência e dos problemas da nossa sociedade deve-se ao fato do esfacelamento de nossos lares. Mulheres não assumem mais a direção do lar; delegam a educação de seus filhos desde a mais tenra infância a terceiros, sem, muitas vezes, se preocuparem em supervisionar esta educação; super-valorizam as atividades fora do lar em detrimento da própria vida familiar; muitas são as mulheres que aspiram a cargos de chefia e comando, e deixam de exercer o privilégio supremo que têm de governar bem o seu lar e preparar daí bons cidadãos para a sociedade. A mulher tem importante e decisivo papel a exercer em seu lar.³⁵⁸

O artigo *Família de ontem e de hoje* publicado no 4º trimestre de 1990, ao discutir como eram as famílias de outras épocas, dizia que naquele momento surgiam novos modos de comportamento que desafiavam antigos conceitos, uma grande soma de fenômenos coletivos, ações de massa, movimentos sociais, medos e paixões reformistas invadiam o país trazendo consigo novos costumes:

³⁵⁶ ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*, p.7.

³⁵⁷ RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil*, p. 31

³⁵⁸ *Servas do Senhor*. 3º e 4º trimestre de 1988. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 16.

Nas cenas do cotidiano vemos turbas enraivecidas cometendo atos de horror vandálico, depredações, incêndios. Vemos um surto insano de greves irresponsáveis. Vemos ideologias radicais obstruindo a reconstrução do País; entrando nas escolas, nas universidades, implodindo a sua funcionalidade. Tudo isso, fatalmente, atinge a família urbana. A moderna sociedade industrial produziu esses movimentos ambientalistas, sindicalistas e estudantis. O rumo das questões é decidido pelo tipo de liderança que o conduz. No fundo desses fenômenos sociais há uma palavra: o descontentamento. Parece que os padrões tradicionais não mais satisfazem e não oferecem respostas convincentes às novas exigências do cotidiano.³⁵⁹

O discurso da revista apontava que entre as causas dos desajustes dos casais estavam o machismo e o feminismo:

O relacionamento entre milhares de casais está seriamente afetado. Os cônjuges não se entendem, cada qual reclama os seus direitos e pouco consideram seus deveres. Quais seriam as causas destes desajustes? Uniões consumadas às pressas sem o devido preparo e o tempo para o casal se conhecer; gravidez antes do casamento; uniões forçadas; diferenças de idade e cultura; machismo e feminismo; egocentrismo; carências financeiras e ambições pelas riquezas.³⁶⁰

Nessa perspectiva, Sandra de Souza avalia que, na história do pensamento cristão, as mulheres e os homens foram essencializados, acompanhando as representações de gênero do contexto sociocultural em que o cristianismo se desenvolvera. A partir do pensamento desenvolvido por alguns teólogos cristãos, as mulheres passavam a ser tidas como naturalmente inferiores aos homens, legitimando, assim, a dominação do masculino sobre o feminino: “Criou-se o que poderíamos chamar de uma verdadeira teologia da inferioridade feminina e da superioridade masculina, que percorrerá séculos de nossa história”³⁶¹. Sobre essa questão, a autora afirma ainda que, com a Reforma Protestante, a mentalidade em relação à condição de inferioridade das mulheres manteve-se. Os reformadores continuaram identificando a mulher com o corpo e, ao repudiarem o corpo, repudiaram também a mulher. Nas palavras da autora:

Ao preocupar-se com a salvação pela fé, os pensadores da Reforma enfatizaram a pureza do ‘estado interior’ do ser humano. Lutero, apesar de admitir e até mesmo incentivar o matrimônio, ‘busca a castidade pura, livre dos desejos. O casamento representava a perda da virgindade, porém, propiciava a castidade da mente, isto é, o sexo sem desejo. Homens e mulheres poderiam alcançar este estado puro, porém, enquanto os homens o alcançavam despidendo-se do desejo sexual, as mulheres

³⁵⁹ *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1990. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 05.

³⁶⁰ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1994. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 04.

³⁶¹ SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A casa, as mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar*, p. 53.

somariam a essa prerrogativa a obediência a seus maridos. A autoridade do marido representaria a própria ‘glória de Deus’, era uma autoridade sagrada, portanto, as mulheres deveriam se submeter a ela da mesma maneira que todos se sujeitam à autoridade divina sem questionamentos.³⁶²

Nas páginas da revista *Servas do Senhor*, submissão e obediência aos maridos eram consideradas parte da natureza feminina, sem qualquer possibilidade de contestação ou desobediência. Daí o atrito com o feminismo, que na revista aparecia como aquele que buscava justamente romper com essas características atribuídas às mulheres.

Sandra de Souza acredita que ascensão pública das mulheres representa uma ameaça, principalmente, no caso das organizações religiosas, em que tem sido cada vez mais crescente a participação das mulheres nas esferas de poder institucional. Ao considerar o caso do “protestantismo histórico”, a autora verificou a presença feminina em lugares anteriormente ocupados somente por homens, como é o caso dos seminários e das faculdades de teologia. Para essa autora, tais mudanças, ainda que lentas, evidenciam um processo de ruptura com a concentração androcêntrica do poder na sociedade.³⁶³ Eliane Moura da Silva³⁶⁴ considera o poder das mulheres dentro das Igrejas algo real e concreto. Para a autora, os ministérios femininos e as atividades congregacionais, ao mesmo tempo em que servem para segregar as mulheres, também desencadeiam formas alternativas de poder institucional, além de apoio emocional e material mútuo encontrados no espaço que a autora denomina de “comunidades de sexos”.

Por essas e outras razões foi que grupos religiosos lançaram-se duramente contra o movimento feminista, pois para esses grupos o feminismo nada mais era que um movimento burguês, que pretendia acabar com os papéis estabelecidos por Deus, para homens e mulheres.

No próximo tópico, veremos como a coluna *A Mulher hoje*, que passou a ser publicada na revista a partir da década de 80, contribuiu com as críticas ao feminismo veiculadas na *Servas do Senhor*. Essa coluna é especialmente interessante para compreendermos como se davam as interferências masculinas nessa revista feminina, porque mesmo em se tratando de um espaço presente em uma revista feminina, dirigidas às mulheres da IELB, estava sob a responsabilidade de um homem, o pastor luterano Lauro Patzer.

³⁶² SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A casa, as mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar*, p. 57.

³⁶³ SOUZA, Sandra Duarte. *Religião e secularização: o gênero dos discursos e das práticas protestantes*, p. 34.

³⁶⁴ SILVA, Eliane Moura da. *Fundamentalismo evangélico e questões de gênero*, p. 24.

3.2.1 – *A Mulher Hoje*: ideias masculinas sobre papéis femininos

Na segunda metade da década de 1980, a *Servas do Senhor* reservou uma coluna especial para tratar de assuntos relacionados ao feminismo e seus impactos. O responsável pelos textos era Lauro Patzer, à época pastor da IELB em Canoas/RS e professor de sociologia da ULBRA (Universidade Luterana do Brasil). Lauro Patzer, aos olhos da liderança da Igreja, reunia em torno de si uma série de requisitos que o investiam de autoridade para analisar o impacto das ideias feministas sobre as mulheres na sociedade da época. Enquanto sociólogo acumulava conhecimentos que lhe permitiam lançar um olhar “cientificamente abalizado” sobre os fenômenos sociais que alteraram profundamente o universo feminino e enquanto pastor, possuía legitimidade teológica, para analisar tais fenômenos à luz das Sagradas Escrituras. O título da coluna de Patzer, *A Mulher Hoje*, que permaneceu na revista de 1985 até 1993, não deixava dúvidas sobre sua intenção. Com pequenos artigos, o autor procurava refletir sobre os conflitos, os problemas, as dúvidas e os sentimentos, ou seja, as consequências de ser mulher em um século em que elas passaram a ter seu espaço garantido no meio social. Entretanto, seus textos retiravam dessas reflexões em torno do universo feminino algumas lições para um grupo de mulheres em especial, àquelas a quem a coluna tinha como alvo principal: as mulheres cristãs luteranas.

Antes da análise dos textos de Lauro Patzer, é importante que façamos algumas indagações: por que a escolha de um pastor para escrever uma coluna cujos assuntos versavam estritamente sobre o universo feminino? Seria por que a maioria dos discursos sobre mulheres quase sempre foram ou são produzidos por homens? Por que a coluna *A Mulher Hoje* passou a ser publicada somente na década de 80, já que sabemos que o feminismo de segunda onda teve seus primórdios na década de 60, período em que a revista também passou a ser publicada? Seria fruto do impacto crescente das ideias feministas na sociedade, atingindo a IELB? Por que não uma mulher assinando a coluna? Afinal, a revista era “produzida” por elas e dirigida a elas, nada mais comum do que se elas escrevessem, já que seus discursos também reproduziam as ideias misóginas da Igreja e não representavam nenhum risco às tradições da IELB.

Para essas questões levantamos algumas hipóteses. Conforme Cynthia Sarti, nos anos 80, o movimento de mulheres no Brasil já se encontrava consolidado, explicitando um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. Nas palavras de Sarti:

As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. Esvaziaram-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganhou força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não-governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, então, seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras (como, por exemplo, aquelas relacionadas à saúde da mulher e aos direitos reprodutivos).³⁶⁵

Conforme mostramos no primeiro capítulo, na década de 80, a questão da participação da mulher na Igreja, seus direitos e a questão do voto feminino nas congregações, foram muito discutidos na IELB, o que resultou em uma série de estudos e discussões no intuito de esclarecer possíveis dúvidas sobre o assunto. Isso demonstra o quanto a IELB estava preocupada com o crescente reconhecimento que o feminismo alcançava e sabia que as transformações nos papéis de homens e mulheres geravam conflitos e incertezas que atingiam direta ou indiretamente seus fiéis. Ao ver-se envolvida nesse contexto, sentiu-se pressionada a discutir questões relativas ao papel da mulher na Igreja e na sociedade. Segundo Maria das Dores Campos Machado, é inegável o impacto da agenda política feminista sobre a sociedade, incluindo as instituições e movimentos religiosos, ainda que os mesmos se mostrem críticos e restritivos em relação à maioria das iniciativas dos movimentos de mulheres.³⁶⁶

O silêncio é um mandamento frequentemente atribuído às mulheres pelas religiões e por outras instituições, de acordo com Michelle Perrot. Segundo a autora, “o verbo é apanágio dos que exercem o poder. Ele é o poder. Ele vem de Deus. Ele faz o homem. As mulheres estão excluídas do poder, político e religioso. No paraíso Eva perverteu definitivamente a palavra das mulheres”.³⁶⁷ Foi a esse silêncio que a Igreja submeteu as mulheres luteranas ao dar a palavra autorizada para um homem escrever na revista *Servas do Senhor* sobre o movimento feminista.

Conforme mencionamos no segundo capítulo, a revista era dirigida às mulheres e pelas mulheres, porém, todo o material selecionado para publicação, bem como todas as decisões em torno da revista, era submetido à aprovação de um conselho espiritual, composto

³⁶⁵SARTI, Cynthia A. *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*, p. 41.

³⁶⁶MACHADO, Maria das Dores Campos. *Religião, mulheres e política institucional*, p. 48.

³⁶⁷PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*, p. 318.

estritamente por pastores. Nesse caso, já que a última palavra com relação às questões da revista era emitida por um grupo de homens, a IELB julgou pertinente que a pessoa autorizada para falar sobre um tema tão controverso e que em muitos aspectos conflitava com a doutrina da Igreja fosse também um homem.

O primeiro artigo de Lauro Patzer, abordando a questão do feminismo, foi publicado no 1º trimestre de 1985, com o título: *A mulher cristã e o feminismo*. Nesse primeiro artigo, ao lado da representação da mulher feminista e de seus ideais emancipacionistas responsáveis pelo “desfribramento das famílias” e “afastamento do ser humano da hierarquia da natureza”, tinha-se a representação da mulher cristã, que em tempos de feminismo deveria seguir firme os ensinamentos bíblicos e saber que entre homem e mulher não havia subordinação e submissão, apenas complementaridade. Vejamos, como Patzer caracterizou feministas e feminismo, em seu contato inicial com a leitoras da *Servas do Senhor*:

As feministas são grupos de mulheres que lutam contra o domínio do homem nos diversos setores da sociedade. Buscam a equiparação e projetam as suas reivindicações na esfera pública. Condenam a sociedade machista e sentem-se exploradas. Querem os mesmos direitos. O feminismo, analisado detalhadamente, não é homogêneo em seus princípios e em suas reivindicações. Divide-se em grupos que pleiteiam objetivos diferentes, e até entram em constantes contradições.³⁶⁸

Conforme já foi mencionado, as feministas foram alvo das mais diversificadas críticas, por serem tidas como um grupo de mulheres em busca de direitos e que assumiam atitudes consideradas como inadequadas ao sexo feminino e às relações estabelecidas entre os gêneros.³⁶⁹ As imagens construídas em torno das feministas era de feias, masculinizadas e perigosas. Imagens que, segundo Soihet, se conflitavam com o “ideal feminino, constantemente reatualizado de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação, o que não poucas vezes leva mulheres a rejeitar sua inserção no feminismo e até a combatê-lo”.³⁷⁰

Ao observarmos o trecho acima, constatamos que as imagens construídas por Patzer não se distanciaram muito daquilo a que comumente as feministas eram rotuladas em outros veículos da imprensa. Além de rotular as feministas simplesmente como “mulheres que lutavam contra o domínio dos homens”, Patzer também acusa o movimento de não ser

³⁶⁸ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 12.

³⁶⁹ SOIHET, Rachel. *Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?* p. 192.

³⁷⁰ SOIHET, Rachel. *Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?* p. 193.

homogêneo em seus princípios e reivindicações. Tais distorções serviam para dar um aspecto faccioso ao feminismo, contribuindo assim, para sua desmoralização entre as leitoras luteranas.

Segundo Céli Regina Jardim Pinto, o feminismo desde suas primeiras manifestações foi muito particular. Um movimento que desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público, do exercício da cidadania, e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio. A autora também destacou que essa particularidade teve efeitos sobre a organização do movimento, que:

Tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. Sua história desde os primeiros momentos, mas principalmente após os anos 1960, quando de sua grande vaga, foi pautada por esta multiplicidade, em que os momentos unitários foram efêmeros e com objetivos muito específicos.³⁷¹

Compreendemos, assim, que aquilo que Patzer utilizou para criticar o feminismo, seu caráter fragmentado, constituía-se na realidade como uma de suas particularidades. Entretanto, prosseguindo com o artigo, mais adiante, o autor ressaltava que o feminismo não era um “sintoma” do processo histórico, mas de uma crise de identidade aliada ao “desfibramento das famílias”, da influência dos valores pregados pelas novelas e do gradativo afastamento do ser humano da hierarquia da natureza. Em sua opinião, vivia-se o “crepúsculo do macho”. Ressaltou ainda que concomitantemente ao feminismo, se contemplava o “afeminamento do homem ao lado da machificação da mulher”:

Vivemos hoje a época do “masculino-feminino”; época do crepúsculo do macho. Deus criou o homem “macho” e a mulher “fêmea”. Na ordem da criação não houve um terceiro “espécime” com características bivalentes. O feminismo, portanto, é um traço desse ciclo de anomalias. É um movimento que conspira, não contra o homem, mas contra a natureza. Homem tem que ser homem e mulher tem que ser mulher.³⁷²

Não bastasse a tentativa de afastar as mulheres da “ordem da natureza”, contestando seus papéis de mães e esposas, o feminismo agora era representado como o desencadeador do homossexualismo e do lesbianismo, conforme percebemos a partir dos questionamentos de Patzer. As feministas, além das demais representações que a revistas dispensou a elas, também foram consideradas sinônimos de lésbicas. O lesbianismo foi caracterizado por Patzer

³⁷¹PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 09.

³⁷²*Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 12.

como “anomalia”, pois os papéis fixados para homens e mulheres eram, segundo ele, imutáveis e qualquer tentativa em subvertê-los atingiria a “ordem das coisas” que era “normal” e “natural”.

Tânia Swain, em estudo sobre o feminismo e práticas sexuais, analisa que no senso comum, feminismo e lesbianismo funcionam como sinônimos, e as práticas sexuais definidoras do lesbianismo referem-se ao relacionamento entre mulheres, objeto do feminismo. Ao investigar os caminhos plurais do feminismo encontram-se movimentos de cruzamento, de oposição ou de imbricação com o lesbianismo. Representadas como radicais e separatistas, que recusavam os homens e a dominação masculina, as lesbianas sempre atemorizaram as feministas, em virtude das imagens forjadas pelo senso comum, cuja repetição criava a realidade: machonas, viragos, feiosas, mal amadas.³⁷³

No imaginário hegemônico ocidental, o lesbianismo aparece como um desvio. Na ordem do discurso ser mulher com toda a sua assimetria que implica essa denominação, ou “mulher negra”, “mulher latina”, “mulher imigrante” é considerada ainda melhor do que ser lésbica (...) Com efeito, mulheres que dispensavam os homens em sua vida cotidiana, em sua vida amorosa e erótica, representam um problema maior na ordem do masculino pois elas desmistificam a prática da heterossexualidade obrigatória.³⁷⁴

De igual modo, Maria Amélia Teles, observou que uma das dificuldades encontradas, inclusive pelas mulheres organizadas, foi a de compreender o lesbianismo enquanto um direito à opção sexual das próprias mulheres. As lésbicas denunciavam a imposição social que admitia somente a prática heterossexual para as mulheres e classificando o homossexualismo como algo pornográfico. Por isso, segundo a autora “os grupos de lésbicas tiveram um papel importante para trazer o debate sobre o feminismo e o lesbianismo”.³⁷⁵

Em tempos de feminismo, de “machificação da mulher”, de “afeminamento do homem” e do “crepúsculo do homem”, uma dúvida surgia: onde a mulher cristã deveria procurar orientação sobre o assunto? Nas palavras de Patzer, essa orientação deveria ser encontrada na Bíblia, que trazia como principal papel da mulher prestar auxílio ao marido. Patzer não via uma situação de subjugação ou escravidão na função da mulher como fiel

³⁷³SWAIN, Tania Navarro. *Feminismo e lesbianismo: quais os desafios?* p. 11.

³⁷⁴SWAIN, Tania Navarro. *Feminismo e lesbianismo: quais os desafios?* p. 27.

³⁷⁵TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*, p. 148.

colaboradora de seu marido, levando em consideração que segundo a Bíblia o homem e a mulher estariam ligados por uma relação de mútua dependência.

Seguindo os preceitos bíblicos, as mulheres cristãs estariam acima de quaisquer “modismos feministas” e, o mais importante, conscientes da mútua dependência entre o homem e a mulher, em contraponto à “grosseira guerra dos sexos”. Para tanto, deveriam buscar aconselhamentos sobre a questão na Bíblia, que obviamente não iria falar em feminismo, mas da seguinte forma: “Não é bom que o homem esteja só, far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea”. Então, por que “tanta rivalização entre o homem e a mulher? Por que tantas mulheres querem tornar-se independentes do homem? O que querem?”, indagava Patzer. Para ele, a mulher que realmente temesse a Deus estaria muito acima dos “modismos feministas”, afinal, “ela sabe que depende de seu marido e o marido e os filhos sabem o quanto dependem dela”.³⁷⁶

No 2º trimestre de 1985, o artigo *Uma “grande mulher”* ressaltava que, em tempos de “libertação feminina”, as pressões para que as mulheres aderissem aos ideais feministas eram muito intensas, e isso gerava muitos conflitos. Assim, teciam-se críticas às ideias feministas de libertação das mulheres do ambiente doméstico, destacando que por trás de todo lar bem-sucedido havia sempre uma grande mulher, entretanto, questionava: “o que vem a ser uma grande mulher?”.³⁷⁷

Em busca de respostas sobre o que “verdadeiramente” significava ser uma “grande mulher” Patzer recorreu à opinião de um sociólogo, um psicólogo, um economista e um pai de família. Em comum, as quatro opiniões tinham o fato de distinguirem que uma “grande mulher” era aquela que conseguia desenvolver um ambiente salutar para o seu marido e seus filhos, que fosse cozinheira, enfermeira, conselheira, mulher e mãe. Diante dessa definição de “grande mulher”, Patzer seguia tecendo críticas àquelas que condenavam as funções de mãe e esposa, ou seja, as feministas:

Estas colocações podem até aborrecer algumas pessoas. Afinal, na sociedade de hoje, as mentes voam alto e usam as asas da libertação feminina, que condenam a preparação da mulher para as funções exclusivas de mãe e dona-de-casa. Dizem: “a mulher não se realiza dentro das quatro paredes de uma casa. Precisa de uma atividade profissional”. Nem sempre há algumas mulheres perfeitamente realizadas com a vida restrita à casa. Outras não. Em contrapartida, há uma geração de filhos entregues aos cuidados de domésticas e creches. Por quê? De uma maneira geral, a mulher de hoje é caricaturada pela literatura, televisão, palestras “disso e daquilo”, e acaba contextualmente, sentido-se mal com o “status de cozinheira”. Ela recebe

³⁷⁶ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 12.

³⁷⁷ *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 12.

pressões para acompanhar a “onda” e assumir o papel de “mulher aberta”. Inevitavelmente, ela vive o confronto: como adequar os padrões cristãos dentro dos padrões da época?³⁷⁸

Mais uma vez, a revista mostrava as feministas como desagregadoras da família, que colocavam as mulheres numa situação difícil, onde o cuidado do lar era tido como uma atividade ultrapassada em face da nova “onda” que apregoava a necessidade da mulher exercer uma atividade profissional reconhecida. Nesse contexto, restava a grande dúvida: de que forma os padrões cristãos poderiam ser adequados aos novos comportamentos? Às mulheres cristãs caberia manter-se firmes de acordo com os ensinamentos cristãos, e não se envergonharem com o *status* de mães e donas-de-casa, pois elas haviam sido divinamente destinadas para tais funções e, além disso, eram justamente tais características que as tornavam “grandes mulheres”. E o artigo seguia com suas críticas:

A mulher cristã está, conseqüentemente, exposta à rudeza de uma realidade que é inclemente à sua fé e sobre o destino de seu lar. Por todos os lados, recebe influências ligadas à educação dos filhos, ao relacionamento com o marido, seu papel social. Há um “novo código feminino” nas bases de interesses comerciais. O pior de tudo é a insinuação à rebeldia feminina. Por outro lado, o apóstolo Paulo escreveu: “as mulheres sejam submissas...”; “o marido é o cabeça da mulher...” Foi um equívoco do apóstolo? Foi uma atitude machista? Como ajustar estas frases dentro das mentalidades de hoje? Parece-me, dentro dessas incumbências, cabe a definição de “grande mulher”, àquela que é suficientemente corajosa para se opor aos modismos imperantes. Àquela que enquadra os padrões de seu lar dentro dos velhos e milenares padrões bíblicos, apesar da profusão de “psicologias” e “pedagogias” que andam por aí. A busca prioritária da vontade de Deus é ainda a opção mais correta e faz com que todas as outras coisas tenham menos importância.³⁷⁹

Sendo assim, Patzer situava a mulher cristã em meio a duas realidades distintas. Em uma, ela estava exposta a uma situação em que seu papel social era contestado, pois havia um “novo código feminino” para pautar a atuação das mulheres. E em outra, havia os “velhos e milenares padrões bíblicos”, enquadrando as mulheres como submissas aos seus maridos, os “cabeças” dos lares. Nessa encruzilhada, uma dúvida se impunha: qual caminho escolher? Sem sombra de dúvida o segundo, pois era o que estava em conformidade com os códigos morais da Igreja, restando às mulheres a submissão natural, já que não deveriam se curvar diante dos modismos imperantes.

Como forma de mostrar como a causa feminista era uma transgressão desnecessária à natureza humana e que as mulheres não estavam em uma situação de inferioridade com

³⁷⁸ *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 12.

³⁷⁹ *Servas do Senhor*. 2º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 12.

relação aos homens, Patzer publicou, no 4º trimestre de 1985 um artigo intitulado *A legislação e os direitos da mulher*, no qual apontava alguns direitos importantes conquistados pelas mulheres e que as feministas desconheciam. Para ele, as feministas equivocavam-se ao reclamarem por direitos iguais porque na realidade já havia uma legislação que protegia as mulheres em vários aspectos. O artigo ressaltava que, no Brasil, até o ano de 1962, as mulheres tinham praticamente os mesmos direitos que índios e incapazes, pois não podiam contrair dívidas, assinar documentos, exercer profissão, comprar, vender, estabelecer-se comercialmente sem a devida aprovação de seu marido, ou seja, o marido era o “dono da mulher”. No entanto, Lauro Patzer julgava que mudanças significativas haviam ocorrido no intuito de reverter esse quadro de desigualdades e que, desse modo, as reivindicações feministas eram vãs:

Hoje o quadro mudou. A Lei 4121/62 regulamenta os direitos da mulher no Brasil. Ela pode, agora, exercer profissão lucrativa, sem o prévio consentimento do marido. “Tem o direito de praticar todos os atos inerentes a seu exercício e defesa. O lucro auferido ela o poderá dispor livremente (art. 246 do Código Civil). Tem mais. Se o marido fixar o domicílio que de alguma forma prejudique a mulher, esta tem o direito de recorrer ao juiz, que determinará as alterações, segundo o interesse da família (art. 233, item III do Código Civil). Os interesses *subjetivos* do marido na escolha da residência são suplantados pelas necessidades *objetivas* como: proximidade de escolas, farmácias, mercados, hospitais. Estes fatos o juiz leva em conta para impugnar a residência escolhida pelo homem e determinar a preferência da mulher.”³⁸⁰ (grifo do autor)

Patzer falava ainda que na questão trabalhista as mulheres gozavam de amplas prerrogativas, como por exemplo, o fato de a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) apresentar artigos que versavam sobre a proteção do trabalho feminino, como por exemplo: “em trabalho muscular ela não precisa remover objetos acima de 25 quilos (art. 390 CLT). O homem até 60 quilos. Em termos de aposentadoria ela também precede ao homem em 5 anos”.³⁸¹

Lauro Patzer dizia que os avanços nas leis do país em favor das mulheres deveriam servir de parâmetros às feministas antes de reclamarem seus direitos. Todavia, ao finalizar suas considerações, procurou esclarecer que, em relação ao círculo familiar cristão, as convicções no Evangelho estariam sempre acima de quaisquer leis e direitos: “Quando qualquer membro da família precisa valer-se do direito da Lei (como no caso da escolha do

³⁸⁰ *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 17.

³⁸¹ *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 17.

domicílio) é sinal que o lar está implodindo”.³⁸² Ao dizer que o lar cristão estaria acima das leis, o autor ratificava as diferenças dos papéis sexuais, pois na organização familiar, a decisão do homem era soberana, divina, sem a intervenção de leis constitucionais, e quanto à mulher, só restava aceitar e resignar-se.

Quanto à afirmação de Patzer de que com a Lei 4.121, de 1962, o problema da desigualdade entre homens e mulheres, em âmbito familiar, havia se resolvido, cabem algumas considerações: realmente, essa Lei representou um grande passo para as mulheres em direção à igualdade de oportunidades, porém, a busca por mudanças para a vida das mulheres não ficou restrita apenas à década de 60. Nesse período, o feminismo de segunda onda dava seus primeiros passos rumo à sua organização nacional e a Lei 4.121/62 foi apenas o começo de muitas lutas futuras. Era um movimento “frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos, tanto dos militares como dos companheiros homens da esquerda”³⁸³, observou Céli Pinto.

A criação do *Estatuto da Mulher Casada* foi uma iniciativa da advogada Romy Medeiros que também havia criado em 1949 o Conselho Nacional de Mulheres, com o objetivo de lutar por iniciativas institucionais em prol das mulheres. Romy foi uma importante representante do feminismo no Brasil, sua atuação no cenário feminista brasileiro marcou uma nova fase do movimento, em que começaram a ser discutidas e enfrentadas questões anteriormente consideradas tabus:

Ao longo da década de 1950, foi uma incessante lutadora junto ao Congresso Nacional pelos direitos das mulheres casadas, que eram consideradas na Constituição na mesma condição dos silvícolas e tinham o exercício da sua cidadania controlado pelos maridos, que podiam negar-lhes permissão para trabalhar ou para viajar ao exterior. Finalmente depois de grande luta, o Estatuto da Mulher Casada foi aprovado em 1962.³⁸⁴

Leila Barsted, ao analisar a evolução histórica do direito civil brasileiro, destacando o direito de família, afirmou que o Estatuto da Mulher Casada realmente amenizou as discriminações. Segundo a autora:

Esse Estatuto amenizou as discriminações, alterando, por exemplo, a redação do citado artigo 233 do Código Civil, que passou a ter a seguinte redação: “o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher

³⁸² *Servas do Senhor*. 4º trimestre de 1985. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 17.

³⁸³ PINTO, Céli Regina. Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 66.

³⁸⁴ PINTO, Céli Regina. Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil* p. 46.

no interesse comum do casal e dos filhos”. A partir de 1962, marido e mulher passaram a ter os mesmos impedimentos legais, necessitando do consentimento mútuo para, por exemplo, dar fiança, alienar imóveis, oferecer bens em hipoteca, dentre outros.³⁸⁵

Para Barsted, durante o tempo de vigência do Código Civil, o *Estatuto Civil da Mulher Casada* talvez tenha sido um dos mais importantes instrumentos no que tange à questão dos direitos da mulher, pois fora responsável por mudanças expressivas na posição da mulher no contexto legal. Mesmo mantendo a chefia masculina da sociedade conjugal, o Estatuto reconhecia a mulher como “colaboradora do marido” na direção da família, aceitando sua capacidade civil plena e abrindo possibilidades legais para sua maior autonomia.³⁸⁶

Assim, a suposta consolidação, na década de 60, do feminismo, evocada por Patzer, na realidade, ocorreu nos anos 80. No final da década de 80, o feminismo havia avançado na discussão de importantes questões e, se outras mudanças na legislação foram realizadas, ocorreram graças ao empenho das feministas. Conforme Céli Pinto:

A presença de militantes do movimento feminista durante os trabalhos constituintes e a capacidade que tiveram de fazer pressão, vencer resistências e fazer que fossem incorporadas suas demandas no texto da Carta Constitucional apontam para um fenômeno que não pode ser desprezado. Trata-se de formas alternativas de participação política que não passam pela representação. Atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das marcas do movimento feminista brasileiro da década de 1980.³⁸⁷

Na tentativa de invalidar as ações do feminismo, Patzer abordou em sua coluna a recusa da maternidade, que segundo ele era mais uma insurgência das feministas às normas tradicionais. Apontou o feminismo como algo que deveria ser combatido, pois atentava diretamente contra o papel sagrado da maternidade. Ao assumir tal postura, Patzer reforçava as representações presentes na revista em torno do feminismo, um movimento pró-aborto que atentava de forma grave contra o “sublime papel de mãe”. É o que se lê na coluna de Patzer na revista do 1º trimestre de 1986:

³⁸⁵ BARSTED, Leila. *Breve panorama dos direitos reprodutivos no Brasil*, p. 19-20.

³⁸⁶ BARSTED, Leila. *Breve panorama dos direitos reprodutivos no Brasil*, p. 21-2.

³⁸⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil* p. 76.

“Eu não nasci para ser coelha”... É uma frase em grande evidência. Expressa a opinião de um grupo de mulheres que se questionam sobre a maternidade (...) Algumas chegam ao denominador mais radical: “a maternidade é uma estereotipia da sociedade burguesa-capitalista”.³⁸⁸

Para Patzer, essa recusa da maternidade defendida pelas feministas no Brasil, não passava de uma ideia importada, que só contribuía para confundir a cabeça das mulheres brasileiras. E culpava essa “minoría” de feministas por terem desencadeado uma “crise de geratividade”, em que as mulheres não queriam mais ser mães. É importante frisar que diferentemente daquilo afirmado por Patzer, mesmo tendo recebido influência do feminismo norte-americano e europeu, o feminismo brasileiro teve suas particularidades. Um exemplo disso foi que se desenvolveu em um período mais radical da ditadura militar, conforme visto no primeiro capítulo.

Sobre a suposta “crise de geratividade”, Patzer escreveu o seguinte

A crise da geratividade já é um grande problema em alguns países europeus. As mulheres não querem ser mães. Preferem criar um cão ou um gato a um filho. É claro no Terceiro Mundo, assistimos o contrário. Uma proliferação irresponsável de filhos e a conseqüente explosão demográfica. São dois extremos que condenamos. Mas, o que pretendo enfatizar neste artigo são as idéias importadas que seviciam a mente da mulher brasileira de classe média. Uma pequena minoria começa a renegar a maternidade. Fora do círculo da Igreja a gente pode escutar coisas que mexem com os pilares de nossas estruturas.³⁸⁹

Segundo Scavone, num primeiro momento, a crítica feminista reconheceu a maternidade como um “defeito natural”, responsável por confinar as mulheres. Essa recusa significou o primeiro caminho para subverter a dominação masculina e permitir às mulheres a busca por uma identidade mais ampla.³⁹⁰ Após o período de recusa, chegou-se a um segundo momento, em que a maternidade passou a ser tida “como um poder insubstituível, ao qual só as mulheres possuem e os homens invejam”.³⁹¹ Um terceiro momento mostrou que não era o fator biológico da reprodução que determinava a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade.³⁹²

³⁸⁸ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1986. Concórdia Editora, p. 17.

³⁸⁹ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1986. Concórdia Editora, p. 17.

³⁹⁰ SCAVONE, Lucila. *A maternidade e o feminismo*: diálogo com as ciências sociais, p. 139.

³⁹¹ SCAVONE, Lucila. *A maternidade e o feminismo*: diálogo com as ciências sociais, p. 140.

³⁹² SCAVONE, Lucila. *A maternidade e o feminismo*: diálogo com as ciências sociais p. 141.

Nesse sentido, se para Patzer a recusa da maternidade significava apenas uma afronta aos princípios religiosos e que, portanto, as mulheres cristãs deveriam manter-se longe, para as feministas era uma forma de demonstrar que a mulher não era apenas “a metade da população e mãe de toda a humanidade”, porém “um ser social, criativo e inovador”³⁹³, e também que “a dominação de um sexo sobre o outro só pode ser explicada social e não biologicamente”³⁹⁴.

Maria José Rosado-Nunes acredita que a visão cristã negativa da corporeidade atribui às mulheres, responsáveis pela reprodução da espécie, um lugar secundário e repleto de periculosidade, por isso a necessidade de exercer controle sobre esse sexo tão vulnerável ao pecado. Entretanto, “essa compreensão reduz as mulheres à especificidade de sua condição biológica, em que a maternidade, física ou espiritual, torna-se um destino obrigatório”³⁹⁵, conclui a autora. E nesse caso, a rejeição do recurso à biologia para explicar o ordenamento social e religioso dos sexos é muito criticado pela organização das instituições religiosas, que são androcêntricas, hierárquicas e excludentes das mulheres.³⁹⁶

Seguindo com suas representações em torno do feminismo, Lauro Patzer publicou, no 3º trimestre de 1987, o artigo *O chefe de família é contestado*, que tinha como finalidade mostrar como as ideias feministas incitavam as mulheres a acabar com a figura do chefe de família. O artigo chegava a afirmar que as feministas consideravam o conceito de chefe de família como mais um aspecto da “sociedade burguesa machista”. Porém, segundo Patzer, esses novos ideais de liberdade, dirigidos às mulheres, faziam lembrar os dois terços de mulheres no mundo cuja realidade era bem diferente das mulheres do Ocidente: as orientais que, em vários países, não passavam de uma “escrava especial dos homens”. Segundo o artigo:

Na prática, os guardas que seguem a orientação do regime do aiatolá, percorrem as ruas de Teerã e prendem todas as mulheres que não estejam rigorosamente vestidas – isto é, coberta da cabeça aos pés por um longo véu que lhe deixa a mostra apenas parte do rosto e das mãos. A mulher que transgredir o figurino é presa durante três meses e internada em “reformatórios” para receber aulas diárias de como se vestir apropriadamente. Tanto no Irã como em outros países islâmicos, a mulher não tem recurso legal contra o marido. Este pode punir a mulher infiel com a morte pela

³⁹³TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*, p. 10.

³⁹⁴SCAVONE, Lucila. *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais* p. 141.

³⁹⁵ROSADO-NUNES, Maria José. *Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara*, p. 296.

³⁹⁶ROSADO-NUNES, Maria José. *Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara*, p. 296.

fome e tomar outra em seu lugar. A mulher também não possui o direito de entrar nas mesquitas (templos) e orar nestes locais. Alguns teólogos muçulmanos acreditam até que a mulher sequer tem uma alma.³⁹⁷

Assim, Patzer comparou as duas realidades culturais: a ocidental e a oriental, a fim de ressaltar os papéis contrastantes assumidos pelas mulheres em diferentes lugares. Partindo do exemplo das mulheres orientais, as ocidentais deveriam perceber que não existiam motivos para exigirem o término da postura do chefe de família: “No Ocidente, o liberalismo é a tendência que dita o novo papel feminino. No Oriente, salvo em alguns países, ela não passa de uma escrava especial dos homens”.³⁹⁸

Nesses termos, para Patzer, não havia motivos para as mulheres brasileiras exigirem o término da postura do chefe de família, pois outras mulheres viviam em realidades muito piores. E mais uma vez, enfatizava que o mando do lar caberia ao marido. Vejamos:

O mando no lar é daquele que tem a personalidade mais forte. E não são poucas as mulheres que têm a personalidade mais forte que a do marido! E, juridicamente, - se examinarmos a questão com alguma profundidade, - veremos que a mulher não perde para o homem no âmbito dos direitos (...) Afinal, o único e verdadeiro suporte entre o homem-marido e a mulher-esposa não é um pedaço de papel com um itinerário de leis, mas a afinidade que pulsa em seus corações. Esta concepção está acima de concepções feministas e machistas; acima de leis e convenções humanas; acima de tribunais e constitucionalidades jurídicas. Nenhum clichê ideológico vai mudar o curso da natureza entre o homem e mulher (...) Que cada homem e mulher saibam cumprir o seu papel.³⁹⁹

Novamente, Patzer reacende a discussão em torno dos papéis femininos e masculinos, reforçando que as mulheres não teriam o que reivindicar, pois em matéria de direitos estavam em pé de igualdade com os homens. Vemos, portanto, uma busca frequente na revista em atribuir uma essência tanto aos homens quanto às mulheres, aprisionando-os em papéis sociais fixos e incontestáveis, às mulheres o ambiente doméstico com todas as suas nuances, aos homens, o “mando do lar” e as atividades fora dele. Daí a necessidade em reforçar a representação de que o feminismo era nada mais que um clichê ideológico, e que a ordem da criação deveria ser preservada, com homens e mulheres ocupando seus papéis distintos, mas complementares.

³⁹⁷ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1987. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 16.

³⁹⁸ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1987. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 16.

³⁹⁹ *Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1987. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 16.

Diferentemente das representações criadas pela revista sobre o feminismo que o colocava como o desencadeador de uma “guerra dos sexos”, Alves e Pitanguy⁴⁰⁰, salientam que, na realidade, o feminismo buscou repensar e recriar a identidade de sexo de uma forma em que homem ou mulher não tivessem que se adaptar a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” e “masculinas” fizessem parte dos atributos do ser humano em sua globalidade. Para as autoras, as diferenças entre os sexos “não devem se traduzir em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar, etc”⁴⁰¹.

Conforme Tânia Navarro Swain, além do papel social definido em feminino e masculino, as representações e imagens de gênero constroem e esculpem os corpos biológicos não só enquanto sexo genital, mas igualmente moldando-os e assujeitando-os a práticas normativas que hoje se encontram disseminadas no Ocidente. Desse modo, segundo a autora, as representações sociais são consideradas como uma forma de construção social da realidade cuja mediação atravessa e constitui as práticas nas quais se expressam. Nas conversas que fundamentam o senso comum, na literatura, no discurso científico, pela palavra escrita ou por meio da fala, encontram-se representações sociais que instituem o mundo em suas clivagens valorativas, nos recortes significativos que definem as categorias de percepção, análise e definição do social. A televisão, as novelas, os romances, as revistas em quadrinhos, as revistas em geral, os jornais, a internet, em seu espaço de recepção e interação veiculam representações sobre as mulheres, os homens, a sociedade, ou seja, imagens e textos compõem um mosaico que integra a maneira de se perceber o mundo e o desenho de sua positividade.⁴⁰²

A coluna *A Mulher Hoje* foi, sem dúvida, uma grande aliada na busca pela manutenção dos valores cristãos luteranos, sendo que por meio dela foram lançadas as mais duras críticas a questões ligadas ao feminismo sob a ótica de um homem com formação em sociologia e que integrava o quadro de pastores da IELB. Assim, na coluna escrita por Lauro Patzer, o movimento feminista foi considerado o responsável pelo sentimento de competição da mulher em relação ao homem, desviando-a de suas funções principais.

⁴⁰⁰ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 09.

⁴⁰¹ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 09.

⁴⁰² SWAIN, Tania Navarro. *Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”*, p. 13-14.

3.3 – Impactos do feminismo na IELB

Fabiola Rodhen considera que diante do desenvolvimento do movimento feminista tanto a Igreja Católica quanto as Igrejas Protestantes, viram diferentes formas de reivindicação do público feminino em busca de “lugares” nas Igrejas que eram reservados aos homens, uma questão que exigiu um enfrentamento adequado da questão por ambas as tradições religiosas.⁴⁰³ De acordo com Rodhen, a pressão das mudanças culturais surgidas na década de 1960, que englobou as reivindicações feministas pode ser considerada uma fonte de questionamentos sem precedentes, uma vez que permitiu, inclusive, o surgimento de questionamentos vindos diretamente da Igreja, do corpo de seus fiéis e pensadores. Ideias, valores e comportamentos, que objetivavam contestar a posição inferiorizada das mulheres, partiram tanto de militantes católicas ou protestantes quanto de grupos organizados:

As mulheres, tanto as de comunidades de base quanto algumas teólogas, influenciadas pelo ideário feminista ou mesmo através de ligações com militantes ou instituições mais declaradamente feministas, iniciam um processo de reconhecimento do que seria a "misoginia", o "sexismo", a "opressão" das mulheres praticada historicamente desde as interpretações dos relatos bíblicos até as diferenças de poder nas instâncias eclesiais ou nas comunidades. Em termos gerais, a Igreja Católica tem sido bastante reticente na resposta a essas reclamações e em admitir possibilidades de mudança. Contudo, estrategicamente, tem adotado uma postura de quem é solidária com as reivindicações dessa parte de seu rebanho.⁴⁰⁴

Para exemplificar como as ideias feministas incidiram sobre a Igreja Católica, Rodhen, cita a *Teologia Feminista*, produzida no Brasil a partir de 1985. Segundo a autora, a *Teologia Feminista* foi uma elaboração teológica que relacionou religião e alguns pressupostos feministas, referenciada a um movimento de mulheres organizadas dentro da Igreja Católica, que não buscava o rompimento, mas a transformação dentro de sua própria tradição, ou seja, “um grupo que se assume enquanto sujeito político a partir da identidade feminina constitui uma novidade no contexto da Igreja”⁴⁰⁵.

Para Terezinha Zanlochi, a preocupação com a participação da mulher na Igreja, foi desencadeada, principalmente, pela força de sua presença constante e incondicional de maioria atuante da Igreja, por suas lutas emancipacionistas e conquistas, no espaço social, e

⁴⁰³RODHEN, Fabiola. *Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente*, p. 52.

⁴⁰⁴RODHEN, Fabiola. *Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente*, p. 53.

⁴⁰⁵RODHEN, Fabiola. *Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente*, p. 55.

não pelo reconhecimento de que as mulheres, por serem diferentes sexualmente dos homens, não poderiam ser desiguais em direitos na evangelização cristã.⁴⁰⁶ Conforme a autora:

Todo o conjunto dessas mudanças supõe a construção das relações de gênero em novas bases, pelo menos estranhas às do patriarcado. Interagindo nessa bandeira de lutas, as teólogas aprofundam seus estudos científicos sobre a participação da mulher nas Igrejas cristãs. Elas têm subsidiado o movimento feminista com pesquisas, palestras e cursos, objetivando a recuperação dos direitos e da dignidade feminina. Também elas batalham pela supressão do patriarcado e pela implantação de relações de equidade entre os gêneros.⁴⁰⁷

No caso da IELB, vimos que elementos do pensamento feminista tiveram ressonância na Igreja, porém de maneira diferente do que ocorreu em outras instituições religiosas, como, por exemplo, para mencionar o caso da Igreja Católica, o trabalho político das Católicas pelo Direito de Decidir, que teve um papel fundamental dentro do catolicismo, “por defender os interesses das mulheres no próprio campo religioso”.⁴⁰⁸

O alcance das ideias feministas na IELB não proporcionou medidas concretas, como o acesso ao pastorado pelas mulheres luteranas, mas permitiu que questões relacionadas ao universo feminino fossem amplamente discutidas, principalmente, a questão da participação das mulheres nas atividades da Igreja.

Temas ligados às mulheres, que anteriormente não faziam parte das discussões da Igreja, passaram a ganhar destaque, tanto nos periódicos quanto nas Convenções Nacionais da IELB. Esse fato foi inclusive mencionado pelo teólogo da IELB, Paulo Buss que, ao fazer um balanço dos temas presentes nos periódicos da Igreja ao longo da década de 80, constatou que o debate em torno dos direitos e deveres das mulheres ganhou lugar de destaque nas páginas de mensários e semanários luteranos, ao lado de temas relacionados à Guerra Fria, à Aids, à Teologia da Libertação, ao Movimento Carismático, à formação da Assembléia Constituinte e à elaboração da nova Constituição brasileira.⁴⁰⁹

Conforme aponta Michelle Perrot, o silêncio é o comum das mulheres, sendo conveniente à sua posição secundária e subordinada, um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Exigi-se

⁴⁰⁶ZANLOCHI, Terezinha. *Mulheres leigas na Igreja de Cristo*, p. 69.

⁴⁰⁷ZANLOCHI, Terezinha. *Mulheres leigas na Igreja de Cristo*, p. 86.

⁴⁰⁸SCAVONE, Lucila. *Religiões, Gênero e Feminismo*, p. 03.

⁴⁰⁹BUSS, Paulo Wille. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Luterana do Brasil (1950-2000)*, p. 274-275.

silêncio das mulheres na Igreja ou no templo, maior ainda na sinagoga. Todavia, Perrot observa que as mulheres não respeitaram essas injunções, seus sussurros e seus murmúrios correm na casa, nos vilarejos, nas cidades, inflados por suspeitos e insidiosos rumores que flutuam às margens da opinião. Para a autora, “os dominados podem sempre esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História. Imagina-se, sabe-se que as mulheres não deixaram de fazê-lo”.⁴¹⁰

De igual modo, vimos anteriormente que Roger Chartier defende que a incorporação da dominação não deve excluir afastamentos e manipulações por parte dos dominados, pois segundo o autor, quando as mulheres se conformam com os cânones corporais, ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens, não estão simplesmente se curvando a uma submissão alienante, mas também estão construindo recursos a fim de que possam enfrentar a relação de dominação.⁴¹¹

Nesse sentido, são também muito valiosas as contribuições de Michel de Certeau que afirma:

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados?’)⁴¹²

Para Alves e Pitanguy, o discurso que afirma a natural submissão feminina é em muitos casos internalizado pelas próprias mulheres que, dessa forma, encontram dificuldades em romper com a imagem de desvalorização introjetada, aceitando como natural sua condição de subordinação. “Vê-se, assim, através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina”⁴¹³, concluem as autoras.

Com relação às luteranas, percebemos que aos poucos elas foram rompendo esse silêncio tão comum às mulheres, por meio dos espaços que souberam conquistar e ocupar na Igreja. As luteranas se organizaram e se destacaram, ampliando seu campo de participação nas atividades da Igreja. Por meio da LSLB buscavam discutir temas relacionados ao universo

⁴¹⁰ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*, p. 10.

⁴¹¹ CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (nota crítica), p. 42.

⁴¹² CERTEAU, Michel De. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*, p.41.

⁴¹³ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*, p. 56.

feminino sem promover um conflito aberto com a liderança masculina, chegando, inclusive, a alinharem-se aos discursos dos homens.

Por isso, afirmar que as luteranas foram paulatinamente rompendo o silêncio, não pressupõe manifestações públicas contra a “ordem natural das coisas”, tampouco enfrentamentos diretos contra o patriarcalismo, o androcentrismo e a submissão feminina presentes na doutrina religiosa da qual faziam parte. Afinal, a aceitação pela maioria das mulheres de determinados cânones, conforme vimos em vários artigos presentes na revista *Servas do Senhor*, não significa a plena aquiescência de uma submissão alienante, mas um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. Conforme afirmamos, o impacto do feminismo na IELB não se reverteu em grandes benefícios para as luteranas, contudo permitiu que elas também pudessem abordar determinados assuntos que antes eram silenciados e, assim, promoverem uma reflexão em torno do papel da mulher na Igreja.

Esse foi o caso do artigo de Beatriz Carmem Warth Rayman, com uma, até então, inédita proposta de analisar a participação feminina nas atividades da IELB, como ficou bem claro no sugestivo título do seu texto: *A mulher na Igreja*. Muito além de sua proposta e de seu conteúdo, esse artigo é emblemático para compreender como se deu o impacto da agenda feminista na atuação das mulheres luteranas e as táticas encontradas por elas para colocar em discussão, sem qualquer intenção de rompimento, alguns temas relacionados à participação da mulher na Igreja.

Chama a atenção o fato de o artigo de Rayman ter sido publicado no jornal oficial da IELB, quando existia na Igreja uma revista dedicada especialmente a debater assuntos inerentes ao universo feminino. Veicular um texto com tal proposta em uma revista feminina poderia ser considerado uma forma de insubordinação e incitação à rebeldia. Ao ser publicado, entretanto, no veículo oficial da Igreja, deixava-se pouca margem para possíveis críticas que relacionassem o conteúdo do texto a uma tentativa de a LSLB, por meio de sua revista feminina, contestar a tradição da Igreja. Ou seja, a *Servas do Senhor*, até os anos oitenta, era uma revista feminina utilizada para veicular notícias sobre a LSLB e alertar as mulheres luteranas sobre os males dos “modismos feministas” e não se destinava à promoção de debates sobre a situação da mulher na Igreja. Daí, pode-se compreender o porquê do texto de Rayman não ter sido veiculado na revista *Servas do Senhor*, ao mesmo tempo em que também fica claro que algumas contestações próprias do feminismo, de forma cuidadosa e velada, alcançaram a IELB.

Beatriz iniciava seu artigo com a seguinte indagação: Qual é o papel da mulher dentro da IELB? Na sua concepção, apesar de as mulheres serem maioria dentro da Igreja, e uma maioria ativa, elas sentiam falta de espaço para crescer. “Às vezes esta falta de espaço é por falta de diálogo, por regulamentações das congregações, às vezes é por preconceito que podem até ser impostos por nós mesmas, mulheres cristãs”.⁴¹⁴ Beatriz Rayman não queria que sua atitude fosse entendida como um “discurso enfadonho e chato de feminismo”, mas como uma sugestão para que a questão da mulher fosse discutida mais amplamente dentro da Igreja.

O artigo chegou a afirmar ainda que verdades bíblicas não podiam ser discutidas, todavia, tradição sim, pois algumas vezes por tradição e costume as mulheres eram impedidas de participar efetivamente na Igreja. Portanto, alguns costumes podiam facilmente ser abolidos sem prejuízo à doutrina. Outra questão colocada dizia respeito aos cargos ocupados pelas mulheres na Igreja, que segundo Beatriz, resumiam-se, em: cantar no coral, enfeitar o altar, lecionar na escola dominical, participar da LSLB, limpar, cozinhar, visitar doentes, arrecadar fundos, pintar e bordar.

Beatriz dizia que esses eram trabalhos “maravilhosos”, e que as mulheres os desempenhavam com “muita alegria”. Porém, tocava num tema muito delicado ao questionar o porquê de não existir nenhum líder-leigo mulher, ou ainda mais mulheres ocupando cargos de presidentes de congregação, participando de diretorias da comunidade, de comissões de estudo, de conselhos administrativos e, principalmente, de cargos de liderança na IELB. “O importante, na minha opinião, é que a mulher participe, não por ser mulher, mas porque é capaz, porque tem habilidades, para tal, porque se preparou para determinada tarefa”⁴¹⁵, disse Beatriz.

Com esse artigo, Beatriz pretendia mostrar que os tempos eram outros, que a Igreja estava inserida em uma sociedade em mudança, em que as mulheres se desvinculavam do ambiente doméstico e passavam a assumir novas responsabilidades, “ela é chefe de empresa, mãe, esposa, companheira, presidente de nações, mecânica, trabalha em casa, fora de casa, na

⁴¹⁴RAYMAN, Beatriz Carmem Warth. A mulher na Igreja. *Jornal Mensageiro Luterano*. Editora Concórdia, Porto Alegre, agosto de 1989, p. 35.

⁴¹⁵RAYMAN, Beatriz Carmem Warth. A mulher na Igreja. *Jornal Mensageiro Luterano*. Editora Concórdia, Porto Alegre, agosto de 1989, p. 35.

lavou, na oficina, no escritório, na escola, na fábrica, equilibrando orçamento, tomando decisões”.⁴¹⁶

Para finalizar, Beatriz contemporizava dizendo que as mulheres não eram o sexo oposto em oposição, no entanto, “companheira no servir, que sabe que pode ajudar, que sabe que tem talentos e que tem condições de dividir responsabilidades e tarefas”⁴¹⁷. Receosa de que suas palavras causariam grande celeuma entre os homens, mais uma vez, ressaltou que não queria que suas palavras fossem interpretadas como um discurso de feminista, mas apenas uma opinião sobre a participação da mulher na Igreja, que do seu ponto de vista poderia melhorar em alguns aspectos. E a tantos que poderiam se escandalizar com tal posicionamento, amenizou: “não se assuste este não é um ‘movimento’, é uma opinião movida pela fé, pelo amor ao Salvador e por essa Igreja”.⁴¹⁸

Publicado no ano de 1989, o texto de Beatriz Rayman adiantava uma série de discussões que ganharam corpo, a partir de meados da década de 1990, discussões que tiveram como auge o abaixo-assinado enviado pela LSLB à 55ª Convenção Nacional da IELB, em 1996, por meio do qual a Liga de Senhoras solicitava o direito de permanecer como membro votante do Conselho Diretor da Igreja, já que na década de 90, a IELB em vários momentos promoveu alterações em sua estrutura administrativa, dentre essas mudanças retirava-se o direito de voto das organizações chamadas de auxiliares, como era o caso da LSLB.⁴¹⁹

Reunida em Congresso Nacional em janeiro de 1996, alguns meses antes da 55ª Convenção Nacional da IELB, que ocorreria em abril desse mesmo ano, a LSLB recomendava a união das três ligas nacionais, Juventude Evangélica Luterana do Brasil⁴²⁰,

⁴¹⁶RAYMAN, Beatriz Carmem Warth. A mulher na Igreja. *Jornal Mensageiro Luterano*. Editora Concórdia, Porto Alegre, agosto de 1989, p. 35.

⁴¹⁷RAYMAN, Beatriz Carmem Warth. A mulher na Igreja. *Jornal Mensageiro Luterano*. Editora Concórdia, Porto Alegre, agosto de 1989, p. 35.

⁴¹⁸RAYMAN, Beatriz Carmem Warth. A mulher na Igreja. *Jornal Mensageiro Luterano*. Editora Concórdia, Porto Alegre, agosto de 1989, p. 35.

⁴¹⁹BUSS, Paulo W. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1950-2000)*, p. 294.

⁴²⁰A Juventude Evangélica Luterana do Brasil (JELB) é uma organização leiga de âmbito nacional da IELB. Foi fundada em 1924 com o nome de Waltherliga. Mais tarde seu nome foi aportuguesado para Liga Walter. Tal como ocorre com a LSLB, a JELB também tem como um de seus principais objetivos auxiliar financeiramente a IELB (BUSS, Paulo W. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1950-2000)*, p. 61).

Liga de Leigos Luteranos do Brasil⁴²¹ e Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, a fim de que pudessem defender o direito de permanecerem como membros votantes no Conselho Diretor da Igreja.

Do Congresso Nacional da LSLB, resultaram as seguintes medidas: a) voltar para casa e pedir aos representantes das congregações e distritos para ajudarem na votação pela permanência das três organizações auxiliares – LLLB, LSLB e JELB – no Conselho Diretor; b) enviar uma carta-aberta à 55ª Convenção Nacional com a assinatura das congressistas; c) unir-se à LLLB e JELB para defender o direito de permanência no Conselho Diretor e; d) enviar uma cópia da carta-aberta ao Presidente da IELB e à Comissão de regimento da IELB.⁴²²

Cumprindo com o estabelecido no Congresso Nacional, a LSLB enviou cópia da carta-aberta ao presidente da IELB, durante a realização da 55ª Convenção Nacional da Igreja em 1996. O documento procurava lembrar à IELB da importante contribuição que a LSLB havia proporcionado durante longas décadas de suas atividades e em virtude disso, não poderia ficar excluída das principais decisões tomadas pela Igreja:

A nossa participação no conselho diretor da Igreja foi de grande bênção para a IELB, pois sempre lutamos para que os objetivos e necessidades por ela definidos fossem atendidos e alcançados; esta mesma participação refletiu no trabalho da LSLB, concorrendo para que esta mudasse seus conceitos e crescesse como entidade; nosso comprometimento aumentou ao fazermos parte das decisões da IELB, levando rapidamente as bases a agirem em resposta às necessidades e propósitos da mesma, pois onde há maior conhecimento, há também maior envolvimento; a visão nacional de nossa organização em relação às bases, por participantes de todos os congressos distritais, somada às decisões do Conselho Diretor, nos capacitam a agir de acordo com nossos interesses e necessidades de toda a nossa Igreja; a LSLB está consciente de suas obrigações de auxiliar a IELB não só financeiramente, mas também na concretização dos objetivos da mesma através das lideranças orientadas e preparadas por nossos Conselhos Regionais. De acordo com todas estas considerações, vimos respeitosamente, através do abaixo-assinado em anexo, sugerir a este plenário que incluam a LSLB como membro consultivo e/ou votante do Conselho Diretor, que com certeza continuará sendo uma bênção para a IELB.⁴²³

⁴²¹A Liga de Leigos Luteranos (LLLB), assim como a LSLB e a JELB, também é uma organização leiga de âmbito nacional da IELB. A primeira Liga de Leigos da IELB data de 1948. Durante a Convenção da IELB, em 1951, representantes leigos se uniram para fundar uma Liga de Leigos Luteranos, para debater sobre o papel dos leigos na obtenção do autosustento da IELB. Todavia, a fundação da LLLB se deu apenas na década de 60, no dia 2 de fevereiro de 1965, por ocasião da realização da 39ª Convenção Nacional da IELB (BUSS, Paulo W. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1950-2000)*, p. 61.

⁴²²Ata do 18º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1996. Livro de Atas do 18º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Caixa de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (1º ao 22º Congresso Nacional). Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

⁴²³Carta aberta aos integrantes da 55ª Convenção Nacional da IELB. Liga de Senhoras Luterana do Brasil. Arquivo do Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 1996, Porto Alegre, RS

A dívida da IELB devido aos trabalhos prestados por essa entidade à Igreja e as mais de mil assinaturas anexadas ao documento foram o bastante para que a reivindicação da Liga por maior reconhecimento do trabalho feminino fosse atendida. A LSLB deixou de ser apenas membro consultivo do Conselho Diretor, tornando-se membro com direito a voto. O regimento interno da IELB, aprovado na 55ª Convenção Nacional de 1996, alterava significativamente a estrutura administrativa da Igreja, e trazia como um de seus pressupostos aumentar a participação dos leigos na direção dos destinos da Igreja:

§ primeiro- são membros votantes do Conselho Diretor os conselheiros e líderes leigos distritais, nos termos do regimento Interno da IELB, o presidente da IELB em razão de seu cargo, os Presidentes dos Conselhos Administrativos dos Educandários Oficiais da IELB e os presidentes da Liga de Leigos Luteranos do Brasil, Liga de Senhoras Luteranas do Brasil e Juventude Evangélica Luterana do Brasil.⁴²⁴

Entretanto, percebemos que as ações promovidas pelas mulheres luteranas na primeira metade década de 90, como o exemplo dessa carta-aberta, não teve grandes efeitos nas páginas da *Servas do Senhor*. A revista apenas se limitou a publicar uma pequena nota, no 2º trimestre de 1996, parabenizando a Liga pelo espaço conquistado junto ao Conselho Diretor da Igreja, que de membro consultivo passava a ser membro com direito a voto. Mesmo diante do paulatino crescimento das vozes femininas da IELB, a revista pouco publicava sobre o assunto, defendendo uma postura pró-forma, sem admitir que de maneira indireta os impactos do feminismo se faziam sentir entre luteranos e luteranas.

Somente a partir da metade dos anos 90, mais especificamente a partir de 1997, a *Servas do Senhor* passou a publicar artigos que de modo mais aberto discutiam e reconheciam as conquistas e a evolução das mulheres. Pode-se afirmar que essa lenta mudança, observada na *Servas do Senhor*, na segunda metade dos anos 90, seja resultado do processo de amadurecimento da Igreja em relação às questões femininas. Não que a Igreja e, conseqüentemente, a revista tenham cedido à causa feminista, mas diante de um contexto em que as mulheres haviam conquistado muitos espaços, a revista pouco a pouco absorveu as profundas mudanças de décadas e passou a também a discutir o assunto.

No primeiro trimestre de 1997, ano em que a LSLB comemorava 40 anos, a então presidente da Liga, Úrsula Ana Neumann, publicou um artigo com algumas reflexões em

⁴²⁴Ata da 55ª Convenção Nacional da IELB. 26 de janeiro de 1996. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

torno do papel da Liga, da evolução das mulheres luteranas e das mulheres de um modo geral. Úrsula iniciou dizendo que a criação da Liga havia sido motivada por um grupo de senhoras líderes, inovadoras e decididas a organizar e coordenar as atividades das mulheres na Igreja e nas congregações, que em sua maioria “eram mulheres acostumadas a liderar a casa, os filhos e estavam sempre ao lado do esposo, dando seu apoio e seu incentivo ao trabalho”.⁴²⁵ A autora ainda ressaltava que muitas mulheres tiveram sua ação limitada às tarefas da casa e à educação dos filhos, porque a mentalidade e a época assim o exigiam, mas que nem por isso deixavam de atuar dentro daquilo que era permitido.

Ao mencionar os avanços alcançados pelas mulheres de modo geral, Úrsula Neumann reconhecia que muitos fatores externos, pensamentos, filosofias e avanços haviam contribuído e permitido que as mulheres fossem trabalhar fora de casa, não apenas na educação, mas também em outras tantas profissões:

Hoje fazem parte do processo de desenvolvimento do país e do mundo, com participação ativa na política, na ciência, na tecnologia. A atuação e participação da mulher foi decisiva para as transformações políticas, sociais e científicas que ocorreram e das quais fazemos parte. Ainda há muito a conquistar.⁴²⁶

O artigo também esclarecia que a transição entre etapas diferentes não ocorria de modo pacífico e tranquilo, mas com inquietação, insegurança, desgaste emocional e físico, ao mesmo tempo em que exigia iniciativa e determinação. Desse modo, Úrsula dizia que a atuação constante e a participação efetiva da mulher no trabalho e no serviço da Igreja tinham contribuído para significativas mudanças e transformações: “por isso precisamos cada vez mais ver, ler e ouvir a linguagem atual das senhoras, porque sofremos pressões e mudanças, vivemos em contextos de transformações, precisamos avaliar e reavaliar as nossas atitudes, as realizações, os projetos, a linguagem e as necessidades”.⁴²⁷

Nesse sentido, identificamos, no período analisado, a tentativa por parte da hierarquia masculina da IELB de cercear as influências do feminismo na Igreja, por meio das representações em torno do feminismo presentes em vários artigos da revista *Servas do Senhor*, por exemplo. Identificamos ainda um grupo de mulheres que absorveram as regras ditadas pela Igreja com relação ao feminismo, pois não tinham o objetivo de romper com a hierarquia masculina da IELB.

⁴²⁵ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1997. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 07.

⁴²⁶ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1997. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 07.

⁴²⁷ *Servas do Senhor*. 1º trimestre de 1997. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 08.

Essas mulheres, por sua vez, não aceitavam a agenda feminista como, por exemplo, “as políticas do corpo”, as reivindicações em favor dos direitos de reprodução como o aborto, mas em contrapartida, podemos dizer que o feminismo foi importante para elas, pois permitiu que a situação das mulheres fosse discutida em diversos âmbitos, inclusive na religião. Isso possibilitou, conforme vimos, que discussões em torno do papel das mulheres na Igreja, na família e na sociedade pudessem partir também das mulheres luteranas e não ficassem restritas apenas aos pastores luteranos. Essas mulheres não queriam grandes rupturas, apenas melhorar alguns aspectos da participação da mulher na Igreja.

Por meio de um artigo publicado na *Servas do Senhor* do 3º trimestre de 1997, percebemos que a própria ala masculina da IELB passava a reconhecer os aspectos positivos da evolução social das mulheres. O artigo, escrito por um homem, o pastor luterano Danilo Fach, que analisava as rápidas mudanças pelas quais a sociedade passara até aquele momento, concluía que, nesse rápido processo de transformação, as mulheres haviam sido as mais atingidas. Pois agora era possível vê-las presentes em vários lugares, ocupando os mais variados postos de trabalho. Danilo Fach reconhecia que, de alguma maneira, tais mudanças atingiam também a Igreja:

Inevitavelmente as mudanças atingem a Igreja, a família e envolvem também o comportamento da mulher. A classe social que mais conquistou o seu espaço dentro das mudanças é a mulher. Hoje a mulher joga futebol, faz política, está na rua, no transporte, na educação e na administração. Ela está assumindo responsabilidades em todos os setores: econômico, financeiro, religioso, educacional, social e científico. A evolução interfere na vida e no trabalho da Igreja. A pessoa evolui e cria novas formas, instrumentos, espaços, leis e comportamentos para ela. A evolução social traz consigo coisas boas e más. Como podemos ser solidários à família, principalmente, à mulher, que é alvo da exploração e manipulação religiosa, financeira, sexual e política? Os nossos departamentos já mudaram no curso de 70 anos. As atividades, os assuntos e os alvos já não são mais os mesmos desde a nossa origem. Cabe à Igreja acompanhar, até onde é possível a evolução social.⁴²⁸

A Igreja entendia que vivia em um contexto de mudanças, e que era inegável que, nessa nova conjuntura, as mulheres haviam conquistado muitos espaços. Assim, era seu dever intervir da melhor maneira possível, acompanhando e reconhecendo as mudanças e orientando seus fiéis, principalmente seu público feminino, a lidar com os dilemas dos novos tempos, e nessa busca a revista *Servas do Senhor* desempenhou papel decisivo.

⁴²⁸*Servas do Senhor*. 3º trimestre de 1997. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se analisar neste trabalho as representações sobre o movimento feminista na revista *Servas do Senhor*, a partir dos anos 60, contexto de fortalecimento dos ideais feministas no Brasil. Vimos que os discursos produzidos pela imprensa refletem os contextos socioculturais específicos em que estão inseridos e revelam temas de interesse e inquietações inerentes a cada momento histórico. Pôde-se perceber também que a imprensa periódica, como jornais e revistas, desempenham relevante papel ao atuarem na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos, e sua importância como fonte histórica por permitir, devido as suas características, que se acompanhem as diferentes estratégias editoriais e de defesa dos interesses do grupo responsável pelas publicações ao longo do recorte temporal selecionado pelo pesquisador.

Em meio à emergência de ideias feministas tão contrárias à sua doutrina, e sentindo-se pressionada por um contexto de mudanças, coube à IELB discutir o feminismo para manter as mulheres luteranas afastadas da “ameaça” que esse movimento representava. Por meio da análise da revista *Servas do Senhor*, percebemos como esse contexto de crescentes reivindicações de grupos feministas fez com que esse assunto fosse amplamente discutido na IELB. E nesse ponto, essa revista foi essencial para que a Igreja pudesse reafirmar sua doutrina, pois foi por meio dela que foram apresentadas quais condutas eram adequadas ou não às mulheres cristãs, mas especialmente às mulheres luteranas.

A forte inserção das revistas femininas no mercado editorial inspirou grupos de mulheres que se reuniam em torno de causas comuns a também produzirem as suas próprias revistas de acordo com as suas necessidades, isto é, sem perder de vista as principais bases que caracterizavam esses periódicos, alguns grupos de mulheres prepararam revistas destinadas a um público feminino específico, adaptando-as a demandas específicas. Esse foi o caso da *Servas do Senhor*, criada com a função principal de informar as luteranas das diferentes regiões do país, sobre as atividades realizadas pela LSLB em favor da Igreja. Se a *Servas do Senhor* transformou-se em uma “vitrine” para a Igreja expor suas representações sobre o feminismo, isso ocorreu devido ao prestígio que a revista alcançou na IELB. Um prestígio conquistado graças ao esforço e empenho da LSLB que, como vimos, mesmo em momentos de dificuldades, quando não havia matérias ou mesmo dinheiro suficiente para pagar as impressões, manteve a periodicidade do impresso. Ademais, a organização da Liga

para manter a circulação da *Servas do Senhor* contribuiu grandemente para que o trabalho feminino ganhasse cada vez mais reconhecimento dentro da Igreja

Mesmo em se tratando de uma revista ligada a uma instituição religiosa, a *Servas do Senhor* não deixou de discutir assuntos presentes nas grandes revistas femininas do período, como a revista *Claudia*, por exemplo. Moda, beleza, casa e culinária estiveram presentes em suas páginas, revelando uma preocupação da *Servas do Senhor* em oferecer às suas leitoras, além de conteúdo religioso e informações sobre as atividades da LSLB, assuntos que faziam parte do dia-a-dia delas.

Conforme demonstramos no decorrer deste estudo, a imprensa criou discursos que reproduziam cotidianamente os mitos da inferioridade e da domesticidade femininas. Eram discursos que se referiam ao movimento feminista de maneira pejorativa, como o desencadeador de uma “guerra dos sexos” e não como um movimento que lutava pela “igualdade de direitos” e “respeito mútuo entre homens e mulheres”. Assim, esses discursos representaram importantes armas na luta contra a emancipação feminina. No caso da *Servas do Senhor*, observamos que, em consonância com os ideais propagados pela liderança masculina da IELB, os artigos publicados constantemente acusavam os movimentos feministas por promoverem a “discórdia” entre homens e mulheres, por pregarem a emancipação feminina, por negarem a “sagrada submissão” das esposas aos seus esposos, o abandono da família em detrimento da vida profissional, entre outros aspectos negativos.

Em suas páginas, apresentava-se a imagem das feministas como mulheres “materialistas”, “egoístas”, “insubordinadas”, em contraposição à imagem da mulher luterana “cristã”, “boa mãe”, “esposa dedicada”. Esse discurso demonstrou que a IELB reconhecia que estava em meio a um contexto de mudanças, que poderiam alterar radicalmente a ideia de identidades fixas e, para tanto era necessário reiterar constantemente quais eram as posturas e os comportamentos esperados de uma mulher cristã. Assim, a revista tratou de reforçar as características construídas pela moral cristã, em torno do feminino, como o cuidado do lar, da família e do bom desempenho da maternidade.

O feminismo de segunda onda rompeu com modelos tradicionais de feminilidade e masculinidade até então em voga e foi responsável por promover mudanças na família nuclear, por exemplo, à medida que as mulheres entravam no mercado de trabalho e cobravam seus direitos à cidadania, denunciando as múltiplas formas da dominação patriarcal.

Além disso, após os anos 60, as políticas do corpo também passaram a ser discutidas, por meio de reivindicações em favor dos direitos de reprodução. Temas como o aborto,

prazer, contracepção, violência sexual, deixaram de ser questões limitadas apenas ao espaço privado e estenderam-se ao público. Ao questionar as raízes das desigualdades, o feminismo contestou as desigualdades políticas, trabalhistas e civis, a fim de superá-las. Para a religião a conquista de determinados direitos por parte das mulheres, significava uma inversão de valores, um indício de que a “ordem natural das coisas” encontrava-se ameaçada. Nesse caso, era preciso combater tal inimigo, a fim de manter a “hegemonia masculina” e a “submissão feminina”.

Entretanto, mesmo com uma posição distinta daquela defendida pelo movimento feminista, mas inseridas no momento histórico de seu ressurgimento e desenvolvimento, as Igrejas foram pressionadas a mudar, ainda que lentamente, a postura que vinham mantendo com relação às mulheres. Não demorou para que o impacto do feminismo fosse sentido no campo religioso, e as Igrejas fossem obrigadas a discutir a questão com mais afinco, mostrando às suas fiéis as “conseqüências negativas” do feminismo. No caso da IELB não foi diferente, pois direta ou indiretamente, o contexto de crescentes reivindicações de grupos feministas resultou na abertura de discussões sobre a situação da mulher nessa Igreja. Fruto dessas discussões foi a elaboração, por parte da IELB, de documentos que, além de esclarecer quais papéis caberiam às mulheres, visavam exercer um controle sobre as atividades desenvolvidas pelas mulheres na Igreja.

Discutir amplamente o feminismo foi um primeiro passo tomado pela Igreja, uma maneira de não demonstrar indiferença diante de mudanças sociais tão importantes, isto é, as mudanças sociais profundas pelas quais passavam as mulheres, e a forma como tais mudanças se refletiam nas relações da mulher com a Igreja. Como bem concluiu a IELB em um de seus estudos, era necessário desenvolver estratégias para lidar com tais mudanças, visto que o campo de atuação da mulher havia se alargado para além das “simples atividades domésticas”.

Não podemos esquecer que esses documentos foram elaborados unicamente por homens, pertencentes à hierarquia masculina da Igreja, e assim, concluímos que aspectos importantes da identidade das mulheres luteranas eram construídos por meio da interiorização, por essas mulheres, de normas enunciadas pelos discursos masculinos. A coluna *A Mulher Hoje*, assinada pelo pastor Lauro Patzer, que analisamos no terceiro capítulo, nos revelou como se davam as interferências masculinas na revista e nos permitiu entender que os posicionamentos defendidos por Patzer faziam parte das normas enunciadas pelos discursos masculinos da Igreja, que eram interiorizados pelas mulheres luteranas.

O destaque dado à coluna de Lauro Patzer nos mostrou a centralidade que o movimento feminista recebeu na revista em meados da década de 80. Compreendemos que a coluna *A mulher Hoje* foi estrategicamente pensada e calculada para um enfrentamento direto e sistemático, por meio da afiançada voz de um pastor, ao feminismo, pois com a criação dessa coluna, a revista passou a dedicar um espaço exclusivo para expor seus posicionamentos sobre o movimento feminista. A coluna demonstra o grau de insatisfação da IELB com os novos rumos que a sociedade tomava, descontentamentos tantas vezes reiterados por Patzer sem meios-tons em seus textos nos quais as feministas e simpatizantes foram caracterizadas como “mulheres que lutavam contra o domínio dos homens”, responsáveis pelo “desfribramento das famílias” e “afastamento do ser humano da hierarquia da natureza”, enquanto que o movimento feminista era acusado de “não ser homogêneo em seus princípios e reivindicações”.

Em seus estudos sobre a condição da mulher na Igreja, que resultaram em pareceres como o da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE), a IELB utilizava-se de argumentos misóginos, androcêntricos e patriarcais para explicar os diferentes papéis ocupados por homens e mulheres nas congregações, reforçando, assim, as desigualdades de gênero, ao atribuir a submissão feminina ao homem como ordem natural e imutável. Enfatizava-se, por exemplo que, de acordo com ordem da criação, mulheres deveriam ser afastadas das mais importantes esferas de poder dentro da Igreja, por estarem propensas ao pecado, estabelecendo-se a inferiorização do feminino, ao definir um lugar “naturalmente” reservado à mulher na Igreja e justificando-se o fato de não poderem exercer o ministério pastoral.

Ao mesmo tempo em que a IELB afastava as mulheres das esferas de poder da Igreja, preocupava-se em afirmar que a vocação principal da mulher era a maternidade. Assim, caberia a essas mulheres desempenhar sua “sublime” missão de mãe e esposa com toda submissão, recolhendo-se ao privado. Lembrando que de acordo com a doutrina da Igreja, essa submissão não se traduzia em escravidão ou servidão por parte das mulheres, já que entre marido e mulher deveria existir uma relação de mútua cooperação. Em um de seus pareceres, a CTRE lembrava que a mulher havia sido criada para ser “auxiliadora e companheira do homem” e que, conforme a ordem da criação, não poderia exercer “domínio sobre o homem” ou “autoridade sobre o marido”, mas ser em tudo submissa, sendo “governada pelo seu marido”.

Consideramos que as religiões ao reproduzirem discursos tão misóginos, contribuíram grandemente para a manutenção das desigualdades de gênero, porém tais discursos também nos permitem analisar como por meio das relações de gênero as relações de poder, de dominação e de subordinação são construídas, pois como observamos, a relação de dominação é marcada por variações e manipulações, por parte dos dominados.

Os pareceres elaborados pela Comissão de Teologia mostraram que quando as discussões se concentraram em torno da questão de a mulher ocupar cargos administrativos e exercer o poder de voto, a Igreja recomendou prudência. Um dos argumentos utilizados foi que a “ordem da criação” deveria prevalecer sobre as “ordens variáveis” e que as mulheres, ao ocuparem cargos exclusivamente masculinos, de alguma forma estariam contrariando preceitos divinamente estabelecidos. No entanto, ressaltava-se que a Bíblia não se posicionava claramente sobre o assunto, mas consideramos que a Igreja, ao interpretar, à sua maneira, as Sagradas Escrituras, ratificava que a presença das mulheres em cargos administrativos e o direito ao voto deveria ser aceito somente em casos extremos de urgência e não como evidência, regra ou princípio. Assim, a Igreja deixava cada congregação incumbida de decidir responsabilmente sobre essas questões.

As representações construídas em torno do feminismo pela *Servas do Senhor* mostraram que as percepções do social não resultam em discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas que legitimam projetos e justificam escolhas e condutas, como bem demonstrou Roger Chartier. Destaca-se também que as representações sociais são construídas e determinadas pelos interesses de grupos que as forjam, daí a importância em relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. A *Servas do Senhor* produziu múltiplas representações sobre o movimento feminista, afirmando que o movimento era responsável pela “desagregação das famílias”, pela “desnaturalização do ser mulher”, pela “machificação da mulher”, pelo “afeminamento do homem”. Isso demonstra que, estando a revista vinculada a uma instituição religiosa, a IELB e seus conteúdos refletiam as percepções dessa Igreja sobre o feminismo. Desse modo, as matérias publicadas na revista reproduziam uma dada visão de mundo, a visão da IELB sobre feminismo, que caracterizava o movimento como algo que contrariava os preceitos cristãos e incitavam as mulheres à rebeldia, a negarem, por exemplo, a maternidade e a existência de um chefe de família. Assim, a Igreja construía seus argumentos a fim de justificar as escolhas e condutas das mulheres luteranas em face das ameaças do movimento feminista.

Essa atitude de recusa de grupos religiosos diante do movimento feminista explica-se, conforme observamos, pela força do imaginário judaico-cristão na manutenção da desigualdade entre os gêneros. As feministas contestavam a permanência de padrões patriarcais na organização da família, como a tradicional concepção da “mulher-mãe”, confrontando-se diretamente com o modelo tradicional defendido pela IELB, em que às mulheres cabiam unicamente as funções de esposas e mães. Para as feministas, essa concepção tradicional da “mulher-mãe” afastava as mulheres do espaço público, por exigir grande dedicação em atividades que se restringiam apenas ao privado.

Destacamos que os modelos paradigmáticos elaborados pelas religiões cristãs estabeleceram representações à mulher como aquela que estaria sempre disposta a servir, a perdoar, a ser submissa, a completar-se na maternidade. Qualidades que encontravam respaldo na figura de Maria, um modelo de mulher submissa que aceitou o seu destino, e que todas as mulheres deveriam seguir. Contrapondo-se ao modelo de Maria estava Eva que, ao “transgredir as normas estabelecidas por Deus”, lembrava as feministas e suas tentativas de se rebelarem contra os papéis “divinamente” atribuídos aos sexos. Ao analisarmos a revista *Servas do Senhor*, confirmamos que submissão e obediência aos maridos eram consideradas pela Igreja qualidades que faziam parte da natureza feminina e a contestação ou desobediência a essas normas não eram admitidas. Daí o atrito com o feminismo.

Mostramos que, tanto na Igreja Católica quanto nas Igrejas Protestantes, o impacto do feminismo se fez sentir, pois essas instituições foram surpreendidas de diversas maneiras por manifestações do público feminino, as quais passaram a buscar os “lugares” que eram exclusivamente ocupados pelos homens, uma questão que foi cuidadosamente debatida e enfrentada por ambas as tradições religiosas. A pressão das mudanças culturais, incluindo as reivindicações feministas, possibilitou que questionamentos, ideias e valores sobre o lugar reservado às mulheres nas Igrejas partissem de dentro das próprias Igrejas, tanto por parte de militantes católicas ou protestantes, quanto de grupos organizados. Nesse âmbito, a ordenação de mulheres a cargos superiores reservados exclusivamente aos homens passou a ter lugar de destaque na agenda de reivindicações dos grupos femininos organizados nas Igrejas.

Porém, ao analisarmos o caso da IELB, verificamos que o contexto de mudanças sociais pós-60 não resultou em mudanças tão profundas e concretas que possibilitasse, por exemplo, uma maior abertura para o acesso das luteranas a postos estratégicos como o pastorado. Mesmo diante de mudanças tão significantes, de grupos que debatiam incessantemente a condição das mulheres e de novas perspectivas teológicas, a IELB

mostrou-se resistente a qualquer mudança abrupta nos elementos teológicos e institucionais em favor de uma maior abertura às mulheres na Igreja.

Entretanto, consideramos que isso não significa que na IELB os impactos do feminismo não se fizeram sentir, pois conforme vimos, houve uma preocupação muito grande da Igreja em debater questões relacionadas ao feminismo, a fim de posicionar sobre esse assunto. Diante dessas evidências, concluímos que essa pode ter ocorrido em consequência, mesmo que indireta, do impacto do feminismo da IELB, uma vez que temas ligados às mulheres que anteriormente não faziam parte das discussões da Igreja passaram a ganhar destaque e originaram inclusive estudos e documentos.

E se a IELB continuou mantendo as luteranas afastadas do ministério pastoral, não conseguiu mantê-las longe dos debates que surgiam em torno dos papéis femininos na Igreja, e gradativamente elas também passaram a expor seus posicionamentos sobre essa questão. Nesse aspecto, a importância adquirida pela LSLB junto à comunidade luterana teve papel significativo, pois o alcance das ações da Liga em prol da Igreja permitiu que elas também pudessem discutir questões relacionadas à participação das mulheres na Igreja, visto que também contribuíam para o crescimento e desenvolvimento da IELB, ou seja, mesmo ocupando uma “posição marginal”, as mulheres luteranas criaram espaços em que suas ações, em certos momentos tiveram grandes repercussões.

Daí a importância em admitir, conforme defende Michelle Perrot, que na história da relação entre os sexos a dominação masculina e a subordinação feminina sempre existiram. Entretanto, a existência de uma dominação masculina não resulta em ausência total de poder por parte das mulheres, mas sugere uma reflexão sobre a natureza e a articulação desses poderes enquanto formas de resistências, compensações ou consentimentos.

Conforme notamos, essas mulheres não eram feministas, não defendiam as posturas feministas e, tampouco concordavam com a agenda feminista, mesmo imersas em situações de poder e representações de cunho machista e patriarcal, não tinham a intenção de romper com as estruturas da Igreja, pois concordavam com elas. Mas, não podemos negar que essas mesmas mulheres luteranas, que eram contrárias às posturas das feministas, foram beneficiadas, ainda que indiretamente, pelo feminismo. A IELB, ao abordar esse assunto, permitiu que a situação das mulheres fosse discutida em diversos âmbitos e que discussões em torno do papel das mulheres na Igreja, na família e na sociedade pudessem partir também das mulheres luteranas e não ficassem restritas apenas aos pastores luteranos. Ressaltamos ainda

que as mulheres não propunham grandes rupturas, apenas buscavam melhorar alguns aspectos que julgavam pertinentes à participação da mulher na Igreja.

Em outras palavras, podemos concluir que se os efeitos do movimento feminista não foram capazes de destruir as edificações patriarcais erigidas por séculos na tradição luterana, houve importantes avanços no universo feminino da IELB expressos nas mais sutis manifestações das mulheres luteranas que sem qualquer intenção de revolucionar os ditames religiosos, buscaram maior reconhecimento da Igreja.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

A mulher na Igreja. Relatório da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais da Lutheran Church Missouri Synod (LCMS). Traduzido pelo pastor Paulo Kerte Jung, São Paulo, SP, 1992.

Ata da 34ª Convenção Nacional Igreja Evangélica Luterana do Brasil de 1957. 2ª sessão 21 de janeiro de 1957. Livro nº 3 de Atas de Convenções 1954 a 1960. Instituto Histórico da IELB, Porto Alegre, RS.

Ata da 43ª Convenção Nacional da IELB - 24 a 31 de janeiro de 1972. Livro de Atas de Convenções Nacionais da IELB de 1968 a 1976. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata da 47ª Convenção Nacional. 24 de janeiro de 1980. Livro de Atas das Convenções Nacionais de 1976 a 1984. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Porto Alegre, RS.

Ata da 55ª Convenção Nacional da IELB. 26 de janeiro de 1996. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata da Convenção Nacional de 1984. 24 de janeiro de 1984. Livro de Atas das Convenções Nacionais de 1976 a 1984. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata de reuniões mensais da Liga de Senhoras Luteranas do ano de 1960. Atas das Reuniões da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB), livro nº 1, caixa de Atas de Reuniões do início da LSLB até 2003. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata de reuniões mensais da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil do ano de 1965. Livro nº 1 de Atas de Reuniões da LSLB. Caixa de Atas de Reuniões da LSLB de 1957 à 2003. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata de reuniões mensais da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil do ano de 1966. Livro nº 1 de Atas de Reuniões da LSLB. Caixa de Atas de Reuniões da LSLB de 1957 à 2003. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata do 1º Congresso Geral da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1957. Livro nº 1 de Atas de Congressos Nacionais (1º ao 8º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata do 10º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1979. Livro Nº 2 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (9º ao 15º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata do 11º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1981. Livro Nº 2 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (9º ao 15º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata do 12º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1983. Livro N° 2 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (9º ao 15º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS

Ata do 18º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1996. Livro de Atas do 18º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Caixa de Atas de Congressos Nacionais da LSLB do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata do 19º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1998. Livro de Ata do 19º Congresso Nacional da LSLB. Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS

Ata do 5º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1968. Livro N° 1 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (1º ao 8º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS

Ata do 6º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1971. Livro N° 1 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (1º ao 8º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Ata do 7º Congresso Nacional da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, 1973. Livro N° 1 de Atas de Congressos Nacionais da LSLB (1º ao 8º). Caixa de Atas de Congressos Nacionais do 1º ao 22º. Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, ano 1, n° 1, 1º trimestre de 1960.

Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, ano 4, n° 14, 2º trimestre de 1963.

Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, ano 6, n° 21, 4º trimestre de 1965.

Boletim Informativo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Ano 1, n° 3, 3º trimestre de 1961.

BUSS, Paulo Wille. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Luterana do Brasil (1950-2000)*. V. 2. Porto alegre: Concórdia, 2006

Carta aberta aos integrantes da 55ª Convenção Nacional da IELB. Liga de Senhoras Luterana do Brasil. Arquivo do Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 1996, Porto Alegre, RS

Carta da Comunidade Evangélica Luterana “Cristo” de Porto Alegre à Comissão de Teologia e Relações Eclesiais. Arquivo Geral da Igreja Evangélica do Brasil, Porto Alegre, RS.

Carta enviada à conselheira da LSLB Erna Dorre, Porto Alegre, 14 de março de 1966. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondências enviadas pela LSLB (1965 a 1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Porto Alegre, RS.

Carta enviada a Edith Karg. Porto Alegre 4 de dezembro de 1965. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondências enviadas pela LSLB (1965 a 1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Porto Alegre, RS.

Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* pelo pastor Paulo Jung, Lisboa, 5 de novembro de 1968. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência recebidas da LSLB (1965-1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Edite Canabarro, Três de Maio, 18/07/1996. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS

Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Erna Denzin, Leme, SP, 27 de janeiro de 1989. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Itamar Schlender, fevereiro de 1994. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Magdalena Hoerlle. Brasília, 23 de setembro de 1966. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondências enviadas pela LSLB (1965 a 1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Porto Alegre, RS

Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Maria Helena Machado, Nova Venâncio, ES, 28/01/89. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre.

Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Norma Pöter, Barra do Garças, MT, 14 de outubro de 1987. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Carta enviada à redação da revista *Servas do Senhor* por Romualo Wrase, Nova Santa Rosa, 23/09/1993. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Carta enviada à redação do Jornal *Mensageiro Luterano*. Porto Alegre, 23 de agosto de 1965. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondências enviadas pela LSLB (1965 a 1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Porto Alegre, RS.

Carta enviada ao rev. Martinho Lutero Hasse, 12 de julho de 1965. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondências enviadas pela LSLB (1965 a 1969). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Porto Alegre, RS.

Carta enviada pela coordenadora da revista *Servas do Senhor* à leitora Neusa, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1994. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Circular enviada pela coordenadora da revista *Servas do Senhor* às Presidentes Regionais da Liga das Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, 14 de Março de 1991. Caixa de correspondências e material histórico da LSLB. Pasta de correspondência da revista *Servas do Senhor*, (1983-2004). Arquivo Histórico da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Decisão da 53ª Convenção Nacional da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, sobre a mulher e seu direito ou não de voto na congregação e seu direito ou não de ocupar cargos na diretoria da congregação. 02/05/1992. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

Entrevista com Ottilie Mueller. *Boletim Informativo* da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, 1966, p. 6.

Entrevista com Ottilie Mueller. *Jornal Mensageiro Luterano*. Editora Concórdia, dezembro de 2009, nº 12, ano 93, p. 24.

Estatutos da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB). Livro de presenças dos Congressos e Estatutos da LSLB de 1960. Caixa de Atas dos Congressos Nacionais da LSLB (1º ao 22º Congresso Nacional). Arquivo da Liga de Senhoras Luteranas do Brasil, Porto Alegre, RS.

Liga das Senhoras Luteranas do Brasil (LSLB). *Manual do departamento feminino*. 4ª edição. Concórdia Editora Ltda, Porto Alegre, 1987.

Moção encaminhada a 34ª Convenção Nacional da IELB, de 20 a 27 de janeiro de 1957. Documento mimeografado sem referência. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Porto Alegre, RS, 1956.

Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTRE) sobre o voto e a participação da mulher na Igreja. 1981. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS, p. 01.

Parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, sobre a mulher na Igreja. 1993. Arquivo Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

Parecer sobre a participação da mulher em cargos de Diretoria de uma congregação. 1990. Comissão de Teologia e Relações Eclesiais. Arquivo Geral da Igreja Evangélica do Brasil, Porto Alegre, RS.

RAYMAN, Beatriz Carmem Warth. A mulher na Igreja. *Jornal Mensageiro Luterano*. Editora Concórdia, Porto Alegre, agosto de 1989, p. 35.

REHFELDT, Mário L. Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Trad. de Dieter Joel Jagnow. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

SCHÜLER, Donaldo. *A função da mulher na Igreja*. Igreja Luterana. Porto Alegre, 1971, ano XXXII, p. 24-41. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

SEIBERT, Erni Walter. *O papel da mulher na Igreja*. Vox Concordiana Suplemento Teológico, São Paulo – SP, ano 5, n°, 1989, p 40-50. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor, 4º trimestre de 1970. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 1º trimestre de 1995. Concórdia Editora. Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 3º trimestre de 1983. Concórdia Editora. Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 1º trimestre de 1969. Casa Publicadora Concórdia. Porto Alegre.

Servas do Senhor. 2º trimestre de 1966. Casa Publicadora Concórdia. Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 2º trimestre de 1970. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 2º trimestre de 1971. Casa Publicadora Concórdia: Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 2º trimestre de 1974. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 2º trimestre de 1995. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 2º trimestre de 1996. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 2º trimestre de 1997. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 3 trimestre de 1972. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 3º trimestre de 1967. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 3º trimestre de 1969. Casa Publicadora Concórdia. Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 3º trimestre de 1971. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 3º trimestre de 1980. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 3º trimestre de 1987. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 3º trimestre de 1994. Concórdia Editora, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 4º trimestre de 1968. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 4º trimestre de 1983, Concórdia Editora, Porto Alegre, RS.

Servas do Senhor. 2º trimestre de 1974. Concórdia Editora, Porto Alegre, p. 4-5. *Servas do Senhor*. VI Congresso do Distrito Vale do Rio dos Sinos. Os Distritos Informam. Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, RS, 3º trimestre de 1971, p. 10.

WARTH. Carlos H. *Crônicas da Igreja: fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900-1974)*. Concórdia S. A: Porto Alegre, 1979.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*. Editora Brasiliense: São Paulo, SP, 1985
- AUAD, Daniela. *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARSTED, Leila. *Breve panorama dos direitos reprodutivos no Brasil*. In: As mulheres e os direitos civis. Rio de Janeiro, CEPIA, 1999, p. 19-20. *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.137-150, p.141.
- BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945 – 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999
- BUITONI, D. S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMARGO, Mario. *Gráfica: arte e indústria no Brasil. 180 anos de História. 2º edição*. São Paulo: Bandeirantes Gráfica – EDUSC, 2003.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano. Artes de Fazer. 4ª edição*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Tradução de Patricia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Mari Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A ordem do livro. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu* (4) 1995: pp. 37-47.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 77-104.
- CHARTIER, Roger. Introdução In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

- COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: LUCA, Tania Regina de. MARTINS, Ana Luiza. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 103-130.
- COSTA, Maria Paula. *Da Mulher para a Mulher: uma análise historiográfica do correio dos leitores da revista O Cruzeiro (1950-1963)*. Assis, 2003. (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual Paulista Mesquita Filho.
- CRUZ, Heloisa. CUNHA, Peixoto Maria. *Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa*, Projeto História, São Paulo, n.35, dez. 2007, p. 253-270.
- DAVIS, N. Z. *Nas Margens - três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- DEL PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle. (orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes de. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, Tania Regina de. MARTINS, Ana Luiza. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 83-102.
- FALLER, Leonório. Mulheres Missionárias. Vox Concordiana Suplemento Teológico, São Paulo – SP, ano 12, nº 2, 1997, p. 66. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Porto Alegre, RS.
- FARGE, A. et al. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Gênero: Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Niterói, v.2, n.1, 2001, p.7-31.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 2 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1996
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.
- GERTZ, René E. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Humanas* (Florianópolis), Florianópolis/UFSC, v. 16, n. 24, p. 43-60, 1998.
- GERTZ, René. *O luteranismo no Rio Grande do Sul*. Telecomunicação, Porto Alegre, vol. 13, nº 4, 1983.
- GERTZ, René. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Humanas* (Florianópolis), Florianópolis/UFSC, v. 16, n. 24, p. 43-60, 1998.
- GERTZ, René. Os luteranos no Brasil. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, 2001, p. 9-33.
- HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Imagens de Lutero no luteranismo brasileiro: políticas e identidades na Igreja Evangélica Luterana do Brasil entre a I Guerra Mundial e o Pós-Ditadura Militar. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 6, n. 2, jul.-dez 2006, p. 123-150.

JACOB, Helena Maria Afonso. *Comer com os olhos*. Estudos das Imagens da Cozinha Brasileira a partir da Revista Claudia Cozinha. São Paulo, 2006. (Mestrado em Comunicação e Semiótica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEMOS, Carolina Teles. Maternidade e devoções marianas: uma ancora na manutenção das desigualdade de gênero. In: SOUZA, Sandra Duarte de (org.) *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 81-112.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero em grupos pentecostais. *Revista Estudos Feministas*. v. 13, nº 2, 2005. p. 387-396.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: revirando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, 22 (1): 59-79, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008, 45-80.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*, São Paulo, Edusp/Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MASCARO, Sônia de Almeida Amorim. *A Revista Feminina: imagens da mulher (1914-1930)*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) Universidade de São Paulo.

MATOS, Hivana Mara Zaina. *A revista A Cigarra*. São Paulo - 1914-1934. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.

MEYRER, Marlise Regina. *Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista O Cruzeiro (1955-1957)*. Rio Grande do Sul, 2007. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica – RS.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o Gênero*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC, v.8, n.2, 2000, p. 9-41.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o Gênero*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC, v.8, n.2, 2000, p. 9-41.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu Funcionamento: As formas do discurso*. 4º edição. Campinas (SP): Pontes, 1996, p. 246.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006, p. 249-272.

- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p. 77-98, 2005.
- PEREGRINO, Nadja. *O Cruzeiro: a revolução da fotorreportagem*. Rio de Janeiro: Dazibao, 1991.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995/1996. p.11-43.
- RIETH, Ricardo Willy. Raízes históricas e identidade da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IEL B). *Estudos Teológicos*, São Leopoldo/RS, v. 49 n. 2 p. 207-221 jul./dez. 2009.
- ROHDEN, Fabíola. *Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente*. Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas, v. 8/9, p. 51-97, 1997.
- ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 13, nº2. Florianópolis - SC, maio/agosto de 2005, p. 363-365.
- ROSADO-NUNES, Maria José. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. *Cadernos Pagu* (16) Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2001, p. 79-96.
- ROSADO-NUNES, Maria José. *Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 294-304, janeiro-abril/2006.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina.(orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.
- SALLUM, Basílio Junior; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 130-152, 1992.
- SARTI Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.31-48.
- SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, SC, v.12 (2), 2004, pp, 35-50.
- SARTI, Cynthia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*: In: XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), Chicago, Illinois, 1998.
- SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Revista Interfaces*, Botucatu, v. 5, n. 8, 2001, p. 47-69.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.137-150.
- SCAVONE, Lucila. Religiões, Gênero e Feminismo. *Rever (PUCSP)*. v. 8. p. 1-8. 2008.

- SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n.3, p.11-27, 1994.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.
- SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: *A Escrita da História: novas perspectivas*. Peter Burke (Org). São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 63-96.
- SERPA, Leoní Terezinha Vieira. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003, 240 p.
- SILVA, Eliane Moura da. Fundamentalismo evangélico e questões de gênero. In: SOUZA, Sandra Duarte (Org.) *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 11-28.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. A história como a “representação do passado”: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 81-100.
- SOIHET, R. História das Mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões. *Núcleo de Estudos Contemporâneos*. s/d. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/>. Acesso em março de 2010.
- SOIHET, Rachel. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. *Gênero*, Niterói, v. 2, n.2, p. 7-26, 1. sem. 2002, p. 14.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (org) *Domínios da História*. Ensaio de Teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997, p. 275-311.
- SOIHET, Rachel. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? *Estudos de Sociologia* (São Paulo), v. 24, p. 191-207, 2008.
- SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 39-53, jan.-jun. 2007, P. 46-7.
- SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 591-611, setembro-dezembro/2005.
- SOIHET, Raquel. *Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?* Estudos de Sociologia, Araraquara - SP, v.13, n.24, 2008, p.191-207.
- SOIHET, Raquel. *Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo*. Revista Espaço Acadêmico, nº 84, maio de 2008, p. 01-16.
- SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 54, dezembro/2007, p. 281-300.
- SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 15-23.

- SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A casa, as mulheres e a igreja: gênero e religião no contexto familiar*. 1. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.
- SOUZA, Sandra Duarte. *Corpo de mulher e violência simbólica*. Tempo Presença, São Paulo, vol. 322, p. 23-25, 2002.
- SOUZA, Sandra Duarte. Religião e secularização: o gênero dos discursos e das práticas protestantes In: SOUZA, S. D. (Org.) *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 11-43
- SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e lesbianismo: quais os desafios? *Caderno Espaço Feminino*, v. 9, n° 10/11, 2001/2002.
- SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, 2001, p. 11-44,
- TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2008.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. RJ: Campus, 1997, p. 127-164.
- VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, 1996, p. 59-80.
- ZANLOCHI, Terezinha. *Mulheres leigas na Igreja de Cristo*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 08 de julho de 2011.

Marcilene Nascimento de Farias